



Cadernos

TERRAS QUENTES

Nº 24

MAIO 2026



Ficha Técnica

Editor e propriedade

Revista da Associação de Defesa do Património Arqueológico do Concelho de Macedo de Cavaleiros «Terras Quentes» (Instituição de utilidade pública)

Rua D. Maria Mascarenhas, Apartado 110
5340-326 Macedo de Cavaleiros
Tel. (0351) 917 971 159
E-mail: administração@terrasquentes.pt
Site: www.terrasquentes.pt

Director

Carlos Alberto Santos Mendes

Conselho de Redação

Carlos Alberto Santos Mendes
Henrique Costa Ferreira
Luis Manuel Santos Mendes
Luís Miranda Pereira
Manuel Cardoso
Miguel Sanches Baêna

Colaboradores deste número

Augusto Ferreira do Amaral
Carlos Alberto S. Mendes
Henrique Ferreira
Luis Manuel S. Mendes
Manuel Cardoso
Miguel Sanches Baêna
Pedro Barbosa

Agradecimentos

Frederico Reis Morais
Luis Miranda Pereira
Maria Belmira Cordeiro Mendes

Na Capa

- 1 – Mapa Concelho de Macedo de Cavaleiros
- 2 – Brasão Armas Martim Gonçalves de Macedo, após Aljubarrota
- 3 – Coroa e espadas Dinamarquesa
- 4 – Desenho putativo de Junot
- 5 – Nossa Senhora de La Pavoni
- 6 – Cabeceira de Sepultura de Edroso
- 7 – Sinete de Bernardo de Claraval 1151

Na Contracapa

Logo do Museu dos Templários e da Identidade Nacional
Logotipo da ATQ, cavalo dinâmico de Levada Velha, Talhas

Design e Composição Gráfica

Carlos Mendes
Graficifra
José Rocha

Impressão

A Várzea da Rainha Impressores SA – VRI

Depósito Legal

212756/26-2

Edição

Cadernos Terras Quentes N° 24 – maio 2026



Índice Geral

Editorial.....	5
O Morgado de Macedo de Cavaleiros	11
A Bala de Junot – Um enigma para a história.....	33
Perfil político-ideológico dos eleitores do Município de Macedo de Cavaleiros. (1975-2025).....	45
S. Bernardo, Monge de Cister	87
Pedras que (não) falam.....	101
Os Reis sabiam mandar?	171
Marianismo, Portugal e a Ordem dos Templários.....	231



Editorial

Manuel Cardoso

Com um quarto de século de actividade, a Associação Terras Quentes culmina as suas publicações com este Caderno 24.

Queremos deixar aqui uma homenagem a Jaime António Gonçalves, mais conhecido pelo pseudónimo António Cravo (Salselas, 3 de dezembro de 1935 – Paris, 1 de junho de 2025), sócio fundador da Terras Quentes, número 11. Participou nas escavações arqueológicas do Forno Romano e do Cabeço da Anta, e nos trabalhos de salvaguarda do forno de telha e dos fornos da cal de Salselas. Grande dinamizador do Museu Rural desta aldeia. Quadro da Presidência da República em 1973, será mais tarde, em Paris, a partir de 1975, que desenvolverá uma intensa actividade literária, académica, cultural e associativa, nunca se desligando da sua terra natal. Exemplar, na bondade com que sempre colaborou com a Terras Quentes, desde a primeira hora.

O Caderno 24 e todos os números anteriores são um repositório científico e cronológico de trabalhos de campo e acervo documental frutuoso por si, pelos efeitos produzidos e potenciais que contêm.

Para além da sensação de dever cumprido, com a publicação de cada um, é impossível não experimentarmos um justo orgulho. Muitos movimentos culturais de qualquer género se ficam, tantas vezes, em Portugal, por um impulso que termina ao fim de meia dúzia de números, quando não ao fim de um ou dois. Isso não desmerece da sua mais-valia no panorama nem diminui a sua capacidade geradora de influência! Mas, no nosso caso, vamos quase num quarteirão de números impressos, e houve bastantes mais artigos germinados da nossa actividade, que os seus autores optaram por publicar algures. Digamos que os nossos cadernos têm sido o núcleo duro de muitos outros trabalhos por si suscitados, como é bom de ver, em contradição ou em deriva, como é salutar numa sociedade plural e de pensamento diverso, aberta à discussão, ao contraditório, ao que signifique a aplicação de métodos científicos sem, no entanto, cedermos a qualquer militância que os procure instrumentalizar ou dar da realidade uma perspectiva unilateral.

Cada um com uma circunstância especial, todos os Cadernos têm um carácter essencial: originalidade, foco na nossa região e na sua articulação no tempo e no espaço envolvente. Porque essa foi e é a sua/nossa razão de ser. O denominador comum é esse, embora

permitindo uma expansão como factor do nosso País, da grande equação onde se junta o passado ancestral à nacionalidade, a fusão de intenções que nos formou como Estado, as experiências que fomos acumulando e que nos permitem encarar o futuro em que tudo parece ser, neste momento, incerto, mas em que será inabalável o nosso canto peninsular de Pátria Portuguesa, situada no mundo ocidental europeu, como referência e existência.

Este número 24 está recheado de tudo o que acabamos de dizer e o artigo de Augusto Ferreira do Amaral abre-o com um tema mais do que interessante: é que a genealogia, ao tratar das linhas de sangue que fluem séculos adiante, trata, afinal, daquilo que nos une, porque as partilhamos, tanto ou mais do que as ideias. E as explicações que muitas outras ciências dão para a coincidência de que são feitas tantas matérias históricas, residem, afinal, na partilha genética, como, aliás, o provam os trabalhos que vêm sendo feitos, de análises e comparação de DNA, que temos seguido em revistas científicas da especialidade, surpreendendo cada vez mais os investigadores – e todos nós! Os protagonistas da história são pessoas e, como pessoas, têm as suas linhagens, relações de parentesco e motivações familiares. Sem tudo isto, a história ficaria incompleta e desumanizada. Não é à toa que a mitologia é uma intrincada trama familiar e genealógica. Não é à toa que a história é uma trama familiar e genealógica, seja com figuras de primeira linha política, seja com a simples razão de ser biológica dos que constituem o fundo da sociedade. Cada um está sempre inserido geneticamente numa linha de todos os outros. É sempre instrutivo ter em consideração que a genealogia, tão bem explicada pelo autor, se torna uma ciência e instrumento fundamental para entender de onde vimos e quais os sucessivos residentes na nossa casa comum.

Miguel Sanches-Baêna, no seu estilo original e que nos transporta para aquela dimensão em que nos faz tratar por tu os objectos e os protagonistas que investiga e os coloca perante os nossos olhos com uma evidência desconcertante, “como é que não vimos isto?!”, dando um senso comum aos dados de investigação histórica porque foi também o senso comum que lhes deu origem quando ocorreram. Confesso que ao ler o seu artigo me senti simultaneamente na pele do hussardo que disparou a carabina sobre o Junot; do gesto de cavalheiro do General Wellesley a oferecer os seus préstimos para a cura do inimigo alvejado; cheguei a apalpar o nariz para imaginar bem o trajecto da bala – e, acima de tudo, fiquei expectante do seu próximo artigo sobre a acção dos párocos na guerrilha antifrancesa na nossa Serra de Bornes, até porque aqui em Macedo me foi contado em pequeno que a mutilação do nosso brasão de família no arco da nossa capela na igreja matriz de Macedo tinha sido “feita pelos franceses, na invasão” e sempre achei, até ler este artigo, que tal devia ser exagero ou lenda, por não saber que, afinal, também por aqui passaram!

Henrique Ferreira, que nos continua a fazer meditar sobre Macedo de Cavaleiros e a colocar em perspectiva abordagens originais de temas com que lidamos no dia a dia sem nos apercebermos, vem desta vez apontar pistas para os leitmotiv, ou mais do que isso, que faz os eleitores e eleitos macedenses meter o seu voto na urna e deixar-se escolher pela sua contagem. Será bom que os eleitores e, sobretudo, os eleitos, tenham consciência desta forma de escrutínio! E que leiam este artigo!

Pedro Barbosa assina um artigo sobre um dos principais tecelões da nossa base civilizacional, um dos que permitiu ao Ocidente refazer-se após as convulsões bárbaras do fim do Império Romano, com a luz do cristianismo ascendente e um referencial de pensamento e acção escapando aos terrores medievais do ano mil, e impor-se perante os perigos do islamismo, a principal tensão e ameaça à vida colectiva internacional de então. Defensor dos templários. Pregador da segunda cruzada, que para Portugal foi um êxito (a conquista de Lisboa). E neste artigo, cuja leitura nos insere numa matriz de valores actuais e europeus, até está relacionado com o nosso pequeno burgo: a referência às abelhas (em Macedo a apicultura é importantíssima); a localização dos antigos cenóbios em lugares inóspitos e insalubres para que os monges se deparassem com a incerteza da vida e fizessem disso meditação e ascese purificadora – terá sido por isso que Balsemão foi escolhido pelos primordiais? Trazer para hoje uma figura como São Bernardo é trazer um argumento forte, para a nossa vida, como fortes foram os que o santo usou no seu combate aos problemas com que se deparou na sua.

Os artigos de Carlos Mendes e de Luís Mendes merecem todos os encómios com que brindei os autores no editorial do caderno número 3. Com uma ressalva: a de que os deste dão para uma valente discussão erudita, daquelas que se sabe como começam mas nunca como acabam. E não será neste editorial que abrirei o debate – mas dá vontade! Sobretudo porque sendo as coisas como são e a história como foi, o mando dos Reis permitiu que hoje aqui estejamos a perorar precisamente sobre o seu mando; o culto da Virgem Maria é uma das constantes mais íntimas do Povo Português em toda a nossa história; e as pedras podem sempre falar, desde a mineralogia, à localização, à sua forma intencional ou de pareidolia, ao simbolismo e significados que lhe queiramos, ou quisermos, atribuir. E nisto tudo sou um suspeito nada imparcial: para com as pedras, que sempre falaram comigo; para com os nossos reis, que por eles sou monárquico; para com Nossa Senhora, que me olha das imagens que tenho à minha frente no placard de cortiça do meu local de trabalho, mas com a esperança de que me esteja a olhar, e a ver, e a todos os que acabaram de ler estas linhas, de lá de cima, agora e na hora da nossa morte.



24 CADERNOS TERRAS QUENTES





τφ



O Morgado de Macedo de Cavaleiros





24 CADERNOS TERRAS QUENTES



O Morgado de Macedo de Cavaleiros

Augusto Ferreira do Amaral¹

Por que é que Macedo de Cavaleiros se chama assim, “de Cavaleiros”?²

Eis uma dúvida que por vezes foi levantada, sem que nenhuma das respostas que se sugerem possa considerar-se rigorosamente satisfatória.

Vou tentar meter a minha colherada.

A expressão não surgiu em conjunto desde a origem. O actual topónimo *Macedo de Cavaleiros*, começou por ser somente *Macedo*, palavra que provém de *mazedo*> *mazaedo*> *maçaedo*> *maçedo*.

Em Trás-os-Montes e Alto Douro há pelo menos três topónimos diferentes dos quais fez parte originalmente a palavra *Macedo*³: *Macedo* ou *S. Pedro de Macedo*, no concelho actual de Macedo de Cavaleiros, ao qual deu origem, *Macedo do Mato*, freguesia do concelho de Bragança, e *Macedo do Peso*, aldeia da freguesia de S. Martinho do Peso, no concelho de Mogadouro.

Noutros distritos existem topónimos com vocábulo idêntico ou com forma ligeiramente diferente. Aponto apenas dois deles que deram origem a apelidos, usados por portugueses: *Macedo* ou *Maceda* no Alto Minho, com possíveis ligações a *Maceda*, povoação já sita na Galiza, *Macedo* ou *Maçada*, junto de Ovar e de Oliveira de Azeméis, que teve, na Idade Média a forma *Mazada* e *Maçato*. Mas nenhum destes se confunde nem se associa com Macedo de Cavaleiros.

É oportuno, também, tecer umas breves considerações sobre a onomástica dos apelidos, em Portugal.

-
- 1 Académico de Mérito da Academia Portuguesa da História, Sócio Efectivo do Instituto Português de Heráldica.
 - 2 Para se conhecerem bem a origem, a evolução e a actualidade de Macedo de Cavaleiros, é fundamental a informação recolhida e tratada por Carlos Mendes, *maxime* a sua substancial obra de arqueologia e história de arte, MENDES, Carlos Alberto Santos, *Macedo de Cavaleiros, Cultura, Património e Turismo*, Câmara Municipal de Macedo de Cavaleiros, 2005; a ela recorri frequentemente e dela beneficiei, nas minhas pesquisas sobre o passado desta região.
 - 3 A quinta dos *Macedos*, na freguesia de Serzedelo, no concelho de S. João da Pesqueira, parece de afastar, por se presumir que essa denominação derivasse de proprietários que já usassem o apelido *Macedo*.

Os apelidos antigos, aqui, decorreram de diversas denominações. Para não falar dos patronímicos, que constituíam na antroponímia um uso generalizado na Idade Média e na Moderna, nem de substantivos comuns nem de alcunhas, sempre houve, sobretudo desde o séc. XIII, uso de topónimos para identificar homens ou mulheres, normalmente antecedidos da proposição “*de*”, contraída ou não com um artigo. Mas há, aí, uma distinção a fazer. Nuns casos, o topónimo indicava uma simples localização geográfica, do local onde o portador dele era natural ou morava. Noutros casos, significava que o portador ou a sua família tinham aí o seu solar, no sentido de que eram senhores duma porção de terra honrada, isto é, isenta, própria da nobreza. O *solar* (cujo étimo se relacionava com *solo*), não incluía necessariamente um edifício importante, como veio, muito mais tarde a suceder, ao resvalar o termo semanticamente, para significar uma casa nobre ou apalaçada. Era então, na essência, a propriedade privilegiada, que dava origem a um apelido transmitido por hereditariedade, independentemente da sucessão no imóvel.

Do estudo que há anos levei a cabo, das estirpes que vieram a usar o nome *de Macedo*⁴, julgo ter apurado várias, diferentes, que se incluíram na classe nobre. Mas grande parte delas terão obtido tal nome devido a uma simples origem geográfica, por serem inicialmente naturais dum qualquer dos topónimos Macedos. A única que achei provado documentalmente que proveio de fidalgos de solar, ou seja, cujo apelido se originou numa terra honrada chamada *Macedo*, foi a que teve o seu senhorio na área do actual município de Macedo de Cavaleiros, no séc. XIII.

Observe-se, no entanto, que a grande maioria dos descendentes desses fidalgos de solar, o foram, por ramos originados em linhas femininas, distantes do tronco e, por vezes, muito duvidosas, devido à crescente e generalizada anarquia da antroponímia portuguesa, a partir do séc. XVI. O uso do apelido, portanto, pouco ou nada prova só por si.

Mas isso não invalida que Macedo de Cavaleiros seja o solar que deu origem ao tronco dos que mais genuinamente usem o apelido *de Macedo*.

Então, que *cavaleiros* são esses?

O termo “*cavaleiros*”, em Portugal, experimentou, durante a Idade Média e até meados da Idade Moderna, uma relevante evolução semântica. Não significou sempre, ao longo desses séculos, a mesma realidade.

4 AMARAL, Augusto Ferreira do, *Macedos – Subsídios Genealógicos*, Lisboa, 2014.

Começou por abranger o conjunto de todos aqueles que, sobretudo pelo nascimento, mas também por prestígio pessoal reconhecido pelo soberano, dispunham ou passavam a dispor de vários privilégios jurídicos e sócio-económicos, então transmissíveis aos descendentes. Entre tais privilégios continham-se, nomeadamente, honras, isenções, regras próprias civis e penais, foro próprio e requisitos para o exercício de funções de chefia políticas, administrativas e militares.

Como essa distinção social, já antiga e comum em vários países da Europa, e particularmente na península Ibérica da reconquista, era da época em que os documentos laicos se redigiam ainda em latim, o termo usado para designar um membro desse estrato social era o de *miles*.

No latim, o essencial significado de *miles* era o de *cavaleiro*. Daí que o termo haja sido transposto para português como *cavaleiro*. E assim se manteve durante algum tempo, ultrapassando na documentação, o fim do séc. XIII.

Note-se que em alguns casos, escassos, ainda a designação de *escudeiro* foi usada nos documentos com significado quase idêntico ao de cavaleiro, apesar de isso se passar nos alvares da consagração europeia da instituição da cavalaria.

É que a difusão dos ideais dessa instituição, muito ligada á situação de guerra permanente que caracterizou a Idade Média na Europa, levou à criação generalizada de uma liturgia para a admissão à cavalaria, com um rito para armar cavaleiro, representando toda a carga ética, social e jurídica, que tal promoção levava consigo. Assim, durante alguns séculos, perdurou em países europeus o uso do termo *cavaleiro* para denotar aquele que, sendo escudeiro ou simples guerreiro a pé, por qualquer fundamento honroso, passava a estar associado à distinção de usar cavalo institucionalmente, por oposição àqueles a quem ainda não fora dada entrada na cavalaria.

Uma outra evolução se deu, em Portugal, no uso da designação de *cavaleiros*. Desde inícios do séc. XIV, com tendência a aumentar, eles passaram a significar, de preferência, a camada inferior dos *bene natorum*. (literalmente os *bem-nascidos*). Generalizou-se a tendência para distinguir, na nobreza, três camadas: a superior, designada por *ricos-homens*, a segunda por *infanções* e a terceira por *cavaleiros*. Esta estrutura tripartida viria a ser uma constante até o período da monarquia constitucional. Ao longo da Idade Moderna e do *ancien régime*, as duas camadas superiores tiveram outros nomes— a superior *grandes* ou *titulares*; a segunda *fidalgos*. Mas a inferior continuou a ser denominada dos *cavaleiros*. E tal tripartição reflectiu-se em outras instituições

nobiliárquicas em que foi usada: p. ex., nos moradores da Casa Real, a nobreza dividia-se a certa altura, entre *fidalgos do Conselho*, *fidalgos* e *cavaleiros*. A primeira destas categorias, à qual correspondiam moradias manifestamente superiores às das outras categorias, abrangia membros da família real, titulares, outros membros de altas linhagens e personagens muito influentes na orientação do monarca. À segunda pertenciam as subcategorias de *fidalgos-cavaleiros*, *fidalgos-escudeiros* e *moços-fidalgos*. E, à terceira, as subcategorias de *cavaleiros-fidalgos*, *escudeiros-fidalgos* e *moços de câmara*.

O termo *cavaleiros*, embora se tivesse mantido em alguma medida, polissêmico, serviu ainda, na Baixa Idade Média e na Idade Moderna portuguesas, em sentido restrito e em determinados contextos, para designar:

- os *cavaleiros professos das ordens religiosas-militares*;
- os *cavaleiros-vilões*, isto é, os que não o eram de geração e que os concelhos incumbiam de usarem a sua importância local para exercerem funções que aconselhavam o uso da monta;
- os *cavaleiros confirmados*, que eram os guerreiros, sobretudo nas praças do Norte de África que, por terem praticado façanhas, os governadores armavam cavaleiros no teatro de guerra e que depois obtinham a confirmação régia de tal distinção;
- os *cavaleiros profissionais*, desde os romanticamente denominados *cavaleiros-andantes*, até os militares que serviam na cavalaria;
- por último, os chamados *cavaleiros rasos*, que, no *ancien régime*, tinham moradia, mas eram filhados como “cavaleiros da Casa Real”, *tout court*; se bem que tidos como superiores aos que, nesta Casa, exerciam ofícios menores ou mecânicos, não eram considerados nobres.

Contudo, à data em que se realizaram as Inquirições de D. Afonso III e de D. Dinis, dizer que uma porção de território era “de cavaleiros” significaria primordialmente que toda ela, rural ou urbana, era de “cavaleiros de geração”, ou seja, gente “com nobreza hereditária”, ou ainda, de “filhos de algo”.

Naquela época, as consequências mais salientes dessa qualificação eram que os imóveis em causa estavam isentos de pagamento de foros ou outras prestações ao rei e que os senhores deles cobravam para si as prestações dos que tinham lá a sua morada, ou trabalhavam a terra e os seus produtos. Ou seja, queria dizer que essa terra era “honrada”. Era uma “honra”, instituição típica do regime senhorial.

Essa qualificação da paróquia de S. Pedro, em Macedo, aparece nas Inquirições de 1288. Aí foi averiguado:

«Freeguesya de Sam Pedro de Maçada a aldeya de Maçada foy de dom Nuno e d'outros filhos d'algo e dizem as testemunhas que a virom trager por onrra des que se acordam.»

Perante isto decidiu o rei D. Dinis:

«Este onrrada porque he de filhos d'algo e enquanto for de filhos d'algo.»⁵

Fica assim a afastada a hipótese, que perfunctoriamente poderia aventar-se, de a designação ter sido devida ao facto de aquele povoado pertencer a uma ordem religiosa-militar que, naquelas circunstâncias, poderia ser a dos Templários ou a dos Hospitalários.

Os “cavaleiros” da Macedo não eram os das ordens. Isto, não obstante haver no correspondente território, como havia certamente, bens e cavaleiros destas ordens, nomeadamente do Templo.

E como, ali os mencionados “cavaleiros”, na época, muito menos seriam dos outros tipos que vieram a ser denominados por aquele mesmo termo, e uma vez que, entre eles figuravam um rico-homem e infanções, a conclusão que indubitavelmente se impõe é a de que a palavra que completa o topónimo macedense significa justamente *filhos de algo*, ou seja, nobres de geração, privilegiados pela ordem jurídica, que sustentavam o estatuto da terra como terra honrada, ou seja, isenta.

É certo que não achei ainda, se é que o há, documento algum dos sécs. XII e XIII, que junte ao topónimo o acrescento “de cavaleiros”. Lê-se na entrada “Macedo de Cavaleiros” da Enciclopédia Verbo, a cargo de Francisco Videira Pires⁶:

«A partir do séc. XIV surge designada por Macedo dos Cavaleiros, a que um erro gráfico do mapa admn. de 1853 dá a forma actual. Esse aditivo deve-se, prováv., à categoria social dos referidos donatários, que entraram a ligar-se ao nome da terra.»

Mas ignoro qual o fundamento documental para tal afirmação.

5 *Portugaliae Monumenta Historica, Nova Série, volume IV/2, Inquisitiones*, editado por José Augusto de Sottomayor – Pizarro, Academia das Ciências de Lisboa, 2015, p. 277.

6 *Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura*, Lisboa, Editorial Verbo, 12º volume, s.d., p. 879 a).

Mesmo assim, creio poder presumir que a expressão “dos cavaleiros” ou “de cavaleiros”, é semanticamente determinada pela época das ditas inquirições. Os “cavaleiros” em causa seriam os “filhos de algo” que senhoriavam a área mais significativa daquela terra. Como já observava Viterbo⁷,

«No tempo d’el.rei D. Afonso III se começou a usar, entre os Portuguese, da palavra *fidalgo* ou *filho d’algo* para distinguir os *cavalleiros* e *escudeiros de linhagem*, dos que o não eram.»

Os de Macedo eram os que aí possuíam terras isentas. Tal isenção significava que o rei não cobrava aos seus senhores qualquer contraprestação real, nomeadamente o foro, e que os senhores tinham o direito de cobrar aos moradores, que exploravam a terra a qualquer título, as contraprestações acordadas ou costumeiras. Não estavam sujeitas a devassa, não entrava nessas terras um cobrador régio, eu seja, um *meirinho*, um *saião*, um *porteiro*, ou outro o oficial com funções semelhantes.

E donde vinha, para os senhores, esse privilégio?

A área correspondente àquela paróquia, assim como várias extensões de terra próximas dela, faziam parte do território que, anteriormente, desde pelo menos o último quartel do séc. XI, fora tenência hereditária da linhagem dos Braganções.

E é isso que explica que, quando se perdera já parte da memória desse passado, cerca de meados do séc. XIII, o sucessor natural na chefia da linhagem dos Braganções – D. Nuno Martins de Chacim – antes ainda da tomada do poder real por D. Afonso III, houvesse assumido o poder quase soberano de capturar terras que tinham passado para variados possuidores intitutados, de as *defender*, isto é, de impedir que os moradores fossem intimados a pagar contraprestações ao poder central, e de as distribuir, por si e por quem ele entendia fazê-lo, mormente por membros da sua estirpe ou a favor do mosteiro de Castro de Avelãs, do qual os Braganções eram os quase únicos patronos.

Ele fazia-o, certamente, no pressuposto de que a sua linhagem, nem por ter apoiado e prestado vassalagem a D. Afonso Henriques e de o ter aclamado rei em Ourique, deixara de conservar o domínio e as *direituras* feudo-vassaláticas do território pressupostos aquando dessa adesão ao novo reino.

Só assim se explica que tenha agido da forma em que o fez, aparentemente arbitrária e avassaladora, impunemente, durante cerca de uma década, que haja mantido a hegemonia militar com homens armados quase indiscutida, e que, não obstante, tenha sido chamado pelo novo rei D. Afonso III para *meirinho-mor*, ou seja, para o cargo cimeiro da manutenção da ordem e segurança internas, decisivo para assegurar a execução das

7 VITERBO, Frei Joaquim de Santa Rosa de, *Elucidário das Palavras, Termos e Frases*, edição crítica por Mário FIÚZA, Porto, Livraria Civilização, volume segundo, p. 85 a).

decisões régias e a cobrança das receitas do poder central nas várias regiões anarquizadas do país. Não deve omitir-se, mesmo, que o Bolonhês o encarregou de ser aio do príncipe herdeiro D. Dinis que, quando subiu ao trono, o nomeou para o mais elevado cargo da sua cúria – o de mordomo-mor – cargo que o de Chacim manteve até a morte, em 1284.

Macedo de Cavaleiros era, até o fim da 1ª dinastia, apenas uma freguesia – a de S. Pedro. Chamavam-lhe “aldeia” e pelas fontes documentais conhecidas se percebe que constituía apenas um pequeno povoado rural.

Valia, não tanto pela demografia nem pela sua qualificação jurídico-administrativa mas sim, pelo menos, por três razões:

- porque se situava no centro geográfico do nordeste transmontano, isto é, da extensa região hegemónizada por Bragança;
- porque tinha condições para gerar bom rendimento agrícola;
- porque era a sede rústica dos mais directos ramos descendentes dos antigos tenentes do território transmontano – os Chacins e os Macedos.

Exactamente por ser “de Cavaleiros”, e de esses cavaleiros serem predominantemente da linhagem bragançana, é que Macedo apresentava bom potencial para vir a constituir uma alternativa para a tentação centrífuga das populações do nordeste transmontano.

Com a construção do Estado, terminada em D. Dinis, e o quase desaparecimento das instituições e estruturas do regime senhorial que continuou a verificar-se, o interior transmontano não se ajustou facilmente aos novos condicionalismos. E com o fim da 1ª dinastia, a acentuação do urbanismo, a atracção pela hegemonia dos grandes centros urbanos animados por algum comércio internacional, como Lisboa e Porto, e o começo da expansão portuguesa, acentuou-se a incapacidade do interior profundo para implementar grandes alternativas locais viáveis. O nordeste transmontano, sendo então uma fronteira pouco aberta para Castela, também não beneficiou de infraestruturas nem teve ao seu dispor investimento em novas actividades que fixassem as populações e lhes dessem o bem-estar que os novos ventos traziam aos que se aproximavam do mar para se lançarem na grande aventura da abertura ao mundo.

Assim se explica que só decorridos longas centúrias, em meados do séc. XIX, depois das radicais alterações abertas pela guerra civil e pela implantação do regime constitucional, é que Macedo de Cavaleiros foi tornado concelho, concentrando em si antigos concelhos e freguesias vizinhas que haviam tido, no passado, maior dotação demográfica e mais notoriedade.

Percebe-se, contudo, que o fenómeno, posto que tardio, tem raízes muitos séculos atrás. Macedo de Cavaleiros era, desde os séculos finais da Idade Média, um dos mais fortes fulcros potenciais da congregação dos interesses transmontanos nordestinos, e não apenas por razões geográficas, por ocupar a região central do distrito, próxima simultaneamente da capital (Bragança), do Douro mais tarde chamado “vinhateiro”, de Zamora, da Galiza meridional e dos limites minhotos orientais. Havia também algumas razões históricas. Naquele coração transmontano assentara a sua sede rural a linhagem que simbolizara uma das mais relevantes contribuições dos povos anteriores à nacionalidade portuguesa para a fundação e, mais tarde a sustentação, do reino de Portugal. Uma linhagem que tinha a sua sede nominal em Bragança, mas cujos descendentes se localizavam também na região de Macedo, onde detinham grande parte do seu património imobiliário.

A decisão de deixar a obediência a Leão para a entregar ao regente do Condado Portucalense, na 1ª metade do séc. XII, deve-se ao povo cujos chefes eram os principais proprietários em Macedo e nas freguesias limítrofes.

É certo que, pelas contingências do devir, a decisiva organização do Estado português teve o contributo decisivo de um macedense – D. Nuno Martins de Chacim. E a oportunidade de salvar a vida a D. João I em Aljubarrota, assegurando assim a unidade e a independência nacionais, foi aproveitada por um macedense – Martim Gonçalves de Macedo.

Mas isso não é tudo.

Importa investigar e tentar desencantar também mais factos e personagens injustamente esquecidas pelos historiadores rotineiros, que se deixam monopolizar pelos temas cediços da historiografia tradicional e central.

Vai nesse sentido o contributo que ora se apresenta.

Não só vale a pena tentar enriquecer o conhecimento prosopográfico das personagens que habitavam no passado o território de Macedo de Cavaleiros, o que é escopo meritório de todo o estudioso da história pátria e, particularmente, da transmontana; mas também cumpre trazer a lume tudo o que possa saber-se sobre os vultos que mais se destacaram em tempos pregressos, naquela região.

É aqui que surge a oportunidade de abordar o morgado de Macedo de Cavaleiros.

José Cardoso Borges foi um erudito regional transmontano, consabido por todos os que conhecem alguma coisa do passado distante das terras do Nordeste. Nas primeiras décadas do séc. XVIII ele trabalhou intensamente na recolha de informação, histórica, geográfica, artística e genealógica relativa ao actual distrito de Bragança.

E, como não podia deixar de ser, um dos maiores vultos da cultura daquela região – o Abade de Baçal⁸, padre Francisco Manuel Alves – nas suas monumentais *Memórias Arqueológico – Históricas*, recorreu bastante à obra de José Cardoso Borges.

Cardoso Borges tem sido muito valorizado pelos historiadores contemporâneos que, usando de criteriosa crítica, vêem nele uma fonte preciosa e credível, para o conhecimento das realidades daquela região anteriores ao seu labor.

Já no séc. XXI as suas Memórias de Bragança, contidas num códice manuscrito, foram mesmo publicadas em ortografia actual, acompanhadas dum excelente e pormenorizado estudo por um conjunto de académicos centrados na Universidade do Porto⁹. A obra acha-se na Biblioteca Nacional de Lisboa¹⁰, onde até então permanecera manuscrita.

Nela se lê¹¹:

«Solar dos Macedos

É solar dos Macedos o lugar de Macedo de Cavaleiros, no distrito desta cidade [Bragança], e se chamou em tempos Maçanedo, que se corrompeu em Macedo. Todas as casas nobres desta cidade [Bragança] são Macedos e outras muitas da província.

E nesta cidade acho a Gonçalo de Macedo, que era filho de Martim Gonçalves de Macedo, em um acórdão da Câmara, de 1448, sendo juízes Rodrigo afonso Galego e Pedro Machado, escrito em pergaminho e tem o nº 19.

De João de Macedo, desta cidade, que foi alcaide-mor do Outeiro, descendem os condes de S. Miguel e outra muita nobreza.

E suposto se vai perdendo nesta cidade o apelido dos Macedos, ainda se conservam em seus descendentes duas casas antigas com torres que foram dos Macedos, uma do alcaide-mor Lázaro de Figueiredo Sarmento, na Rua Direita, e outro de Álvaro de Morais Soares, capitão de cavalos, na Rua do Espírito Santo. E dentro dos muros houve uma casa com torre desta família e se chamava a torre dos Maçanedos. Consta por uma escritura do arquivo da Câmara de 1519 da compra que fez umas casas e venderam João Correia, escudeiro, e sua mulher Genebra de Macedo, que diz partem com casas de Álvaro de Chaves e com a casa-torre que foi dos Maçanedos. E dizem que os Macedos trazem origem do conde D. Gomes de Maçanedo. Bem pode ser viesse para esta cidade algum de seus descendentes e

8 ALVES (Abade de Baçal), Francisco Manuel, *Memórias Arqueológico – Históricas do Distrito de Bragança*, 11 tomos, reedição, Bragança, Museu Abade de Baçal, 1981 e anos segs.

9 BORGES, José Cardoso, manuscrito com o único título *Descrição topográfica da Cid.e de Bragança*, publicada com o título *Memórias de Bragança*, edição por vários autores com coordenação de Fernando de SOUSA, Bragança, CEPESE, 2012

10 Biblioteca Nacional de Lisboa, Reservados, Colecção Pombalina, nº 248.

11 BORGES, José Cardoso, ob. cit. publicada, pp. 188-189.

fosse sua esta torre de que tivesse princípio o solar de Macedo.

Neste lugar de Macedo se conserva o morgado que, em 8 de fevereiro da era de 1391, que é ano de 1353, instituiu Rui Fernandes de Macedo, filho de Fernão Esteves de Macedo, //

E teve mais filhos, a Aires Fernandes de Macedo e Gonçalo Fernandes de Macedo, que foi pai de Martim Gonçalves de Macedo, o que livrou a el-Rei D. João I do lance em que se viu com o Sandoval na Batalha de Aljubarrota, em que se acharam estes Macedos. E deu motivo aquela acção para o timbre das suas armas. E deste Martim Gonçalves de Macedo era filho Gonçalo de Macedo, que viveu nesta cidade como fica mostrado...

Não usam hoje estes morgados do apelido de Macedo de que muito se deviam lembrar, pois possuem o mesmo solar com vínculo acreditado com brasão tão nobre que aqueles ilustres cavaleiros granjearam. E deles ficou este nome ao lugar de Macedo e a este morgado uma regalia, porque vindo a ser o lugar de Macedo foreiro da Sereníssima Casa de Bragança, unicamente as herdades deste morgado não pagam reguengo. E têm por tradição que os Sereníssimos duques os conservaram nesta liberdade pela ocasião de Aljubarrota com o senhor Rei D. João I, seu glorioso ascendente.»

José Cardoso Borges foi um investigador benemérito, pois pesquisou e salvou a memória de muitos documentos, como se disse.

É certo que as conclusões genealógicas e históricas que, por vezes, tentou extrair dos factos constantes desses documentos nem sempre foram acertadas, tal como fez eco de algumas tradições locais lendárias que hoje é possível desmentir e, bem assim, confiou demasiado na fiabilidade de nobiliários medievais – no que não fez mais do que ir na onda da *communis opinio* de então. Mas usou sempre de cautela e teve frequentemente a preocupação de revelar a origem não documentada daquelas tradições, o que permite que o consideremos uma fonte séria e razoavelmente segura.

O que sobretudo importa é que podemos confiar nas cópias que fez de documentos antigos, bem como nas informações que percebemos terem sido deles extraídas.

Nomeadamente, no que toca à instituição do morgado de Macedo, e na descrição da família mais próxima do instituidor, temos sólidas razões para entender que os dados que ele escreveu nas Memórias referidas, foram obtidos correctamente da documentação que ele manifestamente consultou.

Que ele, neste particular, leu e se baseou em documentos originais se infere do facto de datá-los na era de César e depois converter esta para a do nascimento de Cristo. Por isso e por outras considerações acessórias, creio que podemos assentar em que o dito morgado foi mesmo instituído em 1353, por Rui Fernandes de Macedo, filho de Fernão Esteves de Macedo. E mais podemos assentar em que, deste mesmo Fernão Esteves de Macedo, eram filhos (e, portanto, irmãos daquele Rui Fernandes de Macedo), Aires Fernandes de Macedo e Gonçalo Fernandes de Macedo. Assim como é certamente verdade que este Gonçalo Fernandes de Macedo foi o pai do grande macedense Martim Gonçalves de Macedo.

Mas já o mesmo crédito não merece a afirmação de que o Gonçalo de Macedo mencionado num pergaminho da Câmara de Bragança fosse filho de Martim Gonçalves de Macedo. Esse pergaminho parece ser um que ainda hoje subsiste, o qual não menciona qualquer filiação para aquele Gonçalo de Macedo. E é erro tê-lo por filho do herói de Aljubarrota, como a seguir se verá.

É indubitável que o tratamento, por José Cardoso Borges, da genealogia destes Macedos antigos patenteia várias deficiências.

Noto fundamentalmente os seguintes.

Por um lado, ele nunca conseguiu aperceber-se de que havia uma estreita relação entre os Macedos e os Bragançons. Não explorou, nomeadamente o texto das Inquirições (as de D. Afonso III e as de D. Dinis) nem alguns documentos da Chancelaria de D. Dinis, e não se lembrou de associar o patronímico Esteves, do Fernão Esteves de Macedo, que mencionou, ao Estêvão Anes de Bragança, que aliás noutra ponto das *Memórias* mencionou. Por isso, não lhe terá passado pela cabeça que esse patronímico era devido a ser o Fernão Esteves filho do dito Estêvão, que com toda a probabilidade, era um Braganção por varonia.

Por outro lado, embora haja afirmado que D. Nuno Martins de Chacim era um Braganção, ignorava como é que o era. Nisso, a sua fonte circunscrevia-se ao chamado *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro*, já editado em Madrid, à data em que recolheu as *Memórias*, o qual deixava muito a desejar sobre o conhecimento daquela linhagem nos sécs. XI a XIII.

Em terceiro lugar, José Cardoso Borges não consultara decerto os livros das chancelarias de D. João II e de D. Manuel I; de contrário, haveria de ter-se referido ao fidalgo João de

Macedo, que possuiu o aludido morgado e que foi chefe do nome e armas de Macedo, como a seguir se dirá.

Ele não se apercebeu do enquadramento genealógico deste João de Macedo no tronco dos Macedos e, portanto, na linhagem bragançana, nem de que ele chefiava a gente deste apelido, nem de que foi, nos sécs. XV e XVI uma das mais importantes personagens do nordeste transmontano.

Ainda uma advertência.

Já tem havido confusão sobre este João de Macedo e um João Teixeira de Macedo contemporâneo, igualmente transmontano, que foi também personagem destacada na história portuguesa e deu origem a descendentes com notoriedade e protagonismo.

Mas, afora essas afinidades, pouco ou nada têm a ver um com o outro.

João Teixeira de Macedo, localizava-se na região de Chaves¹².

Em 4 de outubro de 1461 tomou ordens menores em S. Domingos de Vila Real. No assento foi identificado como João Pires de Macedo, ainda por influência do antigo uso do patronímico “verdadeiro”, mas não pode haver dúvidas de que era este o que mais tarde se chamou João Teixeira de Macedo. Reza assim o dito assento:

- «Joham Pires de Maçedo filho de Pero Teixeira e de Johana Martinz de Maçedo da freguesia de Sam Denis de Villa Real»¹³.

Com ele tomaram as mesmas ordens um seu irmão inteiro, Gonçalo Teixeira, e dois irmãos consanguíneos, ilegítimos, de mães diferentes, João Teixeira e Pero Teixeira.

João Teixeira de Macedo foi contador da comarca de Trás-os-Montes em tempo de D. Afonso V¹⁴, alcaide-mor do castelo de Montalegre e fidalgo do Conselho de D. Manuel I¹⁵.

12 Foi referido em vários trabalhos publicados, dos quais menciono especialmente TEIXEIRA, Júlio, *Fidalgos e Morgados de Vila Real e seu termo*, Vila Real, 1952, 4º volume, pp. 226-230, 252-255, e 259, e SÃO PAYO, Luiz de Mello Vaz de, “Famílias de Chaves – I ... Teixeira”, in *Raízes & Memórias*, órgão periódico da Associação Portuguesa de Genealogia, Lisboa, nº 12, 1996, pp. 155-157.

13 FERNANDES, Maurício Antonino, *Matrículas dos Ordinandos da Mitra de Braga (1430-1588)*, tomo I (1430-1464), Ponte de Lima, Edições Carvalhos de Basto, L.da, 2002, p. 348.

14 Torre do Tombo, *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 29, fls. 252v e 253.

15 Torre do Tombo, *Chancelaria de D. Manuel I*, livro 28, fl. 57.

Tomou por combate a povoação de Vilvestre, na vizinha Galiza, e susteve-a por três anos. Morreu em 6 de julho de 1506, conforme a inscrição que, junto do seu brasão de armas na sua capela de S. Brás, onde jaz, em Vila Real¹⁶.

A sua varonia era da estirpe Teixeira, a qual, segundo recente e fundamentada investigação, provinha, por intermédio dos Fafes, sempre por linha varonil, da linhagem condal fundada por Vímara Peres, presor do Porto no séc. IX.

Seu pai, Pedro Teixeira, foi vedor do Duque de Bragança, contador do almoxarifado de Vila Real e, em 1471, corregedor da comarca de Trás-os-Montes.

Sua mãe chamava-se Joana Martins de Macedo, filha dum Martim Anes e duma senhora que provavelmente se chamaria “de Macedo”. À primeira vista, terá sido apenas por essa via que João Teixeira de Macedo recebeu tal apelido. O avô materno era um João Pires Escolar, que fora senhor dum importante morgado, o de S. Brás, em Panóias (Vila Real) e Constantim.

Não consegui uma explicação directa, documentada, para o apelido *de Macedo* de sua mãe.

Mas é de crer que ele se deve ao facto de João Teixeira de Macedo possuir bens imóveis na área de Macedo de Cavaleiros, os quais se integraram no morgado de S. Brás, como parece resultar da carta régia de finais de 1472. Talvez esses bens consistissem ou se relacionassem com uma «quintã da terra de Macedo». Com efeito, D. João II, tendo em atenção os seus muitos serviços, fez-lhe, em 1484, mercê das «rendas, direitos do pão e vinho e aves» dessa quintã, ao mesmo tempo que lhe doou também quatro aldeias no termo de Bragança – Nozelos, Areias, Vilarinho do Monte e Vilarinho de Agrochão¹⁷. Se só então João Teixeira de Macedo teve direito aos ditos direitos e rendas, parece que, antes, a dita quintã não era isenta.

Por isso se não pode afirmar, com todas as letras, que esse Macedo fosse oriundo de Macedo de Cavaleiros, nem que fosse parente de tais “cavaleiros”.

O João de Macedo de quem agora me ocupo é outro. E, esse sim, era irrefragavelmente da estirpe dos “cavaleiros” de Macedo de Cavaleiros.

16 TEIXEIRA, Júlio, *ob. cit.*, p. 259.

17 Torre do Tombo, *Leitura Nova*, I, livro 4, fls. 247v-248.

Começamos por transcrever o registo da sua carta de armas que foi feito num dos belíssimos livros da Leitura Nova¹⁸:

«Dom Manuell rey a quantos esta carta virem fazemos saber q~ Joham de macedo fidalguo de nossa casa nos fez petiçam que elle descendia da jeraçam e linhagem dos de macedo que he o chefe e tem a casa e solar desta linhagem por ser filho legitimo de g.º de macedo e neto de fernam estevenz de macedo que foy o chefe desta linhagem e que // de direito as suas armas lhe pertecem, pedindo nos por merce que p.º a memoria de seus antepassados se nom perder e elle gouvir e usar da honra das armas que pellos merecimentos de seus serviços ganharem e lhe forem dadas assi dos privilegios honrras graças e mercees que por dereito por bem tellas lhe pertencem lhe mandassemos dar nossa carta das ditas armas que estavam registadas em os livros dos Registos das armas dos nobres e fidalguos de nossos Reinos que tem portugual nosso principal Rey darmas A qual peticam vista por nos mandamos sobre elle tirar Inquiriçam de testemunhas pella qual fomos certo elle ser o chefe da dita linhagem e que as suas armas lhe pertencem de direito As quaes lhe mandamos dar em esta nossa carta com seu brasam elmo e timbre como aqui sam devisadas e assi como fiel e verdadeiramente se achavam devisadas e Registadas nos livros dos Registos do dito portugual Rey darmas As quaes sam as seguintes: o campo azul e cimquo estrelas douro de seis pernas elmo de prata aberto e por timbre huu~ braço vestido de azul cõ huu~a maca de ferro o cabo douro paquife douro e azul / o qual escudo armas e sinaes possa trazer e traga o dito Joham de macedo Assi como as trouveram e dellas usaram seus antecessores em todollos lugares donrra em que os ditos seus antecessores e os nobres e antiguos fidalguos sempre costumaram as trazer em tempo dos muy esclarecidos Reis nossos antecessores e com ellas posam emtrar em batalhas campos duelos Retos e escaramuças e desafios e exercitar com ellas todos outros autos licitos de guerra e de paz E assi as posa trazer em suas firmas anees e sinetes e devisas e as poer em suas casas e edefficios e leixallas sobre sua propia sepultura e finalmente se servir e honrar gouvir e aproveitar dellas em todo e per todo como aa sua nobreza comvem com o que queremos e nos praz que aja elle e todos seus descendentes todallas honrras e privilegios e liberdades graças e merces lzenções e franquezas que ham e devem aver os fidalguos nobres e de antiga linhagem e como de todo sempre usaram e gouviram seus antecessores Porem mãdamos a todos

18 Torre do Tombo, *Leitura Nova*, Místicos, livro 6, fls. 158v-159.

nossos corregedores e desembargadores Juizes e justiças e alcaides e em especial aos nossos Reis darmas arautos e pasavantes e a quaisquer outros officiaes e pessoas a que esta nossa carta for mostrada e o conhecimento della pertencer que em todo lha cumpram e guardem e façam cõprir e guardar como em ella he conteudo sem duvida nem embargo alguu~ que lhe a ello seja posto porque assi he nossa merçee Dada em lisboa A quinze dias de abril elRey ho mandou pello bacharel antonio Rodrigues portugual seu Rei darmas principal pero devora escrivam da nobreza a fez de mil e quinhentos e dezoyto.»

Por este registo se vê estar feita prova plena de que João de Macedo era fidalgo da Casa Real e de forma nenhuma se confundia com João Teixeira de Macedo. E mais se prova plenamente que aquele era chefe da linhagem e do nome e armas dos Macedos, filho de Gonçalo de Macedo, que também o fora, e neto paterno de Fernão Esteves de Macedo, que igualmente o fora.

João de Macedo não foi, pessoalmente, uma figura apagada. Desempenhou, no nordeste transmontano, funções de grande relevo.

Recebeu ordens menores, dadas pelo bispo D. Gil em Ervededo, em 1 de julho de 1461¹⁹, identificado como:

«Joham de Maçedo filho de Gonçallo de Maçedo e de Tareyga Sanchez da freguesia de Santa Maria de Bragança».

Como tais ordens eram tomadas, por via de regra, entre os 7 e os 15 anos de idade, ele devia ter nascido entre 1446 e 1454.

Interveio em 1 de setembro de 1478, como testemunha numa escritura de escambo entre o rei e o mosteiro de Castro de Avelãs. Era então escudeiro criado da rainha de Castela e Portugal, ou seja, de D. Joana, a “Excelente Senhora”²⁰.

Cabe lembrar que a batalha de Toro tivera lugar em 2 de março de 1476 e que D. Afonso V, que se considerara vencido nela, retirara para Portugal e depois viajara para França, enquanto sua sobrinha, a dita D. Joana, com quem casara e cujos direitos ao trono tentara fazer valer, se refugiara também em Portugal, ao que parece, primeiramente na

19 FERNANDES, Maurício Antonino, *ob. cit.*, p. 341.

20 ALVES (Abade de Baçal), Francisco Manuel, *ob. cit.*, tomo III, pp. 99-100.

Guarda. O rei regressou ao país e reencontrou-se em 15 de novembro de 1477 com a “Excelente Senhora”, que aqui permanecia e continuou a permanecer «em lugar régio seguro»²¹. É muito possível que João de Macedo haja entrado ao serviço desta rainha em 1476 ou 1477 e, em terras do Norte português. E que, nessas funções, tenha curado da segurança da pessoa dela, tarefa que, como se compreende, envolvia especial cuidado. Note-se, porém, que o nome dele não figura em três listas de pessoas que estavam ao serviço da “Excelente Senhora” em 1486 e cerca de 1500²².

De qualquer maneira, é de admitir que esses serviços, prestados à Coroa, em circunstâncias tão delicadas para esta, tenham sido considerados assaz relevantes, pois foi sobretudo na sequência deles que João de Macedo veio a ser contemplado com mercês que o apontam como uma das figuras mais destacadas da região nos finais do século XV e inícios do seguinte.

Sublinhe-se que ele tinha, de sua progénie, condições para beneficiar dessa ascensão. Era chefe de uma estirpe senhora, ali, de bens honrados, os quais, de resto, haviam sido vinculados num morgado em data vetusta. Em 1353, no país²³, esta instituição – o morgadio – não somava mais de duas dezenas de casos. E seu pai, Gonçalo, fora também chefe do nome e armas de Macedos e almoxarife da alfândega do porto de Bragança.

Não pode também esquecer-se que João de Macedo casou com uma filha de João de Sousa que, segundo se crê, fora alcaide-mor de Bragança no tempo em que os Duques de Bragança já eram senhores da cidade²⁴. Pode ter sido nomeado para tal cargo pelo 2º Duque, falecido em 1478, ou pelo 3º Duque, executado em 1483, ou pelo próprio rei D. João II, ou pelo 4º Duque, D. Jaime, em quem foi restituído o ducado em 1496. Tirando os senhores da cidade, João de Sousa seria assim, por algum tempo, a personagem mais importante de Bragança. É, pois, natural que seu genro beneficiasse de tal situação.

João de Macedo recebeu de D. Afonso V, por carta de 15 de janeiro de 1480, o ofício de almoxarife da alfândega real do porto de Bragança, no qual sucedeu a seu pai, que o exercera também por carta do mesmo rei e que, certamente, havia já morrido. Era, já escudeiro do príncipe, futuro D. João II²⁵. E da mesma maneira foi confirmado no mesmo cargo, por este rei, por carta de 22 de maio de 1482²⁶.

21 Para estes factos e datas, segui AZCONA, Tarsicio de, *Juana de Castilla, mal llamada La Beltraneja 1462-1530*, Madrid, Fundación Universitaria Española, 1998, pp. 68-71.

22 *Ibidem*, pp. 98-99, 121-121 e 123-124.

23 Maria de Lourdes, *O Morgadio em Portugal. Sécs. XIV e XV.*, p. 272.

24 BORGES, José Cardoso, *ob. cit.* publicada, p. 110.

25 Torre do Tombo, *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 26, fl. 7.

26 Torre do Tombo, *Chancelaria de D. João II*, livro 6, fl. 55v

Teve uma briga com Rui Teixeira, escudeiro de Vila Real, possivelmente parente de João Teixeira de Macedo, acima referido. Feriu-o, mas veio a beneficiar do perdão do rei, em 8 de julho daquele ano²⁷.

O mesmo D. João II fez-lhe mercê do cargo de vedor dos seus vassallos na mesma cidade, conforme carta de 16 de julho de 1483. Era então fidalgo da Casa Real²⁸.

Pouco mais de dois meses depois, em 26 de setembro, o rei nomeou-o alcaide-mor da vila e do castelo de Outeiro, junto a Bragança. E logo no dia seguinte lhe concedeu a tença de 10 mil reais brancos²⁹.

Sucede que menos de três meses antes, em 20 de junho, o 3º Duque de Bragança, D. Fernando II, fora decapitado por alegada conspiração contra o rei. E, com tal drástica sentença, o ducado reverteu por algum tempo para Coroa.

Tudo indica, portanto, que D. João II confiou então, plenamente, em João de Macedo, nesse momento delicado em que desferiu um golpe demolidor no poderio da casa de Bragança, entregando-lhe importantes funções e meios na cidade transmontana para evitar que houvesse revoltas por parte dos apaniguados daqueles duques.

Relacionado com este cargo, foi-lhe dado, por D. João II, o privilégio de 30 homens ao seu serviço para o castelo do Outeiro³⁰, decerto pela conveniência de ser este uma fortificação de fronteira de Bragança e bem assim de velar pelo regular funcionamento daquela fonte de cobrança dos rendimentos da alfândega do dito porto de importação e exportação de bens de e para Castela.

Quando morreu D. João II, sucedeu-lhe no trono seu primo D. Manuel I. E logo este autorizou o regresso a Portugal de D. Jaime, filho sucessor do duque de Bragança supliciado, tratando de repô-lo na posse dos bens do ducado. E incluiu nesse conjunto o cargo de alcaide-mor do castelo do Outeiro, com todas as rendas e direitos que lhe pertenciam.

27 Chancelaria de D. João II, livro 3, fl. 19.

28 Chancelaria de D. João II, livro 24, fls. 87v e 88.

29 Chancelaria de D. João II, livro 24, fl. 50v.

30 Chancelaria de D. João II, livro 9, fl. 76.

Prontamente, porém, tratou de indenizar João de Macedo pela perda dos ditos cargo e rendas, como se vê pela mercê que lhe deu, por carta de 8 de dezembro de 1497³¹:

«Dom manuell rey a quãtos esta nossa carta virem fazemos saber que elRej dom Joham meu señor que ds. aja avendo respeito aos muytos serviços, que tynha rreçebidos e ao diante esperava de receber de Joham de maçedo fidallguo de sua casa comfiando de sua bomdade e lealdade lhe fez merçee per sua carta dalcaidaria moor do outeiro de mjramda com todallas rendas e dr'tos que aa dita alcaidaria pertencem E por quanto elle nos leixou ora o dito castello pera o darmos, e confirmarmos ao duque de bragamça meu m.to amado e prezado sobrinho E damos por bem e nos praz que em comtemtamento e satisfaçam delle e da homrra delle elle tenha e aja de nos, de teença em cada huu~ ano em dias de sua vida trimta mil e duzetos e quatorze rreaaes, xxiiij mil cc xiiij que outro tamto quamto sse achou q~ rrendiam as rremdas que tynha com o dito castello e de seis mjll rreaaes lhe damos aallem disso no comto da dita satisfaçam e esto des primeiro dia de Janejro que viera do anno de de mjll cccclbxx // em diamte Dos quaaes dinheiros queremos que lhe sejam assemtados, na torre de memcorvo e aja deles pagamento pollo rremdimento das nossas ssisas, de freixo despada çimta aos quartees do anno per'em cheo sem nello aver quebra E porem mandamos ao nosso allmoxarife ou rrecededor do dito almoxarifado da torre de memcorvo e ao esprivão do seu ofiçio que des o dito primeiro dia de janeiro que venia em diamte lhe dem e paguem cada âno os ditos xxx mjll cc xiiij rreaaes pollo rremdimento das ditas ssisas de freixo aos quartees per em cheo sem nella aver quebra como dito he per esta soo carta sem mais que outra de nossa fazemda ... etc.»³².

Recebera pouco antes também a mercê de uma tença de 5100 reis, confirmada por D. Manuel I datada de 25 de abril de 1496³³.

O morgado do qual João de Macedo era possuidor, instituído em 1353, como acima dito, abrangia certamente um núcleo relevante de imóveis provenientes da honra que dera origem ao apelido nobre de Macedo. Não obstante, a sucessão na posse desse vínculo, permanece obscura pela falta de documentos subsistentes que a revelem. E, em consequência, não está presentemente ao meu alcance, expor sistematicamente a descendência que o possuiu..

31 Torre do Tombo, *Leitura Nova*, Livro 4 de Místicos, fls. 56v-57.

32 Chancelaria Régia, *Leitura Nova, Místicos*, livro 4, fls 56v-57.

33 Chancelaria de *D. Manuel I*, livro 33, fl. 94.

Recorro aos dados fornecidos por José Cardoso Borges para tentar saber o que a tal respeito seja possível. Escreveu ele³⁴:

«§ 14

O Morgado de Macedo dos Cavalleyros q instituiu em 8 de Fev.ro do anno de 1353 Ruy Frz. de Macedo filho de Fernão Esteves de Macedo, o logrão as fazendas deste morgado serem livres de reguengo, pela cauza q se dice no solar dos Macedos, appellido de q estes morgados devião usar. Cazou Ruy Frz. de Macedo com Leonor Frz de Carvalho.

He possuidor deste Morgado seo descendente Jorge de Moraes Sarmento cazado com D. Micaela do Sil Carneyro filha de Andre do Sil Carneyro; ele filho de Matheus de Moraes, que cazou com D. Maria de Madureyra Sarmento herdeyra deste morgado, filha de Manoel de Madureira Sarmento, e de D. Anna de Castro, e neto de Alvaro de Madureyra, e de Violante Sarmento.»

Como foi o morgado parar à posse do referido Manuel de Madureira Sarmento, avô materno daquele Jorge de Morais Sarmento, não me foi possível apurar até hoje. Aparentemente terá havido relação de parentesco com os senhores do morgado de Parada que, em algumas gerações, moraram em Vimioso. Mas é duvidoso que por eles tivesse seguido a posse do vínculo de Macedo de 1353.

E pouco consegui acrescentar àquela informação de Cardoso Borges.

Achei somente que Jorge de Morais Sarmento e sua mulher D. Micaela do Sil Carneiro tiveram vários filhos, baptizados na freguesia de S Pedro, de Macedo de Cavaleiros: António José, nascido em 1 de outubro de 1708, Inácio Xavier, nascido em 24 de janeiro de 1714; Luísa, nascida em 27 de novembro de 1716; e Mariana, nascida em 1 de dezembro de 1718.

Não logrei apurar o destino destes filhos e filhas. Pensei perfunctoriamente que o Inácio Xavier fosse o mesmo que Inácio Xavier de Morais Sarmento que foi personagem com algum destaque na segunda parte do séc. XVIII transmuntano e fidalgo-cavaleiro da Casa Real. Mas desenganei-me: trata-se apenas de homonímia. Este último era filho de outro pai, e neto e bisneto por varonia de outros antepassados, localizados em Frechas, na comarca de Moncorvo³⁵.

34 BORGES, José Cardoso, *ob cit.* manuscrita, fls. 126v, e *ob. cit.* publicada, p. 222.

35 Torre do Tombo, *Registo Geral das Mercês*, D. José, livro 5, fl. 410

Encontrei também o assento de óbito daquele Jorge de Moraes Sarmento, que reza assim:

«Aos quatorze dias do mes de janeiro de mil e setecentos e quarenta e tres faleceo desta vida presente Jorge de Moraes Sarmento deste lugar de Macedo freguesia de Sam Pedro recebeu todos os Sacramentos foy sepultado dentro da mesma igreja e fes testamento e deixou tres officios de doze Padres e Missas das chagas e agonia e mais vinte e cinco Missas de tençam a varios Santos e pelas penitencias mal compridas, e mais dosentas Missas pela sua Alma, mais vinte Missas no Altar de Santa Crux, em as sextas feiras por ser privilegiado. Mais corenta pela Alma de seo Pay e May, des por Nicolao de Lobam sinco pella Alma de Antonio de Moraes e deixou mais alguns legados como consta de seo testamento pera que conste fis este assento por mim assinado dia Mes era ut supra, o Reytor Aleyxo Borges de Carvalho janeiro de 1743».

A exuberante abundância de missas – em número que largamente supera o de todas as que, no distrito de Bragança, tinham sido poucos anos depois deixadas como encargos de morgados e outros vínculos³⁶ – não interessa apenas à história das mentalidades. Revela, além disso, um razoável excedente e alguma prosperidade dos rendimentos do morgado.

E inculca, à primeira vista, uma certa probabilidade de que o *de cuius* não estivesse limitado, nas suas disposições, por herdeiros forçados.

Mas qual o teor do resto do seu testamento, se terá deixado descendência, e como acabou o antigo morgado de Macedo, é matéria que continuo a desconhecer.

Não obstante, o pouco que achei não será desprovido de relevância para a prosopografia e para a história de Macedo de Cavaleiros, quer para a história sócio-económica, quer para a da arte e do património.

O fidalgo João de Macedo deve juntar-se, pois, a seu parente Martim Gonçalves de Macedo³⁷, como personagem destacada do início da Idade Moderna, muito imbrincada com o passado e no património cultural de Macedo de Cavaleiros.

36 Ver ALVES (Abade de Baçal), *Francisco Manuel, Memórias ... etc. cit.*, tomo IV, 1983, pp. 334 a 350.

37 Ligava-os, ao que creio, um parentesco de 7º grau da linha colateral, pois o 4º avô na varonia de João de Macedo era avô, também por varonia, de Martim Gonçalves de Macedo.

τφ



A Bala de Junot – Um enigma para a história



A Bala de Junot – Um enigma para a história

*Miguel Sanches de Baêna

***No seio de hum crespo Monte
Que às altas nuvens faz guerra
Desafiando Corisco
Com que Jove assusta a terra***

(canção patriótica 1808 – 1ª quadra)

Na primeira semana de fevereiro de 1811 estando os corpos do exército Francês acantonados na Chamusca sendo o comandante em chefe o Marechal André Massena, convocou uma reunião com os seus principais generais a fim de discutirem uma estratégia de retirada para o norte.

Dessa reunião, que teve lugar no dia 18 desse mês, na Golegã no solar dos Saldanhas, onde se encontrava aboletado o General Loison, ficou-nos uma memória da autoria do general Kock (memórias de Massena na campanha de 1810-11 em Portugal), na qual se relata tudo o que se passou.

Deste relato destaca-se a figura de Junot que numa forma lucida teria opinado o seu parecer em relação à estratégia mais correcta para uma retirada. Um estudo mais profundo veio-nos demonstrar uma realidade bastante diferente. Junot não podia ter estado presente nesse encontro porque exactamente um mês antes na região de Rio Maior fora atingido na cara por um projectil de uma caçador (franco-atirador) britânico que lhe esfacelou parte do maxilar e do nariz.

A agravar esta situação recorde-se que Junot já tinha sido ferido por mais duas vezes: na campanha de Itália, em 1798 foi ferido na cabeça, o que lhe causou alterações no pensamento e no carácter, e na campanha do Egipto, 1801, onde foi ferido num duelo e capturado. O ferimento em Portugal deixou-o gravemente ferido na face e com sinais evidentes de demência.

* Doutorado em História, Investigador do Centro de História da Universidade de Lisboa, Investigador e vice-Presidente da Associação Terras Quentes, Perito em História militar, Diplomata de carreira na disponibilidade de serviço. Conselheiro técnico para a parte histórica de vários filmes notáveis; a exemplo” Non, ou A Vã Gloria de Mandar” de Manuel de Oliveira, 1990; Braveheart realizado por Mel Gibson, 1995, Linhas de Wellington 2012 produção Franco/Portuguesa de Raoul Ruiz.

Perante tudo isto não se torna muito viável, nem credível que o general Junot tenha estado presente na reunião da Golegã e, muito menos abordado com lucidez assuntos complexos.

Para uma melhor compreensão deste particular, entendemos dissecar através do relato da época o que é que realmente aconteceu com Junot e em que medida isso se pode reflectir nas verdadeira história daquele cabo de guerra.

Os exércitos franceses assentaram posições a partir de outubro-novembro de 1810, no concelho de Santarém para Norte e para Este. E a sua rectaguarda a partir do Cartaxo, a poucos Kms de Santarém, Wellington e as forças aliadas aguardavam uma ocasião de avançar. Com receio de que as tropas estivessem a concentrar grandes forças na região de Rio Maior Massena então sedeadado em Torres Novas mandou o general Junot que estava ao comando do VIII C.E, fazer um reconhecimento à frente da Divisão Claubel do mesmo corpo do exército francês, apoiado pela brigada Gratien da divisão Solignac e cavalaria, num total de 5.000 homens.



Foto 1 – Junot antes de ser ferido?. Desenho do álbum de 1812 do capitão Manuel Isidro da Paz de 1812 T.T.

A 19 de janeiro de 1811 deu-se o confronto com o regimento de cavalaria portuguesa, junto à capela de S. Gregório.¹

Um oficial do estado maior do exército francês relata-nos este episódio. *“O duque de Abrantes (Junot) impaciente a observar pessoalmente a direcção que tomavam as columnas inglesas correu a galope a uma pequena eminência, além dos caçadores avançados. Nesse momento foi gravemente ferido por uma bala dos Ingleses que tinham ficado de atalaia numa altura vizinha para observarem a nossa marcha, vendo aproximarem-se alguns cavaleiros descarregaram as clavinas e correram a juntar-se à rectaguarda dos seus”*

Junot recebeu os primeiros curativos sobre uma campá do adro da capela, mas devido aos ferimentos sofridos o bravo general francês nunca se recompôs ficando com sinais de demência.

Este particular ficou-nos devidamente relatado por uma testemunha presencial do estado maior do exército francês no Jornal de Bellas Artes ou Mnémossine Lusitana, redacção Patriótica número II de 1816. Diz:

“O duque de Abrantes (Junot) devia conduzir contra, Rio Maior, afim de expulsar dali o inimigo, e observar as cercanias de Alcoentre. A 19 de janeiro de 1811 à testa de 5 000 homens de infantaria e trezentos cavalos, partiu de Alcanede às cinco horas da madrugada. O inimigo tinha constantemente na Villa de Rio Maior vários batalhões e alguma cavalaria. O Duque mandou accommetter os entricheiramentos, e aponte: e em menos de meia hora fomos senhores da Villa, e expulso o inimigo em desordem (fanfarronada francesa: as tropas Anglo-Lusas tinham ordem de não entrar em hum combate sério, razão porque retiraram).

O duque impaciente de observar pessoalmente a direcção, que tomavam as columnas inglesas, correu a galope a huma pequena eminência além dos caçadores avançados. Neste momento foi gravemente ferido de huma balla, que o apanhou no rosto.

Quatro Hússares ingleses, que tinham ficado de atalaia, em huma altura vizinha para observarem a nossa marcha, vendo aproximar-se alguns cavaleiros, descarregaram as clavinas, e correrão a juntar-se à rectaguarda dos seus, não imaginando certamente, haverem em huma tal ocasião ferido hum General em Chefe.

¹ Essa capela já não existe, mas situava-se na estrada para Santarém, junto à ponte sobre a ribeira de S. Gregório, na zona do Gato Preto.

A balla quebrou-lhe o osso próprio do nariz junto à sua articulação, e escorregou sobre o pómulo da face direita. O Duque de Abrantes (Junot) conservou o maior sangue frio, apesar de se ver ferido em huma parte tão perigosa, em que se pôs o primeiro aparelho; e suportou o incomodo de voltar a cavallo ao seu Quartel General de Pernes, não obstante padecer imensas dores.

O Cirurgião-mor do 8o Corpo lhe fez imediatamente a operação de lhe incisar a face para extrair a balla, que se achou inteiramente achatada pela resistência, que experimentára ao resvalar sobre o osso maxilar. Poucos dias depois o mesmo Cirurgião-mor pôde segurar ao exército que a ferida daquelle general não era mortal; porém não dissimulou, que podia cedo, ou tarde produzir graves e funestas consequências.”



Foto 2 – Junot ferido? a caminho de apoio médico. Desenho do álbum de 1812 do capitão Manuel Isidro da Paz de 1812 T.T.

Mas os ingleses também tinham a sua versão ligeiramente diferente inserta no livro “History o King,s German Legion” de 1882, de René Chartrand e Bill your hussárd: To Portuguese Army of the Napoleonic wars, Oxford 2000; v. History of King,s German Legion, por North Ludious Beamosh, página.317 pode ler-se;

“Alguns reforços chegaram ao exército britânico por meados de janeiro, e o general francês apercebeu-se que se estavam a tentar concentrar em Alcoentre. Isto induziu o Marechal Junot a conduzir um grupo avançado para Rio Maior a 18 de janeiro, a fim de se inteirar do facto. Nesse dia ele avançou com uma considerável força de cavalaria e infantaria, forçando o terceiro esquadrão dos alemães a sair de Rio Maior, ocupando o lugar. O Marechal, em sua ânsia de obter informações, vaio para a frente com batedores, mas foi infeliz o suficiente para ficar ferido na face, vítima de uma carabina de um Hussardo chamado Drôge², que o inutilizou por um tempo considerável. No dia seguinte o inimigo retirou-se e os hussardos ocuparam as suas antigas posições. Durante o resto de janeiro e todo o fevereiro, nada de mais importante ocorreu, tirando alguns reencontros ocasionais com elementos avançados ou piquetes do inimigo, em que a cavalaria aliada quase sempre saiu vitoriosa”.

Todavia o documento mais fidedigno e interessante sobre este episódio é-nos dado pela própria mulher de Junot, que no livro “Memórias das duquesa de Abrantes³. Madame Junot relata-nos: “Durante a minha estadia em Salamanca, recebi notícias de Junot. A carta foi-me enviada por um jovem oficial, sobrinho do senador Casablanca. Ele como de costume, entregou-me a carta de Junot, mas era dificilmente legível: tinha sido escrita duas horas antes da operação.

“Eu fui ferido” disse Junot na sua carta, “na cara por uma bala que me partiu o nariz e entrou pela bochecha direita, parando ao bater contra o osso.

Foi uma sorte pois se a bala viesse meia polegada mais para cima ou mais para a frente eu tinha morrido. Assim sendo, devo apenas ter de me manter na cama por alguns dias e sofrer alguns minutos para extrair a bala”.

A 14 de novembro, Massena começou a retirada perante o Duque de Wellington, mas somente em janeiro é que ele ficou convicto no recuo. Ele então tentou enganar os Ingleses fazendo demonstrações hostis e repetindo-as no flanco esquerdo do exército inimigo.

² O atirador de nome Drôge, permaneceu no primeiro Regimento de “King,s German Legion”. Ver Beamish, North Ludlow – History of King,s German Legion p. 317

A “King German Legion” (Legião Alemã do Rei) era uma unidade militar britânica organizada em 1803 e que era constituída maioritariamente por soldados hanoverianos (muitos oficiais e soldados de Hanover, Alemanha, fugiram para o Reino Unido após a invasão francesa do Eleitorado de Hanover). Esta unidade especializada foi extinta em 1816.

³ Memoireson the Duchess D. Abrantes Madame Junot, Volume VIII London, 1835.

O Duque de Wellington não estava para ser apanhado nesta armadilha, que de facto, dificilmente iria enganar mesmo um oficial novato. Infelizmente ele conhecia muito bem o estado precário e difícil em que se encontrava o exército francês.

Ele opôs-se à grande missiva de Brunswick, os batedores Hanoverian apeados e alguns esquadrões de outras tropas. Junot, acompanhado pelo general Boyer, o seu principal oficial, estava em cima do cavalo, a uma curta distância de Rio Maior e em frente a uma densa floresta.

Um dos batedores de Brunswick posicionado na floresta, disparou contra Junot com uma carabina, e a bala entrou exactamente a meio do nariz. Junot não caiu: ele somente levou a mão à face e disse: “Por Deus, Boyer, estes amigos são melhores atiradores do que tu. Eles disparam contra um homem melhor do que tu contra uma lebre!

Ele continuou a cavalgar, mas o sangue corria tão copiosamente que após alguns momentos ele desmaiou. Ele foi retirado do cavalo até à aldeia de Rio Maior. Aí ele desmaiou. Havia um terreno cercado ali perto; ele foi transportado até lá e pousado no relvado. O cirurgião chefe do exército chegou e aplicou a primeira compressa na ferida. Junot desmaiou novamente, enquanto a hemorragia estava a ser travada. Ao recuperar a consciência, ele teve um arrepio. Ele tinha sido transportado para o adro de uma igreja e onde o tinham colocando era uma campa!

Só no dia seguinte é que se pode realizar a operação de retirada da bala. O cirurgião chefe do oitavo corpo, chegou para realizar a operação. Para sua admiração, ele não conseguia descobrir a localização da bala. Após alguma procura ele encontrou a bala alojada na parte arredondada do osso do maxilar da face esquerda. Os ossos do nariz estavam separados, mas não partidos. A bala penetrou tão profundamente no osso da face, que a incisão provocada pelas tenazes era visível na bala.

Quando o Sr. Malvaision⁴ descobriu a bala e estava prestes a começar a operação, perguntou ao Junot se queria que a bala fosse retirada pelo interior ou pelo exterior; sendo que por este último modo iria produzir uma cicatriz na face.

“Não importa”, disse Junot. No entanto ele foi informado que a cura da ferida no interior da boca estava em dúvida.

4 O cirurgião chefe era o Dr. Malvaision famoso pelos seus conhecimentos e competência e muito estimado por Massena.

Uma cicatriz a mais ou a menos, não me importava. Ainda me vou orgulhar dela. Apesar das graves consequências da ferida, só deixou pequenas marcas no exterior. Junot estava somente ligeiramente alterado pelas duas cicatrizes: a pequena protuberância no nariz era a principal causa da sua desfiguração.

Sobre o assunto do ferimento de Junot, tenho de relatar uma anedota altamente honrosa para o Lorde Wellington, em que mostra a sua disposição de um ponto de vista muito favorável.

O exército francês estava em completa retirada no momento em que Junot foi ferido. Entre os franceses as deserções eram frequentes e o tipo de terreno permitia ao inimigo obter muitas informações, enquanto nós não tínhamos nenhuma; assim os ingleses sabiam muito bem o nosso estado, enquanto nós nada sabíamos sobre eles, ou nós próprios. O Lord Wellington sabia sobre tudo o que se passava. Ele sabia de todas os infortúnios que assaltavam o exército de Massena e a escassez de alimentos era um deles. Este conhecimento levou o Lorde Wellington a mostrar atenção a um homem que admirava e do qual também recebia admiração e por quem eu estou extremamente grata.

Ele endereçou ao Duque de Abrantes cujas tropas quase tocavam as suas, uma carta que a seguir transcrevo:

“Senhor.

Soube com grande tristeza que tinha sido ferido: e eu peço que me faça saber se precisa de algo para proteger a sua ferida ou acelerar a sua recuperação.

Não sei se sabe as novidades sobre a Duquesa. No final do mês passado, ela teve um filho na Cidade Rodrigo. Ela partiu para Salamanca e pretende seguir para França no início deste mês (janeiro).

Eu tenho a honra de continuar. Senhor. Um seu muito obediente servo. Wellington.

Junot agradeceu a Lord Wellington pela sua gentileza, mas recusou a oferta contida na carta. Ao que me diz respeito, ele respondeu-me que tinha sabido do meu parto. De facto, ele sabia desde o dia 25 de dezembro, o dia em que o Conde de Earlon se juntou a Massena.”

Face a tudo isto e ao estado em que ficou Junot um mês antes da célebre reunião de oficiais franceses na Golegã, cabe-nos perguntar. Estaria Junot em condições de participar em decisões complexas e de grande discernimento? Se não porque motivo o general Kock o mencionou nos seus relatórios? Este é mais um enigma que fica para a nossa história!

Mais alguns apontamentos históricos sobre as Invasões Francesas ao território Nacional no início do século XIX

Como sabeis em resultado de não termos subscrito, aceite, o “Bloqueio Continental” à Inglaterra, por parte da França (por Napoleão Bonaparte). Portugal era aliado da Inglaterra, a razão de ter recusado esse bloqueio que visava enfraquecer a economia britânica.

Portugal tinha uma situação estratégica singular, com as suas colónias e portos no continente europeu, como Lisboa, era importante para o controle do Atlântico e das suas rotas comerciais, a razão de Napoleão querer impor a sua influência sobre a Península Ibérica.

Foram estas razões que levaram à (primeira) invasão a Portugal que teve início em novembro do ano 1807 e término em setembro de 1808, com o “acordo de Sintra”.



Moeda de 10 cêntimos de 1809 de Napoleão Bonaparte

As tropas francesas eram comandadas pelo ainda general Jean-Andoche Junot, tendo-se verificado a sua entrada por Trás-os-Montes (Bragança), onde se notabilizou a sua resistência o general Silveira e alguns párcos locais, estes comandando grupos de guerrilheiros populares.

A segunda invasão teve início em março do ano de 1809 e término em Maio do mesmo ano com retirada das tropas francesas pela Galiza e por Trás-os-Montes (Vimioso).

As tropas foram comandadas nesta segunda invasão pelo General Soult, onde, novamente, houve muitas acções de guerrilha na sua retirada mormente na serra de Bornes e na serra de Nogueira, novamente comandadas por párocos.

Por fim a terceira invasão teve inicio em junho do ano de 1810 , com as tropas francesas comandadas pelo Marechal Massena terminando no inicio de maio do ano de 1811, foi neste período que o Duque de Abrantes já Marechal Junot foi ferido em Rio Maior, todavia as tropas francesas eram comandadas pelo Marechal Massena e, após, terem sido derrotados pelas tropas portuguesas e os seus aliados Ingleses nas batalhas do Buçaco (27 setembro de 1810); Batalha de Sabugal (3 abril de 1811) e Fuentes de Onõro 3-5 de maio, perto de Vilar Formoso, mas já em terras Espanholas, sendo que as hostes portuguesas e dos seus aliados estavam sob o comando do tenente-general Sir Arthur Wellesley,

Estamos a proceder a trabalhos de investigação para podermos, provavelmente, apresentar num próximo caderno Terras Quentes, o que foi a resistência em terras Transmontanas, mormente no distrito de Bragança, não só pelas tropas do general Silveira, (que ficou célebre na batalha da ponte de Amarante na segunda invasão que ocorreu entre 18 de abril a 2 de maio de 1809,) mas, sobretudo, pelas acções de guerrilhas que normalmente foram comandadas pelos párocos de algumas localidades, como por exemplo o Padre Francisco António de São Luís Saraiva; Padre José António de Sá; Padre José Luís Amaro Pombal e o Padre Manuel José Martins Rodrigues, nomes a confirmar.



24 CADERNOS TERRAS QUENTES





Perfil político-ideológico
dos eleitores do
Município de Macedo de
Cavaleiros.
(1975-2025)



Perfil político-ideológico dos eleitores do Município de Macedo de Cavaleiros (1975-2025)

Henrique da Costa Ferreira ¹

Resumo

Tentaremos no presente artigo identificar as mudanças eleitorais ocorridas nos 50 anos da República de Abril no Município de Macedo de Cavaleiros.

Compulsaremos os resultados eleitorais para as eleições legislativas nacionais, distritais e municipais, estas no Concelho de Macedo de Cavaleiros, bem como os deputados que representaram o Distrito na Assembleia Constituinte e na Assembleia da República, bem como ainda, entre eles, os que tiveram origem no município de Macedo de Cavaleiros.

Faremos uma comparação dos resultados e extrairemos deles a conclusão de que, a partir de 1993, os eleitores do município começaram a equilibrar as opções entre Direita e Esquerda.

Abstract

In this article, we will attempt to identify the electoral changes that have occurred over the 50 years of the April Republic in the Municipality of Macedo de Cavaleiros. We will examine the electoral results for national, district, and municipal legislative elections, the latter in the Municipality of Macedo de Cavaleiros, as well as the deputies who represented the District in the Constituent Assembly and in the Assembly of the Republic, and among them, those who originated from the municipality of Macedo de Cavaleiros. We will compare the results and draw the conclusion that, from 1993 onwards, the municipality's voters began to balance their choices between the Right and the Left.

1. Pressupostos metodológicos: resultados eleitorais e opções políticas

Poderão deduzir-se opções políticas dos resultados eleitorais, sobretudo quando determinadas por opção entre programas de candidaturas partidárias? No presente artigo, assumimos que a dedução é problemática e contingente porque a opção de voto é condicionada por vários fatores: culturas e subculturas dos eleitores, ideologia partidária, perfil dos candidatos, programa das candidaturas e avaliação do Poder vigente.

¹ Sócio fundador da Associação Terras Quentes. Professor Coordenador Aposentado do Ensino Superior Politécnico. Doutor em Sociologia das Organizações Educativas e Administração Educacional

No presente artigo, não nos debruçaremos sobre estes factores, mas tão só sobre os resultados eleitorais deduzindo deles as grandes opções ideológicas dos eleitores e a sua evolução, ao longo dos 50 anos do nosso estudo.

Dividiremos os resultados nas grandes categorias comumente aceites ainda que com reservas, «Esquerda» e «Direita». Dividiremos a Esquerda em Extrema-Esquerda e Esquerda Moderada. E a Direita em Centro-Direita e Extrema-Direita, conforme tem sido assumido pela classe política em geral e pela análise jornalística publicada e conforme foi colocado na análise política por Mário Soares (1978).

Faremos corresponder os partidos PCP, Livre, BE, UDP, MRPP, FSP, FEC-ML MSP, MRS, JPP a Extrema-Esquerda; MES, MDP, PS e PRD a Esquerda Moderada; PPD/PSD, CDS/PP e PSN a Centro-Direita e Chega e Aliança Nacional a Extrema-Direita.

Caracterizaremos as quatro grandes linhas conforme segue:

- **Extrema-Esquerda:** apelo à ação substitutiva das classes dominantes pela classe operária, supressão das liberdades, anulação da propriedade privada e sua substituição pela coletivização estatal da propriedade, com subjugação do indivíduo ao projeto coletivo, e direitos sociais ficam dependentes dos objetivos do Estado; o nome mais comum para designar esta tendência é totalitarismo; possibilidade de Estado de Direito e Estado arbitrário; Estado Laico; meritocracia definida pelo partido; instituição de valores revolucionários;
- **Esquerda Moderada:** apelo à intervenção do Estado na regulação dos direitos sociais e da economia, com possibilidade de alguma estatização da propriedade, sobretudo quando os particulares não tenham capacidade para criar bens e serviços; Estado árbitro de interesses com salvaguarda dos direitos políticos e sociais mais importantes e universais; garantia de liberdades políticas e económicas quando não colidam com os interesses do projeto de sociedade; projeto de sociedade aprovado mediante contrato social aprovando uma constituição; adaptação dos valores Estado de Direito Democrático; Estado Laico e liberdade religiosa fora da esfera do Estado; Estado Democrático e Social; adaptação dos valores tradicionais aos valores democráticos; apelo à inovação; garantia de direitos fundamentais e tribunais independentes; discriminação social e económica positiva;
- **Centro-Direita:** todos os anteriores com exceção de alguma estatização da propriedade; permissão da iniciativa privada dentro de padrões legais aprovados ou pelo Governo ou pela Assembleia da República; arbitragem de interesses e elaboração das leis conforme os poderes de cada corporação ou grupo de interesses económicos; apesar de tudo, Estado de Direito Democrático; Estado Laico e liberdade religiosa fora da esfera do Estado; liberalismo social; garantia de direitos fundamentais e tribunais independentes; discriminação social e económica positiva;

- **Extrema-Direita:** manutenção da ordem social e dos valores vigentes no modelo de sociedade hierarquizada social e economicamente, apelo aos valores patrióticos e religiosos cristãos, sobretudo católicos, Estado pouco interventivo nos conflitos económicos e sociais; controlo social dos indivíduos mais que controlo policial; apelo ao mérito segundo o modelo e valores do projeto de sociedade; liberdades individuais reguladas segundo o modelo se sociedade.

Apresentamos os resultados eleitorais para a Assembleia Legislativa Nacional (no todo nacional e no espaço geográfico do município) e para a Câmara Municipal, no horizonte da República de Abril (desde 1975), tanto em eleições legislativas como em eleições autárquicas. Consideramos aqui que a eleição de 25/4/1975, para a Assembleia Constituinte, embora pré-constitucional, é uma eleição legislativa.

Suportaremos a nossa análise com os resultados eleitorais, tal como eles são comunicados pela Comissão Nacional de Eleições e expostos no sítio electrónico da markteste – resultados eleitorais, apresentando em cinco anexos tais resultados. Reportamo-nos ainda a dois trabalhos do autor:

- Ferreira, Henrique e António Pinto (2025). *Metamorfoses da República de Abril no Concelho de Macedo de Cavaleiros*, em Caderno 22 da Associação Terras Quentes (2025), Macedo de Cavaleiros, pp. 9 – 47, e disponível em www.terrasquentes.pt, e
- Ferreira, Henrique (2025). *Nos cinquenta anos da República de Abril: um balanço político e social*, pp. 77-193. Em Abílio Lousada, David Martelo e Henrique Ferreira (2025). *O 25 de Abril no Nordeste Transmontano – a História nunca contada*. Bragança, edição da Fundação Mensageiro de Bragança.

2. O município como categoria autónoma de decisão política

Os municípios e as freguesias são a única entidade administrativa que são longitudinais a toda a história de Portugal, baseados na prática da autonomia foralense.

Ao contrário dos distritos que foram construções teórico-legais para estender o braço do Poder Central aos territórios periféricos, tanto na forma de coordenação de políticas públicas como de controlo da execução destas e controlo político-comportamental dos cidadãos através da Polícia de Segurança Pública, da Guarda Nacional Republicana e, durante o Estado Novo, da PIDE/DGS, o espaço municipal teve sempre o concelho, hoje município, pelo menos desde os forais, como agremiação e reunião dos respetivos espaço territorial e populações.

Os autores da CRP de 1976 substituíram o conceito e respetiva designação de concelho por município. E as diferentes revisões constitucionais não mencionam uma única vez a palavra «concelho». Pela nossa parte, entendemos, com Francisco António de Sousa,

que município remete para uma categoria político-administrativa e concelho para uma dimensão geográfica e populacional.

Porém, sabemos que a interiorização de novos conceitos é multigeracional pelo que os dois conceitos vão ser usados por muitas décadas. Até porque a discussão de qual dos conceitos é mais apropriado não está feita e, historicamente, a palavra concelho espelha melhor o carácter associativo e decisório da comunidade do que o de município que traduz uma substância administrativa.

De qualquer modo, a partir de agora, trabalharemos com a designação de município.

A partir da Constituição da República de Abril (1976), os municípios regressaram, em grande parte, aos princípios da autonomia foralense através da atribuição de poderes próprios e exclusivos, com órgãos de administração e gestão eleitos pelas próprias populações e, com isso, passaram a constituir uma entidade com uma identidade própria, dentro do Estado, isto é, puderam passar a constituir-se como um espaço geográfico, cultural, político e ético próprio.

De aí, parece-nos legítimo considerar os resultados eleitorais como produtos desse espaço geográfico, cultural, político e ético próprio, embora cruzado com outros fatores, designadamente distritais e nacionais. Até porque são entidades que se constituíram em circunstâncias históricas específicas e, muitas vezes, ao longo de muito tempo. O de Macedo de Cavaleiros, criado em 1853 em substituição dos de Chacim e de Cortiços, demorou 41 anos a consolidar-se, como explicámos em artigo anterior, no número 21 destes Cadernos.

3. O contexto geral do país: síntese sobre a evolução política ²

Em 25 de Abril de 1974, uma insurreição militar contra o regime político vigente – uma ditadura mesclada de paternalismo – permitiu elaborar um programa de transição para a democracia que, passados dois anos, foi consumado numa Constituição da República, aprovada por um amplo acordo social (97,5% dos representantes eleitos para a Assembleia Constituinte).

A Constituição de 1976 é um texto heterogéneo que reflete o conflito entre os espíritos comunista e de extrema-esquerda, de um lado, – que não estava presente no Programa Inicial do MFA –, e os espíritos social-democrata do PS e do PPD e o espírito liberal democrata cristão de parte do PPD e do CDS, ambos presentes naquele Programa.

² Texto baseado no artigo de Henrique Ferreira (2025), «Nos cinquenta anos da República de Abril», acima referido.

Existe coerência entre o Programa do MFA, a revisão Constitucional de 1982, na parte da devolução do Poder à Sociedade Civil e da descolectivização da propriedade, e a revisão constitucional de 1989, o que significa que a Tutela Militar cumpriu o seu projeto político abrilista e deu autonomia à classe Política, em 1982.

A revisão constitucional de 1989 abriu caminho ao projeto liberal de sociedade e de economia, também pela entrada de Portugal na CEE (Comunidade Económica Europeia), em 1986. Os dois governos do PPD/PSD (1987-1995) iniciaram a neoliberalização do país, continuada «*a contrario sensu*» com a ideologia do Partido, pelos governos do PS (1995-2002) e governos posteriores. Esta neoliberalização já não está conforme ao Programa do MFA.

A Constituição de 1976 e as revisões de 1982, 1989, 1997, 2004 e 2005 consagram direitos e garantias que não estavam bem explicitados no Programa do MFA: a autonomia e consolidação do Poder Local e os direitos propostos pelo Liberalismo (Poder Local, Regionalização, descentralização e coesão territorial) e pela Nova Esquerda (participação, direta e indireta; petição popular; referendo, nacional e local; igualdade de género; direito à diferença; novas conceções de família; e igualdade social através de discriminações positivas várias, subordinadas aos princípios da equidade e da proporcionalidade. A revisão Constitucional de 1997 aprofundou a participação política dos cidadãos mediante a petição popular e o *referendum*, e a de 2004 aprofundou a autonomia das regiões autónomas.

Portugal soube construir uma democracia pluralista cujo Poder Político é baseado no sufrágio direto e universal e nas liberdades políticas e cívicas mas não conseguiu democratizar totalmente a Administração Pública porque não conseguiu cumprir integralmente a Constituição, tanto na parte respeitante às regiões administrativas como na conceção destas.

A haver uma regionalização, ela teria de ser integradora de toda a administração regional e o mais descompartmentalizadora possível das estruturas administrativas. Não se tendo conseguido nem uma coisa nem outra, ficou a divisão da decisão por vários organismos para vanglória da burocracia.

Portugal deu passos importantes na eliminação do analfabetismo, na educação, na saúde, na segurança social, na governação eletrónica, na eliminação da pobreza e nas energias renováveis, mas debate-se agora com a infoexclusão e com o aumento das desigualdades económicas, políticas e sociais.

A integração de Portugal nos vários areópagos democráticos ocidentais bem como a ratificação da Declaração Universal dos Direitos do Homem (1978) evidenciam a aceitação internacional de Portugal como país democrático, com preocupações sociais.

Os debates maiores posteriores à Constituição de 1976 foram em torno dos seguintes temas: 1) delimitação dos sectores privado e público da economia e da Administração Pública (1980-1984); 2) descentralização e regionalização (1977-1979, 1984-1986, 1997-1990 e 2018-2020); 3) autonomia/soberania do país versus perda das mesmas (1992-1995); 4) liberalismo versus social-democracia (1995-2005); 5) liberalismo *versus* neoliberalismo (2000-2005); 6) modernização das estruturas do país (1986-1993 e 2005-2011); 6) estabilização e controlo das contas públicas (1978-1979, 1983-1985; 2011-2025); e 7) reforço da autonomia e estrutura do Poder Local.

No entanto, também houve insucessos. Enumero 10 que me parecem maiores: 1) a excessiva centralização e manutenção do carácter discricionário, arbitrário, fechado e pouco transparente das administrações pública e privada; 2) o desleixo face aos problemas demográficos do país e face aos problemas da integração dos jovens no mercado do trabalho com perda grave de dinâmicas demográficas reprodutivas, originando necessidade de recurso à imigração³; 3) o condicionamento dos decisores políticos em múltiplas vertentes, com orientação exclusiva para o voto; 4) a desvalorização de critérios de sucesso e de mérito na educação como «elevador social»; 5) o incremento da burocracia como sistema protetor do Poder Legal, eximido à prestação de contas; 6) a mitigação da dimensão participativa-social da democracia; 7) a pouca consideração de políticas ambientais positivas; 8) a pouca valorização da integração racial, multicultural e multiétnica e, em geral, da integração social das diferenças; 9) a pouca consideração dos problemas habitacionais; 10) a pouca consideração da responsabilização social como estratégia para a cidadania ativa, participante e reivindicativa.

Em cinquenta anos, o País teve 30 governos, seis no período pré-constitucional e 24 no período (ANEXO 1)⁴. Cada governo governou, portanto, 20,6 meses (6,5 no período pré-constitucional e 24,8 no período constitucional), o que espelha bem a dificuldade de gerir as tensões políticas e o planeamento do país.

O histórico dos resultados eleitorais para as eleições legislativas permite ver as dinâmicas de surgimento e apagamento dos partidos. Só existem quatro partidos ou coligações totalistas em todas as eleições: PS, PSD, CDS/PP e PCP/CDU/APU. E três em deputados eleitos: PS, PSD e PCP/CDU/APU, já que o CDS não teve eleitos em 2022. No entanto, no total das eleições nacionais, houve 74 candidaturas, das quais só 17 tiveram representação parlamentar, das quais 14 a tiveram apenas fugaz ou temporária – AD, MES, MDP, UDP, ADIM, PSN, PRD, BE, IL, Chega, JPP, PAN, PSD/CDS/PPM-M e L). Em

³ Portugal tornou-se atrativo para residentes estrangeiros aposentados e para trabalhadores, sobretudo a partir de 1990, mas o número cresceu sempre desde 1930. Com a crise de Covid-19, com a Guerra na Ucrânia e com a saturação dos países do Centro da Europa, a população estrangeira triplicou, e, a partir de 2020, poderá ter crescido 250%.

⁴ O XXV foi empossado em 5 de Junho de 2025.

contrapartida, no Distrito de Bragança, houve 57 candidaturas, mas só três obtiveram representação parlamentar (PSD ou PSD/CDS/PPM, PS e CDS). Cf. Anexo I.

Chegou a haver 23 candidaturas a uma eleição legislativa, sendo a média de 15. Os partidos de Extrema Esquerda (à esquerda do PCP), desapareceram após 1999 para ressurgirem, primeiro, na forma de Bloco de Esquerda, em 2009, e na forma de outros, posteriormente (Livre e PAN). No entanto, a UDP (União Democrática Popular) elegeu um deputado por três vezes, em 1976, em 1979 e em 1981. Tanto PS como PSD fragmentaram-se no período 1978-1980, dando origem a agrupamentos que desapareceram depois: UEDS e FRS (PS) e ASDI (PSD).

Em 1985 e 1987, um partido «outsider», o PRD (Partido Renovador Democrático), com inspiração no então Presidente da República, Ramalho Eanes, conseguiu «roubar» a vitória de 1983 ao PS permitindo colocar no Poder o PSD. E, em 1991, um partido de características indefinidas, mas reclamado de democrata-social e de personalista, segundo o seu dirigente Manuel Sérgio, o PSN (Partido da Solidariedade Nacional) elegeu também um Deputado, ele próprio.

Até 2019, nenhum partido se assumiu como de «Direita», mas, nesse ano, André Ventura fez-se eleger como representante do Chega, afirmando-se como tal, subindo para cinco deputados em 2022 e para 50 em 2024. O trauma do «salazarismo» e a doutrina da Escola de Frankfurt segundo a qual toda a Direita é antidemocrática fizeram com que a elite pensante portuguesa tivesse rejeitado qualquer pensamento de Direita durante 50 anos e ostracizado intelectuais de grande valor. Refiro, entre outros, Maria de Fátima Bonifácio, Maria Filomena Mónica e Jaime Nogueira Pinto que, em qualquer dos casos, nada têm de não democratas. Ora, como sublinhou António Barreto, a Direita também pode ser democrática.

A governação de Portugal teve sempre a chancela ou do PS ou do PSD ou do PSD/CDS, exceto entre 1916 e 2022. Neste período, o PS, partido vencedor minoritário das eleições de 2015, acordou com o PCP e com o Bloco de Esquerda o suporte parlamentar necessário. Daí resultou a chamada, por Vasco Pulido Valente (2016), «geringonça». António Costa, o Secretário-Geral do PS, ao tempo, inverteu a tradição de ser o partido mais votado a governar e iniciou uma nova prática para designar o Governo, a de este se basear no número de deputados na Assembleia da República, resultante de eleitos de um só partido ou de acordos e não já no Partido ou Coligação mais votados, ainda que sem maioria. Uma governação «à la carte», errática, permitiu-lhe governar oito anos mas não deixar obras estruturantes. E saiu, em finais de 2024, sob o lema de «públicas virtudes e vícios privados», invocando a sua figura de «virgem imaculada».

4. O Distrito de Bragança ao longo da República de Abril (desde 25 de Abril de 1975)⁵

Uma das maiores promessas da «revolução de Abril» foi a da diminuição das assimetrias regionais e a do desenvolvimento económico e social, tarefas difíceis de concretizar no contexto de um país pobre e periférico onde só a centralização das decisões garante uma repartição equitativa dos recursos. De aqui, a dificuldade na concretização do ideal da regionalização já que descentralização e regionalização remetem para a competição e diferenciação e a centralização remete para a igualdade (ou, pelo menos, equidade) na distribuição dos recursos. O caso da distribuição dos fundos do Equilíbrio Financeiro Municipal é paradigmático de como se conseguiu maior coesão e igualdade graças à centralização da decisão e o mesmo na distribuição dos fundos oriundos da Comunidade Europeia, mesmo considerando as desigualdades oriundas das lutas partidárias.

Nestes 50 anos, o Distrito de Bragança modernizou-se e infraestruturou-se, com a exceção da via férrea, que teve um grande retrocesso até à extinção em 1994. A sua população foi dotada de todos os benefícios políticos e sociais da «Revolução de Abril» e só não conseguiu aumentar satisfatoriamente nem o seu PIB nem a sua capacidade de atração económica porque não conseguiu nem fazer progredir suficientemente o sector secundário nem estancar a emigração nem ainda captar suficientemente a imigração nem também conter o envelhecimento demográfico.

No domínio demográfico, a população do Distrito está a uma geração de se tornar incapaz quer de tomar conta de si própria quer de autossustentar-se já que a taxa de dependência da população em relação aos fundos públicos (todo o dinheiro atribuído ao Distrito em todas as funções sociais) é já de 75%.

O envelhecimento, problema central do Distrito, nota-se bem também nos sufrágios eleitorais, em vários dos quais já votou menos de metade dos eleitores inscritos nos cadernos eleitorais (com o mínimo de 44,23% em 2015). A comparação do número de eleitores com o número de habitantes do Distrito chegou a revelar uma taxa de 125% de eleitores face ao número de habitantes quando devia revelar um máximo de 75% de eleitores face aos habitantes considerando a população jovem que não vota. Dados que revelam que ou os cadernos eleitorais estão mal elaborados ou a população está emigrada ou ainda que está deslocada face à localidade em que está recenseada, situações que favorecem a abstenção eleitoral, mas que convêm aos municípios face à rácio estatuto financeiro versus eleitores, com implicações no nível de enquadramento do município e nas remunerações dos eleitos. Convém assim avançar no voto eletrónico para fazer baixar a abstenção.

⁵ Texto baseado no artigo de Henrique Ferreira (2025), «Nos cinquenta anos da República de Abril», acima referido.

A análise dos resultados eleitorais do Distrito, descritos para eleições legislativas no ANEXO I, revela uma população politicamente conservadora e liberal-social, ligada por laços de fraternidade e solidariedade, fundamentadas estas pela formação cristã-católica. Mesmo as poucas votações em que houve aproximação a uma maioria de «Esquerda»⁶ (1995, 2005, 2022) aconteceram quando os líderes do PS tiveram um discurso mais ao «Centro» (1995, 2005), mais social-democrata, ou quando o desgaste dos líderes partidários de «Centro-Direita» se acentuou (1995, 2004, 2015). Ou ainda por graves crises financeiras mundiais que penalizaram o governo no Poder, fosse ele de «esquerda» (PS, 1978, 1985, 2002 e 2011) ou de «direita» (1983 e 2015), o que significa que nem o País nem o Distrito conseguiram, alguma vez, autonomia relativa face às derivas da economia mundial e às suas implicações na economia de cada país. O que aconteceu em 2015, que ficou conhecido como o entendimento da «geringonça», na designação de Vasco Pulido Valente, perpetrado por António Costa e Pedro Nuno Santos, num entendimento governativo entre PS, BE e PCP, constitui uma exceção que parece anti-natural e contra a cultura tradicional do Povo Português, mas revela alguma autonomia do país na construção de soluções políticas próprias.

É relevante considerar, nas opções locais do eleitorado, a influência dos autarcas municipais e de freguesia já que, se é verdade que as movimentações macro-políticas condicionaram as opções municipais (meso-políticas) e locais (micro-políticas), também é verdade que a personalidade dos autarcas garantiu, não poucas vezes, votações coerentes para as votações em eleições legislativas, num movimento em que a «abelha-mestra» coordena as «obreiras» e estas consolidam a obra e o poder daquela.

A análise dos resultados do ANEXO I revela ainda as metamorfoses por que passou a população do Distrito, fixando a percentagem de votos úteis em redor de 97% e assim se mantendo desde 1991, com exceção dos atos eleitorais dos anos de 2015 e 2019. O período anterior, provavelmente de aprendizagem, apresenta percentagens de votos nulos e brancos bem maiores do que o período posterior a 1991. Curiosamente, as eleições de 2015 e de 2019, invertem também as tendências para o abaixamento das percentagens de votos nulos e brancos, sendo necessário estudar mais profundamente o fenómeno.

Em termos comparativos, a melhor votação do PSD ocorre em 1987 (61%) triplicando a votação do PS (19%), duplicando-a ainda em 2011 (52%/26%).

⁶ Devemos considerar a relatividade dos conceitos de «Esquerda» e de «Direita» já que são abstrações que não traduzem verdadeiramente a realidade já que há governos ditos de esquerda que praticam políticas ditas de direita e vice-versa. No entanto, em Portugal, considera-se genericamente que a «Esquerda» é constituída principalmente pelo PC, pelo PS, pelo BE, pelo Livre e outros pequenos grupos políticos; e que a «Direita» é constituída pelo PPD/PSD, pelo CDS/PP, pelo IL, pelo Chega e por vários outros grupos pequenos como a recente Aliança Democrática Nacional (ADN). Porém, a maior permeabilidade entre Esquerda e Direita está entre o PS e o PSD, não se distinguindo, muitas vezes, nem as suas orientações políticas nem as suas práticas governativas

As melhores votações do PS ocorreram em 1995 (40,31%), em 2005 (42,07) e em 2022 (40,3%). As piores ocorreram em 1987 (19,13%), em 1980 (21,27%), em 1979 (22,08%), e em 1976 (22,55%). Porém, nunca o PS deixou de eleger pelo menos um deputado, tendo eleito dois em 1995, em 1999, em 2005, em 2009, em 2011 e em 2022.

A «Esquerda», no Distrito de Bragança, nunca foi maioritária, atingindo um máximo de 47% em 2022 e obtendo a melhor série contínua entre 1995 e 2022, acima de 40%, com exceções em 2002 e 2011. Parece ter entrado em declínio a partir de 2024, inclusive.

No Distrito, o número de candidaturas às eleições legislativas chegou a ser de 18 (2022) mas candidaturas permanentes só as dos partidos tradicionais, PSD, PS e PCP, com o PCTP/MRPP a aproximar-se do pleno embora irrelevante no número de votos. O BE entrou em cena em 1999, o PAN em 2015 e o Chega em 2019, o JPP em 2024. O CDS tem tido vida e votações intermitentes, tendo atingido 28,6% dos votos em 1976, mantendo-se como partido forte até 1987, mas tendo vindo a perder votos até à irrelevância dos mesmos, na atualidade. As coligações com o PSD parecem ter contribuído para o quase desaparecimento do Partido.

No conjunto, PSD, PS e CDS representaram pelo menos 85% do eleitorado até 2022. O PSD representará atualmente 40% dos votos e nunca obteve menos de 33% dos mesmos em nenhuma eleição. Porém, o máximo que obteve, sozinho, foram 53% dos votos em 2002.

A chegada do Chega em 2019 aumentou a representação dos três partidos para 90%, dividida entre este partido, o PSD e o PS. O quase desaparecimento do CDS a partir de 2002 revela o quão pernicioso foi para este partido a coligação com o PSD porque, com exceção do aparecimento do Chega, em 2019, o valor da percentagem de população conservadora e democrata-cristã continua a rondar os 15%.

No conjunto de todas as eleições legislativas, o Distrito teve 57 candidaturas, mas o máximo que atingiu foi em 2025, com 19 e o mínimo em 1975, com 6.

Apesar do «espírito» pró-comunista de alguns setores da «revolução», as marcas do Partido Comunista no Distrito, que teve o seu melhor período entre 1979 e 1985, quase atingindo os 6% de votos, desvaneceram-se com a extinção da Cooperativa Agrícola dos Cortiços, no Concelho de Macedo de Cavaleiros, e com a crise do Complexo Agro-Industrial do Cachão, no Concelho de Mirandela, situando-se agora nos 1% de votos. De resto, os outros pequenos partidos são irrelevantes para a aritmética eleitoral e não permitem definir qualquer tendência ideológica.

Se a população do Distrito foi liberal-social e cristã entre 1975 e 1995 e tendencialmente social-democrata entre 1995 e 2022, parece agora regressar à matriz do primeiro período, embora menos cristã que em 1975 (93% contra 85%), com o peso do Chega na

distribuição dos votos. Por enquanto, não é possível caracterizar sócio-politicamente o Chega porque, para já, parece-nos um partido com tendência para a anarquia ideológica e para o populismo na mistura de valores conservadores e religiosos cristãos (identidade e coesão nacionais) com afirmações de características de extrema-esquerda (rendimento básico universal) e também de social-democracia (salários justos, regulação da imigração e avaliação de sistemas na Administração Pública). E ainda de nacional-socialismo pelos valores da unidade da pátria e da igualdade nos apoios sociais.

5. O Município de Macedo de Cavaleiros

Habitantes /eleitores

O Município de Macedo de Cavaleiros tinha 22.225 habitantes em 1976. Considerando que, nesse ano, o Município ainda tinha 20% de crianças e jovens até aos 18 anos, deveria ter 19.076 eleitores. Porém, só constavam 13.514 no Caderno eleitoral. Até 1993, observa-se uma aproximação ao número de eleitores possíveis. Depois, a relação inverte-se e começamos a ter mais eleitores inscritos do que eleitores possíveis.

A que se deve este fenómeno? Muitos cidadãos não se inscreveram até pela dificuldade em obter o cartão de Cidadão, e outros não se terão importado, habituados como estavam a não votar. O fenómeno contrário começa a ocorrer com o aumento da emigração e os possíveis eleitores emigrantes ainda se não tinham inscrito nos consulados estrangeiros. O facto é que, em 2025, o município tinha 13.601 habitantes, apenas 12% de crianças e jovens até aos 17 anos, e 17.041 eleitores. O máximo registado ocorre em 2013 com 18.943 eleitores para 15.776 habitantes.

A abstenção

Em eleições autárquicas, em 1976, a abstenção foi alta (39,19%) se comparada com a das eleições legislativas (19,48%). Depois, manteve-se em níveis aceitáveis, abaixo dos 40%, para ultrapassar este nível a partir de 2017, com o máximo de 53,19%, a ocorrer neste ano. A média de abstenção para todo o período analisado (50 anos) é de aceitáveis 37,76%.

Já nas eleições legislativas, a abstenção foi muito baixa em 1975 (8,26%), baixa em 1976 (19,48%) e manteve-se baixa em 1979 (14,14%) e em 1980 (20,70%). Depois, subiu moderadamente até 1987, mantendo-se abaixo de 40%, para ir subindo, a partir daí, até aos 56,33%, em 2019, começando a baixar, desde então, até aos 49,86%, em 2025.

A média de abstenção para o período dos 50 anos, em eleições legislativas, foi de 39,45%, 1,71 mais alta do que a das eleições autárquicas. A nossa hipótese era a de que, nestas,

a abstenção seria bem menor, mas nem por isso. Com exceção do período do idílio ideológico-revolucionário (1974-1980), a abstenção legislativa, equivale aproximadamente à autárquica.

Votos brancos e nulos

Um dos aspetos que sobressai nesta análise é a diferença entre votos brancos e votos nulos em eleições legislativas e em eleições autárquicas. Pelo conhecimento mais próximo que as pessoas têm dos candidatos autárquicos, seria de esperar que houvesse menos votos brancos e menos votos nulos, mas tal não se verifica. Pelo contrário.

Com efeito, a média de votos brancos em eleições autárquicas, para todo o período, é de 206 votos e a de nulos é de 228. Os números têm descido progressivamente, mas, sobretudo os votos nulos, mantêm-se altos.

Em eleições legislativas, a média dos votos brancos e nulos, foi de 126 brancos e 228, respectivamente. O ano de 1975 constitui uma exceção pois os 912 votos de abstenção e nulos (não discriminados no resultado oficialmente publicado) constituem mais do dobro dos outros anos de eleições. Compreende-se, pois, foi o primeiro ano e o analfabetismo, em Macedo de Cavaleiros, ainda seria de 32%. Mas, atualmente, não se vê sinais de os votos nulos estarem a diminuir, ao contrário dos brancos.

Eleições, candidaturas autárquicas e candidaturas legislativas

Ao longo de todo o período considerado, houve nove candidaturas aos órgãos da autarquia por: PSD, AD, CDS, PS, PCP, UDP, BE, UPM e CH. Todas partidárias, com exceção de UPM (Unidos por Macedo), uma candidatura de cidadãos independentes. No entanto, só houve quatro candidaturas a todas as eleições (PSD, CDS, PS e PCP), só que PSD e CDS não concorreram autonomamente por cinco vezes em 2001, 2009, 2017, 2021 e 2025, mas sim em coligação.

Em eleições legislativas, o Município de Macedo de Cavaleiros teve 19 candidaturas ao longo dos anos (PS, AD, PSD, PCP, UDP, APU, FRS, PRD, PSN, BE, CDS, PAN, L, CH, IL, FSP, MDP, PAN e PPM), mas o máximo que teve a uma só eleição foram nove, em 2019. De qualquer forma, em todas as eleições foram cobertas pelo menos 97% das perspetivas ideológicas presentes no espectro político nacional.

Ao longo dos 50 anos em estudo, houve 32 eleições (18 legislativas e 14 autárquicas).

Os mandatos autárquicos foram de três anos, até 1985, inclusive, e de quatro, a partir de então. Nunca foram interrompidos por dissolução do órgão executivo (no município em análise). Já os mandatos legislativos previstos foram sempre de quatro anos, mas foram interrompidos bastantes vezes (1977, 1979, 1980, 1983, 1985, 1987, 2002, 2005, 2011,

2022 e 2024); e inteiros, apenas por seis (1987-1991, 1991-1995, 1995-1999, 2005-2009, 2011-2015, 2015-2019), sendo a média de todos os mandatos de 2,83 anos.

Relação Esquerda-Direita

Embora os conceitos de esquerda e direita já não tenham densidade substantiva suficiente para diferenciar seja opções políticas seja sistemas de governo, vamos servir-nos deles para separar os partidos políticos conforme a retórica política partidária os tem separado.

Têm sido tomados como de esquerda todos os partidos à Esquerda do PS e ainda o PS (PS, Livre, BE, PCP, Os Verdes, UDP, PCTP/MRPP, PAN, FEC-ML, MES, MDP e outros). E têm sido tomados como de direita o PSD, o CDS/PP, o Aliança, o Aliança Nacional, o PPM, o IL e o Chega.

Dentro destas duas grandes categorias, convencionou-se chamar Extrema Esquerda aos partidos à esquerda do PS. E convencionou-se chamar de Extrema-Direita aos de direita, à direita do PPD/ PSD, do CDS/PP e do IL, ou seja, AN e Chega, mesmo que eles tenham algumas características de direita democrática. Tal como se convencionou chamar de direita aos partidos que rejeitam a intervenção do Estado na estruturação e regulação da economia e da vida social e, pelo menos o PPD/PSD só subscreva parcialmente este princípio.

Com base nestas ideias, e de acordo com os resultados eleitorais, em eleições autárquicas, a Direita foi sempre maioritária, com exceção dos períodos 1997-2003, 2017-2021 e 2021-2025, apesar de em outro período ter havido vitória eleitoral do PS (1993-1997). A média da Esquerda, em todas as eleições autárquicas é de 39,17% e a da Direita, de 58,58%, muito mais equilibrada do que em eleições legislativas.

Nestas, a Esquerda não foi maioritária em qualquer mandato e a média de ambas, para todo o período é de 30,5% para a Esquerda e de 69,5% para a Direita.

Parece-nos ser legítimo concluir que os eleitores do Município de Macedo de Cavaleiros não perfilham ideias de esquerda, na sua maioria, mesmo se nos últimos 30 anos, a diferença entre os resultados de uma e de outra categorias tenha vindo a diminuir, em eleições autárquicas, não se verificando o mesmo em eleições legislativas.

Com efeito, a partir de 1993, a relação entre esquerda e direita, em autárquicas é de 45% para a Esquerda e 51% para a Direita, enquanto que a mesma, em eleições legislativas, é de 33% para a Esquerda e 66% para a Direita.

Confirma-se assim que o voto, em eleições legislativas, foi muito mais ideológico do que em autárquicas. Nestas, fatores-outros como o perfil dos candidatos, sobretudo o

candidato (a) Presidente e o conhecimento do trabalho do executivo anterior – mesmo se manipulado –, serão fatores determinantes da escolha, contribuindo para o acumular dos casos de confirmação da tese de Karl Popper segundo a qual as eleições também servem para derrubar governos tanto como para eleger novos governos.

Presidentes de Câmara e sua origem política

Nem sempre os executivos da Câmara Municipal de Macedo de Cavaleiros foram constituídos com base na maioria absoluta de um só partido. Para esta, e no caso de Macedo de Cavaleiros, com um executivo de sete vereadores, a maioria absoluta é constituída por três vereadores mais o Presidente. No caso de o partido vencedor, em votos, não ter quatro elementos, é necessário recorrer a um acordo com outro partido ou à «pescados vereadores à linha», governando conforme as circunstâncias.

Houve quatro mandatos baseados em maiorias relativas, em que o vencedor não elegeu três vereadores mais o presidente: 1985-1989, 1989-1993, 1993-1997 e 2013-2017.

E houve 10 mandatos baseados em maiorias absolutas (1976-1979, 1980-1982, 1982-1985, 1998-2001, 2002-2005, 2005-2009, 2009-2013, 2017-2021, 2021-2025), e o atual, esperado entre 2025 e 2029.

Em termos de suporte político-partidário, o PSD suportou quatro maiorias absolutas sozinho (1976-1985 e 2025-2029); outras quatro, em coligação pré-eleitoral com o CDS/PP: (2001-2005, 2005-2009, 2009-2013 e 2005-2009); e ainda uma, em minoria com «pesca à linha» (1990-1993) ...

O PS governou três mandatos em maioria (1998-2001, 2017-2021 e 2021-2025) e um em minoria (1994-1997), aprovando decisões «à linha». Nesta última, a vitória do PS parecia deixar antever a vitória do partido nas legislativas de 1995.

A Lei determina que o Presidente de Câmara é o primeiro candidato da lista mais votada, tenha esta ou não maioria. Este princípio determina também que as assembleias municipais não tenham capacidade para remover os executivos, a não ser por demissão destes, inexistência de candidatos para substituir os renunciantes ou solicitantes de suspensão de mandato e condenações em Tribunal, casos em que terá de haver nova eleição autárquica municipal.

Por esta razão, faz sentido criar esta tópico para elencar os presidentes de Câmara do Município ao longo destes 50 anos:

- António Joaquim Ferreira 1976-1979, 1980-1982, 1983-1985, 1986-1989, 1989 e 1990-1993 (PSD);
- Manuel Luis Gomes Vaz 1993-1997 e 1998-2001, (PS);
- Beraldino Vilarinho Pinto – 2001-2004, 2005-2008 e 2009-2013 (PSD);

- Manuel Duarte Moreno, novembro de 2013 – 31 de outubro de 2017 (PSD)
- Benjamim do Nascimento Pereira Rodrigues, novembro de 2017 – 31 de outubro de 2021, novembro de 2021 a 31 de outubro de 2024 e desde 1 de Março de 2024 a 7 de novembro de 2025 (PS);
- Rui Alexandre Vilarinho Dias, desde 1 de novembro de 2023 a 28 de fevereiro de 2024 (PS); e
- Sérgio David Ramos Borges, de novembro de 2025 a 31 de outubro de 2029 (PSD) (previsivelmente).

6. Conclusão

Ao longo dos primeiros 20 dos últimos 50 anos, não existiu coerência entre os resultados nacionais, os distritais-bragançanos e os concelhios-macedenses. Com efeito, nesses primeiros 20 anos, no distrito de Bragança e no Município de Macedo de Cavaleiros, a Direita teve muito maiores percentagens de votos do que a Esquerda.

Porém, a partir de 1993, estes resultados distritais e concelhios mimetizaram os resultados nacionais. Verificou-se que os ciclos políticos, no Distrito e no Município, foram influenciados e, possivelmente, determinados, pelos ciclos nacionais, ocorrendo as governações por eleitos do PS (1993-2001 e 2017-2025) em consonância com os ciclos nacionais de governação pelo governo do PS (1995-2002) e da Esquerda-geringonte (2015-2023).

Em contrapartida, também a mudança de governanças distritais e concelhias (estas em Macedo de Cavaleiros) da Esquerda para a Direita ocorreu em períodos dos governos de Esquerda.

Verifica-se, haver, no segundo período (1993-2025), pouca autonomia relativa dos eleitores do Município de Macedo de Cavaleiros em relação às políticas e políticos na governação nacional, ficando difícil a avaliação do peso dos líderes locais nas mudanças dos eleitos autárquicos. E parece haver três casos de estudo: a mudança em 2015, no final do primeiro mandato, e as mudanças em 2001 e 2025, no final dos segundos mandatos. Aqui, o fator pessoal e as lideranças locais podem ter influenciado a mudança, mas o estudo das causas requer uma investigação mais fenomenológica e mais detalhada.

A prevalência da cultura local, católica e social-liberal, é evidente no primeiro período (1976-1993), afirmando autonomia dos eleitores do Município face às políticas e políticos nacionais, afirmando a prevalência das políticas do PSD e do CDS/PP.

Objecto de estudo deve ser ainda a diferença entre votos brancos e nulos em eleições legislativas e em eleições autárquicas. Seria natural que, nestas, o número fosse menor, mas não é.

Igualmente, o aumento da abstenção deve merecer cuidado dos eleitos locais pois ela tende a aumentar, ou pela distância dos eleitores aos locais de voto (migrações e estudantes e trabalhadores deslocados) ou pela má elaboração dos cadernos eleitorais. Urge assim estruturar a votação electrónica.

Com vista a uma consulta mais detalhada sobre os resultados no País, no Distrito e no Município, inserimos os oito anexos seguintes:

- Anexo 1: Resultados das eleições legislativas, desde 1975 a 2025, no Município de Macedo de Cavaleiros;
- Anexo 2: Resultados das eleições autárquicas (Câmara Municipal), desde 1976 a 2025, no Município de Macedo de Cavaleiros;
- Anexo 3: Resultados das eleições autárquicas (Câmara Municipal), no Distrito de Bragança, desde 1976 a 2025;
- Anexo 4: Resultados das eleições legislativas no Distrito de Bragança, entre 1975 e 2025;
- Anexo 5: Resultados das eleições legislativas nos 50 anos da República de Abril em Portugal;
- Anexos 6: Deputados à Assembleia da República pelo Distrito de Bragança nos 50 anos da República de Abril;
- Anexo 7: Siglas dos partidos políticos concorrentes a eleições nos 50 anos da República de Abril;
- Anexo 8: Governos na República de Abril – 1974-2025;
- Anexo 9: Executivos da Câmara Municipal e mesas da Assembleia Municipal de Macedo de Cavaleiros ao longo da República de Abril (1976-2026)

Referências

- Almeida, Maria Antónia Pires de (2024). Para uma história do poder local em Portugal nos primeiros 50 anos em Democracia: projetos e resultados da investigação. Braga:
 - Universidade do Minho, Escola de Economia e Gestão.
<https://repositorium.uminho.pt/server/api/core/bitstreams/0496d186-bdd2-4980-8a712789c451b24b/content>
- Almeida, Maria Antónia Pires de (2023). Comissões administrativas municipais. Participação e cidadania, 1974-1976. <https://hdl.handle.net/1822/98203>
- Comissão Nacional de Eleições. <https://cne.pt>, eleições e referendos, resultados definitivos, eleições legislativas gerais e autárquicas
- Ferreira, Henrique e António Pinto (2025). Metamorfoses da República de Abril no Concelho de Macedo de Cavaleiros, em Caderno 22 da Associação Terras Quentes (2025), Macedo de Cavaleiros, pp. 9 – 47, e disponível em www.terrasquentes.pt, Caderno 22.
- Ferreira, Henrique (2025). *Nos cinquenta anos da República de Abril: um balanço político e social*, pp. 77-193. Em Abílio Lousada, David Martelo e Henrique Ferreira (2025). *O 25 de Abril no Nordeste Transmontano – a História nunca contada*. Bragança, edição da Fundação Mensageiro de Bragança
- Governo da República Portuguesa. Governos de Portugal, <https://mai.gov.pt>
- Markttest. Markttest. Resultados eleitorais. Markttest.pt, resultados eleitorais
- Sobral, JOSÉ J. X. (2025) L [As Divisões Administrativas de Portugal, ao Longo dos Tempos – AUDACES](https://audaces.blogs.sapo.pt/2585.html). <https://audaces.blogs.sapo.pt/2585.html>.

ANEXO 1: Eleições legislativas na República de Abril no Concelho de Macedo de Cavaleiros

Data	Eleitores	Votantes	Abstenção	% Abstensão	Branco	Nulos	Votos úteis	PSD	CDS	PS	PCP
25/04/1975	12311	11294	1017	8,26	460	452	10382	48,53	<u>18,98</u>	<u>17,86</u>	<u>2,43</u>
25/04/1976	13528	10893	2635	19,48	75	521	10297	38,23	<u>31,26</u>	<u>21,59</u>	<u>2,42</u>
02/12/1979	14088	12096	1992	14,14	69	394	11633	69,11		<u>18,24</u>	<u>5,25</u>
05/10/1980	14611	11586	3025	20,70	53	270	11263	70,33		<u>17,46</u>	
25/04/1983	15303	10576	4727	30,89	120	303	10153	40,85	<u>23,64</u>	<u>27,24</u>	
19/03/1985	16206	10584	5622	34,69	106	334	10144	39,32	<u>22,35</u>	<u>19,88</u>	
19/07/1987	16177	10331	5846	36,14	98	209	10024	63,13	<u>10,33</u>	<u>15,7</u>	
06/10/1991	17320	10260	7060	40,76	73	196	9991	54,57	<u>15,65</u>	<u>21,95</u>	
01/10/1995	18087	10290	7797	43,11	74	184	10032	39,04	<u>17</u>	<u>38,62</u>	
10/10/1999	17871	9670	8201	45,89	105	141	9424	40,8	<u>13,94</u>	<u>38,71</u>	
17/03/2002	18089	9717	8372	46,28	86	140	9491	51,86	<u>15,1</u>	<u>26,8</u>	
20/02/2005	17808	9844	7964	44,72	169	147	9528	37,29	<u>13,81</u>	39,84	
27/09/2009	19271	9714	9557	49,59	136	148	9430	41,11	<u>14,48</u>	<u>30,83</u>	
05/06/2011	19135	9146	9989	52,20	185	114	8847	52,71	<u>13,21</u>	<u>23,62</u>	
04/10/2015	18544	8511	10033	54,10	131	165	8215	52,76		<u>31,49</u>	
06/10/2019	18040	7878	10162	56,33	145	182	7551	39,4	<u>5,88</u>	<u>37,07</u>	

%																
<u>UDP</u>	<u>AD</u>	<u>APU/</u> <u>CDU</u>	<u>FRS</u>	<u>PRD</u>	<u>PSN</u>	<u>BE</u>	<u>PSD</u> <u>CDS</u>	<u>PAN</u>	<u>L</u>	<u>CH</u>	<u>IL</u>	<u>FSP</u>	<u>MDP</u>	<u>PPM</u>	<u>Esquerda</u>	<u>Direita</u>
0,59												1,58	1,69	0,85	23,56	68,36
1,46															24,01	69,49
0,88			16,97												23,49	69,11
0,51		4,2													17,46	70,33
0,76		3,7													27,24	64,49
0,68		3,98		5,56											19,88	67,23
		2,53		0,83											15,70	74,29
		1,7		0,56	1,41										21,95	72,19
0,31		1,59													38,62	56,04
		1,94			0,22	0,85									38,71	54,96
		1,7				0,99									26,80	66,96
		1,67				2,14									39,84	51,10
		2,16				6,16									30,83	55,59
		2,5				2,01									23,62	65,92
		2,6				5,24	52,76	0,45	0,32						31,49	105,52
		1,97				5,84		1,31	0,46	0,65	0,42				37,07	46,35
		1,32				2,03		0,43	0,38	7,45	1,64				42,84	49,83
		1,09				2,14		0,8	1,12	16,17	1,41				31,16	98,30
		0,96%				0,81%		0,76%	1,13%	17,74%	1,32%				30,50%	69,50%
															30,41	66,34

ANEXO 2: Eleições Autárquicas na República de Abril no Concelho de Macedo de Cavaleiros

Data	População	Eleitores	Votantes	Abstenção	% Abstenção	Branços	Nulos	Votos úteis	% Partidos							CH	Esquerda	Direita
									PSD	CDS	PS	PCP	UDP	BE	UPM			
12/12/1976	22225	13514	8218	5296	39,19	247	204	7767	52,19; 4	23,68; 2	14,89; 1	FEPU, 3,75					24	76
16/12/1979		14011	9447	4564	32,57	113	191	9143	51,71; 4	25,71; 2	12,45; 1	APU, 5,37	1,2				22,6	77,4
12/12/1982	21 608	15169	10128	5041	33,23	265	243	9620	48,35; 4	22,13; 2	19,89; 1	APU, 2,45	2,17				29,6	70,4
15/12/1985		16276	9911	6365	39,11	162	222	9527	39,32; 3	22,35; 3	19,88; 1	APU, 2,66					38,3	61,7
17/12/1989		16990	10975	6015	35,40	186	322	10467	37,8; 3	36,68; 3	18,82; 1	PCP/PEV; 2,07					25,5	74,5
12/12/1993	18930	17766	11955	5811	32,71	173	260	11522	37,11; 3	16,87; 1	41,45; 3	PCP/PEV, 0,95					46	54
14/12/1997		18644	12273	6371	34,17	228	265	11780	28,4; 2	14,66; 1	52,03; 4	PCP/PEV, 0,89					56,9	43,1
16/12/2001	17 449	18169	12061	6108	33,62	134	241	11686	50,51; 4		44,22; 3	PCP/PEV; 1,1					45	50,51
09/10/2005		18122	11894	6228	34,37	223	203	11468	54,36; 5	8,32	32,53; 2	PCP/PEV; 1,21					32,53	62,7
27/09/2009		19286	11393	7893	40,93	253	240	10900	53,96; 4		38,73; 3	PCP/PEV; 2,98					39	54
05/06/2013	15776	18943	11284	7659	40,43	322	255	10707	41,32; 3	11,59; 1	40,27; 3	PCP/PEV, 1,7					45	55
01/10/2017		18431	8511	9920	53,82	235	200	8076	44,19; 3		49,29; 4	PCP/PEV; 1,49			1,11		51	44,19
26/09/2021	14252	17651	10464	7187	40,72	157	202	10105	40,12; 3		48,51; 4	PCP/PEV; 1,04			5,7		48,51	44,5
12/10/2025	13601	17041	10501	6540	38,38	125	143	10233	49,43; 4		44,52; 3	PCP/PEV; 0,94				2,55	44,5	52,1
fg/wiki/Macedo_de_Cavaleiros,21-04-2025,23h00				37,76		201,6428571	227,9285714									45,38222	39,17	58,58
																51,12222		

[Concelho de Macedo de Cavaleiros : Legislativas Resultados 1976 : Dossier : Grupo Markest](#)

[Concelho de Macedo de Cavaleiros : Legislativas Resultados 1980 : Dossier : Grupo Markest](#)

ANEXO 3: Eleições Autárquicas na República de Abril no Concelho de Macedo de Cavaleiros

Data	População	Eleitores	Votantes	Abstencões	% Abstencão		Branco	Nulos	Votos úteis	%				
					Abstencão	% Abstencão				PSD	PPD/CDS ou AD	CDS	PS	PCP
12/12/1976	181239	121026	67776	53250	44,00		1771	2101	63904	36,72		27,01	24,36	6,19
16/12/1979	181301	127746	82931	44815	35,08		1600	2000	79331	46,34		23,49	18,37	6,75
12/12/1982	181375	132581	89349	43232	32,61		2118	2559	84672	27,92	AD 12,04	24,71	23,55	4,67
15/12/1985	170407	139663	86754	52909	37,88		1549	2098	83107	35,39		29,38	23,59	4,56
17/12/1989	164302	147095	96500	50595	34,40		1765	2251	92484	38,27		18,81	36,28	2,3
12/12/1993	157809	150990	102283	48707	32,26		1731	2234	98318	43,23		7,72	43,73	1,45
14/12/1997	153303	156574	103787	52787	33,71		1834	2000	99953	42,02		7,21	45,12	1,7
16/12/2001	148808	151640	102446	49194	32,44		1926	2103	98417	39,21	10,28	6,99	37,66	1,93
09/10/2005	144330	150944	100906	50038	33,15		2027	1880	96999	50,58		8,99	35,84	1,73
27/09/2009	140022	156435	99017	57418	36,70		1585	1735	95697	31,4	14,42	5,11	38,16	1,78
05/06/2013	136252	150644	90601	60043	39,86		2403	2327	85871	35,85	9,69	5,77	37,23	2,01
01/10/2017	129315	145335	88853	56482	38,86		1930	1963	84960	24,98	23,23	1,78	40,07	1,59
20/06/2021	122623	138438	85274	53164	38,40		1617	1670	81987	27,52	20,12	1,67	41,07	1,34
12/10/2025	118407	133509	84608	48901	36,63		1453	1333	81822	26,38%	17,38%	0,17	41,71%	0,88

Tomado de https://pt.wikipedia.org/wiki/Macedo_de_Cavaleiros, 21-04-2025, 23h00 1971602

Concelho de Macedo de Cavaleiros : [Legislativas Resultados 1976](#) : [Dossier : Grupo Markttest](#)

Concelho de Macedo de Cavaleiros : [Legislativas Resultados 1980](#) : [Dossier : Grupo Markttest](#)

PRD	UDP	PSN	BE	PND	PCTP/MP/ PPM	NC/A	GCE	CH	IL	UPM	PCTP/MR PP	CDS.PP/M PT/PPM	PDR	CDS- PP/MPTI	PPM	PPM	Esquerda	Direita
	0,48										0,22							
	0,25														1,63			
2,88																		
0,18																		
		0,26																
			0,37	0,18														
			0,53												0,02			
			0,49		0,1													
			1,12		0,29							0,29	0,37	0,06				
			0,37			0,11	4,48%	1,94	0,86	0,7							0,00	0,00

Fontes dos dados: Comissão Nacional de Eleições <https://www.cne.pt/content/eleicoes-referendos-resultados-oficiais>. Referendos e eleições - Constituinte e Legislativa para os dados até 2024.

Portugal. Ministério da Administração Interna. <https://www.eleicoes.mai.gov.pt/>. Resultados provisórios para a eleição de 2025

Markttest. Resultados Eleitorais e Autárquicas: <https://www.markttest.com/wap/a/p/el~0/id~13d.aspx> e

Siglas dos partidos políticos

A	Aliança (Direita Conservadora)
ADN	Aliança Democrática Nacional (Direita conservadora)
AOC	Associação Operária Católica (Democracia Cristã)
AGIR	Agir (Esquerda Moderada)
APU	Aliança Povo Unido (Esquerda Radical)
BE	Bloco de Esquerda (Esquerda Radical)
BE-UDP	Bloco de Esquerda e União Democrática Popular
CDS	Centro Democrático e Social (Democracia Cristã e Direita)
CDU	Coligação Democrática Unida (Esquerda Radical)
Chega	Chega (Direita)
E	Ergue-te
ERGUE-TE	Ergue-te (Restauracionismo progressista) (Direita democrática)
FEC - ML	Frente Eleitoral dos Comunistas Marxistas -Leninistas
FER	Frente de Esquerda Revolucionária
FRS	Frente Republicana e Socialista (Esquerda Moderada)
FSP	Frente Socialista Popular (Esquerda Radical)
IL	Iniciativa Liberal (Liberalismo Social)
JPP	Juntos pelo Povo, Unidade, transparência e resistência (Ética, Cidadania e Liberdade)
L	Livre (Esquerda Radical)
L/TODA	Livre, Tempo de Avançar, hoje L (Livre) (Extrema-Esquerda)
LCI	Liga Comunista Internacionalista (Extrema-Esquerda)
LST	Liga Socialista dos Trabalhadores/Frente de Esquerda Revolucionária (a partir de 1989) (Extrema-Esquerda)
MDP	Movimento Democrático Português (Esquerda Moderada)
MDP/CDE	Movimento Democrático Português/ Coligação Democrática Eleitoral (Esquerda Moderada)
MEP	Movimento Esperança Portugal (Social-Democracia)
MES	Movimento da Esquerda Socialista (Esquerda Moderada)
MMS	Movimento Mérito e Sociedade, Partido Liberal Democrata, a partir de 2011 (Liberalismo Social)
MPT	Movimento O Partido da Terra (Esquerda Ecologista)
MPT-PH_FEH	Frente Ecológica e Humanismo
MUT	Movimento Unitário dos Trabalhadores
NC	Nós, Cidadãos (Direita Moderada, Personalismo e autonomia cívica)
ND	Nova Direita (Direita)
Nós-Cidadã	O mesmo que NC
OCMLP	Organização Comunista Marxista-Leninista Portuguesa, o mesmo que FEC-ML (Ext)
PaF	Portugal à Frente (PPD/PSD&CDS/PP)
PAN	Pessoas, Animais e Natureza (Social-Democrata)
PC (R)	Partido Comunista (Reconstruído)
PCP	Partido Comunista Português (Esquerda Radical)
PCP/PEV	Partido Comunista Português/ Partido Ecologista Os Verdes (Esquerda Radical)
PCPML	Partido Comunista de Portugal - Marxista-Leninista (Extrema-Esquerda)
PCR	Partido Comunista Reconstruído (Extrema Esquerda)
PCTP/MRPP	Partido Comunista do Trabalhadores Portugueses/Movimento Revolucionário do Proletariado Português (Extrema Esquerda)
PDA	Partido Democrático do Atlântico (Autonomista para Madeira e Açores)
PDC	Partido da Democracia Cristã (Liberalismo Social)
PDC&MIRN&PDP-FN	Partido da Democracia Cristã, Partido da Direita Portuguesa, Frenter Nacional (Direita)
PDR	Partido Democrático Republicano, hoje Alternativa Democrática Nacional (ADN) (Direita nacionalista)
PG	Partido da Gente
PH	Partido Humanista (Social-Democracia)
PND	Partido Nova Democracia (Nacionalismo de Direita)
PNR	Partido Nacionalista Renovador (tual ERGUE-TE) (ultranacionalismo de extrema-direita)
POUS	Partido Operário de Unidade Socialista (Extrema Esquerda)
POUS/PST	Partido Operário de Unidade Socialista (Extrema Esquerda)
PP	Partido Popular (Democracia Cristã e Direita)
PPD	Partido Popular Democrático (Social-Democracia)
PPM	Partido Popular Monárquico (Direita)
PPM/MPT	Coligação Ecologia e Futuro
PPV	Partido Portugal Pró-Vida/Cidadania e Democracia Cristã, 2009 (Democracia Cristã e Doutrina Social da Igreja)
PPV/CDC	Partido Cidadania e Democracia Cristã
PRD	Partido Renovador Democrático (Social-Democracia)
PSD	Partido Social-Democrata (Social-Democracia)
PSD	Partido Socialista (Esquerda Moderada e Social-Democracia)
PSN	Partido da Solidariedade Nacional (Socialismo Humanista e Social-Democracia)
PSR	Partido Socialista Revolucionário (Extrema-Esquerda)
PT	Partido da Terra (Esquerda Moderada)
PTP	Pátria para Todos (Esquerda Moderada)Partido Trabalhista Português (Esquerda Radical)
PTP	Partido Trabalhista Português
PTP/MAS	Partido Trabalhista Português/ Movimento Alternativa Socialista, hoje AGIR
PURP	Partido Unido dos Reformados e Pensionistas ou (A)Tua
RIR	Reagir, incluir, reciclar, Fundado por Tino de Rans (Social-Democracia)
UDP	União Democrática do Povo e Proletariado (Esquerda Radical)
UDP	União Democrática Popular
UDA/PDA	União/Partido Democrático do Atlântico
UEDS	União da Esquerda Democrática Socialista (Extrema-Esquerda)
VOLT	Volt (Progressismo, Restauracionismo) (Social-Democracia)

ANEXO 5: Resultados eleitorais nacionais para eleições legislativas, desde 1975 (apenas partidos/coligações com deputados eleitos)

Eleição	Eleitores	Votantes	% de Votantes em presença	Votos nulos	Votos úteis	PS, FRS		PSD, AD, PaF		PCP, APU, CDU, PCP-PEV			CDS			BE		PAN					
						Votos	%	Votos	%	Votos	%	D	Votos	%	D	Votos	%		D	Votos	%		
Constituintes	6231372	5711829	91,7	386675	5265154	2164783	37,9	116	1507923	26,4	81	PCP	713979	12,50%	30	CDS	416687	7,60%	16				
25-04-1975	6402035	5482723	85,5	257612	5175111	1913470	34,9	107	1337784	24,4	73	PCP	789512	14,40%	40	CDS	1024326	16,00%	42				
25/04/1976	7249346	6007453	82,86	120851	5886602	1979071	27,3	74	AD, 2721376	45,3	128	APU	1129401	18,80%	47	AD	AD	AD	AD				
02/12/1979	7179023	6026395	83,94	103140	5887733	FRS, 195768	27,8	74	AD, 2868564	47,6	134	APU	1012434	16,80%	41	AD	AD	AD	AD				
05/10/1980	7337064	5707695	77,8	104276	5660925	2060478	36,1	101	1552493	27,2	75	APU	1033093	18,10%	44	CDS	924470	12,60%	30				
25/04/1983	7819881	5798829	74,2	96610	5660500	1626556	20,8	57	1733850	29,9	88	APU	898818	15,50%	38	CDS	781988	10,00%	22				
06/10/1985	7930688	5676358	71,6	73533	5552690	1760808	22,2	60	2849631	50,2	148	APU	866839	12,10%	31	CDS	348949	4,40%	4				
19/07/1987	8462357	5735431	67,77	63020	5624759	2462546	29,1	72	2902128	50,6	135	APU	504718	8,80%	17	CDS	372344	4,40%	5				
06/10/1991	8906608	5904854	66,3	67300	5791761	2365482	40,6	112	2013555	34,1	88	CDU	507817	8,60%	15	CDS-PP	810501	9,10%	15				
01/10/1995	8673822	5363906	61,1	51230	5255712	2385922	44,8	115	1732542	32,3	81	CDU	482752	9,00%	17	CDS-PP	719927	8,30%	15	132333	2,44		
10/10/1999	8902713	5473605	61,48	52653	5365831	3365226	37,8	96	2200389	40,2	105	CDU	376759	6,90%	12	CDS-PP	774536	8,70%	14	149543	2,75		
17/03/2002	8945108	5747834	64,26	65515	5578782	2588312	45,0	121	1655376	0,288	75	CDU	433088	7,50%	14	CDS-PP	416415	7,24%	12	365056	6,35%		
20/02/2005	9543222	5683967	59,7	76894	5507987	2080332	36,60	97	1654034	0,291	81	CDU	449033	7,90%	15	CDS-PP	592997	10,43%	21	982062	9,82%		
27/09/2009	9624133	5585554	58,1	79399	5360577	1570395	28,1	74	2162786	38,7	108	CDU	441499	7,90%	16	CDS-PP	653987	11,70%	24	288973	5,17%		
05/09/2011	9682553	5408805	55,96	89024	5206826	1747044	32,3	86	1939921	36,86	102	CDU	448931	8,30%	17	PaF	PaF	PaF	550892	10,19%	19	1,39	75140
04/10/2015	9343920	5251064	48,97	123573	4996189	1908237	36,34	108	27,76%	27,6	79	PCP-PEV	332473	6,33%	12	CDS-PP	221374	4,20%	5	952517	9,52%		
06/10/2019	10821244	5647496	52,19	54299	5528103	2343866	4,15	119	1571811	27,83	73	PCP-PEV	242478	4,29%	6	CDS-PP	90589	1,69%	0	249584	4,46%		
30/01/2022	10818226	6473789	59,84%	189676	6194290	1812469	28	78	PSD/CDS/PPM, 1814021	28,02%	77	PCP-PEV	205436	3,17%	4	PSD/CDS/PPM	PSD/CDS/PPM	PSD/CDS/PPM	282314	4,36	5	1,95	126088
18/01/2025	10817215	6317949	58,23%	172379	6057972	1442194	22,83	58	AD/PSD/CD PM, 1814021	31,21%	86	PCP/PEV	183741	2,91%	3	AD(PSD+CDS)	1,98%	125710	1,38	86146	1		

24 CADERNOS TERRAS QUENTES

(FRS) foi uma coligação de partidos políticos portugueses formada pelo Partido Socialista (PS), União de Esquerda Socialista Democrática (UEDS) e Acção Social Democrata Independente (ASDI), registada em 1 de Agosto de 1980.

AD – Aliança Democrática, uma aliança pré-eleitoral entre PPD CDS.

PàF – Aliança Portugal à Frente, uma aliança pré-eleitoral entre PPD-PSD e CDS-PP.

APU – Aliança Povo Unido, uma aliança pré-eleitoral de PCP e outros partidos de Esquerda

CDU – Coligação Democrática Unitária, uma aliança pré-leitoral entre PCP e outros partidos de Esquerda

PCP-PEV – Coligação pré-eleitoral entre o Partido Comunista e o Partido Ecologista «Os Verdes»

Fontes: Comissão Nacional de Eleições. Eleições Legislativas. Resultados Nacionais. E Henrique Ferreira, Resultados das eleições legislativas, Mensageiro de Bragança, 17-02-2022. Organização de Henrique Ferreira.

Às Eleições de 2025, candidataram-se mais 10/partidos/ coligações (RIR, VOLT, PCTP/MRPP, ND, E, PLS, PPM. NC, MPT e PTP) que, no total, só obtiveram 52417, ou seja, 0,08% dos votos úteis.

Tomado de H. Ferreira (2025), cortesia

md – número de mandatos

B.E. – Bloco de Esquerda

CDS-PP – CDS – Partido Popular

CDS-PP.PPM – Aliança Açores

JPP – Juntos pelo Povo

L/TDA – LIVRE/Tempo de Avançar

MPT – Partido da Terra

NC – Nós, Cidadãos!

PAN – Pessoas-Animais-Natureza

PCP-PEV – CDU – Coligação Democrática Unitária

PCTP/MRPP – Partido Comunista dos Trabalhadores Portugueses

PDR – Partido Democrático Republicano

PNR – Partido Nacional Renovador

PPD/PSD – Partido Social Democrata Madeira PPD-PSD/CDS-PP 2021

PPD/PSD.CDS-PP – Portugal à Frente Açores PPD-PSD/CDS-PP/PPM 2021

PPM – Partido Popular Monárquico

PPV/CDC – Partido Cidadania e Democracia Cristã

PTP – Partido Trabalhista Português

PS – Partido Socialista

PTP-MAS – Agir

PURP – Partido Unido dos Reformados e Pensionistas

md — número de mandatos. B. E. — Bloco de Esquerda. B. E.-UDP — Coligação Bloco de Esquerda-UDP. CDS-PP — Partido Popular. MPT — Movimento O Partido da Terra. PCP-PEV-CDU — Coligação Democrática Unitária. PCTP/MRPP — Partido Comunista dos Trabalhadores Portugueses. PH — Partido Humanista. PNR — Partido Nacional Renovador. POUS — Partido Operário de Unidade Socialista. PPD/PSD — Partido Social-Democrata. PPM — Partido Popular Monárquico. PS — Partido Socialista.

md — número de mandatos. B.E. — Bloco de Esquerda. CDS-PP — Partido Popular. PCP-PEV — CDU — Coligação Democrática Unitária. PCPT/MRPP — Partido Comunista dos Trabalhadores Portugueses. PDA — Partido Democrático do Atlântico. PH — Partido Humanista. PND — Nova Democracia. PNR — Partido Nacional Renovador. POUS — Partido Operário de Unidade Socialista. PPD/PSD — Partido Social Democrata. PS — Partido Socialista.

md — número de mandatos. PCP-PEV — CDU — Coligação Democrática Unitária. B. E. — Bloco de Esquerda. MEP — Movimento Esperança Portugal. MMS — Movimento Mérito e Sociedade. PND — Nova Democracia. PCPT/MRPP — Partido Comunista dos Trabalhadores Portugueses. MPT — Partido da Terra. P. N. R — Partido Nacional Renovador. POUS — Partido Operário de Unidade Socialista. CDS-PP — CDS — Partido Popular. PPM — Partido Popular Monárquico. PPD/PSD — Partido Social Democrata. PS — Partido Socialista. PTP — Partido Trabalhista Português. PPV — Partido pro Vida. MPT-P. H. — FEH — Frente Ecologia e Humanismo.

Anexo 6: Deputados eleitos pelo Distrito de Bragança nos 50 anos da República de Abril ¹

	PPD/PSD	CDS	AD (PPD/PSD, CDS/PP, PPM)	PS, FRS
1975	Jorge de Carvalho Sa Borges Manuel da Costa Andrade Antonio Maria Lopes Ruano			Raul da Assunção Pimenta Rego
1976	Manuel da Costa Andrade António Augusto Gonçalves	Rui Fausto Fernandes Marrana Luís Esteves Ramires		António Francisco Barroso de Sousa Gomes
1979			Eleutério Manuel Alves João Lopes Porto Casimiro António Pires	Manuel José Bragança Tender
1980			Eleutério Manuel Alves Adriano José Alves Moreira Casimiro António Pires	FRS, Manuel José Bragança Tender
1983	Casimiro António Pires Domingos Duarte Lima	Hernani Torres Moutinho		Amadeu Augusto Pires
1985	Casimiro António Pires Domingos Duarte Lima	Hernani Torres Moutinho		Amadeu Augusto Pires
1987	José Albino Silva Peneda Domingos Duarte Lima António Abílio Costa			Armando António Martins Vara
1991	José Albino Silva Peneda Domingos Duarte Lima Telmo José Moreno			Armando António Martins Vara

¹ Em Henrique Ferreira (2005)

1995	José Augusto Gama António F. Cruz Oliveira			Armando António Martins Vara Júlio Meirinhos Santana
1999	Luís Manuel Machado Rodrigues Adão José Fonseca e Silva			Armando António Martins Vara José Carlos Correia Mota Andrade
2002	Luís Manuel Machado Rodrigues Adão José Fonseca Silva José Manuel Lemos Pavão			Armando António Martins Vara
2005	Domingos Duarte Lima Adão José Fonseca e Silva			José Carlos Correia Mota Andrade Manuel Luís Gomes Vaz
2009	José Alberto Nunes Ferreira Gomes Adão José Fonseca Silva			José Carlos Correia Mota Andrade
2011	Francisco José Pereira de Almeida Viegas Adão José Fonseca Silva.			José Carlos Correia Mota Andrade
2015	Adão José Fonseca Silva José Maria Lopes Silvano.			Jorge Manuel Nogueiro Gomes
2019	Adão José Fonseca Silva Isabel Maria Lopes			Jorge Manuel Nogueiro Gomes
2022	Adão José Fonseca Silva			João Alberto Sobrinho Teixeira Berta Ferreira Milheiro Nunes
2024	Hernâni Dinis Venâncio Dias Nuno Jorge Rodrigues Gonçalves			Isabel Cristina Fernandes Rodrigues Ferreira.
2022	Adão José Fonseca Silva		Hernâni Dinis Venâncio Dias Nuno Jorge Rodrigues Gonçalves.	João Alberto Sobrinho Teixeira Berta Ferreira Milheiro Nune

ANEXO 7: Siglas dos 74 Partidos políticos e coligações candidatos a eleições legislativas nacionais (57 no Distrito de Bragança,)

L/TODA	Livre, Tempo de Avançar, hoje L (Livre) (Extrema-Esquerda)	
LCI	Liga Comunista Internacionalista (Extrema-Esquerda)	
LST	Liga Socialista dos Trabalhadores/Frente de Esquerda Revolucionária (a partir de 1989) (Extrema-Esquerda)	
MDP	Movimento Democrático Português (Esquerda Moderada)	
MDP/CDE	Movimento Democrático Português/ Coligação Democrática Eleitoral (Esquerda Moderada)	
MEP	Movimento Esperança Portugal (Social-Democracia)	
MÊS	Movimento da Esquerda Socialista (Esquerda Moderada)	
MMS	Movimento Mérito e Sociedade, Partido Liberal Democrata, a partir de 2011 (Liberalismo Social)	
MPT	Movimento O Partido da Terra (Esquerda Ecologista)	
MPT-PH_FEH	Movimento Ecologia e Humanismo (Esquerda moderada)	Frente Ecológica e Humanismo
MUT	Movimento Unitário dos Trabalhadores (Extrema-Esquerda)	
NC	Nós, Cidadãos (Direita Moderada, Personalismo e autonomia cívica)	
ND	Nova Direita (Direita)	
Nós-Cidadãos	O mesmo que NC	
OCMLP	Organização Comunista Marxista-Leninista Portuguesa, o mesmo que FEC-ML (Extrema-Esquerda)	
PàF	Portugal à Frente (PPD/PSD&CDS/PP)	
PAN	Pessoas, Animais e Natureza (Social-Democrata)	
PC (R)	Partido Comunista (Reconstruído)	
PCP	Partido Comunista Português (Esquerda Radical)	
PCP/PEV	Partido Comunista Português/ Partido Ecologista Os Verdes (Esquerda Radical)	
PCPML	Partido Comunista de Portugal – Marxista-Leninista (Extrema-Esquerda)	
PCR	Partido Comunista Reconstruído (Extrema Esquerda)	
PCTP/MRPP	Partido Comunista do Trabalhadores Portugueses/Movimento Revolucionário do Proletariado Português (Extrema Esquerda)	
PDA	Partido Democrático do Atlântico (Autonomista para Madeira e Açores)	
PDC	Partido da Democracia Cristã (Liberalismo Social)	
PDC&MIRN&PDP-FN	Democracia Cristã, Frente Nacional de Restauracionismo Conservador	Partido da Democracia Cristã, Partido da Direita Portuguesa, Frenfer Nacional (Direita)

PDR	Partido Democrático Republicano, hoje Alternativa Democrática Nacional (ADN) (Direita nacionalista)
PG	Partido da Gente
PH	Partido Humanista (Social-Democracia)
PND	Partido Nova Democracia (Nacionalismo de Direita)
PNR	Partido Nacionalista Renovador (atual ERGUE-TE) (ultranacionalismo de extrema-direita)
POUS	Partido Operário de Unidade Socialista (Extrema Esquerda)
POUS/PST	Partido Operário de Unidade Socialista (Extrema Esquerda)
PP	Partido Popular (Democracia Cristã e Direita)
PPD	Partido Popular Democrático (Social-Democracia)
PPM	Partido Popular Monárquico (Direita)
PPM/MPT	Coligação Ecologia e Futuro (Esquerda Moderada)
PPV	Partido Portugal Pró-Vida/Cidadania e Democracia Cristã, 2009 (Democracia Cristã e Doutrina Social da Igreja)
PPV/CDC	Partido Cidadania e Democracia Cristã
PRD	Partido Renovador Democrático (Social-Democracia)
PSD	Partido Social-Democrata (Social-Democracia)
PSD	Partido Socialista (Esquerda Moderada e Social-Democracia)
PSN	Partido da Solidariedade Nacional (Socialismo Humanista e Social-Democracia)
PSR	Partido Socialista Revolucionário (Extrema-Esquerda)
PT	Partido da Terra (Esquerda Moderada)
PTP	Pátria para Todos (Esquerda Moderada)
PTP	Partido Trabalhista Português
PTP/MAS	Partido Trabalhista Português/ Movimento Alternativa Socialista, hoje AGIR
PURP	Partido Unido dos Reformados e Pensionistas ou (A)Tua
RIR	Reagir, incluir, reciclar, Fundado por Tino de Rans (Social-Democracia)
UDP	União Democrática do Povo e Proletariado (Esquerda Radical)
UDP	União Democrática Popular
UDA/PDA	União/Partido Democrático do Atlântico
UEDS	União da Esquerda Democrática Socialista (Extrema-Esquerda)
VOLT	Volt (Progressismo, Restauracionismo) (Social-Democracia)
PPD-PSD/CDS-PP&PPM (Madeira)	Partido Social-Democrata&Partido Popular&Partido Popular Monárquico (Madeira)

ANEXO 8: Governos na República de Abril (desde 16-05-1974) (H. Ferreira, 2025)

Natureza Instituinte	Sequência	Representação Social	Período de vigência	I Ministro
Revolucionári: Pré-constitucional Pretoriana Plebiscitado por eleições em 25-04-1975 para a Assembleia Constituinte	Junta de Salvação Nacional		25-04 a 15-05-74	
	I	MFA, PCP, PS, PSD	16-05- a 11-07-74	Adelino da Palma Carlos
	II	MFA, PCP, PS, PSD	18-6 a 30-09-74	Vasco Gonçalves
	III	MFA, PCP, PS, PSD	30-09-74 a 26-3-75	Vasco Gonçalves
	IV	MFA, PCP, PS, PSD	26-03 a 8-08-75	Vasco Gonçalves
	V	MFA, PCP, PS, PSD	8-08-75 a 19-09-75	Vasco Gonçalves
	VI	MFA, PCP, PS, PSD, CDS	19-09-75 a 23-07-76 23-06-76	J. Pinheiro de Azevedo; A. Almeida e Costa
Natureza Instituinte	Sequência	Representação Política	Período de vigência	I Ministro
Constitucional ou Sufragado por voto popular	I	PS (Minoria)	23-04-76 a 23-01-78	Mário Soares
	II	PS & CDS (Maioria)	23-01 a 29-08-78	Mário Soares
Nomeação presidencial	III	MFA	a 22-09-78	A. Nobre da Costa
	IV	MFA	22-09-78 a 1-08-79	Carlos Mota Pinto
	V	MFA	1-08-79 a 3-01-80	M ^a Lurdes Pintasilgo

Constitucional ou Sufragado por voto popular	VI	& PSD, CDS, PPM (Maioria)	3-01-80 a 9-01-81 4-12-80 a 9-01-81	Francisco Sá Carneiro Diogo Freitas Amaral
	VII	& PSD, CDS, PPM (Maioria)	9-01 a 4-09-81	J. Pinheiro de Azevedo; A. Almeida e Costa
	VIII	& PSD, CDS, PPM(Maioria)	4-09-81 a 9-06-83	Francisco Pinto Balsemão
	IX	& PS, PSD (Maioria)	9-06-83 a 6-11-85	Mário Soares
	X	PSD (Minoria)	6-11-85 a 17-8-87	A. Cavaco Silva
	XI	PSD (Maioria)	17-08-87 a 31-10-91	A Cavaco Silva
	XII	PSD (Maioria)	31-10-91 a 29-10-95	A. Cavaco Silva
Constitucional ou Sufragado por voto popular	XIII	PS (Minoria)	29-10-95 a 25-10-99	António Guterres
	XIV	PS (Minoria)	25-10-99 a 6-04-2002	António Guterres
	XV	& PSD, CDS, PPM (Maioria)	6-04-02 a 17-07-4-	Durão Barroso
	XVI	& PSD, CDS, PPM (Maioria)	17-07-04 a 12-03-05	Santana Lopes
	XVII	PS (Maioria)	12-03-05 a 26-10-2009	José Sócrates
	XVIII	PS (Minoria)	26-10-09 a 21-06-11	José Sócrates
	XIX	& PSD, CDS	21-06-11 a 30-10-15	Pedro Passos Coelho
	XX	& PSD, CDS (Maioria)	30-10-15 a 26-11-15	Pedro Passos Coelho
	XXI	PS (Minoria)	26-11-15 a 25-10-19	António Costa
	XXII	PS, com PCP e BE associados	25-10-19 a 30-03-22	António Costa
	XXIII	PS (Maioria)	30-3-22 a 2-04-24	António Costa
	XXIV	& PSD, CDS, PPM	Desde 06-04-24	Luís Montenegro (PSD)

Tomado de Ferreira (2025), cortesia

Anexo 9: Executivos da Câmara Municipal e mesas da Assembleia Municipal de Macedo de Cavaleiros ao longo da República de Abril (1976-2026)

- **1976**
 - Presidente: António Joaquim Ferreira
 - Fernando Augusto Braz
 - Luís Augusto Paiva Monteiro
 - Quintino dos Santos Fragoso
 - José Maria Pereira
 - José Joaquim Rodrigues
 - Fernando Jorge Carneiro Mascarenhas
- **1979**
 - Presidente: António Joaquim Ferreira
 - Armando Joaquim Pereira
 - Edgar Manuel Madeira
 - Bernardo José Afonso
 - Pedro Inácio Pegado Lemos de Mendonça
 - José Guilherme Moreira e Silva
 - José Adriano Carneiro Mascarenhas
- **1982**
 - Presidente: António Joaquim Ferreira
 - João de Sousa Ferreira Pires
 - João Lopes
 - António dos Santos Pires Afonso
 - José Guilherme Moreira e Silva
 - Jaime Maurício Malta
 - Manuel Luís Gomes Vaz
 - Alberto Elísio Vaz (em substituição de João de Sousa Ferreira Pires que renunciou)
- **1985**
 - Presidente: António Joaquim Ferreira
 - João Lopes
 - António dos Santos Pires Afonso
 - Pedro Inácio Pegado Lemos de Mendonça
 - Manuel Alberto Vaz Angélico
 - Jaime Maurício Malta
 - Manuel Luís Gomes Vaz
- **1989**
 - Presidente: António Joaquim Ferreira
 - António Abrantes Pereira
 - Edgar Manuel Madeira

- José Mário Pinheiro Mesquita
- José Guilherme Moreira e Silva
- Jaime Maurício Malta
- Henrique José Gonçalves
- **1993**
 - Presidente: Manuel Luís Gomes Vaz
 - Camilo António Morais
 - Fernando Rui Castanheira Pinto
 - Adão José Fonseca Silva
 - Luís Manuel Valente Carneiro
 - Beraldino José Vilarinho Pinto
 - Manuel José Serra de Sousa Cardoso
- **1997**
 - Presidente: Manuel Luís Gomes Vaz
 - Camilo António Morais
 - Fernando Rui Castanheira Pinto
 - Ana Maria Dias Mascarenhas
 - António dos Santos Pires Afonso
 - Carlos Manuel Pinto Barroso
 - Jacinta Lúcia Catarino Lopes (em substituição de José Mário Pinheiro Mesquita que renunciou)
- **2001**
 - Presidente: Beraldino José Vilarinho Pinto
 - Manuel Duarte Fernandes Moreno
 - Carlos Manuel Pinto Barroso
 - Sílvia Cristina Raposo Montês Ferreira Garcia
 - Manuel Luís Gomes Vaz
 - Camilo António Morais
 - Fernando Rui Castanheira Pinto
 - Ana Maria Dias Mascarenhas (em substituição de Manuel Luís Gomes Vaz que renunciou)
 - João Manuel Gradíssimo Rocha (em substituição de Ana Maria Mascarenhas que renunciou)
- **2005**
 - Presidente: Beraldino José Vilarinho Pinto
 - Manuel Duarte Fernandes Moreno
 - Carlos Manuel Pinto Barroso
 - Sílvia Cristina Raposo Montês Ferreira Garcia

- Manuel José Serra Cardoso
- Camilo António Morais
- Rui Manuel Rodrigues Vaz
- **2009**
 - Presidente: Beraldino José Vilarinho Pinto
 - Manuel Duarte Fernandes Moreno
 - Sílvia Cristina Raposo Montês Ferreira Garcia
 - Carlos Manuel Pinto Barroso
 - Rui Manuel Rodrigues Vaz
 - Gilberto Augusto Silva Galhardo
 - Maria Adelaide Alves Gonçalves Batista
- **2013**
 - Presidente: Manuel Duarte Fernandes Moreno
 - Carlos Manuel Pinto Barroso
 - Maria Helena Rodrigues Magalhães
 - Rui Jorge da Silva Costa
 - Rui Manuel Rodrigues Vaz
 - Fernando Rui Castanheira Pinto
 - Maria Manuela dos Santos
- **2017**
 - Presidente: Benjamim do Nascimento Pereira Rodrigues
 - Pedro Fernando Reis Mascarenhas
 - Elsa Carina da Silva Escobar
 - Rui Alexandre Serapicos Vilarinho
 - Manuel Duarte Fernandes Moreno
 - Carlos Manuel Pinto Barroso
 - Maria da Assunção Gemelgo Correia
 - Sónia de Jesus Afonso Salomé (em substituição de Elsa Carina da Silva Escobar que renunciou)
- **2021**
 - Presidente: Benjamim do Nascimento Pereira Rodrigues
 - Rui Alexandre Serapicos Vilarinho
 - Sónia de Jesus Afonso Salomé
 - Paulo José Castro Rogão
 - António Nuno Baptista Mendes de Morais
 - Clementina Augusta Marçal Gemelgo
 - Edgar Manuel Rodrigues Fragoso
 - Susana Alexandra Esteves Viana (em substituição de Paulo José Castro Rogão que renunciou)

– 2025

- Presidente: Sérgio David Ramos Borges
- Clementina Augusta Marçal Gemelgo
- Cristina Paula Pinto Ribeiro Pires
- Leonardo do Nascimento Moraes Vila Franca
- Benjamim do Nascimento Pereira Rodrigues
- Paulo José Castro Rogão
- Susana Alexandra Esteves Viana

Presidentes e membros de mesa da Assembleia Municipal de Macedo de Cavaleiros

- **1976 a 1989**
 - Presidente: Luís Inácio Fernandes Gonçalves
- **1990 a 1992**
 - Presidente: Manuel Luís Gomes Vaz
 - 1º Secretário – Orlando Amaro Afonso
 - 2º Secretário – Maria Inácia Ferreirinha
- **1992 a 1993**
 - Presidente: Manuel Alberto Vaz Angélico
 - 1º Secretário – Maria Inácia Ferreirinha
 - 2º Secretário – Orlando Amaro Afonso
- **1994 a 1996**
 - Presidente: António dos Santos Pires Afonso
 - 1º Secretário – João Afonso Gonçalves
 - 2º Secretário – Casimiro Augusto Pires
- **1996 a 1997**
 - Presidente: João Afonso Gonçalves
 - 1º Secretário – Armindo Manuel Lemos Pintado Vaz
 - 2º Secretário – Basílio Augusto Rodrigues
- **1998 a 2001**
 - Presidente: Henrique José Gonçalves
 - 1º Secretário – Joaquim Manuel Ferreira Seabra
 - 2º Secretário – Maria Inácia Ferreirinha
- **2002 a 2005**
 - Presidente: Fernando Humberto Gomes
 - 1º Secretário – Isabel Maria Vaz Mesquita da Costa
 - 2º Secretário – Luís Adelino Batista
- **2005 a 2009**
 - Presidente: Adão José Fonseca Silva
 - 1º Secretário – António dos Santos Pires Afonso
 - 2º Secretário – Cândida da Encarnação Baixinho
- **2009 a 2013**
 - Presidente: Adão José Fonseca Silva
 - 1º Secretário – António dos Santos Pires Afonso
 - 2º Secretário – Cândida da Encarnação Baixinho
- **2013 a 2017**
 - Presidente: António dos Santos Pires Afonso
 - 1º Secretário – José António Da Silva Madalena

- 2º Secretário – Clementina Augusta Marçal Gemelgo Gonçalves
- 2º Secretário – Maria Helena Lopes Gonçalves (em substituição de Clementina Augusta
- Marçal Gemelgo Gonçalves que renunciou)
- **2017 a 2021**
 - Presidente: Camilo António Morais
 - 1º Secretário – Manuel António Machado Carvalho
 - 2º Secretário – Celina Da Conceição De Sá Martins
- **2021 a 2025**
 - Presidente: Camilo António Morais
 - 1º Secretário – José Carlos Vasco Jecas
 - 2º Secretário – Celina Da Conceição De Sá Martins
 - 1º Secretário – Daniela de Almeida Rebelo (em substituição de José Carlos Vasco Jecas que renunciou)
- **2025 a 2029**
 - Presidente: Maria José Vieira Teodoro Moreno
 - 1º Secretário – Edgar Manuel Rodrigues Fragoso
 - 2º Secretário – Margarida Rosa Fortuna Parra Pires

τφ



S. Bernardo, Monge de Cister



S. Bernardo, Monge de Cister

* Pedro Gomes Barbosa

(1ª parte)

Nesse momento, Deus visita Cister. Ele prova aos frades a sua profunda ternura. Na Sua bondade, Deus conduz a Cister trinta homens de uma só vez. Entre eles vemos clérigos. São os sábios e os notáveis da Igreja. Há também laicos, homens poderosos na sociedade, e filhos de notáveis. Todos entram em Cister, no mesmo dia, para se tornarem noviços. Chegam cheios de ardor. Vêm lutar, com coragem, contra os seus defeitos e contra os espíritos maldosos que os empurram para o mal. Estão decididos a continuar o seu percurso até ao fim. Dessa maneira, Bernardo e os seus companheiros dão o exemplo. Encorajam velhos e jovens, homens de todas as idades e de diversos países, a imitá-los.

Le Petit Exorde [*Exordium Paruum*],
http://users.skynet.be/scourmont/script/docprim/exord_parv/petit_exorde.htm 2002.09.23

Em 1090 ou 1091 nascia em Fontaines-les-Dijon, Bernardo, filho de um pequeno nobre, e da sua mulher, Aleth (ou Alice) de Montbard, senhora muito piedosa¹. Desconhece-se quantos anos estudou ou quais foram os seus professores, apenas poderemos inferir que foran clérigos regulares de Saint-Vorles, em Châtillon-sur-Seine, perto de Dijon, próximo dos domínios do pai, que, como dissemos, não seriam muito vastos. Clero que eram na época os únicos a que se recorria para aprender. Não sabemos quem eram mas o que conhecemos é a excelente preparação de Bernardo.

Bernardo foi instruído nos saberes antigos e clássicos, e sabemos isso, não porque ele nos transmitiu, porque não era pessoa para alardear a sua formação e os seus mestres, mas está espelhado em parte da sua Obra. Não era Bernardo que dizia:

* Doutorado em História Medieval pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa; Professor Associado com agregação ao Departamento de História da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (na situação de aposentado) Ex-Membro do Conselho de Curadores e membro do Conselho Científico da Fundação da Batalha de Aljubarrota. Ex-Director do Instituto de Estudos Regionais e do Municipalismo; Membro fundador do Observatório de Segurança, Criminalidade Organizada e Terrorismo, Ex-subdirector do Instituto de Estudos Árabe-Islâmicos; entre outras actividades. As suas principais áreas de estudo são a História Medieval, História Militar e Segurança e Defesa.

1 Eram sete rapazes e uma rapariga, oito filhos pelo menos. Ignoramos quantos (se algum) faleceram.

“Há os que querem saber sem ter outra finalidade que não o saber: essa é uma curiosidade vergonhosa. Há os que querem saber a fim de que se saiba que são sábios: é uma vaidade vergonhosa. (...) Há os que querem saber a sua ciência, isto é, para amontoar bens ou obter honrarias: é um tráfico vergonhoso. Mas há também os que querem saber para edificar os outros: é a caridade; e há quem quer saber para se edificarem a si próprios: é a prudência (...) Dir-se-á que falo mal das ciências, e parece que censuro os sábios. (...) Deus me guarde. (...) Para mais, li estas palavras num profeta: ‘Porque haveis rejeitado a ciência, rejeitar-vos-ei diante de mim.’”

Não pretendo, aqui, resolver as questões levantadas pelo Santo, e que tanto têm ocupado historiadores mais especialistas do que eu neste particular capítulo. O que quero aqui apresentar é uma reflexão pessoal sobre Bernardo a partir da sua *Vida*, escrita pelo seu amigo e discípulo Guilherme de Saint-Thierry, a minha forma de ver o Homem e o Pensador, o Santo e o Político. Dei o título de “A Luz e as Sombras a um trabalho apresentado há já alguns anos. A Luz é Bernardo, Doutor da Igreja. Escrevi na altura que as Sombras são projectadas por aqueles que, pensando conhecê-lo bem, lhe colocam “biombos interpretativos” que não deixam ver a claridade que dele brota. Bernardo tem que ser visto como um homem do seu tempo, mas também como alguém para lá do seu tempo. Só tendo em conta esta complexidade poderemos chegar mais perto dele, e tentar perceber um pouco do muito que ele foi.

Por aquilo que conhecemos da sua vida, através das muitas notícias que chegaram até nós, dos incontáveis estudos que sobre ele se fizeram, mas sobretudo através das biografias feitas pelos seus contemporâneos ou quase contemporâneos, e também pelas suas inúmeras cartas e escritos, sermões e homilias, podemos dizer que Bernardo de Fontaines foi um homem duro e exigente. Primeiro consigo próprio e, logo, com os que o rodeavam, que ele considerava seus filhos espirituais. Sobretudo com aqueles que ele mais amava, e que queria ver na via da salvação. Feito Santo pela Igreja Romana, não corresponde àquela imagem que temos das seráficas criaturas que, segundo os ensinamentos da Santa Madre Igreja, estão sentados à direita de Deus Pai. Aliás, não consigo imaginar Bernardo sentado ou quieto. Personagem polémico, extremamente conservador, por vezes tocando as raias do integrismo. Mas as suas acções e palavras eram importantes, se nos não esquecermos da época em que viveu: início de novas heresias, que não só a dos Cátaros, que combateu com entusiasmo, o perigo muçulmano que, na Península Ibérica, ameaçava de perto a Cristandade, e na Terra Santa procurava destruir os Estados cristãos que defendiam os lugares santos. Mas também a contestação

2 Sermão 36 do Cântigo dos Cântigos.

ao poder da Igreja por parte de vários monarcas. E Bernardo acreditava que só uma Europa unida, evidentemente à volta da Igreja e do seu máximo representante, o Papa, poderia fazer frente a estes vários perigos e ameaças. Bernardo era um brilhante orador, conseguindo arrastar multidões e convencer hierarquias. Escritor fecundo, as suas ideias circularam por toda a Europa católica do seu tempo nas missivas que enviava a leigos e clérigos, a reis e papas, mesmo se algumas das suas cartas, como aquela supostamente dirigida a Afonso Henriques, levantam inúmeras dúvidas de autenticidade. Os seus sermões e os seus comentários serviram de referência e de modelo a muitos dos principais pensadores da Cristandade católica, abriu horizontes para uma nova forma de ver o Mundo real e concreto, não se perdendo em tortuosos e “barrocos” pensamentos. Mas a sua influência foi para lá do catolicismo. Martinho Lutero considerava-o um dos maiores expoentes da Cristandade³. Erasmo de Roterdão admirava o seu saber teológico e a sua visão do mundo. Mas nos tempos seguintes, nem todos o viram com os mesmos olhos. No século XVIII a sua figura começou a sofrer contestação. Se, para uma corrente que vinha de tempos anteriores, se prolonga a interpretação mística do Santo, os “filósofos das Luzes” condenaram-no como um fanático que lançava os homens no massacre, a caminho das cruzadas. O século XIX recorda sobretudo Abelardo, o espírito que queria ser livre e acabou maltratado por esse representante da Igreja mais radical e retrógrada. O século XX insiste no conservadorismo de Bernardo, agora de forma não tão rigorosa. Mas a figura de Bernardo voltou a ser estudada e compreendida, à luz da sua época, nos finais do século passado.

Recordemos as palavras do Santo: “O fruto não está no Conhecimento, mas no acto de compreender” (*Sobre a Reflexão*).

Incansável na sua actividade, tanto pastoral como política, foi dos homens que mais influenciaram a sua época, para o bem e para o mal. Porque o Santo não é perfeito. E Bernardo não tinha a pretensão de o ser. Embora se aproxime de Deus mais do que qualquer dos outros mortais, o santo fica abaixo de Anjos e Arcanjos.

Veementemente pregou uma cruzada, a Segunda, cujos resultados, a que se juntam as críticas e as acusações, o deixaram muito abalado. Não houve assunto importante da esfera da Igreja onde ele não estivesse metido, ou para o qual não fosse chamado ou pedida a sua opinião. Definia-se como “quimera do seu tempo”, sendo-lhe interdito, pelas solicitações do Século, levar uma vida de monge, como desejava; mas devido ao seu amor pelo claustro, nunca assumindo plenamente a actividade laica.

3 Franz Posset, “*Divus Bernardus: Saint Bernard as Spiritual and Theological Mentor of the Reformer Martin Luther*” em *Bernardus Magister* (Actas do Congresso de Kalamazoo, Michigan, 10-13 de maio de 1990), Spencer (MA) e Saint-Nicolas-lès-Cîteau (França), 1992, págs. 517-532.

Mas a sua marca não se ficou apenas pelo mundo temporal, embora nele, e através dele, possamos perceber em boa parte o que foi esse admirável século XII. Monge por vocação, rigorista no seu modo de vida, praticou aquilo que recomendava a quem entrasse para a Ordem de Cister: “Se desejas viver nesta casa, deixa o teu corpo para trás; só espíritos podem entrar aqui”⁴. O seu pensamento, que moldou (e molda) gerações, é límpido e não admite segundas interpretações ou, sequer, modificações de percurso. “Bernardo é um pregador eloquente, mais pela natureza do que pela arte; está cheio de encanto e vivacidade, e sabe como atingir e comover os afectos”, escrevia Erasmo de Roterdão. Para ele, o motor de tudo era a Caridade em Cristo, e por Cristo, tal como Ele, através dos Evangelhos, manda que se faça. Contudo, poderia ver-se uma contradição entre a ideia de caridade defendida pelo Santo e alguns dos seus excessos coléricos e cegos ataques. Mas lembremos o que acima disse: era para defender a Cristandade. Foi duro para com os seus adversários? Sem dúvida! Mas fê-lo com a convicção de estar a defender a Verdade de Cristo e, na imitação de Cristo, procurava, com veemência, expulsar os (para ele) novos “vendilhões do Templo”.

Tem-se escrito e dito, em várias ocasiões, que Bernardo condenava o Saber, e defendia a Fé cega e a vida no obscurantismo. Mas tal não corresponde à verdade, o que seria estranho num homem que cita poetas latinos pagãos⁵, e vai criar no seu mosteiro de Claraval uma grande biblioteca. O que ele considerava desprezível ou, no mínimo, sem interesse ou utilidade, era o saber que não procurava directamente Deus. Não aceitava o conhecimento pelo conhecimento, e duvidava que, apenas pelo raciocínio, o Homem conseguisse chegar à Verdade. Essa Verdade que ele, com esforço e procura sincera, poderia encontrar no seu interior. Porque conhecer-se é, para Bernardo, um acto religioso, pois implica conhecer-se como criatura face ao seu Criador

A via para atingir⁶ esse conhecimento era difícil, árdua e cheia de escolhos⁷. Começava-se pelo despojamento do orgulho do Século – a humildade, a verdadeira humildade, era o início do caminho. Mas também a ascese, que não era apenas, ou sobretudo, a mortificação da carne, mas a renúncia aos prazeres, e a aceitação dos males e sofrimentos que Deus tinha enviado para pôr à prova aqueles que queriam servir a Santa Via. Tal como a Job, Deus punha à prova a paciência, a resignação e a capacidade de suportar.

4 *Saint Bernard of Clairvaux Abbot, Doctor of the Church – 1153* em <http://www.ewtn.com/library/MARY/BERNARD2.htm> em 2002.09.23.

5 “Nada direi da enorme altura, comprimento extravagante ou largura desnecessária das igrejas [dos clunícenses]... digamos que é tudo em honra de Deus. Contudo, tal como o poeta pagão Persius perguntou aos outros pagãos, assim eu, como monge, perguntarei aos meus companheiros monges: ‘Dizei-me, oh pontífices’, disse ele, ‘o que faz o ouro no santuário?’ Eu direi (seguindo mais o tema do que a metáfora): ‘Dizei-me, pobres homens, se sois realmente pobres o que faz o ouro no santuário?’” (Bernard of Clairvaux: *Apology*, em <http://www.fordham.edu/halsall/source/bernard1.html>, 2002.09.06.

6 Ou pelo menos, e dada a dificuldade, tentar atingir.

7 Fernand Comte, *Dictionnaire de la Civilisation Chrétienne*, Paris, 1999, pág. 281.

É a procura da imitação de Cristo, mas de Cristo homem e sofredor, que permite passar do estado carnal ao estado espiritual, e atingir a união com Deus⁸.

Creio que a interpretação desta ideia deve ser examinada com alguma atenção, e não penso que o Santo defendesse a atitude “masoquista” da mortificação da carne, tal como foi interpretada e exercida por vários místicos da Igreja. É verdade que Bernardo criticava os monges que compravam ou faziam poções curativas, ou procuravam médicos leigos para que os curassem (normalmente da malária⁹, muito comum nessas “terras selvagens” onde se estabeleceram, de início, muitos dos mosteiros mais rigoristas), defendendo Bernardo que a “medicina do corpo” era inimiga da saúde espiritual¹⁰. Ele próprio suportava estoicamente (ou santamente) as dores que lhe causava o seu crónico mal de estômago¹¹, segundo a tradição hagiográfica apenas acalmado pelo leite que, milagrosamente, Maria lhe dá do seu próprio peito¹². Mas a sua estreita ligação aos monges e ao monaquismo irlandês, de raiz celta, ainda que já não com o rigorismo primitivo¹³, nomeadamente a sua forte amizade com S. Malaquias¹⁴, o bispo irlandês que morre em Claraval, nos braços de S. Bernardo¹⁵, podem permitir uma outra leitura. E apenas como hipótese a apresentarei.

O modo de vida dos monges de formação céltica, nomeadamente os irlandeses, levou a que S. Bernardo considerasse a Irlanda *locus vere sanctus fecundusque sanctorum, copiosissime fructificans Deo*¹⁶. A admiração, tanto quanto podemos deduzir, vinha da total entrega dos monges e santos irlandeses ao trabalho espiritual de chegar a Deus, tanto pela meditação como pela ascese. Era a aplicação prática e vivida daquilo que Bernardo defendia para o monaquismo, e já referido acima: deixar o corpo do lado de fora, e entrar apenas com o espírito. Ora, os (para nós) violentos exercícios a que se dedicavam os monges irlandeses não tinham como objectivo mortificar o corpo, e atingir o êxtase pela dor, mas sim controlar, pelo exercício do espírito, os sinais que são transmitidos pelo corpo. Ou seja, é uma busca da não-dor, do não-desejo.

8 *Idem, ibidem.*

9 “Os nossos pais [os abades] construíram os seus mosteiros nos lugares húmidos e insalubres para que os monges tivessem diante dos seus olhos, de forma acutilante, a incerteza da vida”. S. Bernardo, citado em *Saint Bernard of Clairvaux Abbot, Doctor of the Church – 1153*, <http://www.ewtn.com/library/MARY/BERNARD2.htm> em 2002.09.23.

10 Carole Rawcliffe, *Medicine and Society in Later Medieval England*, Stroud, 1997, pág. 85.

11 Gastrite ou úlcera?

12 O que o tornava um colação de Cristo.

13 Ver especialmente a obra de Elizabeth Rees, *Celtic Saints: Passionate Wanderers*, Londres, 2000.

14 Maelmhaedhoc l’Morgair.

15 S. Malaquias morre em Claraval em 1148. A grande admiração pelo santo irlandês fez com que Bernardo nos deixasse dele uma biografia (Dom Louis Gougaud, O.S.B., *Gaelic Pioneers of Christianity*, Dublin, 1923, pág. 139).

16 Referido na obra citada na nota anterior, pág. 149. Isto, não obstante Bernardo considerar a massa dos irlandeses como bárbaros (*idem*, pág. 39).

Aliás, para Bernardo a vida monástica tem por finalidade a união com Deus, e o êxtase, que ele procura em duas etapas. A primeira etapa é a da meditação, na procura gradual da verdade, o que pressupõe o exame da sua condição de homem, a purificação por orações e actos e a luta contra as tentações e o pecado. A segunda etapa, ultrapassada a anterior, é a da contemplação de Deus, o que vai requerer o recolhimento¹⁷, a pureza de espírito, a oração e a posse de todas as virtudes. S. Bernardo queixa-se numa das suas cartas de que não consegue esse recolhimento, mesmo quando está no claustro. Bernardo incitava a que se chegasse à contemplação de Deus (ou se chegasse perto), e uma das formas, provavelmente a única por ele admitida, seria a vida monástica. Sobretudo se esse monaquismo fosse o de Cister, mais próximo dos ideais dos Padres fundadores, especialmente de S. Bento. Como escreveu Bernardo, “a razão de amar Deus, é Deus. A medida de O amar é amá-Lo sem medida”¹⁸

Após a sua morte e canonização foram-lhe juntos uma série de atributos. Essas imagens, que geralmente acompanham a representação plástica dos santos, e por vezes se apresentam isoladas como marca desse mesmo santo, não são apenas emblemas, mas sim indicativos que ajudam a uma melhor caracterização, por via do símbolo. Os atributos iconográficos de Bernardo foram os instrumentos da paixão de Cristo, uma mitra por terra, sinal de que recusou sempre as honras episcopais, a visão da Virgem e um enxame de abelhas, entre outros menos frequentes. Desses símbolos, gostava de chamar a atenção para o enxame de abelhas. Ele é geralmente interpretado como uma indicação das doces palavras de S. Bernardo, também chamado *Doctor Melifluus*. Mas não creio que possamos encontrar sempre doçura e mel nas palavras, por vezes muito violentas, deste santo. Se, por vezes, começa um seu discurso com palavras doces é para, logo a seguir, defender violentamente o seu ponto de vista (que ele cria e queria coincidentes com os da Igreja), ou atacar, com a mesma violência, o seu adversário. Ficamos uma outra interpretação do simbolismo da abelha: desde que temos conhecimento da interpretação simbólica, que sabemos que a abelha simboliza o saber, o verdadeiro conhecimento, e não o conhecimento superficial da aparência material. Mas tem também um simbolismo solar: Cristo é Sol, é a luz da Verdade, e todos aqueles que se aproximam dessa luz são eles também um pouco desse sol. Mas a abelha, no conjunto da simbólica cristã significa também a diligência e a eloquência, características do Santo¹⁹. Ela é, para os Mistérios de Elêusis, e numa “apropriação” de símbolos feita pelo Cristianismo primitivo, um símbolo de ressurreição. A afirmação de Virgílio, segundo a qual as abelhas contêm uma parte da divina Inteligência, continua viva entre os cristãos

17 Citado em *Saint Bernard of Clairvaux Abbot, Doctor of the Church – 1153*, <http://www.ewtn.com/library/MARY/BERNARD2.htm> em 2002.09.23).

18 *De diligendo Deo*: I,1.

19 Juan Eduardo Cirlot, *Dicionário de Símbolos*, Lisboa, 2000, pág. 55.

medievais²⁰. Pelo seu mel e pelo seu ferrão, a abelha é considerada como emblema de Cristo: de um lado, a doçura e a misericórdia; do outro, o exercício da justiça enquanto Cristo-juiz. Mas para o próprio S. Bernardo, a abelha é o símbolo do Espírito Santo²¹. Que simbolismo escolher. Para mim, será o do conhecimento, e do mel, se interpretarmos este símbolo não no sentido da doçura mas sim no do conhecimento e da eloquência²².

No seu *Livro do Tesouro*, Brunetto Latini, escritor da segunda metade do século XIII, define as abelhas como “moscas que fazem o mel”, e que têm muito cuidado a fazer esse mel pois que, com a ajuda da cera que colhem em diversas flores, edificam uma extraordinária casa onde cada um tem o seu lugar. Possuem um rei (os homens medievais pensavam que a rainha da colmeia era um rei), e também um exército, que usam para fazer a guerra. É, além disso, e continuando a seguir o Livro do Tesouro, o único animal que coloca tudo em comum, seja a comida, seja o gozo de outros bens que possuam. E ainda que todas as abelhas sejam virgens, e não tenham sido corrompidas pela luxúria, elas dão à luz, de repente, grande quantidade de filhos.

Que melhor definição de uma comunidade monástica? E sobretudo da cisterciense, que se queria mais perfeita do que as outras. E ainda mais de Claraval, onde Bernardo tentava levar às últimas conseqüências o ideal de S. Bento, numa edição por ele revista e aumentada. O rei era o próprio santo, não na acepção terrenal das funções, mas sim na de condutor iluminado da sua comunidade. O exército eram os monges, lutando contra as heresias e os desvios da verdadeira Fé, defendendo-a, se preciso fosse, com a sua própria vida. Para atingir esses fins há que manter a máxima disciplina, e criar, como se diria em linguagem militar, um “espírito de corpo”. Isso era conseguido não só com a ideia de que tinham uma missão transcendental a cumprir, mas igualmente com uma forte ligação comunitária onde todos fossem importantes, e onde cada um sabia, perfeitamente, qual o seu lugar na ordem de batalha.

Bernardo é como a abelha-rei: casto, não corrompido pela luxúria, mas dando à luz, de repente, uma grande quantidade de filhos espirituais: não só os novos recrutas para Cister, mas também aqueles que, continuando no Mundo, eram auxiliares nesta luta comum. Guido, irmão mais velho do santo Abade, confia a Guilherme de Saint-Thierry, falando da expansão de Cister:

20 Jean Chevalier e Alain Gheerbrant (dir.), *Dictionnaire des Symboles*, vol. 1, Paris, 1973, pág. 3. Pelo seu mel e pelo seu ferrão, a abelha é considerada como emblema de Cristo: de um lado, a doçura e a misericórdia; do outro, o exercício da justiça enquanto Cristo-juiz (*idem, ibidem*).

21 *Idem*, pág. 4.

22 Segundo a tradição, uma abelha teria pousado nos lábios tanto de Pitágoras como de Platão, estando ambos ainda no berço (*Idem*, pág. 2), o que significava a previsão futura não só da eloquência quanto, sobretudo, da Sabedoria. E não de uma sabedoria qualquer, já que ambos tentaram perceber o mundo para lá das formas: Pitágoras, através da música e dos números, e Platão, tentando quebrar as cadeias que o prendiam ao fundo da caverna, para tentar ver as realidades à luz clara de um Sol divino, e não como meras sombras projectadas nas paredes da gruta.

“Depois contou-me como é que logo ao princípio se começaram a expandir aquelas novas colmeias de abelhas espirituais, e com elas edificar novas casas da sua Ordem...”

Vimos, acima, que Bernardo era violento para com os seus adversários, embora por vezes pudesse ter uma surpreendente brandura. Mas surpreendente até certo ponto, porque ele diferenciava o que, no seu julgamento, eram os erros próprios da condição imperfeita do Homem, daquelas afirmações que colocavam em perigo a unidade da Fé e da Igreja. Foi isso que o levou a aceitar pregar a segunda Cruzada²³ e a dizer, a respeito dos muçulmanos que “a melhor solução é matá-los. Mas S. Bernardo justificava-se, e justificava a Ordem do Templo, que protegeu: a eliminação de um muçulmano não é um homicídio, mas sim um “malicidium”, porque quem pretende oprimir e eliminar, pelas armas, a Cristandade, nada mais é do que um apoiante do Mal neste mundo.

Uma das principais críticas dirigidas ao abade claravalense, é a da sua intolerância para com Pedro Abelardo e os seus discípulos, atacando-os sem misericórdia e sem razão. Aliás, não foi o único a atacar uma figura incómoda como foi Abelardo, ao ponto de ele próprio afirmar:

“Espalharam notícias tão sinistras tanto sobre a minha fé quanto sobre a minha vida, que voltaram contra mim até os meus melhores amigos, e aqueles que ainda conservavam algo da sua antiga consideração por mim eram obrigados a disfarçá-lo. (...) Deus sabe que muitas vezes me afundei tanto no desespero que estive pronto a abandonar o mundo cristão e ir para o meio dos pagãos, e pagar-lhes o tributo estipulado para que pudesse viver em paz uma vida cristã no meio dos inimigos de Cristo”²⁴.

Penso que a análise que tem sido feita esquece, não raras vezes, não só o contexto da época quanto a visão não só religiosa e filosófica, mas também política de Bernardo, como referi. O que critica em Abelardo é, em seu entender, o lugar dado por este pensador à razão humana, como instrumento para atingir o conhecimento. Para o Santo, o conhecimento superior é apenas o amor a Deus, e é este o único que conta, já que a razão humana não está preparada para conhecer, só por si, as realidades divinas. Isso

23 Cujos resultados negativos o deixariam fortemente abalado. Foi qualificado de “falso profeta”, pelos seus inimigos, assim como Eugénio III, antigo monge de Cister, e papa, que tinha favorecido a empresa, não se livrou de ser qualificado como “Anticristo” (José Guadalajara Medina, *Las Profecías del Anticristo en la Edad Media*, Madrid, 1996, pág. 111). Não nos podemos esquecer de que, se a Segunda Cruzada foi um fracasso no Oriente, teve um resultado muito positivo que foi a tomada de Lisboa, em 1147.

24 Pedro Abelardo, *Historia Calamitatum*, <http://www.fordham.edu/halsall/basis/abelard-histcal.html> em 2002.09.06.

seria o mesmo que o Homem querer elevar-se à sabedoria de Deus. O conhecimento apenas pela razão humana pode conduzir à perdição. Em *Os doze degraus do orgulho*, escreve: “O primeiro degrau do orgulho é a curiosidade²⁵”. Ora, Abelardo ousou usar a razão para interpretar os textos sagrados. O choque entre ambos era inevitável, já que representavam correntes de pensamento distintos, se não mesmo opostos. O cisterciense defendia a tradicional autoridade da Fé, não como uma opinião, mas como uma certeza; Pedro Abelardo defendia o livre exercício da razão humana. Contudo, e ao contrário do que se tem propagado, Bernardo só entra na contenda depois de ter sido alertado para o perigo dos escritos e dos ensinamentos do filósofo por Guilherme de Saint-Thierry, que o pressionou como sendo a única pessoa com autoridade suficiente para contestar as teses abelardinas, e fazê-las condenar²⁶, o que aconteceu no concílio de Sens, de 1141.

Guilherme de Saint-Thierry não denunciou apenas Abelardo, mas outros pensadores não ortodoxos como, por exemplo, Guilherme de Conches (1080-1154). Este filósofo e teólogo era um platónico para o qual o mundo não é senão a imagem do mundo arquétipo pensado por Deus, mas regido por leis físicas independentes, queridas pelo Criador. Mas dizia mais: que o mundo é uma “natureza”, que pode e deve ser estudado sem recurso às Sagradas Escrituras. Guilherme de Saint-Thierry vai, então, acusá-lo de ser um daqueles homens que explicam a Criação não a partir de Deus, mas sim a partir da Natureza, dos espíritos e das estrelas, o que era extremamente grave. Mas não foi apenas Guilherme de Saint-Thierry. Absalão de S. Victor também se sentiu incomodado pelo facto de Guilherme de Conches ser daqueles que se dedicavam às coisas vãs, como a forma da Terra, a natureza dos elementos, o lugar das estrelas, a natureza dos animais, e outros assuntos sem importância

Mas o que geralmente se não refere é que Bernardo falou com Abelardo, por três vezes, e este prometeu retirar dos seus escritos as partes que pudessem parecer menos ortodoxas, ou serem mal interpretadas. Mas, tendo continuado com muitas das suas principais ideias consideradas não conformes à Doutrina e à Religião, vai ser considerado herege no referido concílio. Bernardo não queria ir a Sens, mas os partidários de Abelardo teriam espalhado que ele tinha medo de encontrar o filósofo cara-a-cara, em público. Esta ideia foi considerada ofensiva pelo Santo, e modificou a sua intenção primeira. Porque S. Bernardo não “mandava recados” ou usava meios indirectos. Ele próprio escreveu:

“Olhem para esse inteligente caluniador! Começa por causar uma profunda impressão, aparenta ser humilde, e põe um ar modesto, e com uma voz

25 Citado em Georges Minois, *op. cit.*, pág. 194.

26 Citado em Georges Minois, *op. cit.*, pág. 184.

sufocada com soluços, tenta assumir uma falsa aparência sobre a calúnia que está na ponta da sua língua, fazendo-nos crer que propositadamente assume um comportamento calmo e condescendente; porque quando fala contra o seu irmão usa termos cheios de compaixão”²⁷

Para ele, Abelardo representava um perigo, já que assentava a sua argumentação na dialéctica. Santo Anselmo distinguia a boa da má dialéctica, sendo que a boa era apenas uma arte de discussão, enquanto que era má aquela que pensava poder conhecer, sem recurso a mais nada, a natureza das coisas e, mesmo, a natureza divina. S. Bernardo era mais radical, e era por ser dialéctico que ele condenava Abelardo, já que essa sua posição equivalia, no entender do abade claravalense, a dizer “que é permitido a qualquer pessoa fazer uma escolha, segundo o seu capricho, entra as verdades que ela (a dialéctica) nos propõe”²⁸. Para S. Bernardo, e cito, “Abelardo trabalha para destruir a verdade da fé, defendendo que a razão humana é capaz de compreender Deus em toda a sua plenitude. Ele mergulha o seu olhar até às profundezas dos céus e dos abismos, pois nada há que ele não prescrite no céu ou nos infernos. (...) É um homem pretensioso e inchado de orgulho, a quem nem mesmo a majestade de Deus inspira qualquer reserva...”²⁹. São Bernardo trabalhava, essencialmente, para defender a Fé e a Igreja, mas sobretudo para o engrandecimento da Cristandade, que ele sentia ameaçada não só pelas heresias³⁰, mas igualmente pelo perigo externo que atacava o mundo cristão a oriente, na Terra Santa, e a Ocidente, na Península Ibérica, como acima referi. Para defender esses valores, Bernardo não tem receio de recorrer a todos os meios, mesmo aqueles que nos poderiam parecer menos ortodoxos. Por exemplo, durante o seu combate à heresia cátara, numa aldeia do Périgord benzeu alguns pães, dizendo que assim os seus habitantes se curariam das doenças e da heresia. O bispo de Chartres, que se encontrava presente, quis suavizar essa “investida” de Bernardo, dizendo que se curariam se tivessem muita fé. Mas Bernardo insistiu no poder redentor do pão, devido à sua própria bênção.

Figura controversa, é certo, mas fascinante, sem dúvida que estudada e julgada com demasiada paixão por um e por outro lado. S. Bernardo foi visto de ângulos sempre diferentes e apaixonados, o que indica que não se pode ficar indiferente frente à sua figura. Vimos como foi entendido no século XVI por Erasmo e Lutero, no século XVIII pelos

27 24^o *Sermão sobre o Cântico dos Cânticos*, cit em Bernard of Clairvaux, <http://www.catholic-forum.com/saint08.htm> de 2002.09.11.

28 Georges Minois, obra citada, pág. 174.

29 Carta 191 cit por Georges Minois, ob. cit., pág. 194.

30 Recorde-se que S. Bernardo foi à Provença para pregar contra a heresia albigense, a pedido do legado do papa, o cardeal Alberico, em 1145.

iluministas, no século XIX pelos positivistas, e mesmo no século XX. Dom Jean Leclercq dizia que ele era um ciclotímico passando por fases de depressão que alternavam com fases de hipomania³¹. Chegou-se mesmo ao ponto de se pretender, no congresso de Lyon, em 1990, psicanalisar o Santo. Mas Bernardo foi um homem complexo. Não podendo negar que foi um homem do seu tempo, ele foi um visionário fora do seu próprio tempo. Percebeu a necessidade de uma Europa católica unida à volta do poder espiritual do papa. Percebeu ainda que esta Europa, tendo muito que separa os seus vários povos, e nomeadamente a língua, tinha muito mais em comum. Mas percebeu também que o afrouxamento da doutrina da Igreja iria, a curto prazo, provocar a sua cisão e a quebra da sua força, o que teria efeitos perversos não só para a Europa como, sobretudo, para a referência de cada um dos homens. Bernardo não desdenhava nem odiava os filósofos. Apenas tinha medo do mal que pudessem fazer se as suas ideias, bem ou mal compreendidas, se espalhassem pelo corpo da sociedade. E também a noção de que uma religião que se crê verdadeira mas, acima de tudo, revelada, não pode colocar em causa essa Revelação.

O relato da vida de Bernardo, composto por Guilherme de Saint-Thierry, parece-me o mais importante de quantos se escreveram. Ali podemos encontrar todas as ideias e todas as acções empreendidas pelo Santo. E também muitos dos milagres que teria feito ainda em vida, como o das moscas varejeiras, que recordo:

Foi em Foigny, uma das primeiras abadias que Bernardo tinha fundado. Para lá se deslocou para consagrar um oratório, mas ao chegar encontrou o lugar que, lembremo-nos, ainda não era local sagrado, repleto de enormes e pretas moscas. Era o Maligno a tentar tomar conta desse espaço, impedindo que fosse consagrado a Cristo. As moscas faziam um terrível barulho, com os seus zumbidos, provocando grande incómodo a todos os que ali se dirigiam. Não se sabia como resolver o problema, mas Bernardo encontrou a solução. Com voz decidida disse: “excomungo-as”. Foi remédio... do Santo. Na manhã seguinte, ao chegarem ao oratório, as moscas estavam todas mortas, e para as deitar fora foi preciso recorrer a pás, após o que a capela foi lavada, com a água que tudo purifica (Guilherme não refere se esta água tinha ou não sido abençoada pelo abade).

Refira-se, ainda, o célebre “milagre do leite”, já referido, quando a Virgem Ihe aparece e Ihe dá do seu próprio leite. Muitos autores interpretam o episódio como a cura “milagrosa” da úlcera ou da gastrite de que o Santo padecia. Para mim, a explicação vai mais fundo, mas não tenho tempo de a expor aqui: é que, bebendo do leite da Virgem, Bernardo tornava-se colação de Cristo, o que não era de pouca importância.

31 Jacques Berlioz, “Saint Bernard, le soldat de Dieu”, citado, pág. 51.

Não duvidamos da crença de Guilherme, como de qualquer dos seus contemporâneos, nos milagres e sinais milagrosos e premonitórios. Quando refere o Demónio, também não duvidamos que nele acreditasse. A principal questão reside nos milagres que ele diz ter assistido, para além daqueles que ele ouviu, muitos deles contados por quem, supostamente, a eles também tinha assistido ou que deles tinha sido protagonistas. E tudo isso, estando vivo São Bernardo. Sabendo nós que Guilherme não mentiria, pois isso representaria um pecado capital e, para um homem devoto como era, a impossibilidade de entrar no Reino dos Céus, só posso ver aqui duas explicações. A primeira, é a de que ele e os seus relatores acreditaram que estavam a viver milagres feitos pelo Santo Abade. A segunda, é a de que teria de haver uma razão especial para que a não verdade pudesse ser desculpada. E isso só aconteceria se a finalidade fosse o engrandecimento da Igreja e da Ordem de Cister.

Mas o texto de Guilherme de Saint Thierry é, para mim, o mais interessante e desafiador apesar de, e digo-o com toda a honestidade, ainda não ter conseguido nele uma resposta a todas as minhas interrogações, algumas das quais não foram aqui expostas. E isto porque Guilherme viveu de 1075 (alguns autores referem 1085) a 1148, ou seja, morre cinco anos antes de S. Bernardo. Como hoje diríamos, esta foi uma “biografia autorizada”.

Termino com algumas citações de Bernardo:

Sobre a razão de viver dentro de uma comunidade monástica, e a forma de melhor conhecer a Obra Divina: “Fujam do meio da Babilónia, fujam e salvem as vossas almas. Voem em conjunto em direcção às cidades do refúgio, onde se poderão arrepender do passado, viver pela Graça o presente, e esperar com confiança o futuro. Encontrarás bem mais nas florestas do que nos livros. Os bosques e as pedras ensinar-te-ão mais do que não importa que mestre.”

Sobre a sua preocupação com o futuro da Igreja e a defesa de uma Europa cristã, ameaçadas pelas heresias: “... as basílicas estão sem fiéis, os fiéis sem sacerdotes, os sacerdotes sem honra; só se vêem cristãos sem Cristo”. (Carta ao Papa)

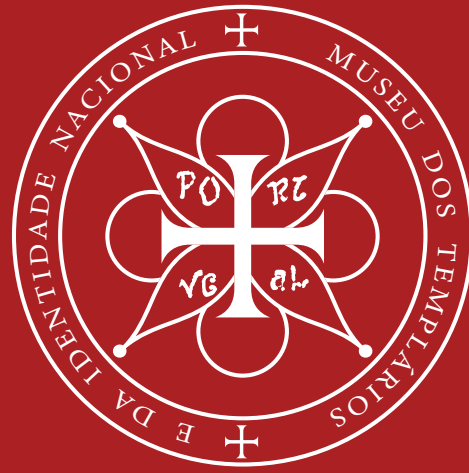
Finalmente, a sua ideia de Deus, no *Tratado sobre a meditação*: “O que é Deus? É comprimento, largura, altura e profundidade”.

Que cada um interprete à sua maneira.

(...) continua – São Bernardo e a Ordem dos Templários



τφ



Pedras que (não) falam





Pedras que (não) falam

* Carlos Alberto Santos Mendes

É inevitável que cada cultura faça com a morte aquilo que considera necessário para alcançar a sua própria paz de espírito, lembrando a tese freudiana de que o inconsciente não conhece nem a morte nem o tempo, – Ernest Becker.

No Caderno Terras Quentes nº 16 abordámos o tema “A Ordem dos Pobres Cavaleiros de Cristo e do Templo de Salomão e a Ordem do Hospital de São João Batista de Jerusalém no concelho, hoje, Macedo de Cavaleiros” onde tentámos indicar das diferenças entre os símbolos atribuídos, a estas duas ordens de monges-militares amplamente representadas no concelho de Macedo de Cavaleiros com cronologia coeva à ordem dos Templários, 1118/1319, período cronológico que nos interessa sobretudo analisar.

Notas sobre estas “supostas” cabeceiras de sepultura, expostas – à data – no museu dos Templários e da Identidade Nacional em Macedo de Cavaleiros.

* ORCID – 0000-0002-1248-6461 – Mestre em História Regional e Local pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, (pré-Bolonha) com a classificação de Muito Bom – Licenciado em História variante de Arqueologia pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Membro da Uniarq (Unidade de Arqueologia da Universidade de Lisboa; – Responsável pela arquitetura, montagem e gestão da sala-museu de arqueologia de Macedo de Cavaleiros. (Centro Cultural de Macedo de Cavaleiros, (2003-2006) – Responsável pela arquitetura, montagem e gestão da sala-museu de arqueologia de Macedo de Cavaleiros Núcleo Central da PPAA. (2006-2011) – Responsável perante a tutela de todo o espólio arqueológico proveniente das campanhas arqueológicas do PNTA – Evolução crono-cultural do Concelho de Macedo de Cavaleiros “Terras Quentes” – Responsável pela arquitetura, e montagem do Museu Municipal de Arte Sacra de Macedo de Cavaleiros. – Responsável pela equipa que realizou os pré-estudos museológicos para a implantação do museu Municipal de Arqueologia – Responsável concepção e montagem do Museu Martim Gonçalves de Macedo inaugurado em 12 de dezembro de 2015 – Responsável pela Concepção e Montagem do Museu Municipal de Arqueologia “Coronel Albino Pereira Lopo” inaugurado no dia 3 de setembro 2016 – Responsável pela exposição de armamento medieval na sede da Associação Shotokai de Portugal, (Lisboa) visita do embaixador do Japão em 11 de maio de 2019. Responsável e coordenador Científico da Instalação do Museu dos Templários e da Identidade Nacional, inaugurado em 31 de maio de 2025 em Macedo de Cavaleiros. Intervenção em 114 arqueossítios com direção de escavação e/ou prospeção, em vários concelhos do País, mormente em Macedo de Cavaleiros, retirado da base de dados do então IPA. Director dos Cadernos Terras Quentes, sócio nº 1, fundador e presidente da Direcção da Associação Terras Quentes.

Agora, após a inauguração do museu dos Templários e da Identidade Nacional, no passado dia 31 de maio de 2025, (no qual nos coube a responsabilidade científica) encontram-se em exposição duas cabeceiras de sepulturas pertencentes e emprestada (temporariamente) ao nosso museu pelo Museu Abade de Baçal, localizado na cidade de Bragança. Havia que procurar a veracidade da proveniência e contextos das mesmas, assim como, de dois monolíticos um representando o símbolo templário e outro monólito com a cruz pertencente à Ordem de Nosso Senhor Jesus Cristo.



1. Abade Baçal



2. Abade Baçal



3. Terras Quentes



4. Terras Quentes

Assim, retirámos da ficha de inventário, do Museu Abade Baçal.

Peça nº 1

“Inventário: 1558

Denominação: Cabeceira de sepultura

Instituição / Proprietário: Museu do Abade de Baçal

Super-Categoria: Arqueologia

Categoria: Epigrafia

Outras denominações: Estela Funerária

Não publicado na internet

Descrição:

Cabeceira de sepultura em granito. Forma discoide com elementos crucíferos nas duas faces. Registo inferior em cunha para encaixe, parte superior arredondada e partida. A cruz de uma das faces tem orifício ao centro. Faces laterais com dois traços incisos a toda volta.

Autoria

Autoria desconhecida

Produção: nada

Datação

Época/ Período cronológico Época Medieval

Informação técnica

Matéria Granito

Dimensões:

Altura 65 cm; Largura 33 cm; Espessura 15 cm

Conservação:

Estado de Conservação

– Regular; 2002-11-27

– Deficiente; 2023

Origem/Historial

Historial:

– Já no Museu esteve exposta no jardim na parte de fora do claustro.

Contexto de Recolha

Contexto territorial Local Bragança. (sem contexto exato)

Sobre a peça nº 1 diz, o Abade de Baçal, na sua obra, Memórias arqueológico-Históricas, volume nº 9 na página 88; n.50 – Cabeceira de sepultura cristã, em granito, tipo palmatória, encontrada na quinta do Doutor Albino (*de Sá Vargas*), sítio de Vale de Álvaro, junto a Bragança – Altura 0,66m grossura, 0,15m – É ornada por uma cruz de cada lado para a sua descrição ver a lápide nº 44.

Por recolha de informação, (junto amigos dos familiares) posterior à recolha da peça no Museu dos Templários e da Identidade Nacional informaram-nos que a peça pode ter tido proveniência na quinta do Doutor Albino de Sá Vargas, situada no Lombo, freguesia de Macedo de Cavaleiros e fronteira ao santuário de Balsemão, confirmando assim a informação do Abade de Baçal.

Peça nº 2

“Inventário: 1606

Denominação: Estela

Título: Estela Funerária

Instituição / Proprietário: Museu do Abade de Baçal

Super-Categoria: Arqueologia

Categoria: Escultura

Não publicado na internet

Descrição: Estela funerária em granito de formato rectangular de perímetro irregular, com escoriação e falta de matéria no canto inferior direito. Campo preenchido por círculo inciso com cruz relevada. Prolongamento da linha exterior do círculo em duas linhas verticais paralelas (rectângulo). Nos dois cantos superiores estão incisos: ícone solar de oito raios à esquerda e lua à direita.

Produção: desconhecida

Datação: Desconhecida.

Informação técnica: Granito

Dimensões: Altura 85 cm; Largura 64 cm

Estado de Conservação: Regular em 2023-09-04

Historial: Local do achado: sub-pedâneo do altar da capela dos Figueiredos, na Igreja de Santa Maria em Bragança”.

Bibliografia: ALVES, Francisco Manuel, Abade de Baçal—Bragança: Memórias Arqueológico-Históricas do Distrito de Bragança, Tomo IX – Arqueologia, Etnografia e Arte. [S.L.]: C.M.B./ I.P.M., 2000.

Consultada a informação vertida da página 89 da bibliografia citada pela ficha de inventário do Museu Abade de Baçal, retirámos:

Lápide 53 – Lápide de granito, tendo insculpida a Cruz de Cristo. Possivelmente serviu de cabeceira de sepultura a algum cavaleiro desta Ordem. Apareceu enterrada no sub-pedâneo do altar da capela dos Figueiredos, na Igreja de Santa Maria de Bragança. Ver tomo I, pág 325 destas memórias. Altura 0,88m largura 0,64m, espessura 0,08m. Pertencente à família dos Figueiredos, também há no Museu uma lápide brasonada, que esteve junto às portas da Igreja de S. Francisco, em Bragança. Escudo dividido em pala: na da direita cinco folhas de figueira; na esquerda três arruelas.

Pequena História da família Figueiredo: Informação derramada das Memórias Arqueológico-Históricas do Distrito de Bragança, Vol. I, p325, da Obra do Abade Baçal.

“Pedro de Figueiredo ou Pedro de Figueiredo Sarmento – Era alcaide-mor de Bragança e vivia em 1631. A Árvore Genealógica da Família dos Figueiredos da Quinta de Arufe menciona-o com o nome de Pedro de Figueiredo Sarmento, do hábito de Cristo, fidalgo, escudeiro e instituidor da capela dos Figueiredos na matriz de Santa Maria de Bragança. Essa capela, à mão direita de quem entra, é muito elegante, em estilo Renascença, com mimosos motivos ornamentológicos nos pés direitos e arco. No fecho deste há um escudo composto de cinco folhas de figueira em aspa e na arquitrave a seguinte inscrição de letras conjunta se inclusas, que quer dizer: Esta capela mandou fazer Pedro de Figueiredo alcaide-mor 1585”.

De facto, a família dos “Figueiredo Sarmento” tiveram início segundo Francisco Manuel Alves, na Quinta da Arufe, em Arufe, a menos de 9km da Fraga da Pegada, por onde se limitou em 1863 os limites entre Bragança e Macedo de Cavaleiros.

No caderno Terras Quentes n. 6, em artigo de autoria de Catarina Gonçalves dá-nos conta do Brasão da família Figueiredo Sarmento no concelho de Macedo de Cavaleiros:



Brasão da família Figueiredo Sarmento
(v. Vilar do Monte).

Brasão outrora existente em Chacim, no frontispício de uma casa pertencente à família do Dr. António Henrique de Figueiredo Sarmento. Encontra-se, actualmente, na aldeia de Vilar do Monte, sendo, portanto, a sua análise feita mais à frente. Dando assim alguma consistência há ideia de existência da peça nº 1 ter proveniência na quinta do Doutor Albino de Sá Vargas – Quinta do Lombo – Chacim/Lombo.

Quanto aos monólitos nºs 3 e 4, pouco se sabe. Pois, foram adquiridos num antiquário de Alcobaça.

A finalidade deste artigo é procurar “contextos fechados e estratigraficamente validados”, para se poder atribuir a qualquer uma das cabeceiras de sepultura ou outro monólitos com cruz simbólica que possamos atribuir à Ordem dos Templários ou a qualquer outra Ordem de monges-militares, ou não, o que nestes quatro exemplos não foi possível. Francisco Manuel Alves, nos exemplos que nos apresenta, colocou a hipótese de terem servido de cabeceira de sepultura a cavaleiros da Ordem de Cristo no caso da peça nº 2 e admitindo ser de sepultura cristã na peça nº 1. (o que nos parecem hipóteses muito frágeis, por não estarem contextualizadas.)

Há uns dias atrás foi encontrada, por um membro dos órgãos sociais da Associação Terras Quentes, outra “cabeceira de sepultura” idêntica à peça nº 1 aparentemente com cruz

“Templária orbicular”, no Concelho de Macedo de Cavaleiros, na freguesia de Edroso, 41º37’31,65’’ Norte e 6º 56’49,97’’ Oeste a algumas centenas de metros da “Necrópole Medieval do Sobreirinho” 41º 37’12,40’’ Norte e 6º 56’,58’’ Oeste, intervencionada por nós, onde escavamos nove sepulturas, (sete de adultos e duas de criança). Pelos registos efectuados, encontra-se, amplamente, dentro do período cronológico com que estamos a trabalhar; (meia-moeda visigótica, em ouro, de Égica/Vitiza cunhada no ano 700 d.C., e um bolhão de Afonso III (1248/1279). Se bem que as numismas não sirvam de grande registo cronológico, pois pode ser questão de entesouramento.



Cabeça de sepultura encontrada na quinta do “Chouriço” /Edroso /Macedo de Cavaleiros

É fundamental, para se entender a presença da Ordem Templária no Concelho, hoje, de Macedo de Cavaleiros, que recordemos os artigos publicados nos Cadernos Terras Quentes; números 16/17/19/20, que editamos sobre a Ordem dos Templários no Nordeste Transmontano, todos com acesso livre no site www.terrasquentes.pt, sobretudo o artigo intitulado: *“Toponímia existente nas localidades do Concelho de Macedo de Cavaleiros com a finalidade de se apurar os bens ali existentes pertencentes à Ordem dos Templários, que abrange o período cronológico entre 1122 e 1319”* de autoria do signatário e publicado no Caderno Terras Quentes nº 22, de maio 2025.

Pela importância e para se contemplar, um pouco, da ambiência desta parte norte do Concelho, entendemos, (com a devida cortesia do autor) transcrever um “conto” que retiramos do livro “Quartzo, Feldspato e Mica, Vidas de um Veterinário”, publicado há justamente um quarto de século, pela editora Quarteto e, de autoria do meu excelso amigo Dr. Manuel José Serra de Sousa Cardoso, (actual Presidente da Mesa da Assembleia-Geral da nossa Instituição).

O episódio passou-se na parte norte do concelho de Macedo de Cavaleiros, provavelmente a zona mais enigmática do concelho de Macedo de Cavaleiros. Para não complicar vamos-nos somente restringir-nos à área geográfica da antiga freguesia Santa Marinha de Edroso, que, com a reorganização administrativa de 2012/13, agregou-se em União das freguesias com Espadanedo, Murçós e Soutelo Mourisco. De salientar que o somatório de bens patrimoniais e arqueológicos registados na carta arqueológica do Concelho de Macedo de Cavaleiros, desta união de freguesias, conta com 39 referências.

Sem dúvida que esta zona norte do Concelho de Macedo de Cavaleiros é uma zona significativamente enigmática, mas, outras há, neste concelho, como por exemplo a freguesia de Chacim.

Vamos então ao que viemos, para podermos minimamente dispor de “ambiência contextual” para aquilo que, pensamos, à partida não iremos chegar a nenhuma conclusão objectiva/científica, mas, provavelmente, poderemos esclarecer as razões de não decifrarmos os enigmas das estelas aparecidas no Concelho de Macedo de Cavaleiros assim como em todo o distrito de Bragança, quiçá no resto do País ou estrangeiro.

Segue-se a transcrição “Ipsis verbis” da crónica, atrás referida, tão “sui generis” como enigmática, sob o título “Um enigma” constante entre as páginas 47 a 53, do livro citado:

“Numa noite de chuva de Inverno em que o vento fustigava os ramos nus do velho castanheiro do quintal e se fazia ouvir por toda a casa, bateram à porta de vidro da varandinha. Levantei-me de ao pé da lareira a adivinhar incómodos e nada me faria supor então a extraordinária aventura que iria viver nas horas mais próximas.

Dois homens vestidos de capotes antigos que pingavam, depois de confirmarem que eu era a pessoa que procuravam, explicaram-me de um modo polido e extremamente correcto que precisavam, sem demora, da minha ida à aldeia para fazer um parto a uma vaca.

Entraram comigo no jeep e encaminhámo-nos para a serra no meio do vendaval. Pouco depois de Edroso, já a subir para Bousende, disseram-me para enveredar à direita por um íngreme estrada ladeado de carvalhos seculares. Começou aí a minha surpresa já que, conhecendo minuciosamente toda a região, achava impossível ignorar aquele trajecto para algures e nem me lembrava de alguma vez me ter dado conta daquela derivação.

- *Como foram para Macedo?*
- *Fomos a pé – responderam com naturalidade.*
- *Mas, com uma noite destas, porque é que não telefonaram?*
- *Não temos telefone.*

Por momentos pensei, “estou a cair numa armadilha”, mas, como se me adivinhassem os receios, tranquilizaram-me:

- *O seu pai era muito nosso amigo...*
- *E ainda conhecemos o seu avô.*
- *Afinal, para que terra estamos a ir?*
- *Moimenta¹. O seu pai nunca lhe falou?*
- *Não, e nem sequer sabia haver para aqui uma Moimenta. É do Concelho de Bragança?*

De súbito o caminho deixou de ser de terra e passou a ser empedrado, mas com lages grandes de granito um pouco desniveladas que me obrigaram a abrandar para evitar solavancos. Passámos uma ponte que tinha um curioso marco redondo a meio de uma das guardas e instantes depois encontrávamo-nos no largo de uma aldeia mergulhada em vento, chuva e escuridão.

Senhor doutor, faça o favor de parar além naquele cabanal. Está vazio para poder meter lá o carro.

A arquitectura geral do conjunto não era fruto do acaso, mas estruturada, curiosa até, colunas redondas de granito suportando grossas traves que davam vãos a um telhado imenso, prolongado em passagens para várias casas que se podiam alcançar a salvo das bâtegas.

1 Moimenta ou Muimentinha era uma povoação pertencente à freguesia de Edroso, hoje extinta. Retirámos dos registos paroquiais de 1758 a seguinte informação: A parochia está dentro do lugar e não tem mais lugares anexos a esta freguesia, só a ella hé sujeita a Quinta da Muimentinha que fica no mesmo termo e pertence “in solidum” ao Ducado de Bragança. Mais à frente...; Na quinta da Muimentinha, em que vive só um vizinho, está erecta huma ermida de Santo António pertencente à mesma Jurisdição Ordinária. Os moradores desta quinta e freguesia pagam anualmente de foro reguengo ao Ducado da Sereníssima Caza de Bragança trezentos e dez alqueires de pam, sendo a quinta composta de mais de quarenta vizinhos. De há oitenta anos a esta parte se tem extinguido e desertado da Quinta por cauza di muto foro e piqueno território que tem a quinta e freguesia para os moradores fabricarem.

Um candeeiro de archote.

Um candeeiro de archote pendendo de um vetusto cadeado no meio do negrume ardia espesso sob um capuz de latão, espalhando uma claridade feérica pelas paredes e dando às portadas e janelas que se recortavam na pedra o aspecto de aparição intermitentes de fantasmas.

O chão era negro e exalava um cheiro forte e frio de limalha de ferro. Apetrechos de carros de bois estavam encostados pelas paredes e uma enorme forja, com um fole capaz de libertar ventanias, misturava ao ar a essência ácida de carvão apagado.

De uma das portas vinha um vagido entrecortado que logo dava a entender onde se encontrava a minha doente. O encaminhar dos nossos passos provocou uma restolhada de palha ao chegar à ombreira e duas pessoas, que percebi serem mulheres, levantaram-se de um canto. A claridade era espalhada por uma candeia de azeite e a vaca estava de facto em dificuldades, estendida em decúbito lateral com contrações inconsequentes.

- Então boa noite!*
- Boa noute nos dê Deus! – responderam-me compondo os xailes e o lenço preto da cabeça.*
- Nós já lá metemos a mão e tentámos tirar o vitelo, mas não dá para o pormos em posição.*

Pude confirmá-lo. O pequeno animal ainda estava vivo.

Após as perguntas e as explicações do costume todos concordámos em que o melhor era optar por uma cesariana. Puseram-se logo de acordo comigo e demonstraram uma tão grande confiança em mim que até me surpreendeu. Muito animado, foi em menos de uma hora que um vitelinho de orelhas pandas e largas se apresentou cá fora. Enquanto durou a intervenção o vento e a chuva calaram-se e um frio que o tempo a passar foi acentuando e que entrava pelas frinchas da porta fez-me ficar a tremer quando me endireitei após ter dado o último ponto.

E não foi sem surpresa deparar com um nevão já grande quando se abriu a porta. Com a mansidão, a tristeza e o encanto descritos por Augusto Gil, a neve caía ali como mais um elemento de uma revelação, naquela noite e naquele instante. Arrumei todo o material no jeep por entre duas excitações: a de um sucesso clínico e a da neve.

Fomos para a cozinha, Eram cerca das três da manhã. O frio desapareceu ao fechar-se a grossa porta de castanho.

Enquanto as mulheres remexiam em coisas do lado mais escuro, nós ficámos num pequeno círculo bruxuleante de um lume quente.

Encostado a um braço do escano estava um pau de marmeleiro em que peguei e que tinha uma ponta muito bonita com bronzes encastado em espiral e um cravo de fixação que era uma cabeça esculpida e já gasta de um javali. Elogiei longamente aquele trabalho de artista tanto mais que o artesão era da casa e me explicou com satisfação alguns detalhes daquela manufactura. Um cão felpudo e grande dormitava debaixo do escano encostado aos meus pés. Uma preguiçadeira desceu diante de nós com uma toalha de linho crú que uma das mulheres estendeu e onde pôs um pão maciço de côdea aromática, uma malga de caldo rescendente e um prato com dois salpicões que só de vê-los se aplacava fraqueza e afugentava a fome. Mas o que me assombrou foram os copos.

Três copos de vidro fumado e de um desenho extraordinário despertaram qualquer coisa de misterioso antigo no arquivo mental de todos os museus que eu já vira. Eram todos diferentes e peguei no meu observando-os cheio de curiosidade. Rebordava-o um círculo de cachos de uvas e sarmentos suportados por bacantes de braços estendidos como se colhessem os bagos naquela pequena escultura.

Quando fiz tenção de pegar noutro copo, disse um dos homens:

- Já o seu pai e o seu avô beberam por esse copo e ambos também o estiveram a ver como o senhor doutor agora fez.*
- Não lhe podemos dar nenhum. Já só restam esses três.*
- Mas ao seu avô demos um prato...*
- Um prato fundo, de cor azul...*
- Ah! – disse eu –, sei perfeitamente qual é esse prato.*

As mulheres aproximaram-se e manifestaram satisfação por saberem que ainda o prato estava e está intacto, e na nossa sala de visitas.

- O seu avô (nota nossa: Doutor Amadeu Américo Magalhães Cardoso) que era médico, veio cá muitas vezes. Vinha a cavalo com um grande capote que o cobria a ele e à maleta.*
- A mim tratou-me desta perna que se tinha aberto de uma machadada*
- Estou a vê-lo além, em pé, a escolher as ervas daquele armário que é onde guardamos os chás e outros remédios.*

Considerarei o armário, de dois andares com ferragens de bronze e almofadas lisas, uma anacrônica preciosidade. E ao ver também o tocheiro que pendurava uma lâmpada de azeite dei por mim a pensar, de repente, que nada daquilo tinha relação fácil com Trás-os-Montes que eu bem conheço. Uma pequena incerteza aliada a uma não menor insegurança instalou-se-me interiormente.

Ao mesmo tempo saboreava o excelente salpicão, bebia o vinho suavíssimo e cortava mais uma fatia rangente daquele pão centeio de côdea enfarinhada.

A conversa continuou como um ribeiro de inverno em que cada cachão, cada fraga vencida, cada açude galgado era para mim uma revelação e um crescendo de espanto. A certa altura pareceu-me ouvir que uma das mulheres contava um episódio qualquer em que estivera a nossa trisavó D. Josefa quando esta mandara os criados contar, um a um, todos os castanheiros que a casa tinha na serra. Mas essa trisavó morrera em 1904.

Como aquele copo era tão bom para beber aquele vinho tão bom também! As histórias foram ficando dentro da minha memória como velhas mobílias que se guardam no sótão: em desarrumação completa. E falavam-me de coisas extraordinárias e para mim inauditas: do Rei D. João V prazenteiro a uma outra antepassada, de Castelhanos corridos por outro, eu sei lá! E num momento mais calmo, o lume com chama mais branda, o copo descendo a um ritmo mais lento, um dos homens disse gravemente:

– É que, senhor doutor, nós já não temos idade. Nós vivemos aqui na serra desde o tempo em que as legiões aqui vieram por ouro e estanho. Nós somos Romanos que o destino se esqueceu para trás!

E eu, para meu grande espanto, disse com toda a naturalidade, considerando as brasas e sopesando o copo na mão, esta coisa bárbara:

– Ah, pois claro, então não admira que tenham conhecido a todos lá em casa. Mais do que eu!

Com a familiaridade que já não me surpreendeu, uma das mulheres disse chamar-se Lígia e, a outra, Dulce, e que o meu pai lhe dissera que haveria de por aqueles nomes a filhas se as tivesse. Que já o meu avô tinha posto a uma. Na minha cabeça já tão leve não fulgiu nem uma centelha de espanto pela coincidência daqueles nomes serem o de duas das minhas irmãs.

Ainda bebemos mais uns copos e comemos mais qualquer coisa. Alguma claridade entrava pela janela. Saímos. Não caíam flocos, mas o céu estava fluorescente de neve.

O vento, que estalava, deu-me a lucidez necessária para trazer o jeep de volta a casa onde entrei com a cabeça zumbindo e repetindo mentalmente numa euforia sem nexos “alea jacta est, alea jacta est”.

Acordei normalmente sem sobressaltos nem dores de cabeça um pouco mais tarde do que o normal, cerca das nove horas. Que sonho estranho tivera nessa noite! Cesarianas, Romanos, o Pai e o Avô, a Lígia e a Dulce, que coisa! Pensei enquanto fazia a barba.

Correu bem o parto? Perguntou-me da cama a Mariana.

Parei com a lâmina olhando o espelho e considerando as incríveis implicações de responder àquela pergunta. Decidi-me por uma resposta neutra:

– Sim era um vitelo.

Mas fiquei confuso. Afinal não tinha sido um sonho? Bah! o melhor era passar adiante. Teria sido uma cesariana lá para Edroso e com alguns copos que bebera confundia os detalhes e o sonho.

Pus o jeep a trabalhar e liguei o limpa-para-brisas para tirar a neve que caía outra vez com intensidade. Ao virar-me para fazer a marcha-atrás vi, colocado em cima do material de clínica, um pau de marmeleiro ferrado com ponta de bronze e um cravo que era a cabeça gasta de um javali. No ferro havia umas letras MDCC.

Manuel Cardoso, 2000

O objectivo deste artigo não passa por desvendar os enigmas, da parte norte do Concelho de Macedo de Cavaleiros, sobretudo da região da antiga freguesia de Edroso, pois se analisarmos toda a região Macedense encontraremos motivos enigmáticos, que aos poucos e poucos vão dando um pouco de luz.

Foi-nos colocada a questão, sobre a nossa opinião, sobre a pedra de cabeceira encontrada na quinta do “chouriço” a oeste de Edroso, perto da necrópole Medieval do Sobreirinho – seria Templária? Seria da Ordem de Cister? ou teria qualquer outra interpretação! A quem pertenceria esta cabeceira de sepultura? Ou, simplesmente, a que ordem se poderá atribuir a simbólica da cruz?

Para ver se chegamos a uma conclusão – o que duvidamos – temos que recuar para tempos antes da história da Cruz Cristã (latina) e analisarmos outras semelhantes.

Um pouco sobre a evolução histórica; e um pequeno catálogo (15 amostras) de cabeceiras de sepultura com a cruz pátea, latina e outras existentes no país.

Antes de chegarmos ao tempo paleocristão (séc. II ao séc. V d.C. – aceitação da cruz/ /latina/crucificação), “Já em várias culturas da Antiguidade Clássica, se dava apreço à cruz pátea e a cruz latina, com simbologia cósmica, porque os seus braços apontam em duas direcções, ou representando o homem de pé, com os braços abertos que abraçam os quatro pontos cardiais”. (in, *Dicionário elementar da liturgia*, pp.89). Pensa-se que tenham sido os Assírios, povo da Mesopotâmia, entre 900/600 a.C., a utilizar a crucificação como forma de castigar os seus inimigos. Mas, mais recentemente, Marco Túlio Cícero – 106-43 a.C., filósofo romano (in, *Do Sumo Bem e do Sumo Mal*) se insurgia contra a selvajaria da crucificação. Lembremo-nos que nos anos 30 ou 33, Jesus Cristo tinha ao seu lado dois “ladrões” a serem crucificados, o que quer dizer que, já era hábito este tipo de castigo de pessoas, pelos Romanos.

A dinastia Artáxida, dinastia que governou a Arménia, no século I a.C já usava um símbolo “Cristão”: era uma bandeira de fundo vermelho com um leão, que representava coragem e bravura, centrado e por cima uma cruz latina branca, representando a fé da Arménia. A cruz branca é um dos símbolos mais importantes da Arménia e é usada em muitas ocasiões, incluindo igrejas, edifícios públicos e bandeiras. O monte Ararate é uma montanha sagrada para os Arménios. É considerado o local onde a arca de Noé (...), aportou, após o dilúvio. (*retirado da mitologia grega, não podemos certificar cientificamente!*)



Bandeira do Reino Medieval da Grande Arménia

Assim, após o ano 33 d.C., ou melhor, respeitando outras opiniões, entre o ano 30 d.C e o ano 33 d.C. as datas possíveis que Jesus Cristo foi preso, julgado pelo Sinédrio e condenado por Pôncio Pilatos. A primeira reacção dos seguidores de Cristo foi de não aceitação do Símbolo da Cruz, como Símbolo Religioso, associando-a a um instrumento de tortura e humilhação.



Bíblia Gustave Doré, p438 – crucificação de Jesus Cristo entre Dimas, o bom ladrão e Gestas, o mau ladrão (LUCAS 23:39-43)

Em vez disso identificaram-se como elemento grupal por meio do peixe (ichthys) que representava não apenas um elemento agregador e a conexão com os ensinamentos doutrinários e também como acrónimo de “Jesus Cristo, Filho de Deus, Salvador” os seus primeiros seguidores.

Terá sido a 28 de outubro do ano de 312, segundo o historiador “Eusébio de Cesareia” que, o Imperador Romano Constantino, antes de travar a batalha da Ponte Mílvia, perto de Roma, ao olhar para o céu, viu uma cruz luminosa e acima desta, as letras gregas (X)

Chi e (P) Rho, as primeiras letras em grego Χριστός do nome de Jesus Cristo,



– “In hoc signo vinces” – (com este sinal vencerás), lema que Constantino adoptou para implantar não só o Cristianismo em todo o Mundo Romano, como a simbólica da Cruz.

Mas, somente no ano 336 a 14 de setembro, a cruz (vera Cruz?) fez parte, em Jerusalém, (na Basílica Santo Sepulcro) da solene liturgia como sinal de ressurreição.

Hoje, a cruz é o símbolo mais forte do Cristianismo, sofrendo, contudo, várias reinterpretações ao longo do tempo, influenciado por fatores teológicos, correntes religiosas diversas, políticas culturais, militares ou outras.

Abordemos as questões que nos colocaram sobre a cabeceira de “sepultura” encontrada na parte norte do Concelho; Templária ou de Cister? e as suas simbólicas

A Ordem de Cister (em Latim *Cistercium*; em Francês *Cîteaux*).

A sua origem remonta à fundação da Abadia de Cister, na comuna de Saint-Nicolas-lès-Cîteaux, Borgonha, em 1098, por São Roberto de Champanhe, abade de Molesme. Este, juntamente com alguns companheiros monges, deixara a congregação monástica de Cluny para retomar a observância da antiga regra beneditina, como reação ao relaxamento da Ordem de Cluny. “O hábito dos monges da Ordem de Cister distingue-se por três peças de roupa: a cogula branca até aos pés e de mangas compridas com capucho, a túnica branca, e o escapulário preto com faixa preta ou cinto preto”. “in Wikipédia”

D. Henrique de Borgonha/Dijon, nasceu em 1066, era o filho mais novo do Conde de Borgonha/Dijon. Afonso VI rei de Castela e Leão concedeu-lhe o Condado Portucalense em 1099, por ter aderido à reconquista da Península – Um ano após se ter criado nos domínios de seu pai a Ordem de Cister. Três anos antes, em 1096/1099, inicia-se a primeira cruzada. No ano de 1115, Bernard Fontaines-les-Dijon ou São Bernardo funda um Mosteiro a cerca de cinco quilómetros a leste de Troyes, numa área doada por Hugo de Champagne, que mais tarde se tornaria um Cavaleiro do Templo; a comunidade foi chamada de Clairvaux ou Vale da Luz. Bernardo (Claraval) é o Abade desta nova comunidade. (*Ler vida de Bernardo Claraval caderno Terras Quentes nº 16 subtítulo “A luz e a Sombra” p40 e o artigo de Pedro Barbosa, publicado neste número, intitulado: S. Bernardo, Monge de Cister*).

Na tese apresentada no ano 2000 na FLUP, sobre a Ordem de Cister por Maria Luísa G. Santos, menciona, na página 23, e inscreve no mapa do país, onde se situavam os mosteiros cistercienses e não referencia nenhum mosteiro no distrito de Bragança, se bem que tenhamos conhecimento desta congregação de religiosos estar aboletada numa igreja em Vilariça, portanto a sua representação nesta parte do País seria residual nos séculos XIII/XIV/XV.



Fonte: COCHERIL, MaUR

– Notes Sur Architecture et Le Décor dans Les Abbaves Cisterciennes du Portugal, Paris, 1972

Por outro lado, [Gomes, 2007], dá-nos nesta sua obra um arrolamento exaustivo dos mosteiros cistercienses existentes em Portugal até ao final do século XIII. Assim:

“Eram os seguintes os mosteiros masculinos; S. João de Tarouca (1143-1144); Santa Maria de Alcobaca (1152); S. Cristóvão de Lafões (1161-1169);

S. Pedro das Águias (depois de 1170); Santa Maria de Maceiradão (afiliação em Alcobaça, feita em 1188); Santa Maria de Fiães (antes de 11954); Santa Maria de Seiça (1195); Santa Maria do Bouro (1195); Santa Maria de Salzedas (antes de 1196); Santa Maria de Aguiar (cerca de 1220); Santa Maria de Tomaréis (c.1217); Santa Maria da Estrela (1220); S. Paulo de Almaziva (1221), Santa Maria de Júnias (...1248); Santa Maria de Ermelo (meados do Século XIII); É discutível se se deve considerar cisterciense a fundação de S. Bento de Xabregas, junto a Lisboa, por 1429); Não vingaram as fundações de S. Pedro de Mouraz (ca. 1151-1152) e de S. Tiago de Sever (1143-1144); Os mosteiros femininos eram os seguintes; S. Mamede de Lorvão (c.1206-1210); Santa Maria de Celas de Coimbra (1214); S. Pedro de Arouca (1224); Santa Maria de Cós (antes de 1287).O cenóbio de Santa Maria de Bouças teve existência efémera”.

Como se viu, não existiu entre os séculos XII ao século XV, nenhum mosteiro ligado à Ordem de Cister no Distrito de Bragança.

A Ordem dos Cistercienses deve o seu considerável desenvolvimento a Bernardo de Claraval (1090-1153), homem de excecional carisma, a sua influência e o seu prestígio pessoal tornaram-no no mais célebre dos cistercienses.

Embora não seja o fundador da ordem, continua sendo o seu mentor espiritual e aqui começamos com algum entrosamento com a Ordem dos Templários.



Selo de S. Bernardo, abade de Claraval (1151)
 Legenda: (SIGILLVUM BERNARDI ABBATIS CLAREVAL (ensis)
 – (Reproduzido de D, Jean Leclerq, St Bernard et l'ésprit cistercien,
 Paris, SDeuil, 1998, p55 – e [Gomes p15].

Mas como a Ordem de Cister era somente uma ordem de estrita observância religiosa e não religiosa/militar, era-lhe vedada, pelo Papado, o uso de qualquer símbolo identificativo, o seu hábito era totalmente branco, não possuindo qualquer outra identificação. Chamavam-lhes, os “monges brancos”.

Isabel Anton, na sua obra, “La colonizació cisterciense en la meseta del Duero, pp 98/99”, referindo-se ao domínio do Mosteiro de Moreruela, situado, perto da estrada Zamora-Benavente, coloca questões aos historiadores, quando se tornou cisterciense? Entre 1131 e 1158. A autora inclina-se para a seja a data da sua fundação 1143, data do primeiro documento, uma doação de Afonso VII, de Moreruela, favorecendo-os por se situarem entre Castela e Portugal. Esta prerrogativa atingiu o seu auge nos anos de 1200 a 1230. As propriedades que compõem o domínio estão perfeitamente caracterizadas: vilas onde os monges estabeleceram os seus celeiros, o cultivo de cereais predominava na “Tierra de Campos”, estando também presentes vinhas. Tinham herdades, casas nos centros urbanos (Zamora, Toro, Benavente), e um total de 24 igrejas e 35 quintas, com as suas rendas, que contrariavam as regras entrando em crise entre os anos de 1298-1325. Foi durante este período que os monges começaram a abandonar a exploração direta, que nunca fora rigorosa.

[Gomes p29], dá-nos conta de um homem de costado Macedense, D. Pedro, abade de Alcobaça (f.1319), apresentando o seu anel abacial que se encontra no museu Nacional de Arte Antiga de Lisboa. *“D. Pedro Nunes foi um abade muito próximo do rei D. Dinis. De origem nobre (era filho de D. Nuno Martins de Chacim e de D. Teresa Nunes), exerceu os cargos de capelão-mor, de esmoler-mor e de embaixador régio, merecendo ser arrolado entre os tutores a que D. Dinis, caso falecesse, confiava a educação do herdeiro da Coroa, para além da incumbência de ser seu testamenteiro”.*

Apesar de estar vedado à Ordem de Cister o uso de qualquer distintivo que simbolizasse a Ordem, em 1328, (após a extinção da Ordem dos Templários) a linhagem da casa de Bourbon apresenta-se identificada com a Ordem de Cister, adossando-a à “Grand Royal Coat of Arms of France” onde é preponderante a flor de Liz e três cruces páteas.



Símbolo identitário da Ordem de Cister
Onde ressaltam as flores de Lis e as cruces páteas

Assim parece-nos muito difícil atribuir qualquer “cabeceira de sepultura” a um membro da Ordem de Cister na região do hoje, concelho de Macedo de Cavaleiros entre o período em estudo entre 1122 e 1319.

Maria Alegria Fernandes Marques, na sua tese; *A Ordem de Cister em Portugal na transição da Idade Média aos tempos Modernos*, resume bem a sua ascensão e a sua queda. Assim: pp123; *“Passados os seus tempos de expansão e afirmação (sécs. XII e XIII), em breve a Ordem de Cister se tornou comum, mais uma Ordem na Cristandade. Se é certo que no seu tempo de afirmação sofreu a concorrência de outra corrente de espiritualidade, a mendicante, que lhe era muito próxima, com a vantagem de ser ainda mais simples e mais atractiva para os espíritos mais ávidos e cristalinos, também é verdade que, no conjunto das suas casas, ela se havia tornado já rica, influente e poderosa. Achava-se, por isso, tão vulnerável aos ventos da História quanto qualquer outra.”*

A pp124[Marques]; *“Desde o séc. XIV que a Ordem de Cister apresentava sinais de esclerose, com o recrutamento de potenciais membros em baixa, dificuldades financeiras perante as necessidades certas de reconstrução de edifícios, equipamentos pouco rentáveis, decréscimo das rendas, com sujeição a processos de nacionalização por algumas ocasiões”.*

Não deixa de se ressaltar a similitude cronológica com a vida existencial da Ordem dos Templários. (1118-1307/19).

Mas como foi sentida a presença física da Ordem de Cister em Portugal:

[Marques] continua na pp127; *“Em Portugal, tudo isto se reflecte. Logo nos primeiros anos do séc. XIV, a Ordem, aliás, tal como o restante corpo eclesiástico, sofreu a nacionalização de boa parte dos seus rendimentos, quando, em 1320, o papa João XXII permitiu que as instituições religiosas contribuíssem com as suas rendas para as campanhas que a monarquia se propunha realizar, alegadamente contra os infiéis”*.

Como foi a implantação física da Ordem de Cister em Portugal:

A Intervenção arqueológica no Mosteiro de São João de Tarouca com resultados apresentados em tese apresentada na FLUP, por Inês Guedes, a Ordem de Cister terá sido fundada por João Cirita em 1140, ano em que recebeu, das mãos de D. Afonso Henriques, carta de couto (Barroca, 2000, Insc. nº 118, pp. 307-310). Apesar de, em tal documento, apenas se fazer referência à Ordem Beneditina, em abril de 1144 já é mencionado explicitamente como se regendo *“secundum Ordinem Cisterciensem”* (segundo a Ordem de Cister). Todavia, ainda seguindo os dizeres da tese, diz em; (DMP, DR, doc. 203), o início da construção da igreja do mosteiro aconteceria catorze anos mais tarde, em 1154 (Castro e Sebastian, 2008/2009, p. 118), de acordo com a inscrição gravada no tímpano que estaria sobre a Porta dos Monges Professos (Barroca, 2000, Insc. nº 99, pp. 254-258; Barroca, 2017, Insc. nº 117, pp. 300-305) (Fig. 52). Uma outra inscrição, que se encontra à direita da porta principal do templo, data da sagração da igreja, que aconteceu a 18 de maio de 1169 (Barroca, 2000, Insc. nº 131, pp. 333-336; Barroca, 2017, Insc. nº 152, pp. 398-401).

A primeira menção documental que refere expressamente à ordem de Cister neste cenóbio acontece em 1144, numa doação régia (Marques, 1998, p. 33). Por este motivo, o Mosteiro de São João de Tarouca foi, durante um longo tempo, considerado a primeira fundação desta ordem em território português (Castro e Sebastian, 2008/2009, p. 117). Contudo, estudos realizados por Maria Alegria Fernandes Marques têm abalado esta asserção. A referida autora atribui este primado ao Mosteiro de São Cristóvão de Lafões, baseando-se numa referência documental do séc. XVII, que considera ter sido.



Pedra do primitivo claustro do mosteiro Cisterciense de São João de Tarouca – 1144

O Mosteiro de São Cristóvão de Lafões, fundado entre 1130 e 1136, é uma das primeiras abadias cistercienses em Portugal. Este mosteiro é um importante testemunho da presença dos frades cistercienses.

A fundação deste mosteiro, presumivelmente em 1123, deve-se a frades da regra de Santo Agostinho, que aderiram depois à Ordem de Cister. A fundação do mosteiro é anterior à fundação de Portugal, embora tenha sido totalmente reconstruído no século XVIII.

Em **1163** o convento adere à ordem dos monges cistercienses, como aconteceu a quase todos os mosteiros beneditinos. (Wikipédia).



Mosteiro de Alcobaça

O Mosteiro de Alcobaça foi fundado em 1153 pelo primeiro rei de Portugal, D. Afonso Henriques, e é uma das primeiras fundações monásticas cistercienses em território português. Com quase 900 anos de história é um exemplo notável da arquitectura cisterciense, possuindo a maior igreja em estilo Gótico Primitivo construído em Portugal na Idade Média.

Como dissemos atrás, a Ordem de Cister, foi fundada em 1098 por Roberto de Molesme, na abadia de Cister, localizada na Borgonha/Dijon, proveniência do Conde D. Henrique, pai do nosso primeiro Rei e do seu tio Conde D. Raimundo.

No capítulo Geral dos Cistercienses e no seguimento das constituições promulgadas por Bento XII, o capítulo Geral realizado em 1335, determinou que os selos conventuais deveriam ser obrigatoriamente redondos, em cujo campo seria insculpida a imagem de Santa Maria "*in cuius honore fundata sunt omnia Ordinis monasteria*" [Gomes, p30] – traduzindo: Em cuja honra foram fundados todos os mosteiros da Ordem.

Será que a Ordem dos Pobres Cavaleiros de Cristo e do Templo de Salomão – mais conhecida pela Ordem dos Cavaleiros Templários, fundada por Hugo de Payens após a primeira cruzada em 1118, assim como a Ordem de Cister tiveram como padroeira a Virgem Maria? Deixemos este assunto para outro artigo a publicar, provavelmente nesta mesma edição (CTQ nº 24).

Mas... **Seriam os Monges/Cavaleiros/Militares Templários o braço armado da Ordem de Cister?** O juramento de um mestre Cavaleiro Templário em Portugal, deixa poucas dúvidas: “...*Que no entregare a los enemigos las ciudades y plazas que pertenecen a la orden y que no negare a las personas religiosas, principalmente a los religiosos del Cister y a sus abades –ya que son nuestros hermanos y companeros– ningun socorro, ya sea de palabra, ya sea con obras pias e incluso con las armas*”. in [Bordonove]

A Heráldica Civil, da Guerra e Eclesiástica

Desde os tempos medievais, os brasões tornaram-se de uso comum para os guerreiros e para a nobreza, e, por conseguinte, foi-se desenvolvendo uma linguagem bem articulada que regula e descreve a heráldica civil. Paralelamente, também para o clero se formou uma heráldica eclesiástica. Ela segue as regras da civil para a composição e a definição do escudo, mas coloca em redor símbolos de insígnias de carácter eclesiástico e religioso, segundo os graus da ordem sacra, da jurisdição e da dignidade. Estamos a falar de um período pré-heráldico.

As origens da heráldica são incertas, mas provavelmente derivou de sistemas de identificação visual cultivados desde a Antiguidade. Segundo a tradição os brasões surgiram para distinguir os participantes das batalhas e dos torneios, mas serviu também para registar visualmente os serviços por eles prestados, que eram simbolizados nos seus escudos, mantendo essa função identificadora ao longo de toda a sua história. Entre os séculos XIII e XIV, com efeito, os brasões multiplicaram-se prodigiosamente em todos os estratos sociais, além de identificarem corporações de ofícios, Estados, cidades, comunidades leigas e religiosas, irmandades, associações, partidos políticos e outras entidades formais ou informais, tornando-se uma linguagem visual omnipresente e muito apreciada por todos. A partir do século XV as monarquias passaram a tentar regulamentar a criação e uso de brasões através de legislação especial. D. Augusto Romano Sanches de Baena e Farinha de Almeida Portugal da Silva e Sousa foram pioneiros a compilar e publicar um “Archivo Heraldico-Genealogico”, onde transmite o significado simbólico dos brasões.

A “Ordem dos Pobres Cavaleiros de Cristo e do Templo de Salomão”, vulgo Templários:

Em 1118, Hugo de Payens e outros oito cavaleiros, fundam originalmente na Terra Santa a Ordem dos Pobres Cavaleiros de Cristo e do Templo de Salomão, vulgarmente conhecida pela Ordem dos Templários, que seria oficialmente reconhecida pela igreja católica no concílio de Troyes no ano de 1128, aprovando-se nesse concílio as suas regras apresentadas por Bernardo de Claraval.

O primeiro registo da presença em Portugal, está datado de 31 de maio do ano de 1122 onde consta: *“D. Sicuva Aires e seus filhos vendem uma herdade que tinham na cidade de Braga, por dois morabitinos, a “vobis Iherosolimitani Templi militibus” a Paio Gontemires e Martinho Pais, situada junto de um poço do hospital que os freires tinham”.* (CTQ nº16, p.54).

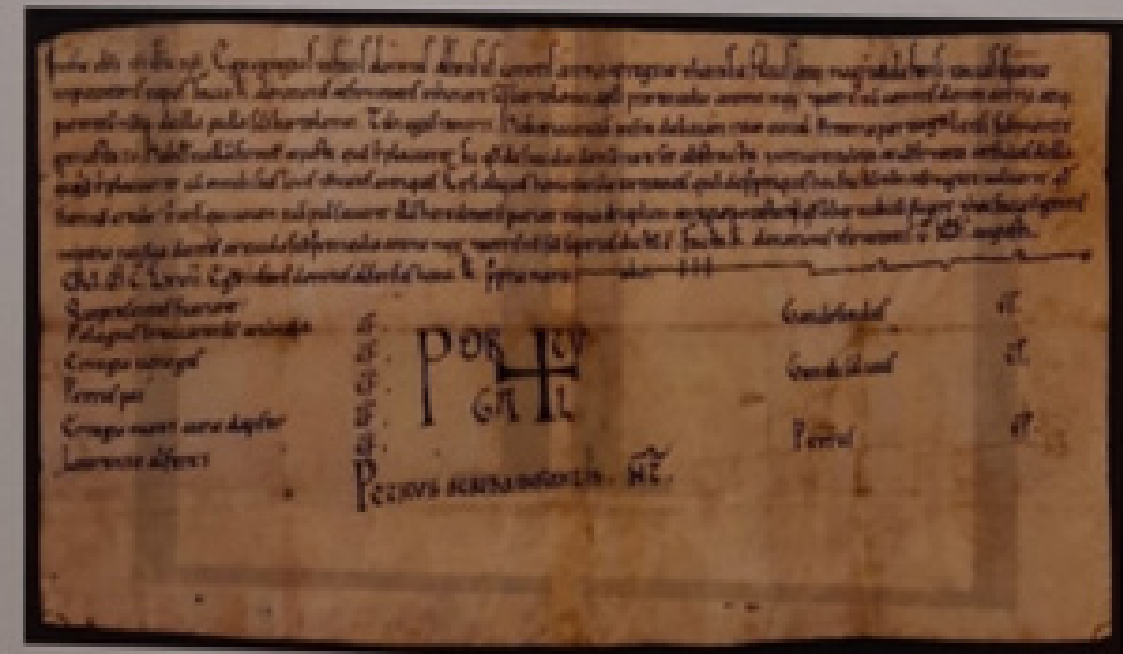
De facto, a data é muito precoce, pois a Ordem dos Templários tinha sido fundada na Terra Santa em 1118, e reconhecida oficialmente no Concílio de Troyes no ano de 1129, Qual a razão desta data tão temporã?

Está devidamente documentado a doação do castelo de Soure pela Rainha D. Teresa em 1128 e confirmada pelo seu filho o Infante Afonso Henriques, primeiro rei de Portugal no ano seguinte, 1129, com o seguinte texto:

Em 1129, D. Afonso Henriques confirma a doação de Soure.

Em nome da Santíssima Trindade, Pai, Filho e Espírito Santo, Trindade Indivisível que nunca terá fim, mas permanecerá por infinitos séculos dos séculos. Amen. Eu, o ilustre Infante D. Afonso, neto do grande D. Afonso de boa memória Imperador da Hespanha, filho do Conde D. Henrique e da Rainha D. Teresa, e pela misericórdia de Deus, Príncipe dos Portugueses; dou a vós Soldados do Templo de Salomão o antigo castelo que se chama Soure, o qual está situado na Estremadura no território de Coimbra, em águas do Mondego. Dou-vos, e concedo-vos o tal Castelo com todos os seus foros que são, e forem, para que vós os tenhais firmemente, e todos vossos sucessores para sempre, e esta doação faço não por mando, ou persuasão de alguém, mas por amor de Deus, e por remédio de minha alma e de meus Pais, e pele cordial amor que vos tenho e porque na vossa Irmandade e em todas as vossas obras sou irmão.

Feita a Carta de doação a treze de Março de 1167 [d. C. 1129], em Guimarães.



Concluindo o texto da doação:” ...e pelo cordial amor que vos tenho e porque na vossa irmandade e em todas as vossas obras sou irmão”.

Podemos interpretar, por estas palavras expressas pelo Infante Afonso Henriques como estando ligado à Ordem dos Templários?

No Caderno Terras Quentes nº 19 publicámos um artigo intitulado: A Ordem dos Pobres Cavaleiros de Cristo e do Templo de Salomão e a Ordem do Hospital de São João Batista de Jerusalém no concelho, hoje, Macedo de Cavaleiros, onde se discorria sobre as diferenças entre os símbolos da Ordem dos Templários e da Ordem de Malta, assunto que não merece grande discussão demonstrando-se à evidência as diferenças.

Este artigo versa uma questão mais pertinente: a interação existente entre a Ordem do Hospital de São João Batista de Jerusalém e a Ordem dos Templários, assim como o uso do símbolo identitário das duas Ordens.

[Moraes,1746]na sua obra “As definições e Estatutos dos Cavaleiros e Freires da Ordem de Nosso Senhor Jesus Cristo p-2” dá-nos conta que no ano do senhor de 1118 foi instituída a Ordem Militar dos Cavaleiros Templários. Confirmou-a o Papa Honório II no ano de 1128 e deu-lhe por hábito, mantos brancos.

Em 24 de abril de 1147, Claraval dá um Papa à Igreja, Eugénio, Monge de Cister, Seria o Papa Eugénio III. Papa que desenhou, como vamos ver a seguir, o símbolo a ser utilizados pelos cavaleiros da Ordem dos Templários, atribuindo-lhes o privilégio de usar no seu hábito uma cruz vermelha (Pátea com terminais em semicírculo pouco pronunciado) sobre o ombro esquerdo, e adicionando-lhes esse distintivo junto ao coração. Aos sargentos e serventes atribuiu-lhes os mantos pardos ou pretos.

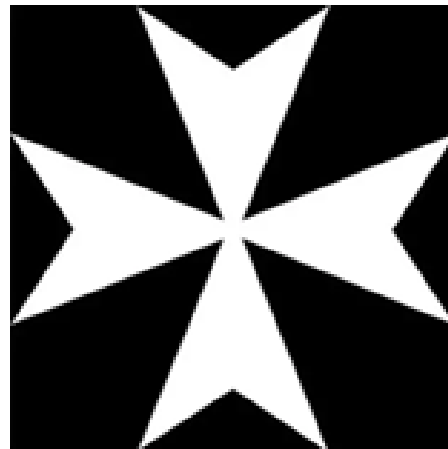
Transcreve-se partes do texto das páginas 42 e 43 do livros de Alexandre Ferreira; Memórias e noticias históricas da célebre ordem militar dos Templários,1735;

“a pp42 diz: ...Padre Mendo, devo acertar com a fórmula da Cruz Vermelha, dada por Eugénio III, que era octógona, quasi semelhante à Cruz branca que usavam os Cavaleiros da Ordem do Hospital – ainda que o Cardeal Bonani (Zapater p117) confessa ao Santo Padre (Eugénio III) a semelhança e, solicita-lhe alguma diferença; porque a Ordem dos Hospitalários no fim de cada parte da Cruz corta para dentro de forma aguda, e a Ordem dos Templários em semicírculo pouco pronunciado. E continua a pp43; Ainda que as bandeiras não fossem hábito das Ordens Militares, eram e são sinal Militar, e que umas Ordem equestres/religiosas, se distinguem das outras; a bandeira, ou distintivo da Ordem Equestre dos Templários, era partida em duas cores, branca e preta; para que o branco fosse um seguro testemunho da candura com os amigos e o negro um horroroso

sinal que assombrasse os inimigos, assim pinta Vitriaco e Bonani (albo e nigro colore, cò quod bipartitum ex albo, e nigro colore, cò quod anuncis candidi assente, e Benigni, nigri autem; horribiles inimicis). O mesmo escreve Barbosa e Tamburino e o Abbade Justiniano, aonde trás a forma da bandeira com uma cruz vermelha animada das letras, que logo se mostrará a estampa seguinte:



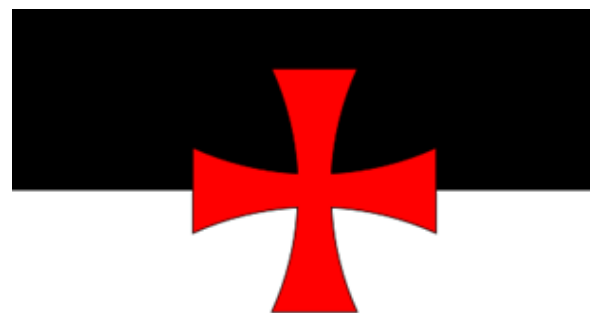
Desenho da primeira Cruz atribuída à Ordem dos Templários de autoria do Papa Eugénio III



Cruz da Ordem dos Hospitalários

Como mostra a estampa que se segue, era a insígnia militar e bandeira que seguiam nas campanhas os generosos Cavaleiros da Ordem do Templo, com que concediam gloriosos triunfos, com que davam glória a Deus, vitórias à Igreja, e créditos ao seu nome. Pp44; Com esta Regra, com este hábito e com esta bandeira se fizeram tão celebres, valorosos e temidos como deles escreve o Cardeal Vitriaco.

Com o decorrer do tempo associada à Ordem dos Templários aparecem-nos estas duas expressões do símbolo da Ordem:



Cruz Pátea, com terminal das hastes direita a mais usual nas suas vestes e a bandeira bicolor apresentada em combate



Igreja de santa Maria de Júnias

Óculo da Igreja de Santa Maria de Júnias (antigo Mosteiro – nos arredores de Pitões de Júnias) – que no arrolamento de Saul Gomes pertencia à Ordem de Cister. Cruz com terminais “orbiculares ou braços curvilíneos”, provavelmente, por efeito construtivos/arquitectónico. Seria provavelmente menos harmonioso e difícil de fixar um óculo de empena de igreja “redondo” fixar-se uma cruz com terminais direitos?

O que se passa em Macedo de Cavaleiros

Como afirmámos atrás, descobriu-se na quinta do “Chouriço” a sul do centro da aldeia de Edroso uma cabeceira de sepultura, encimada, dentro de um discoide decorado com uma cruz pátea.



Cabeceira de sepultura da Qtª do Chouriço

A quinta do “Chouriço” fica situada (como também já nos referimos atrás) a cerca de 700mt (em linha reta) da necrópole medieval do sobreirinho, na qual escavámos 9 sepulturas – 7 de adultos e 2 de criança – a réplica de uma delas (nº 5) encontra-se em exposição no museu de Arqueologia, coronel Albino Pereira Lopo de Macedo de Cavaleiros (ver relatórios da intervenção arqueológica nos cadernos “Terras Quentes” números 2 e 4), relatando o que se encontrou, para além de métodos construtivos das sepulturas, singulares, duas numismas: Uma meia-moeda de ouro dos reis Visigóticos Égica/Vitiza do ano 700 (único ano em que estes reis (pai e filho) governaram) e uma outra, um bolhão de Afonso III século XIV, também exposto no museu da Arqueologia, Coronel Albino Pereira Lopo, em Macedo de Cavaleiros. Não nos servindo de marcações cronológicas devido ao fenómeno de entesouramento, dá-nos, uma diferença cronológica entre os períodos paleocristão ao período de plena cristianização.



Numisma: Triente em ouro Égica/Vitiza cunhada em Terras de Laedra? – (outra hipótese, na Catalunha) no ano 700/702 Dizeres: Anverso INDN-N-EGICAR R(E)X – IN D(EI) N (OMI) N (E) ÉGICA R (E) X (com dois bustos afrontados em cruz entre ambos), REVERSO; INDENMEMWITTIZARX; – IN DE(I) N(O)M (IN)E WITTIZA R (EX); (Monograma de Egitânia). Moeda encontrada na sepultura 5 da necrópole do Sobreirinho.

Nota Histórica: “A 15 de novembro de 700, Égica nomeou seu sucessor o seu filho Vitiza, a quem confiou o governo do Reino Suevo da Galécia, donde este estabeleceu, aparentemente, a sua residência real em Tude (Tui). Parece que Vitiza desfrutou desde então da consideração de rei de pleno direito e os dois anos seguintes foram “governo conjunto” (de acordo com a inscrição Regni concordia nas moedas)”. “In Wikipédia”.
Outro achado na necrópole do Sobreirinho:



Bolhão Afonso III



Cabeceira da Quinta do Chouriço

Dinheiro em Bolhão (liga de cobre e prata) – Data de cunhagem= 1249-1279 = **Anverso:** ALFONSO RX – Cruz equilateral, (Cruz Pátea – Templária?) cantonada por duas estrelas e dois crescentes, dentro de um círculo de pontos. **Verso:** PO-TU-VG-AL, Quinas cortando a legenda, nos cinco escudetes com cinco pontos, numisma encontrada na sepultura número 2 da necrópole do Sobreirinho.

Pequeno acervo de “cabeceiras de sepultura” encontradas em várias localidades do país em Espanha, França e Itália com cruz Equilateral/Pátea/Templária/ Orbicular/ /Latina/ou Pátea com braços curvilíneos ou ainda com outras variantes.

Para aprofundarmos o assunto vamos dar conhecimento de umas cabeceiras de provável sepultura ou fabricadas com outra finalidade e que ostentam este tipo de cruz pátea – um elemento fundacional para identificação da cruz, utilizada no ombro esquerdo do cavaleiro Templário, era pintada a vermelho, como ditavam as regras do Papa Eugénio III.



Fragmento original de ombreira com cruz pátea Templária pintada a vermelho

Peça original, proveniente de um Castelo Templário, e pertencente ao actual vice-Presidente da Direcção da Associação Terras Quentes, Doutor Miguel Sanches de Baêna. Peça que, não está ainda, em exposição no Museu dos Templários devido à sua fragilidade estrutural.

Mas, para ensarilhar, um pouco mais, o assunto, recuemos um pouco, até ao século V-VI, e analisemos o que foi encontrado no complexo religioso, do batistérios de Mértola da Antiguidade Tardia:

Diz [Virgílio Lopes pp 6/7]: Na primeira metade do século VI d.C. Nessa época, a cidade de Myrtilise (Mértola) os seus comerciantes, estão em contacto com todos os portos do Mediterrâneo nomeadamente com o Próximo Oriente de onde são originários vários personagens sepultados na Basílica Paleocristã do Rossio do Carmo. A organização do espaço litúrgico em torno deste batistério assemelha-se à dos exemplares conhecidos, ou seja, o sacramento da iniciação cristã começa com o despojar das vestes, desenvolvendo-se em seguida, os ritos pré-batismais: ... Este grande edifício, que ocupa uma área de 393 m², de planta retangular, continha no seu interior um batistério octogonal – (configuração arquitetónica que nos faz lembrar a Charola de Tomar ou a capela-mor da Igreja de Vinhas em Macedo de Cavaleiros, mais tardios, é certo!) – implantado no centro de um tanque ou piscina rodeado por um deambulatório. Partindo do espaço central abre-se a leste uma abside de planta em arco ultrapassado onde marcas no solo indicam a possível localização de uma mesa de altar... Este batistério tem também

algumas semelhanças técnicas e formais com exemplares da França mediterrânica, do Norte da Itália e de Cartago na Tunísia – todos datados entre os séculos IV e VII d.C.

Analisemos as peças que foram encontradas no complexo religioso e os batistérios de Mértola na Antiguidade Tardia.



Foto 1 – Friso de uma cantaria encontrada nas escavações da basílica paleocristã do Rossio do Carmo em Mértola, provavelmente século IV-VII d.C.



Foto 2 – Cabeceira de uma lápide funerária, decorada com cruz pátea e pavões, in; quatro lápides funerárias cristãs de Mértola (Séc. VI-VII) Maria Manuela Dias. p181

Duas pedras com incrustações de cruzes pátea, a primeira, (foto 1), com 4 cruzes perfeitas pátea dentro de um círculo encontradas, com terminais direitos, o segundo exemplo, (foto 2), com cruz pátea muito semelhantes ao desenho feito e entregue à Ordem dos Templários, pelo Papa Eugénio III, no século XII, ou seja, 500 anos depois das peças encontradas nas escavações na Basílica Paleocristã do Rossio do Carmo, século V-VI de Mértola – antes do aparecimento de qualquer Ordem militar/religiosa que apareceram somente a partir do século XII.

Quer dizer que já existia a Cruz Pátea, igual à cruz adoptada pela Ordem dos Templários, nos séculos V e VI, e estamos em crer que até muito antes (como já nos referimos) dessas datas.

Mais alguns exemplos

Exemplo 1

Do Museu Arqueológico do Carmo, sem informação cronológica, nem contexto seguro, aparece-nos a imagem de duas cruzes ali em exposição com a indicação de serem de proveniências diversas entre o século XIII e o século XVI, as diferentes cabeceiras de sepulturas são esculpidas nas duas faces. De notar que o Museu arqueológico do Carmo foi fundado em 1864 por Joaquim Possidónio da Silva (1808-1896), primeiro presidente da Associação dos Arqueólogos Portugueses.



Duas prováveis cabeceiras de sepultura uma com a cruz “Templária” e outra da direita, com a cruz da Ordem de Cristo. Espólio do Museu de Arqueologia do Carmo

Exemplo 2

Na revista *Al-Madan on-line* II série 17 junho 2011, dá-nos conta na p176, com proveniência do gaveto entre a rua do Calvário e o Largo 5 de outubro, em Salvador, Serpa de uma estela discoide – conforme imagem abaixo – , com elementos crucíferos e com o número de inventário RC/L50/08-01, fabricada em granito, com o diâmetro total de 21cm, com o diâmetro do campo de gravação 17 cm, cercadura 2cm, altura 49cm, largura 21cm e espessura 16cm.

Descrevem a decoração com a cruz de Cristo em relevo, com braços curvilíneos e extremidades côncavas – encontra-se no museu municipal de Serpa, com bibliografia Inédita.



Estela detectada em acompanhamento de obra.
Muito semelhante à cabeceira de Edroso

Exemplo 3

No mês de março do ano de 1942, a Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, procedeu a importantes obras de beneficiação na Igreja de Santa Maria dos Olivais, em Tomar – É, ainda hoje, considerado o panteão dos Cavaleiros Templários.



Imagem de Santa Maria dos Olivais
– Padroeira da Ordem dos Templários

Todavia, o seu opúsculo nº 42, conta-nos toda a história da intervenção, assim, como a encontraram e como ficou. Obra muito bem documentada fotograficamente. Mas, não se limitou somente a essa questão. O técnico D. João de Castro da DGEMN, historiou a evolução do edifício mandado erigir por Gualdim Pais, Mestre Templário, ao tempo.

Informa-nos o técnico; D. João III nos primeiros anos da segunda década dos anos 500, incumbiu, António Moniz, monge de S. Jerónimo, mais conhecido por Fr. António de Lisboa de empreender a reedificação da Igreja de Santa Maria dos Olivais (anteriormente conhecida com Santa Maria do Olival), pois já no tempo do rei D. Manuel o templo se acharia muito arruinado do seu tempo primitivo (Gualdim Pais), visto que só a fachada principal pôde ser salva. Diz o autor do texto, da DGEMN, D. João de Castro, que terá sido, por iniciativa própria que Fr. António de Lisboa, fez desaparecer os mausoléus ali construídos ao longo de três séculos em honra dos antigos mestres da Ordem do Templo e dos primeiros das Ordem de Cristo. A igreja e a sua envolvente serviram como

necrópole dos freires da Ordem, tendo o próprio Gualdim Pais sido sepultado no interior do templo, em túmulo datado de 1195, do qual apenas resta uma lápide incrustada numa das empenas da Igreja com uma inscrição funerária. Assim, continua D. João de Castro; entretido. Frei António de Lisboa, em gizar ou executar as suas custosas e desastrosas reformas, esqueceu-se de defender dos malefícios, a Ordem do Templo. Termina o autor que pelos cálculos efectuados teriam sido removidos mais de 1.000 m³ de terra de dentro do edifício.



Tradução:

Morreu Frei Gualdino, Mestre dos Cavalleiros do Templo em Portugal, na era de 1233, terceiro dos idos de outubro. Este castello de Thomar, com muitos outros, povoou. Descance em paz. Amen.

Como verificamos não existe nenhuma cruz “pátea vermelha Templária” a ilustrar a pedra tumular de Gualdim Pais. Somente no canto superior esquerdo uma cruz latina

Como verificamos não existe nenhuma cruz “pátea vermelha Templária” a ilustrar a pedra tumular de Gualdim Pais. Somente no canto superior esquerdo uma cruz latina.

Assim verificamos, como nos narra D. João de Castro, no caderno 42 da DGEMN de 1942, terá sido o Fr. António de Lisboa, que descaracterizou totalmente a Igreja onde estavam sepultados os Mestres Templários, não nos deixando nenhum registo da sua presença a não ser a referência ao Mestre Gualdim Pais e a D. Lourenço Martins.

Assim, existe outra inscrição funerária dedicada a D. Lourenço Martins, Mestre da Ordem do Templo, falecido em 1 de Maio de 1309, cuja inscrição se encontra, hoje, embutida na segunda Capela lateral, portanto, junto da inscrição de D. Gualdim Pais.

Tem os seguintes dizeres:

“AQUJ IAZ DOM LOURENCO MAERTINZ QUE FOI MAESTRE; DO TEMPLE NO REINO DE PORTUGAL E FALECEU N° I DIA De MAIO Da Era MCCCXL VI.”

Existem, algumas cabeceiras colocadas em “sepulturas de cavaleiros templários?” provavelmente provenientes da destruição da Igreja de Nossa Senhora do Olival, que se encontram nas reservas do Convento de Cristo de Tomar, mas, obviamente, descontextualizadas.



Foto, vista parcial dos claustro do Convento de Cristo em Tomar onde se encontram algumas das peças provenientes, provavelmente, das obras de remodelação da Igreja de Santa Maria do Olival

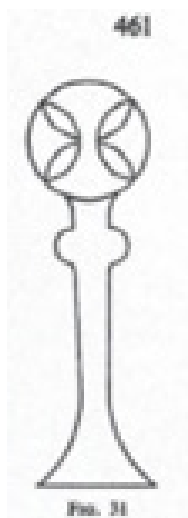
A última referência documental que conhecemos para o derradeiro Mestre do Templo em Portugal, refere D. Vasco Fernandes, remonta a 19 de janeiro de 1310 – *“Don Vaasco Fernandez Maestre do Tempre” a quem se deu a Comenda de Montalvão para sua sustentação, mas, seria morto nesse mesmo ano, por disputa da Comenda que ele possuía. (in: Monarchia Lusitana, Francisco Brandão p323,1672).* A 4 de março de 1319 pela bula pontifícia *“Ad ea ex quibus cultus augeatur”* o Papa João XXII autoriza a criação da Ordem de Jesus Cristo. – A Gil Martins coube a tarefa da criação da primeira constituição desta ordem, em 1321. Cargo que inicialmente acumulou com a Ordem de Avis.



Selo de Gil Martins, com símbolo da Ordem de Cristo, uma cruz pátea, mas vazada no centro das hastes

Exemplo 4

Continuemos com mais umas existências de prováveis cabeceiras de sepultura: Leite de Vasconcelos na sua obra *Etnografia Portuguesa* Vol. VII, na página 461 diz-nos, Item 83; Sepultura: numa lage, à porta da Capela de S. Sebastião (solta nas galilé). Parece ser de sepultura. Há outra na torre de St^a Maria dos Olivais (Tomar) Fig. 31



Na torre da Igreja de Santa Maria dos Olivais, Tomar

Exemplo 5

Estelas funerárias medievais, do distrito de Beja – formas, suportes e iconografia.

Tese apresentada à FCSH, [Malveiro,2013] com este título e, orientada pelo Sr. Professor Doutor Mário Varela Gomes, reúne uma coleção de 240 monólitos (mais à frente diz que são mais precisamente 238) (cabeceiras de sepultura) existentes no distrito de Beja. “na pág 52 da tese lê-se; *Que apresentam motivos cruciformes, cento e cinquenta e cinco mostram cruzes de braços com os lados e as extremidades curvas, denominada por cruz templária. Esta cruz foi adoptada pela Ordem dos Templários em meados do século XII, embora a sua existência seja mais antiga. A totalidade das estelas encontrava-se associada a templos urbanos. São excepções as estelas da Igreja de São Romão (Alvito), Igreja de Nossa Senhora da Visitação ou Nossa Senhora do Outeiro (Albergaria dos Fusos), Igreja de Nossa Senhora da Conceição (Alfundão), Igreja de Santa Margarida (Peroguarda), Igreja Matriz de Vila Ruiva (Vila Ruiva) e Igreja de Santa Maria de Vilas Boas (Ferreira do Alentejo), uma vez que provem de pequenas igrejas rurais.*”

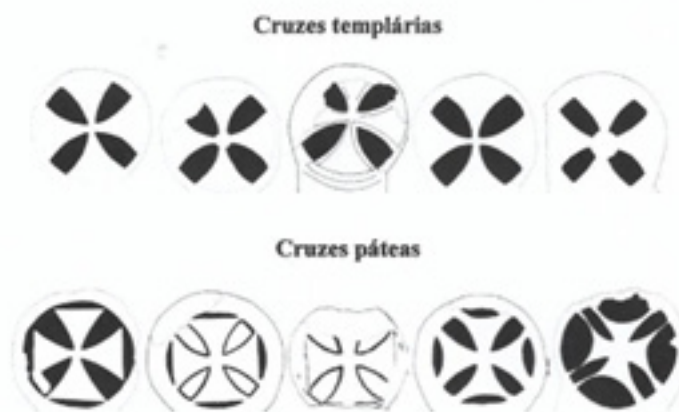


Figura 42 – Cruzes templárias e cruzes páteas de lados curvos com extremidades rectas e côncavas (des. José D. Malveiro).

E conclui; “*Todavia, podemos indicar que elas terão começado a ser utilizadas apos a Reconquista (seculos XII-XIII) e previveram ate ao seculo XV, não () excluindo a hipótese de haver ocorrências ulteriores.*”

Os motivos cruciformes (67%) da iconografia classificada incluem as seguintes variantes formais: **cruz templária**, cruz grega, cruz pátea, ornamento cruciforme, cruz latina e cruz de tau. Entre as figurações

crucíferas destacam-se as cruces de lados e extremidades curvas (cruzes templárias, 64%), e as cruces de lados curvos e extremidades rectas (cruzes páteas) (10%). Estas duas formas, em conjunto, representam 74% do grupo de motivos cruciformes.”

Exemplo 6

Cabeceiras de Sepultura do Concelho de Vila Nova de Foz Côa. [Moreira, 1999]

Como diz o autor [Moreira,1999] na abertura da sua obra: *“O homem, no eterno desejo de homenagear os seus defuntos, fê-lo de variadas formas. Uma delas a colocação de lápides na cabeceira da sepultura (e, por vezes, aos pés), querendo assim perpetuar o local onde jazia o seu ente querido. Mas, se para o estudioso a forma é importante, mais o é, sem dúvida a decoração que contém.”*

Informa-nos o autor que na região em estudo inventariou 15 cabeceiras de sepultura: Numão; Quinta do Dr. João Gouveia 11 exemplares; Fonte da Moura 1; Ruína da Igreja de S. Pedro de Numão 1 (desaparecida). Em Cedovim, numa vinha 1 exemplar; e em Freixo de Numão, na Casa Grande mais um exemplar.

São várias as temáticas decorativas que estas cabeceiras apresentam, eis três dos exemplares publicados:



N.º 5 (1417) - 352/2

- N.º 5 -
- a) - Quintal do Dr. João Gouveia
 - b) - Estela discóide
 - c) - 1= 30 cms.
2= 24 cms.
3= 3 cms.
4= 53 cms. (está enterrada)
6= 14 cms.
 - d) - Quadrifólio rebaixado, irregular.
 - e) - Ferreira, 1966 (1), fig. 3; Ferreira, 1966 (2), fig. 3; Coixão, 1966, pg. 207, fig. 5.

Bordo - Cordão ondulado, gravado a traço fundo.



N.º 6 (1418) - 352/3

- N.º 6 –**
- a) – Quintal do Dr. João Gouveia
 - b) – Estela discóide
 - c) – 1= 27 cms.
2= 27 cms.
4= 34 cms. (está enterrada);
6= 13 cms.
 - d) – Cruz grega, rebaixada, de braços esvazados.
 - e) – Ferreira, 1966 (1), fig. 2; Ferreira, 1966 (2), fig. 2; Coixão, 1966, pg. 207, fig. 3.



N.º 12 (1425) - 353/8

- N.º 12 –**
- a) – Fonte da Moura
 - b) – Estela discóide
 - c) – 1= 36 cms.
2= 30 cms.
3= 3 cms.
4= 34,5 cms. (está cimentada)
6= 15 cms.
 - d) – Quadrifólio rebaixado
 - e) – Coixão/Trabulo, 1995, pg. 333, foto 340.

Exemplo 7

A revista AÇAFA; Associação de Estudos do Alto Tejo – Online nº 2 (2009), publica pela pena de Mário Lobato Chambino, nesta edição o conjunto de 12 estelas medievais provenientes do cemitério medieval que teria existido no adro da Igreja Matriz do Rosmaninhal. Informa-nos o autor que, *“Seis destas estelas estavam intactas e encontravam-se guardadas numa arrecadação da Igreja Matriz do Rosmaninhal, de onde desapareceram misteriosamente. As outras seis encontram-se actualmente na mesma arrecadação. De notar que todas estas cabeceiras têm inscrição de ambos os lados”*.

Das seis peças publicadas retirámos somente uma que nos suscitou alguma curiosidade:



2.6.2. Coleção 2

Estela 1

Descrição: fragmento de cabeceira de sepultura discóidal em granito, apresentando uma pequena parte do espigão.

- **Face 1:** cruz de braços curvilíneos pouco acentuados, em relevo, delimitada por cercadura também em relevo, com ponto central.
- **Face 2:** círculos concêntricos incisos terminando num ponto central. Medidas totais máximas: altura: 0,38 m; largura: 0,35 m; espessura: 0,15 m; diâmetro do disco: 0,35 m.

Bibliografia: Henriques, Caninas & Chambino, 1993.

O autor tece as seguintes considerações finais:

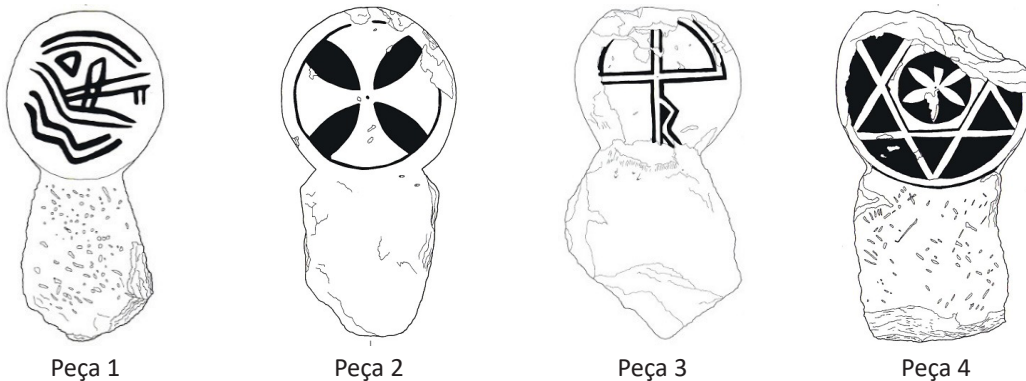
- Assim diz; As estelas discóides pertencem pois a várias épocas, embora o seu uso fosse generalizado na época medieval. Segundo o Prof. Mário Jorge Barroca, os exemplares anteriores ao séc. XII parecem ser mais ou menos excepcionais, ocorrendo a generalização destas estelas funerárias apenas nos séculos XIII e XIV. A partir do século XVI o seu uso vai rareando, embora se continuem a registar ocorrências nos séculos posteriores (Mário Jorge Barroca, citando Soares, 2005).
- Não temos certezas quanto a uma cronologia mais precisa para as estelas discóides apresentadas. No entanto, comparando-as, a nível tipológico, com idênticas peças disponíveis na bibliografia consultada, cremos que as estelas do Rosmaninhal

foram utilizadas como cabeceiras das sepulturas que teriam existido no adro da Igreja Matriz, entre o séc. XIII e o séc. XVI.

Exemplo 8

Garvão é uma povoação portuguesa que fica situada no concelho de Ourique, e foi vila desde 1267 até ao início do século XIX.

- Sob o título “Desvendar o Passado para construir o Futuro” o jornal de Garvão datado de julho de 2021, discorre sobre as estelas Discoides – da Necrópole Medieval de Garvão. Publicam a imagem de quatro estelas, cabeceiras de sepultura:



Começam o artigo com uma divagação do espírito interessante sobre o apotropismo. Dizem: As cruzes constituem símbolos do cristianismo e são elementos considerados com alto valor apotrópico. Relativo a apotropismo, ritual ou receita que busca afastar o mal. – Que, supostamente, pode afastar o mal, o que é prejudicial e nefasto.

Todas esta coleção de cabeceiras são em xisto grauvaquico gravadas nas duas faces e foram descobertas no Cemitério velho da Vila de Garvão (Concelho de Ourique). Realçam o facto das cabeceiras números 1 e número 3 terem iconografia gravada e em relevo indicando a profissão dos inumados. Assim a peça número 1 refere-se a um Agricultor e a peça número 3 a um Besteiro.

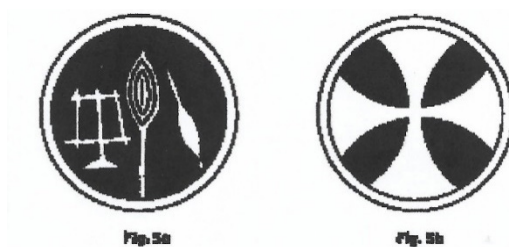
As outras peças, números 2 e 4 que apresentam, a peça nº 2 apresenta uma cruz pátea e a peça nº 4 apresenta, aparentemente, a cruz de David (hexagrama) como demonstra a imagem no reverso. “*Estes motivos são muito recorrentes tendo sido descritos no catálogo elaborado por J. Beleza Moreira. As cruzes constituem símbolos do cristianismo e são elementos considerados com alto valor apotrópico.*”

Quanto à sua cronologia transcrevemos do texto: “Segundo Mário e Rosa Varela Gomes, a datação através do método radiocarbono ao esqueleto da sepultura dezassete na sua intervenção em Silves, indica-nos uma cronologia para os séculos XIII ou XIV, tendo em consideração a similaridade entre a estela desta sepultura e as encontradas em Garvão, poderemos apresentar uma data cronológica para a necrópole de Garvão, sensivelmente para a mesma época.”

Exemplo 9

Na obra “Algumas profissões representadas em estelas discoides

Portuguesas” [Moreira, 1993] dá-nos dois exemplos curiosos sobre uma variante da cabeceiras de sepultura onde constam associadas a cruces páteas a profissão dos inumados: Assim, na páginas 278, apresenta-nos uma estela que se encontra no museu arqueológico de Santarém, com as seguintes descrições e imagem:



Inventário estela nº 5

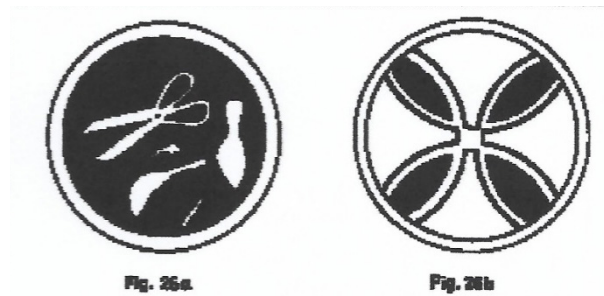
Apresentação:

- ANVERSO
 - Localização actual – Museu Arqueológico de Santarém
 - Diâmetro total 27 – Diâmetro do campo de gravação – 32 – Cercadura – 2,5
 - Altura – 49 – Espessura – 6
 - Descrição – Roca, fuso e dobadoira, tudo em relevo.
 - Bibliografia – PEREIRA, Boletim: 8: CORREIA, 1916: 113; Id., 1918: 22; FRANKOWSKI, 1920: 106, VII nº 3; VIANA, 1962: 146, Fig. 175; PEREIRA, 1967: Fig. 26.
- REVERSO
 - Descrição – Cruz de braços curvilíneos, em relevo.
 - Bibliografia – FRANKOWSKI, 1920: 106-107.

Nota nossa: Aparentemente seria a sepultura de um(a) senhor(a) que foi tecelã(o)

- A segunda cabeceira que este autor nos apresenta na sua obra, na página 288, refere-se provavelmente a um Senhor que teria exercido a profissão de sapateiro.

Imagem:



Estela nº 26

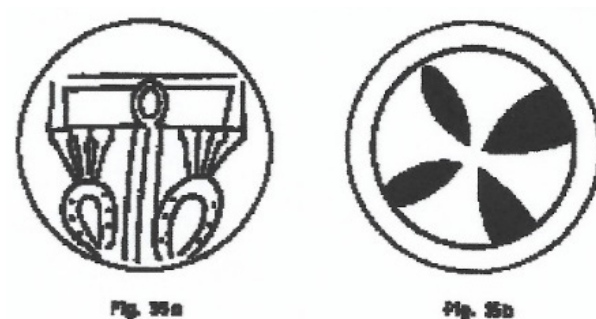
Apresentação do autor:

- ANVERSO
 - Localização actual – Residência particular – ALCOBAÇA
 - Diâmetro total 45 – Diâmetro do campo de gravação 38 – Cercadura 3,5 – Altura 45 Espessura – 9
 - Descrição – Tesoura, faca, 2 formas e sovela, tudo em relevo.
 - Bibliografia – Inédita
- REVERSO
 - Descrição – Cruz de braços curvilíneos, em relevo, com fólhos debruados.
 - Bibliografia – Inédita

Exemplo 10

Esta estela publicada na página 292 [Moreira,93], apresenta uma imagem que no reverso tem uma cruz pátea, e que se refere a homem que exercia a profissão de ferrador. Fazendo o autor a seguinte descrição:

Imagem:



Estela nº 35

– ANVERSO

- Localização actual – Museu Municipal de Estremoz
- Diâmetro total – 32; Campo de gravação – 22 x 25,5; Altura – 57,5
- Espessura – 9,5
- Descrição – Ferradura, turquês, cravos e motivo não identificado, tudo gravado.
- Bibliografia – Inédita

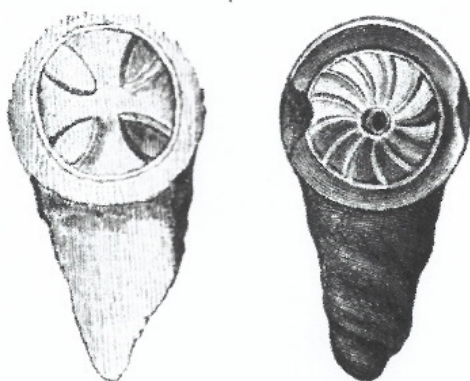
Nota – No cemitério de Chouto (Chamusca) observamos uma sepultura dum ferrador, falecido em 1962.

– REVERSO

- Descrição – Cruz de braços curvilíneos, em relevo, com fólios irregulares, sendo um deles em pétala.
- Bibliografia – Inédita.

Exemplo 11

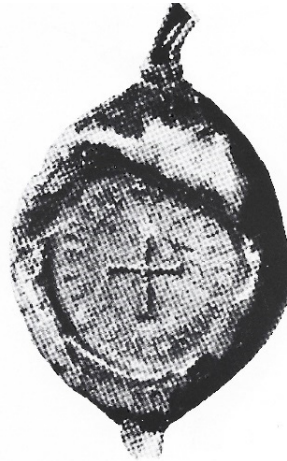
No Arqueólogo Português 1ª série do ano de 1895 na página 280, Leite de Vasconcelos, refere-se como título a “Cabeceiras de sepulturas christãs” falando-nos de uma pedra existente no museu Municipal de Beja (imagem a baixo) em que numa das faces apresenta a cruz de Cristo inscrita num círculo e na outra face apresenta (vamos transcrever; “*uma roseta de forma especial. Esta roseta encontra-se em sepulturas romanas e constitui uma modificação da suástica; o cristianismo adoptou aqui a roseta, como muitos símbolos pagãos* – terminando dizendo que sepulturas christãs como a de que acabo de falar são muito vulgares no país”.



[Gandra p106], tem outra interpretação diferente sobre esta peça e a leitura que fez Leite de Vasconcelos dela, dizendo: “*O assunto é de tal modo controverso que até Leite de Vasconcelos se equivoca quando descreve estelas discóides do Museu Nacional de Arqueologia e do Museu de Beja, ao ponto de atribuir à Ordem de Cristo a cruz pátea.*”

Exemplo 12

[Távora, p163 e p178] refere-se a um selo pendente preso com tiras de cabedal, exemplar 129, epigrafado, com os seguintes dizeres; = *S. PRIORIS. PORTVLALLENSIS* = em caracteres romanos maiúsculos., em documento datada do ano 1231 (d.C.).



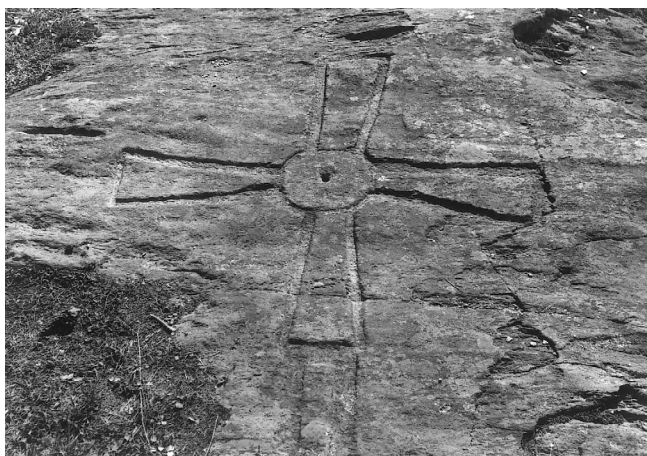
Exemplar n.º 129

- **Origem:** O espécime autenticava uma sentença de acordo entre a Ordem do Templo e a do Hospital de S. João de Jerusalém, acerca das distribuição de rendas e certos bens em Vila Chã da Braciosa (Miranda do Douro).
- **Emblemática:** Encontramo-nos perante o selo do chamado Mestre do Templo dos três Reinos D. Frei Estevão Belmonte – de salientar que o espécime revela uma cruz idêntica à Ordem de Cristo, que como se sabe veio a nascer da do Templo.

Exemplo 13

Um caso de estudo futuro encontrámos na obra; A Cruz do Lugar das Marcas (Lousado, Vila Nova de Famalicão) e o Couto do Mosteiro de Santo Tirso. p155 de [Barroca, s.d.].

Diz o articulista sobre esta cruz, em conclusão: “*A Cruz do Lugar das Marcas, que chegou até nós praticamente inédita, revela-se um documento de grande interesse histórico e arqueológico. Tipologicamente, ela deve ser inserida no contexto de uma vasta família de cruzes que apresentam características homogéneas e que dominaram o panorama ibérico entre o Séc. IX e os fins do Séc. XI ou inícios da centúria seguinte.*”



A Cruz do Lugar das Marcas

Se a nossa proposta cronológica estiver correcta, e a Cruz do Lugar das Marcas for realmente obra dos inícios do Séc. XII, ela enquadra-se na fase final do predomínio deste tipo de cruces. Procuramos demonstrar a sua ligação ao Couto do Mosteiro de Santo Tirso e chamamos a atenção para o facto da Cruz do Lugar das Marcas estar longe de ser um exemplo isolado no contexto das delimitações de espaços coutados do Portugal mediévico. Resta-nos esperar que este estudo motive novas pesquisas nestes domínios, conduzindo à identificação de outras cruces de delimitação de coutos”.

Nota do signatário: Curioso apresentar uma espécie de botão (buraco) no centro da cruz idêntico à peça nº 1 do Museu Abade Baçal

Exemplo 14

[Feio, 2012], na sua obra a p. 266; tece os seguintes comentários sobre ao estudo da iconografia das cabeceiras de sepultura: “O estudo iconográfico é indissociável da análise das marcas da cristianização do território, sobretudo pela importância que os novos e os antigos signos, estes últimos de cariz pluri-significante, tiveram na implementação e afirmação territorial da nova religião dominante do império. Neste campo, a iconografia pode assumir uma dupla funcionalidade: por um lado, a ela deverá recorrer-se para uma melhor percepção dos signos presentes na arte paleocristã; por outro, tendo em conta a presença de alguns destes signos em suportes devidamente datados (inscrições fundacionais e funerárias), poderá, através de uma análise tipológica devidamente fundamentada, contribuir num melhor balizamento cronológico da sua utilização.” ... inscrições funerárias ditas clássicas, de onde se destaca a presença de expressões como famulus (a) Domini, ou famulus(a) Dei (servo do Senhor), famulus(a) Christi (servo de Cristo); recessit, ou requievit in pace (descansou em paz); ou ainda os

anos que viveu e a data precisa em que o crente faleceu. Este último aspecto é deveras importante, porque, sobretudo no caso das cidades mais relevantes, encontramos nos epitáfios a representação de um importante conjunto de elementos iconográficos, como por exemplo o crismón, a cruz monogramática, a cruz pátea;

[Feio], dá ênfase ao Pilar com Encaixe de Transenna de Iconostase de Alfundão



Pilar de Alfundão

O pilar com encaixe de transenna de iconóstase de Alfundão encontra-se encostado à parede sul da cabeceira da igreja matriz desta localidade. A peça foi recolhida em Vilares de Alfundão, situada a cerca de 750m da aldeia, local onde existiu um Vicus que deverá ter correspondido à sede de uma paróquia a atestar pelos indícios registados por Abel Viana,

Este pilar encontra-se neste momento encostado à parede sul da cabeceira da Igreja Matriz de Alfundão, todavia, segundo o autor, referiu que a peça foi encontrada por Abel Viana a cerca de 750 metros da aldeia onde, possivelmente, existiu um “Vicus”.

Descreve assim Jorge Feio a peça: *“A peça apresenta 0,77m de altura (à vista), 0,80m de comprimento e 0,35m de espessura, tendo sido executada em mármore de veios cinzentos, normalmente designado de Trigaches ou de São Brissos, mas que também existe na zona sul da Serra de São Miguel, em Alvito. A face principal apresenta-se dividida em quatro cartelas. Nas duas cartelas do topo encontram-se representadas duas cruces páteas com botão central inseridas in duplo círculo enquanto em cada uma das cartelas inferiores se observam quatro “peltas”. A sua funcionalidade é óbvia: pelas suas dimensões e pelo facto de apresentar um orifício, trata-se de um pilar com encaixe para colocar a transenna de iconóstase. Em nosso entender estaria colocado na zona de transição para a zona mais sagrada da igreja, devendo ter existido uma peça idêntica do lado oposto. A definição de uma cronologia para esta peça é extremamente difícil, provavelmente será um paralelo da necrópole de Mértola.”*

Exemplo 15

[AUSSIBAL, R. 1990] – na sua obra “Nouvelles découverts de stèles en Languedoc, *Signalisations de Sépultures et Stèles Discoidales* “traz-nos o inventário das estelas (cabeceiras de sepulturas) existentes em reserva no Castelo de Carcassonne e lamentava-se que nenhum especialista se tivesse interessado até ao momento pelo estudos dessas peças”. E diz; “Felizmente, o dia de estudo organizado a 17 de junho de 1979, em Lodève, pela Federação Arqueológica de Hérault, seguido do Congresso Internacional realizado de 8 a 10 de julho de 1982, em Bayonne, permitiu aos investigadores conhecer estas obras.

Foi-me, por isso, possível escrever este estudo à luz das informações mais recentes obtidas sobre as estelas do Languedoc, bem como sobre as estelas que se encontram fora desta província, mas que nos podem ajudar a compreender melhor as estelas do Languedoc.”



Estelas discóides conservadas no Castelo do Conde em Carcassonne, in “Archéologie du Languedoc, edição especial, Montpellier 1980, 180 pp.

Lemos o relatório da intervenção e transcrevemos: In, Arqueologia do sul de França Medieval, Volumes 1, 1983– I – Enunciado do Tema: O que é uma estela discoide? Eis a sua descrição; definição dada por M. Duvert: “*Um monumento com uma superfície sólida e não côncava, formada por uma base de forma variável encimada por um disco.*

É este disco sólido que constitui a característica distintiva destes monumentos e os diferencia das chamadas cruces celtas, cuja circunferência é também circular, mas que possuem secções vazadas entre os braços da cruz.

Geralmente, este disco é decorado em ambos os lados, raramente apenas num (esta decoração será estudada no Capítulo II).

*As estelas que vamos examinar são todas feitas de pedra; o tipo de pedra varia de acordo com os recursos locais: calcário, arenito, pedra de moinho, etc. Quando intacta, a estela é sempre monolítica. Não podemos descartar a possibilidade de também existirem estelas de madeira, que desapareceram, desgastadas pelo tempo. Digamos que não temos conhecimento de nenhuma em Languedoc. Por outro lado, as estelas de madeira discoidais eram, e ainda são, utilizadas nos países da região do Danúbio: pelo menos na Hungria e na Roménia. As estelas conhecidas na nossa região apenas têm a cor da pedra, mas, mesmo assim, não podemos ter a certeza de que estas pedras **não tenham sido coloridas** em algum momento. As cores podem ter desaparecido, lavadas pelos elementos”.*

– P165-170 – Carácter distintivo destes monumentos – finalidade básicas destas estelas discoides!

Estas estelas, colocadas à cabeceira de uma sepultura, serviam um duplo propósito:

- indicar a presença da sepultura, um simples monte de terra,
- Memorar a pessoa (ou, em alguns casos, a família) que ali foi sepultada.

A primeira função da cabeceira da sepultura era para servir de marcador no meio do cemitério (como ainda hoje), onde os túmulos não estavam necessariamente alinhados.

A segunda era ainda mais objectiva pela decoração do disco, numa época em que a população era maioritariamente analfabeta, podiam indicar e individualizar a inumação.

Uma questão parece-nos inquestionável! Estas estelas estavam associadas à ideia da morte. Alguns investigadores sugeriram que as estelas discoidais **eram utilizadas para demarcar as terras pertencentes a um determinado senhorio ou abadia.**

De notar que esta colecção é proveniente de várias localidades, a saber; Carcassonne, Pexiora, Montferrand, Usclas-du-Bosc, Pin-Mories e tantas outras. Ou seja, provavelmente nunca se saberá o seu contexto e a quem pertencia a inumação.

Paleta interpretativa dada às decorações/símbolos da cabeceiras de sepultura da colecção de Languedoc/Carcassonne.

DESSIN DES BRANCHES DE LA CROIX		DESSIN DE LA CROIX							
BRANCHES D'ÉPAISSEUR CONSTANTE	01 Grecque	DESSIN ENTièrement RECTILIGNE	14 Evasée	BRANCHES D'ÉPAISSEUR VARIABLE	23 Quatre branches liées à la bordure	CROIX SYMÉTRIQUE PAR RAPPORT À UN AXE par rapport à un centre	31 Croix hampée ou hastée		
	02 Bifurquée Bifide		15 Evasée bifurquée de Malte		24 Quatre branches alésées		32 Croix en Tau ou de Saint Antoine		
	03 Empennée		16 Cléchée à douze perles		25 Moyeu central d'où partent les branches		33 Croix latine		
	04 Fléchée				26 Croix évidée				
	05 Pattée								
	06 Potencée								
	07 Recroisetée								
	08 Pometée								
	09 Tréflée								
	10 Perlée								
	11 Ancrée								
	12 Fleurie								
13 Cercelée									
		DESSIN PARTIELLEMENT CURVILIGNE	17 Evasée à bords concaves		27 Disposition normale		34 Croix à double traverse		
			18 Evasée à bords convexes		28 Croix inclinée		35 Branche verticale seule issant de la bordure		
			19 Motif cruciforme en losange		30 Croix fichée		36 Calvaire		
			20 Motif cruciforme en boucle						
			21 Nasenbesetzt						
			22 Ecotée						
39 Croix cantonnée	47 Etoile à cinq branches	BORDURES	54 Disque sans bordure	FAÇON	60 Motif réalisé en champlevé	80 Stèle avec épaules	92 Disparu, cassé		
MOTIFS DECORATIFS AUTRES QUE LA CROIX	48 Etoile à six branches		55 Bordure circulaire simple		61 Motif obtenu en creux	62 Motif obtenu par incision	63 Réalisation mixte	81 Stèle tréflée	93 Décoré
40 Besant	Motifs divers 49		56 Cercles multiples		70 Chanfreinée	71 Mouluré	72 Cannelée	82 Branches débordant du disque	94 Pied droit large $l > d$
Motif humain 41	INSCRIPTIONS		57 Cercles formant bourrelet	73 Avec pomette	PROFILS SPECIAUX	90 Pied droit étroit $l < d$	91 En queue d'aronde	95 Aminci, en pieu	
Motif végétal 42			50 La stèle porte une date	58 Forme rayonnante		96 Chanfreiné			
Motif animal 43			51 La stèle porte un nom	59 Ornaments divers					
Outil 44			52 Inscriptions diverses						
Arme 45			53 Inscriptions visiblement rajoutées, en réemploi						
46 Rosace à six branches									
DECORATION				PIED					

Como verificamos os autores não arriscam atribuição de qualquer dos símbolos de uma cabeceira de sepultura sequer a uma Ordem Religiosa, somente na primeira coluna nº5 indicam o terminar de uma cruz parcial como terminação de cruz Pátea e a nº 15 como pertencente à cruz da Ordem dos Hospitalários.

Pré-epílogo

Então será possível atribuir-se a uma cabeceira de sepultura com um círculo na parte superior insculpido dentro desta, uma cruz pátea, se pertenceu ou não à sepultura de um cavaleiro da Ordem dos Templários, ou outra ordem de monges/militares?

Há! Se houver contexto seguro! Mas haverá? Haverá bibliografia a dizer que esta campa com esta cabeceira pertencia a um cavaleiro Templário?

Pensamos que só temos contextos seguros nas escavações de Mértola. Em Tomar a única “construção” atribuída à cronologia Templária será a Charola não se tendo encontrado nela nenhuma sepultura com a indicação do nome e função da pessoa, porque não tem nenhuma sepultura! Existem de facto algumas pedras de cabeceira de sepultura nos “reservados” do Mosteiro, mas não se poderá afirmar com certeza a que campa e a quem pertenciam.

Em Macedo de Cavaleiros existe o aparecimento de duas eventuais cabeceiras de sepulturas “Templárias” agregada a um contexto cronológico coevo à Ordem dos Templários, (Edroso e Balsemão) mas podemos atribuí-las a cavaleiros Templários, ou de Cister? (neste caso ainda com menos probabilidades)? Aguardemos que o tempo nos traga, outros conhecimentos para nos ajudarem a desvendar estes enigmas.

Mas seria possível chegar-se mais perto à sua identificação, em qualquer dos casos? Provavelmente, por análises, mas que análises? Análises usualmente usadas em ambientes de trabalho Arqueológicos e Geológicos, como por exemplo:

- **Análise Petrográfica** – estudo detalhado da composição mineralógica e textura da rocha para entender a sua origem e história.
- **Datação Radiométrica** – Método que mede a desintegração de isótopos radioativos em minerais para determinar a idade da rocha.
- **Análise de Pátina**: estudo da camada de oxidação que se forma na superfície da rocha ao longo do tempo, que pode fornecer informações sobre a idade da gravura.
- **Técnicas de datação por luminescência**: além da termoluminescência, como a luminescência opticamente estimulada (OSAL) e a luminescência estimulada por infravermelho (IRSL).
- **Análise de Microdesgate**: estudo do desgaste microscópico na superfície da rocha para entender a história de exposição e uso da gravura.
- **Datação por Ressonância de Spin Electrónico (ESR)** – método que mede a quantidade de radiação absorvida por minerais para determinar a idade da rocha.
- **Dosimetria**; medindo a exposição à radiação em materiais e ambientes.

Como se verifica, por análises à patine ou por técnicas de datação por luminescência ou dosimetria, poder-se-ia chegar à cronologia da inscrição das gravuras. Mas, valeria a pena gastar-se dezenas ou mesmo centenas de milhares de euros, para se chegar à cronologia da inscrição da gravura? Pensamos que não, pois nunca saberíamos a quem pertenceria a sepultura. E sem corpo era impossível saber-se se era cavaleiro Templários ou pertenceria a qualquer outra ordem de monges/militares. Pensamos que para isso (sem corpo ainda não existe método científico para fazer a análise e qual a sua profissão)

Pela Bibliografia, sim? Mas..., como diria Paula Pinto Costa, escreveram pouco, ou mesmo nada, será que eles (Templários) queriam que se soubesse da sua história?

Conclusão: Provavelmente nunca saberemos atribuir a paternidade do sepultado, através da cabeceira de uma sepultura, encimada com uma cruz pátea igual, ou semelhante à usada pela Ordem dos Templários, no período da sua existência (1118/1307 ou 19). Sobres as outras ordens equestres (monges/militares), provavelmente dependerá da cronologia da sepultura e da bibliografia disponível. Mas devemos, sem uma dúvida, proteger este valioso património, pois, amanhã, chegará por certo, gente com mais conhecimentos que nós e equipados com outras tecnologias que poderão fazer luz sobre o assunto.

Antes de chegarmos às conclusões finais dos objectivos principais deste artigo – saber até que ponto se poderia ou não atribuir uma cabeceira de sepultura, tanto em Portugal, como em qualquer outro país estrangeiro.

Ainda procurámos onde havia sepulturas de cavaleiros templários por toda a europa, “**onde não devíamos**” – na Inteligência Artificial – como diria [António Damásio, 2025] – na sua obra, “a Inteligência Natural & a Lógica da Consciência” diz-nos; A Inteligência Artificial, de lógica da Consciência e do afecto, ainda não tem nada e, dificilmente virá a ter, mas... não sabemos o dia de amanhã!

As respostas foram caricatas (estas vão ao cuidados sobretudo dos novos utilizadores/estudantes):

Vamos transmitir Ipsis verbis a conversa tido em (5 de dezembro às 9h36) com a “IA da Meta”: A pergunta que fizemos inicialmente foi;

- **Tem conhecimento em qualquer país europeu da existência de uma sepultura de um cavaleiro da ordem dos Templários, em contexto fechado e seguro?**

Resposta: Sim existem várias sepulturas de cavaleiros templários espalhadas pela Europa. Aqui estão alguns exemplos:

1. **Igreja de Santa Maria em Enville**, Staffordshire, Inglaterra, Em 2023, foram descobertas oito sepulturas de cavaleiros templários, incluindo a de William Marshal, um dos mais importantes cavaleiros da Inglaterra da Idade Média.
2. **Igreja do Templo em Londres**, Inglaterra: A Igreja contém o túmulo de William Marshal, um dos mais famosos cavaleiros templários de Inglaterra.
3. **Convento de Cristo em Tomar**, Portugal. O convento contém as tumbas dos primeiros templários em Portugal, incluindo a de Gualdim Pais, o fundador da cidade de Tomar.
4. **Ferrara Itália:** Há uma teoria de que o primeiro Grão-Mestre da Ordem dos Templários Hugo de Payens, esteja enterrado na cidade de Ferrara na igreja de San Giacomo.
5. **Chwarszczany, Polónia:** A capela de Chwarszczany do século XIII, contém notáveis pinturas murais e é considerada um dos mais importantes sítios templários da Polónia.

Voltámos a perguntar:

- **Então William Marshal está sepultado em Enville, Staffordshire e na Igreja do Templo em Londres? Que dados arqueológicos há para se comprovar que é mesmo o corpo (nos dois lados) de William Marshal?**

Resposta da IA:

- William Marshal está sepultado na Igreja do Templo em Londres e não em Enville. A Igreja do Templo é um local histórico em Londres que foi construído pelos cavaleiros Templários no século XII.

Quanto à comprovação arqueológica, há várias evidências que sugerem que o corpo está sepultado na igreja do Templo é de fato o de William Marshal.

Voltámos a perguntar:

- **Mas há a certeza a 100% que se trata do corpo do cavaleiro William Marshal?**
- **Quanto às sepulturas de cavaleiros templários em Tomar, que se saiba não existe nenhuma. Frei António de Lisboa, no século XVI destruiu a Igreja de Santa Maria dos Olivais que era o panteão dos mestres Templários Portugueses, restando nessa igreja somente uma lápide evocativa na parede sul ao Mestre Gualdim Pais.**

Resposta da IA:

Sim, é verdade que não existe certeza absoluta sobre a identidade do corpo do cavaleiro William Marshal, sepultado na igreja do Templo em Londres. A identificação é baseada em evidências históricas e arqueológicas, mas não é possível ter certeza a 100%.

Quanto às sepulturas de cavaleiros templários na cidade de Tomar, você está correcto em dizer que não tenham sobrevivido até hoje. A destruição da Igreja de Santa Maria dos Olivais que era o panteão dos mestres templários portugueses é um exemplo trágico da perda de património histórico.

É interessante notar que a destruição de monumentos e sepulturas templárias foi um fenómeno comum em muitos países europeus após a dissolução da ordem no século XIV. Muitas dessas estruturas foram destruídas e reutilizadas para outros fins.

Agradeço a correção e a informação adicional sobre a lápide evocativa de Gualdim Pais.

– **Quanto a Ferrara e a Chwarszczany, não massacrados mais, a pobre ignorância, da IA da Meta**

Por último:

– Procurámos informação sobre cabeceiras de sepultura de Cavaleiros Templários, em 116 localidades, em Portugal e no Estrangeiro; Espanha, França, Itália Polónia, Inglaterra; Foi em; Albergaria dos Fusos; Alcobaca; Alfundão; Almada; Almaziva; Alvito; Ararate; Arménia; Arufe; Assíria; Balsemão; Bayonne; Beja; Benavente; Braga; Bragança; Borgonha; Bouças; Bourbon; Bousende; Carcassonne; Carmo; Cartago; Castela; Cedovim; Celas; Cesareia; Chacim; Champanhe; Chwarszczany; Cister; Cluny; Coimbra; Comunhas; Cós; Dijon; Edroso; Enville, Staffordshire; Estremoz; Ferrara; Ferreira do Alentejo; Fiães; Fonte da Moura; França; Freixo de Numão; Garvão; Jerusalém; Júnias; Lafões; Languedoc; Leão; Lisboa; Lodève; Lombo; Londres; Lorvão; Lousado; Lugar das Marcas; Maceiradão; Macedo de Cavaleiros; Marcas; Mértola; Mesopotâmia; Miranda do Douro; Molesme; Montferrand; Mouraz; Moreruela; Muimentinha; Numão; Ourique; Paris; Pexiora; Peroguarda; Pin-Mories; Pitões de Júnias; Polónia; Ponte de Mílvia; Portugal; Roma; Rosmaninhal; Rossio do Carmo; S. Pedro das Águias/Tabuaço; Saint-Nicolas-le-Cîteaux; Salvador; Santa Combinha; Santarém; Santo Tirso; Seiça; Serpa; Serra de São Miguel; Sever; Silves; Tarouca; Terra Santa; Tomar; Tomarães; Toro; Trás-os-Montes; Troyes; Tui; Tunísia; Usclas-du-Bosc; Xabregas; Vila hã da Braciosa; Vila Nova de Famalicão; Vila Nova de Foz Côa; Vilar do Monte; Vilariça; Vila Ruiva; Vinhas; Zamora.

Resumindo e concluindo, terminámos como começamos, não conhecemos até hoje, nenhuma sepultura de cavaleiro templário e que alguma cabeceira de sepultura seja indicativa da sua presença, seja em Portugal, seja noutro país Europeu. Lamentamos.

Bibliografia Impresa Consultada e/ou utilizada.

- ADAMSON, W. M.** (2004) – *Food in Medieval Times*, Greenwood Press, London.
- ADECAP**, p.31-37. Actas do III Congresso de Arqueologia Peninsular.
- ALARCÃO, J.** (1988) – O Domínio Romano em Portugal. Mem-Martins. Europa-América.
- ALARCÃO, J. de** (1993) – *Arqueologia da Serra da Estrela*. Manteigas: Parque Natural da Serra da Estrela.
- ALDAZÁBAL, José;** [2007] Dicionário elementar de Liturgias, prefácio de D. António Maria Bessa Taipa, Bispo auxiliar do Porto, Lisboa.
- ALEGRIA, António** (2007). As Estelas Medievais do Museu de Évora, *Cenáculo*, 21 (Dezembro).
- AL-MADAM** – Sítios Arqueológicos Portugueses Revisitados (Dossier) 500 arqueossítios; II série nº 20, Almada, 2016.
- ALMEIDA, A.** (1942a) – As sepulturas antropomórficas de Sezures e de Castendo (Penalva do Castelo). *O Instituto*. Vol. 100. Coimbra, pp. 716-720.
- ALMEIDA, A.** (1942b) – Por Terras de Penalva (Beira-Alta). Apontamentos para o estudo da Arqueologia e da História da Região. *Trabalhos de Arqueologia e Etnologia*. Vol. IX – Fascs. 1 e 2. Porto: Instituto para a Alta Cultura. p. 233-282.
- ALMEIDA,** [1967] Fortunato de. *História da Igreja em Portugal*. Porto: Portucalense Editora, S.A.R.L., volume I.
- ALMEIDA, P. C. A. F. de** (1968) – *Vias Medievais, entre Douro e Minho*, Faculdade de Letras do Porto, Porto.
- ALMEIDA, P. C. A. F. de** (1993) – História da Arte em Portugal, Arte da Alta Idade Média. 2.ª ed., Lisboa: Edições Alfa.
- ALVES, A.** (1990) – A Igreja de São Julião da Azurara. Matriz de Mangualde. *Terras de Azurara e Tavares*, 1. Mangualde: Câmara Municipal, pp. 37-48.
- ANTON, Isabel, Alfonso;** La colonización cisterciense en la meseta del Duero. El dominio de Moreruela (siglos XII-XIV), Salamanca, Instituto de Estudios Zamoranos, “Florián de Ocampo”, Diputación de Zamora, 1986, pp98/99.
- ARIÉS, P.** (2000) – O Homem perante a morte. Vol. 1. Mem-Martins: Europa América.
- ARRAIS, A. J. do N.** (2012) – *Arqueologia das terras de Besteiros: (contributos para a carta do património arqueológico do concelho de Tondela)*. Dissertação de mestrado em Arqueologia e Território apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. ADECAP, p.31-37. Actas do III Congresso de Arqueologia Peninsular.
- ASCANIO Tamburino, Abade;** De lure Abbatum et Aliorum Praelatorum, 1691, transcrição da bula de Alexandre III 4 janeiro de 1177, criação Ordo Equitum S. Michaelis sive de Ala; sumptibus Larentii Anisson, & Soc. 1660.
- AUSSIBAL, R.** (1990) – Nouvelles découverts de stèles en Languedoc – Roussillon et Midi-Pyrénées. *Signalisations de Sépultures et Stèles Discoidales, Ve – XIXe Siècles*, pp. 77-101, Centre d’Archéologie Médiévale du Languedoc, Carcassonne.
- AUSSIBAL, R.** (1994) – Le symbolisme marial des stèles discoidales, *Actas del IV Congreso Internacional sobre la Estela Funeraria*, pp. 493-514, Sociedad de Estudios Vascos, Donostia.
- BAËNA, VISCONDE DE SANCHES DE;** Archivo Heraldico – Genealogico. Typographia Universal, Impressor da Casa Real, Lisboa, 1872.
- BAPTISTA, A.; GASPAR, F.** (2000) – A necrópole medieval do adro velho de S. Vicente. In *Arqueologia da Idade Média da Península Ibérica*. Vol.7. Porto.
- BARBER, Malcolm.** *The Trial of the Templars*. Cambridge: University Press, 1991.
- BARROCA, M. J.; MORAIS, A.C.** (1983) – Sepulturas medievais na terra de Aguiar da Pena (Vila Pouca de Aguiar). *Arqueologia* (GEAP). Porto. 8, p.92-101.
- BARROCA, M.J.** (1984) – Notas sobre ocupação medieval em Baião. *Arqueologia* (GEAP). Porto.10, p.116-136.
- BARROCA, Mário Jorge;** Os estudos sobre sepulturas Escavadas na Rocha em Portugal, trinta anos depois, S.L.; s.d.

BARROCA, Mário Jorge; A Cruz do lugar das Marcas (Lousado, Vila Nova de Famalicão e o Couto do Mosteiro de Santo Tirso, S.L.; s.d.

BARROCA, M. J.; MORAIS, A.C. (1986) – A Terra e o Castelo – Uma experiência arqueológica em Aguiar da Pena. *Portugália*. Nova Série: VI/VII. Instituto de Arqueologia. Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Porto, p.35-87.

BARROCA, M. J. (1987) – *Necrópoles e sepulturas medievais de Entre-Douro-e-Minho (Séc. V a XV)*. Dissertação para Provas Públicas de Capacidade Científica, apresentada na Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Porto: Policopiado.

BARROCA, M. J. (1989) – Núcleo de Estudo das sepulturas escavadas na rocha. *Arqueologia* (GEAP). Porto. 19, p.180-183.

BARROCA, M. J.; (2000) – *Corpus Epigráfico Medieval* (tese) Vol. II Tomo I, FUNDAÇÃO CALOUSTE GULBENKIAN Fundação para a Ciência e a Tecnologia MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E DA TECNOLOGIA, Lisboa

BARROCA, M. J.; (2000) – *Corpus Epigráfico Medieval* (tese) Vol. II Tomo II, FUNDAÇÃO CALOUSTE GULBENKIAN Fundação para a Ciência e a Tecnologia MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E DA TECNOLOGIA, Lisboa

BARROCA, M. J.; (2000) – *Corpus Epigráfico Medieval* (tese) Vol. I, 862-1422 – FUNDAÇÃO CALOUSTE GULBENKIAN Fundação para a Ciência e a Tecnologia MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E DA TECNOLOGIA, Lisboa

BARROCA, M. J.; (2000) – *Corpus Epigráfico Medieval* (tese) Vol. III Tomo I, FUNDAÇÃO CALOUSTE GULBENKIAN Fundação para a Ciência e a Tecnologia MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E DA TECNOLOGIA, Lisboa

BARROCA, Mário Jorge.; (2010-2011). *Sepulturas escavadas na rocha de Entre-Douro-e-Minho*. Portvgalia. Nova Serie, 31-32, 115-182.

BEIRÃO, C. de M.; **SILVA, C. Tavares da;** **SOARES, J.;** **Gomes, M. Varela e GOMES R. Varela** (1985) “Deposito Votivo da II, Idade do Ferro de Garvão. Notícia da primeira campanha de escavações”. *O Arqueólogo Português*, S. IV, 3, p.45-136.

BENTO XII, Papa – Excelente recomendação da Ordem de Cister, sobretudo no que diz respeito à vida contemplativa. Reforma da Ordem de Cister, 1335- apud *B1 (ms. 3896 biblioth. regia. Bruxell., XIV saec.) fo1. 79-91: «1892.*

BECKER; ERNEST, A negação da Morte, Editora Record, Rio de Janeiro, 1974.

BOISSELLIER, Stephane, ed. (2012). *La construction administrative d'un royaume. Registres de bénéfices ecclésiastiques Portugais. Portugais (XIII-XIV.e siècles)*. Lisboa: UCP-CEHR.

BOLETIM da Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, nº27, Março de 1942 – A Igreja de Santa Maria dos Olivais, Empresa Industrial Gráfica do Porto, Porto 1942.

BORRÁS, F. X. S.; **BES, J. M.** (1994) – Técnicas de talla en las estelas funerárias de época medieval en Catalunya, *Cuadernos de Sección. Antropología – Etnografía* 10, pp. 515-536, Donostia.

BRAGA, Joana e Arquivo Nacional da Torre do Tombo; Ordem de Cister; Mosteiro de São João de Tarouca: Instrumento de descrição L 795, Lisboa, 2024.

BRAGANÇA, Fundação da Casa de; *Thesaurus*, vocabulário de objectos do culto Católico, Vila Viçosa, 2004.

BRITTO, Bernardo de, Frei; (Abade do real mosteiro de Alcobaça); *Chronica de Cister*, primeira parte, Lisboa, Ocidental, Lisboa, 1720.

CAEIRO, J. O. (1984a) *A Necrópole I da Azinhaga da Boa Morte –Castelo de Vide*. Évora.

CÂMARA MUNICIPAL DE BEJA (C.M.B), Divisão Sociocultural (1987) – *Caracterização do Concelho de Beja*, Associação de Municípios do Distrito de Beja, Beja.

CAMPOMANES, Don Pedro Rodriguez; *Dissertaciones Históricas Del Orden y Cavalleria de los Templários*, Oficina de Antonio Perez de Soto, Madrid, 1747.

CARDOSO, Guilherme (2005). Estelas medievais e modernas do Cadaval, *Arqueologia do Cadaval*, 2, Museu Municipal do Cadaval.

CARDOSO, G.; **LUNA, I. de** (2006) – Novas cabeceiras de sepultura do concelho de Torres Vedras, *O Arqueólogo Português*, Suplemento n.º 3, pp. 423-478, Lisboa.

CARDOSO, G. (2006) – Estelas do concelho de Cascais, *O Arqueólogo Português*, Suplemento n.º 3, pp. 571-595, Lisboa.132.

- CARNEIRO, André e Teixeira, Cláudia;** Arqueologia de Transição: entre o Mundo Romano e a Idade Média, Sobre o estudo das Necrópoles Alto-Medievais da serra de São Mamede (Castelo de Vide e Marvão), Instituto de Estudos Medievais UNL, Lisboa, 2012
- CASA-MARTÍNEZ, C. DE LA; ESTEBAN, M. D** (1993) – La estela funerária hispano cristiana, *Actas do V Congreso Internacional de Estelas Funerarias*, pp. 445-461, Diputación Provincial de Soria, Soria.
- CASA-MARTINEZ, C. DE LA; ESTEBAN, M. D.** (1983) – *Estelas Medievales de la Provincia de Soria*, Colección Temas Sorianos – nº 6, Casa e Doménech Publicaciones de la Excm. Diputación Provincial de Soria, Soria.
- CASCAIS, Carla Alexandra Afonso de Carvalho** (2007-2008). *Portal do Arqueólogo*. CNS: 32553 (Santo Adrião); 32543 (Quadrela); 32542 (Santo Amaro); 32161 (Leira dos Padrões); 32312 (Monte das Cotas); 32518 (Portela do Antigo); 32980 (Vilar de Perdizes); 32156 (Senhora de Galegos); 32738 (Antigo de Sarraquinhos); 32717 (Cristelo / Outeiral); 3580 (Sepultura do Frade /Campo do Frade). Disponível em <<http://arqueologia.patrimoniocultural.pt/>>.
- CASTILLO, A. del** (1968) Cronología de las tumbas llamadas de “Orledolanas”. In: *Actas del XI Congreso Nacional de Arqueología*. Mérida, p. 835845.
- CASTILLO, A. del** (1972) *Excavaciones altomedievales en las provincias de Soria, Logroño y Burgos*. Madrid.
- CHAMBINO, Mário Lobato;** Estelas Medievais da Igreja Matriz do Rosmaninhal, Açafa, nº 2, Associação de Estudos do Alto Tejo, 2009.
- CHAMBINO, Mário Lobato, Et Al;** Apontamentos sobre a Investigação arqueológica no Concelho de Idanha-a-Nova, Açafa, nº 10, Associação de Estudos do Alto Tejo, 2015.
- CHAMBINO, Mário Lobato** (2000). Rosmaninhal. Lembranças de um mundo cheio..., *Açafa*, 3, Associação de Estudos do Alto Tejo, Vila Velha de Ródão.
- CHEVALIER, J; GHEERBRANT, A.** (1992) – *Dicionário dos Símbolos, Teorema, Lisboa*.
- COCHERIL, Maur (Monge Cisterciense);** Abadias Cistercienses, Inventário e cronologia das abadias do século XII, Lusitana Sacra, s.d. s.l.
- CONSTITUTIO Benedicti Papae XII** Fulgens sicut stella Pro reformatione Ordinis Cisterciensis 1335.
- CORREIRA, S. H.** (coord.) (1985) – Necrópole de Mangualde. *Informação Arqueológica*, nº 5, Lisboa: IPPC, p. 144.
- CORREIA, V.** (1912) – *Notas de arqueologia: a igreja de Lourosa da Estrela*. Lisboa.
- CORREIA, V.** (1919) – *Monumentos e Esculturas Séculos III-XVI*, Imprensa Líbano da Silva, Lisboa.
- CORREIA, V.** (1918) – Cabeceiras de sepultura medievais, *Terra Portuguesa*, nºs 25/26, pp. 20-24.
- COSTA, P.e Joao Goncalves da** (1961). *A senhora da Peneda de Donoes. Origem histórica da Capela e apontamentos para a história religiosa da freguesia*. Vila Real: Minerva Transmontana.
- COSTA, Ricardo L. S. da;** *A Ordem dos cavaleiros do Hospital de São João de Jerusalém durante as cruzadas (1048-1291)*. Rio de Janeiro: Universidade Estácio de Sá, mimeografado, 1994.
- COSTA, Ricardo da;** D. Dinis e a supressão dam ordem do templo (1412), O processo de formação da Identidade Nacional em Portugal., In *Cultura e Imaginário no ocidente*, Série 1. Niterói, 1996 pp90-95.
- COSTA, T.** (1999) – *Estelas Discoides do Museu Arqueológico de Serpa*, FCSH–UNL, texto policopiado, Lisboa.
- CUNHA, C.; AMARO, C.** (2006) – Castelo de Torres Vedras – Cabeceiras de sepultura medievais, *O Arqueólogo Português*, Suplemento n.º 3, pp. 253-266, Lisboa.
- CUNHA, E.; UMBELINO, C.; TAVARES, T.** (2001) A Necrópole de São Pedro de Marialva. Dados antropológicos. IPPAR (*Estudos* 1), p. 139143.
- CUNHA, E. e MATOS, V.** (1999) – Dados bioarqueológicos para o conhecimento dos habitantes do sítio do Prazo (Freixo de Numão) durante a Idade Média. In *Rituais e Cultos da Morte na região de Entre-Douro-e-Côa*. Freixo de Numão: ACDRFN.
- D`ARCHIMBAUD, G. D.** (1980) – *Les Fouilles de Rougiers (Var)*, Centre National de la Recherche Scientifique, Paris.
- DAMÁSIO, António;** A Inteligência Natural & a Lógica da Consciência, Editora Temas e Debates, 1ª edição, Maia, novembro de 2025.

- DAVEAU, S.** (1998) – *Portugal Geográfico*. Lisboa: Edições João Sá da Costa.
- DEMUGER, Alain.** *Auge y caída de los Templarios (1118-1314)*. Barcelona: Ed. Martínez Roca, 1986.
- DORÉ Gustavo;** A Bíblia, textos bíblicos traduzidos do hebraico e grego, com extratos do Antigo e Novo Testamento, Lello & Irmão, Editores, Hesso Verlag, Luxembourg, 1978.
- DURVAN, S. A. de E.** (s.d.) – Beira Alta. In *Grande Enciclopédia Universal*. Lisboa.
- DURCLUB, S.A. ESPÍRITO SANTO, S.** (2001) – Senhorim. *Memórias que o tempo não apagou*. Nelas: Câmara Municipal de Nelas.
- EGRY, A.** (1972) – *O Apocalipse do Lorvão*, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa.
- ENCARNAÇÃO, J.; MOREIRA, J. B.** (2006) – Cabeceiras de sepultura portuguesas epigrafadas, *O Arqueólogo Português*, Suplemento n.º 3, pp. 543-569, Lisboa.
- ENCARNAÇÃO, J.** (1984) – *Inscrições Romanas do Conventus Pacensis – Subsídios para o Estudo da Romanização*, 2 vols, Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras, Coimbra.
- FALCÃO, J. A;** (2006) – *A a Z: Arte Sacra da Diocese de Beja*, Departamento do Património Histórico e Artístico da Diocese de Beja, Beja.
- FEIO, Jorge;** Iconografia dos epitáfios Paleocristãos, alguns exemplos práticos, Instituto de História de Arte, Revista de História de Arte nº 10, FCSH da UNL, 2008.
- FEIO, Jorge;** 2008. «Vestígios da cristianização do *Conventus Pacensis*: As *basilicae* de São Bartolomeu (Alvito) e Monte do Roxo (Alvalade, Santiago do Cacém)», in *Actas do III Congresso de Arqueologia do Sudoeste Peninsular, Vipasca, 2.ª Série, n.º 2*, Aljustrel: Câmara Municipal de Aljustrel.
- FEIO, Jorge;** 2009. «A Romanização em torno de Alvalade: novos dados», in *Actas do I Encontro de Arqueologia do Alentejo Litoral*, Sines: Câmara Municipal de Sines.
- FEIO, Jorge;** 2009. «O Concelho de Monforte no Contexto da Cristianização do Actual Território Português», in *Memória Alentejana*, n.º 25/26, Lisboa: CEDA: 35 a 38.
- FEIO, Jorge;** «*Taumasius Famulus Dei*, novos dados sobre a inscrição paleocristã de Alvito», in *Actas do V Encontro de Arqueologia do Sudoeste Peninsular* (no prelo).
- FEIO, Jorge;** «A *basílica* do Monte do Roxo, Alvalade do Sado, Santiago do Cacém, dados recentes. Contributo para o estudo dos edifícios paleocristãos do antigo *Conventus Pacensis*», in *Actas do I Encontro de Arqueologia de Alcácer do Sal (Homenagem a João Carlos Lázaro Faria)* (no prelo).
- FEIO, Jorge;** (2012); A iconografia dos epitáfios paleocristãos como possível fonte de estabelecimento de critérios cronológicos: alguns exemplos práticos, Instituto de História da Arte Faculdade de Ciências Sociais e Humanas Universidade Nova de Lisboa revista de história da arte n 10 Lisboa –2012.
- FERNANDES, B.** (2005) – *Carta Arqueológica do Concelho de Aguiar da Beira 1ª fase*. Aguiar da Beira.
- FERNANDES, M. C.** (2002) – A Ordem Militar de Santiago no século XIV, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto.
- FERREIRA, Alexandre,** (1735) Memórias e noticias históricas da célebre ordem militar dos Templários na Palestina; primeira parte; Lisboa Occidental.
- FERREIRA, F. E.** (2008) – Determinação da estatura com base no comprimento do calcâneo, *Arqueologia e História*, vols. 56-57, pp. 111-113.
- FRALE, Barbara;** Os Templários e o Pergaminho de Chinon encontrado nos arquivos secretos do Vaticano. Editor Wagner Veneziani Costa, Madras Editora, Bolonha, 2004.
- FRANKOWSKI, E.** (1918) – As cabeceiras de sepultura e as suas transformações, *Terra Portuguesa*, nºs 25, 26, pp. 9-19.
- FRANKOWSKI, E.** (1920) – *Estelas Discóides de la Península Ibérica*, Comisión de Investigaciones Paleontológicas y Prehistóricas, Madrid.
- FONTES, Antonio Lourenço** (1978). *Aras romanas e terras de Barroso desaparecidas*. In *Milenário de S. Rosendo – 977-1977*. Montalegre: Camara Municipal de Montalegre, pp. 15-24.
- GANDRA, M. J.** (2006) – Os Templários e o Templarismo na Literatura Portuguesa, Mafra.
- GANDRA, Manuel J.;** Templo e Ordem Templária de Portugal, Volume 2, Lisboa, 2017.

- GARCIA, Carlos Tejerizo;** Propuestas Teóricas y cultura material en los siglos V-VIII, Universidade del País Vasco, Bilbao, 2015.
- GARRET, J.B. de Almeida;** Viagens na minha terra, Volumes I e II, Typographia da Gazeta dos Tribunais, Lisboa 1846 (Templários p.360).
- GOMES, A.** (1988) – *Moedas Portuguesas no Território Português, Antes da Fundação da Nacionalidade*, Associação Numismática Portuguesa, Lisboa.134.
- GOMES, L. e CARVALHO, P.** (1992) – O património arqueológico do concelho de Mangualde. *Terras de Azurara e Tavares*, Vol. 3. Mangualde: Câmara Municipal de Mangualde.
- GOMES, M. V.; GOMES, R. V.; SANTOS, M. F.** (1993) – O santuário exterior do Escoural – Sector SE (Montemor-o-Novo, Évora), *Actas V Jornadas Arqueológicas*, Associação dos Arqueólogos Portugueses, pp. 93-108, Lisboa.
- GOMES, M. V.** (1996) – Estelas discoides do Museu de Loulé, *Al-Ulyã*, nº 4, pp. 31-43.
- GOMES, M. V. et al** (1985) – Depósito votivo da Idade do ferro de Garvão, *O Archeologo Português* série IV, 3 1985 pp 45-136, Lisboa.
- GOMES, M. V; SERRA, M. P.** (2001/02) – Representação de D. Afonso V, conservada em Loulé, *Al-Ulyã*, nº 8, pp. 147-158.
- GOMES, M. V.** (2002) A necrópole visigótica do Poço dos Mouros (Silves). *Revista portuguesa de Arqueologia*. 5 (2), p. 339391
- GOMES, M. V.; GOMES, R. V.** (2006). Estelas discoides da necrópole da Sé de Silves (Algarve, Portugal). Contexto e cronologia. In: *O Arqueólogo Português, Suplemento n.º 3*. Lisboa, p. 309-330.
- GOMES, Saul António;** Um formulário Cisterciense de 1714 – O Manuscrito Alcobacense da BNL CCCXLI/q230, *Revista Portuguesa de História* t. XXXV, Coimbra, (2001-2002).
- GOMES, Saul António;** *Sigillis Abbatis et Conventus Muniantur – A Sigilografia Cisterciense Medieval em Portugal*, FLUC, Coimbra, 2007.
- GÓMEZ, S.** (coord.) (2008) – *Alcáçova do Castelo de Mértola, 1978-2008, Trinta anos de arqueologia*, Campo Arqueológico de Mértola, Câmara Municipal de Mértola, Mértola.
- GREW, F.; NEERGAARD, M.** (1988) – *Shoes and Pattens – Medieval Finds from Excavations in London*, Museum of London, London.
- GONÇALVES, Albertino d Gonçalves João;** *Entre o Céu e a Terra: Festas e Romarias*, S.L. 2005.
- GUEDES, Inês da Silva;** A intervenção arqueológica no mosteiro de São João de Tarouca, estudo do se espólio numismático, séc. XII-XIX; FLUP, Porto, 2025.
- GUEDES, Jorge & COSTA, Luís** (2003). Cabeceiras de Sepulturas do adro da Igreja Matriz de Loures, *Actas do VIII Congresso Internacional de Estelas Funerárias (16, 17 e 18 de Maio de 2005)*, in *O Arqueólogo Português*, suplemento 3, Museu Nacional de Arqueologia, p. 199-213, Lisboa.
- HENRIQUES, Francisco, CANINAS, João & CHAMBINO, Mário** (1993). Carta Arqueológica do Tejo Internacional, vol. 3, in *Preservação*, 14-16, Associação de Estudos do Alto Tejo, p. 80 (IN048-IN053).
- JESUS, Carlos A. Martins de;** *Antologia Grega de Epitáfios*, livro VII, série autores gregos e latinos, U.C. Empresa da Universidade press, 2010.
- LALIENA CORBERA, C.; ORTEGA ORTEGA, J.; BENAVENTE SERRANO, J. A.** (2007), Los problemas de escala y la escala de los problemas: algunas reflexiones sobre el poblamiento altomedieval en Bajo Aragón. In: *Villes et campagnes de Tarraconaise et d'AlAndalus (VIÉ XIE siècle): la transition*. CNRS, p. 249262.
- LENCART, Joana;** Pedro Álvares Seco: a retrospectiva da memória da Ordem de Cristo no século XVI, FLUP, Porto, 2018.
- LENCART, Joana;** Livro da Regra e Definições da Ordem de Cristo com privilégios, Indulgências e Graças atribuídos pelos Pontífices e Reis, – por Fr. Pedro Álvaro Seco), FCT/FLUP, Porto, 2018
- LAUTENSACH, H.** (1987) – As Características Fundamentais da Geomorfologia. In *Geografia de Portugal*, vol. I, *A posição geográfica e o território*. Lisboa: Edições João Sá da Costa, pp. 119-160.
- LEHMANN, Johannes.** *Las cruzadas – los aventureros de Dios*. Barcelona: Martínez Roca, 1989.
- LEMONS, F.S.; MARCOS, D.** (1985) – A Necrópole Medieval de Vila dos Sinos – Mogadouro – Segunda Campanha de Escavações – 1982. *Cadernos de Arqueologia*. Braga. Série II: 2, p.127-156.

- LOBÃO, J.; MARQUES, A; NEVES, D.** (2006) – Património arqueológico do concelho de Celorico da Beira: subsídios para o seu inventário e estudo. *Praça Velha*, 19. Guarda: Câmara Municipal da Guarda.
- LOPES, I.** (2002) *Contextos materiais da morte durante a Idade Média: as necrópoles do Douro Superior*. Dissertação de mestrado em arqueologia apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto [policopiado].
- LOPES, E.T.** (2004) – *Lousada e as suas freguesias na Idade Média*. Lousada: Câmara Municipal de Lousada.
- LOPES, Virgílio;** O complexo religioso e os batistérios de Mértola na Antiguidade Tardia, In *Medievalista*, n. 23, Lisboa, 2018.
- MACHADO, Jose Pedro** (2003). *Dicionário onomástico e etimológico da língua Portuguesa*. Lisboa: Livros Horizonte.
- MALRAUX, ANDRÉ;** A Condição humana, com tradução e prefácio de Jorge de Sena, Lisboa, 1956.
- MALVEIRO, José Daniel;** Estelas funerárias medievais, do distrito de Beja – formas, suportes e iconografia; Instituto de Arqueologia e Paleociências, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas UNL, Lisboa, 2013
- MALVEIRO, J. P.** (2003) – *Garvão: Herança Histórica*, Gráfica amdbeja, Beja.
- MALVEIRO, J. P.** (2012) – *O Foral-Velho de Garvão*, Dissertação de Mestrado em Ciências das Religiões, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Lisboa.
- MARQUES, A. H. de O.** (1976) – *História de Portugal*, vol. I, Palas Editores, Lisboa.135 **MARQUES, A. H. de Oliveira.** *A Sociedade Medieval Portuguesa – aspectos da vida cotidiana*. Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1987.
- MARQUES, J.A.M.** (1995) – *Sepulturas escavadas na rocha na região de Viseu*. Dissertação de Mestrado em Arqueologia apresentado à Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Porto: Policopiado.
- MARQUES, J. A. de M.** (1996) – Contributo para o estudo do povoamento da região de Viseu na Alta Idade Média. *MÁ THESIS*, nº 5, Viseu: Departamento de Letras da Universidade Católica Portuguesa, pp. 205-211.
- MARQUES, J. A. de M.** (1999) – *Carta arqueológica do Concelho de Vouzela*. Vouzela: Câmara Municipal de Vouzela.
- MARQUES, J. A. de M.** (2009) – A terra de Viseu: Reconquistar, viver e morrer. *Arte, Poder e Religião nos tempos medievais. A identidade de Portugal em reconstrução*. Viseu: Câmara Municipal de Viseu.
- MARQUES, J. A. de M.** (s.d.) – *Percursos de Arqueologia. Região de Turismo Dão Lafões*. Viseu: Região de Turismo de Lafões. 89
- MARQUES, José.** “Os Castelos Algarvios da Ordem de Santiago no Reinado de D. Afonso III”. In: *Relações entre Portugal e Castela nos finais da Idade Média*. Braga: Fundação Calouste Gulbenkian, 1994, p. 125-152.
- MARQUES, Maria Alegria Fernandes;** A Ordem de Cister em Portugal na transição da Idade Média aos tempos modernos, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Alcobaca, 2001.
- MARTÍN VISO, I.** (2012) Enterramientos, Memoria social y paisagem en la Alta Edad Media: Propuestas para una análisis de las tumbas excavadas en roca en el centrooeste de la Península Ibérica. *Zephyrus*.
- MARTÍN VISO, I.** (2008) Tumbas y sociedades locales en el centro de la península en la alta edad media: el caso de la comarca de Riba Côa (Portugal). *Arqueología y Territorio Medieval*. 14, p. 21-47.
- MARTINS, A.F.** (1940) – *O esforço do homem na bacia do Mondego: ensaio geográfico*. Tese de licenciatura em Ciências Geográficas apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.
- MATTOSO, José.** *Identificação de um país – ensaio sobre as origens de Portugal (1096-1325)*. Lisboa: Ed. Estampa, 1986, vol. II.
- MATTOSO, J.** (1993) – *História de Portugal*, vol. II, Círculo de Leitores, Lisboa.
- MEIRA, Catarina Barradas;** As Necrópoles do Concelho de Cascais (Séculos VI e VII), Tese mestrado em arqueologia, FCSH, Universidade Nova de Lisboa, 2015
- MENCHON I BES, J.** (1988) – Aspectes metodològics i terminològics al voltant de l’estela discoidal, *Les Esteles Discoidals dels Paisos Catalans, Estat de la Qüestió*, pp. 51-75, Carrutxa, Reus.

- MENCHON I BES, J.** (2006) – Estelas Funerarias del Monasterio Cisterciense de Santa Maria de Poblet (Tarragona, España). Siglos XII-XIV, *O Arqueólogo Português*, Suplemento n.º 3, pp. 345-367, Lisboa.
- MENCHON I BES, J.** (1994) – Técnicas de talla en la estelas funerárias de época medieval en Catalunya, Cuadernos de Seccio. *Antropología-Ertnografia* 10, Donostia: Eusko Ikaskuntza pp. 515-536.
- MENDES, Carlos Alberto Santos;** A Ordem dos Pobres Cavaleiros de Cristo e do Templo de Salomão e a Ordem do Hospital de São João Batista de Jerusalém no concelho, hoje, Macedo de Cavaleiros; Caderno Terras Quentes nº 16, Associação de Defesa do Património de Macedo de Cavaleiros, Macedo de Cavaleiros, 2021.
- MENDES, Carlos Alberto Santos, Amaral, Augusto Ferreira do e Baêna, Miguel Sanches de;** A formação da Identidade Nacional: O contributo Nordestino; Caderno Terras Quentes 17, Associação de Defesa do Património de Macedo de Cavaleiros, Macedo de Cavaleiros, 2022.
- MENDES, Carlos Alberto Santos,** A Ordem dos Pobres Cavaleiros de Cristo e do Templo de Salomão e a Ordem do Hospital de São João Batista de Jerusalém no concelho, hoje, Macedo de Cavaleiros; Caderno Terras Quentes nº 19, Associação de Defesa do Património de Macedo de Cavaleiros, Macedo de Cavaleiros, 2023.
- MENDES, Carlos Alberto Santos,** A vida do Mestre da Ordem dos Templários em Portugal, Pedro Alvites; Caderno Terras Quentes nº 20, Associação de Defesa do Património de Macedo de Cavaleiros, Macedo de Cavaleiros, 2023.
- MENDES, Carlos Alberto Santos;** Toponímia existente nas localidades do Distrito de Bragança “focando-nos, mormente, no Concelho de Macedo de Cavaleiros” com a finalidade de apurar os bens ali existentes pertencentes à Ordem dos Templários, abrangendo o período cronológico entre 1122 e 1319, Caderno Terras Quentes nº 22, Associação de Defesa do Património de Macedo de Cavaleiros, Macedo de Cavaleiros, 2025.
- MONTEIRO, H.** (2012) – *A Estrada da Beira: Reconstituição de um traçado medieval*. Dissertação de mestrado em História, especialização em História Medieval, apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.
- MONIZ, António Frei (Frei António de Lisboa);** Prior do Convento de Cristo de Tomar, Século XVI, Wikipédia s.d.
- MORAES, Fernando Fr.;** Definições e Estatutos dos Cavaleiros e Freires da Ordem de nosso senhor Jesus Christo, Lisboa, 1746
- MOREIRA, D.A.** (1971a) – Freguesias da diocese do Porto – elementos onomásticos alti-medievais. *Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto*. Porto. 34: 1-2, p.19-149.
- MOREIRA, D.A.** (1971b) – Freguesias da diocese do Porto – elementos onomásticos alti-medievais. *Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto*. Porto. 34: 3-4, p.336-417.
- MOREIRA, José Beleza;** (1982) – *Catálogo das Cabeceiras de Sepultura do Museu de Torres Vedras*, Associação para a Defesa e Divulgação do Património Cultural de Torres Vedras, Torres Vedras.
- MOREIRA, J. B.** (1982-1983) – *Subsídios para o Estudo das Cabeceiras de Sepultura no Concelho de Sintra*, Gabinete de Estudos de Arqueologia, Arte e Etnografia, Museu regional de Sintra – Museu Arqueológico de São Miguel de Odrinhas, Sintra.
- MOREIRA, J. B.** (1984) – Typologie des stèles discoidales du Portugal, *Actes du Colloque International sur la Stèle Discoidale*, Hil Harriak, pp. 319-345, Bayonne.
- MOREIRA, J. B.** (1990) – Instrumentos de ofício de lavrador em estelas discóides portuguesas, *Signalisations de Sepultures et Stèles Discoidales. Ve-XIXe Siècles*, pp.191-198, Centre d’Arqueologie Médiévale du Languedoc, Carcassonne.
- MOREIRA, J. B.** (1993) – Mais algumas profissões representadas em estelas discóides portuguesas, *Actas do V Congreso Internacional de Estelas Funerarias*, pp. 663-693, Diputación Provincial de Soria, Soria.
- MOREIRA, J. B.** (1994) – Algumas profissões representadas em estelas discóides portuguesas, *Cuadernos de Sección. Antropología – Etnografía*, vol. 10, pp. 271-296. 136.
- MOREIRA, José Beleza;** Cabeceiras de Sepultura do Concelho de Vila Nova de Foz Côa, Câmara Municipal de Vila Nova de Foz Côa; V.N. Foz Côa, 1999.

MOREIRA, J. B.; (2002) – Profissões representadas em estelas rectangulares portuguesas, *Actas del VII Congresso Internacional de Estelas Funerárias*, tomo III, pp. 759-769, Fundacion Marcelino Botin, Santander.

MOREIRA, J. B.; (2006) – Cabeceiras de sepultura do museu Nacional de Arqueologia. *O Arqueólogo Português*, Suplemento, nº 3 pp 283-308 Lisboa.

MORENO, Humberto Baquero; A Organização Militar em Portugal nos séculos XIV e XV. *In: Revista da Faculdade de Letras – História*, II série, vol. VIII. Universidade do Porto, 1991, pp. 29-40.

MOURA, M.H.; (1989) – Antropologia de Campo e Arqueologia Funerária. *Arqueologia* (GEAP). Porto. 19, p.7-15.

NEVES, F.; (2010) – *Arqueologia Rural: Concelho de Oliveira do Hospital*. Oliveira do Hospital: Câmara Municipal.

NÓBREGA, P.; (2004) – *Sepulturas escavadas na rocha da freguesia de Quintela da Azurara*. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

NÓBREGA, P.; (2008) – *O Património Arqueológico e Arquitectónico de Mangualde*. Dissertação de Mestrado em Estudos de Património. Lisboa: Universidade Aberta.

NUNES, Manuel; Sousa, Luís; Gonçalves; Sepulturas medievais escavadas na rocha no Concelho de Lousada: o cemitério rupestre do Irmeiro (Boim), Lousada, 2006.

NUNES, M.; (1994) – *Primeiras notas sobre as sepulturas antropomórficas de Boim*. [S.l.: s.n]. [Trabalho apresentado na disciplina de Arqueologia Medieval na Faculdade de Letras do Porto]

O ARCHEOLOGO, Português, Museu Ethnologico Português, Leite der Vasconcelos, Série 1 Vol. 10, Imprensa Nacional, 1895.

O ARCHEOLOGO, Português, Museu Ethnologico Português, Leite der Vasconcelos, janeiro e fevereiro de 1897, Imprensa Nacional, 1897.

O ARCHEOLOGO, Português, Museu Ethnologico Português, Leite der Vasconcelos, Vol. V, Imprensa Nacional, 1900.

O ARCHEOLOGO, Português, Museu Ethnologico Português, Leite der Vasconcelos, Vol. V, Imprensa Nacional, janeiro 1902.

O ARCHEOLOGO, Português, Museu Ethnologico Português, Leite der Vasconcelos, Vol. VIII, Imprensa Nacional, janeiro 1903.

O ARCHEOLOGO, Português, Museu Ethnologico Português, Leite der Vasconcelos, Vol. IX, Imprensa Nacional, janeiro 1904.

O ARCHEOLOGO, Português, Museu Ethnologico Português, Leite de Vasconcelos, janeiro e fevereiro de 1905 VOL X, Imprensa Nacional, 1905.

O ARCHEOLOGO, Português, Museu Ethnologico Português, Leite de Vasconcelos, janeiro e fevereiro de 1906 janeiro a Abril Vol. XI, Imprensa Nacional, 1906

O ARCHEOLOGO, Português, Museu Ethnologico Português, Leite de Vasconcelos, janeiro e fevereiro de 1907 janeiro a Abril Vol. XII, Imprensa Nacional, 1907.

O ARCHEOLOGO, Português, Museu Ethnologico Português, Série V Vol. 1, Museu Nacional de Arqueologia Imprensa Nacional, 2011.

OLIVEIRA, M. R. de (1939) – *Celorigo da Beira e o seu Concelho através da História e da Tradição*. Celorigo da Beira.

OLIVEIRA, A. C. (2006) – Cabeceiras de sepultura do Concelho de Loures, *O Arqueólogo Português*, Suplemento n.º 3, pp. 215-242, Lisboa.

OLIVEIRA, J. et al. (2007) Nova Carta Arqueológica do Concelho de Marvão – *Ibn Maruan* 14. 432

OTTAWAY, R.; ROGERS, N.;(2002) – *Craft, Industry and Everyday Life: Finds from Medieval York. The Archaeology of York – The small finds 17/15*, York Archaeological Trust, York

OLIVEIRA, Ana Cristina Oliveira (2003). Cabeceiras de Sepultura do Concelho de Loures, *Actas do VIII Congresso Internacional de Estelas Funerária (16, 17 e 18 de Maio de 2005)*, in *O Arqueólogo Português*, suplemento 3, Museu Nacional de Arqueologia, p. 215-242.

- OLIVEIRA, E.V.; GALHANO, F.;** (1998) – *Arquitetura Tradicional Portuguesa*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.
- ORDENAÇOENS do Senhor Rey D. Affonso V. Parte I, livro V, tomo XVII, pp. 86-89.**
- MARQUES, A. H. de Oliveira;** *A Sociedade Medieval Portuguesa – aspectos da vida cotidiana*. Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1987.
- PAÇO, A.;** (1949) Inscrição Crista do Monte-Velho (Beirã-Marvão). *Revista Brotéria* Vol. XLIX, Fasc. 1
- PAÇO, A.;** (1953) Carta arqueológica do concelho de Marvão. *Actas do XIII Congresso LusoEspanhol para o Progresso das Ciências*, p. 93–127.
- PABLOS, J.M.; CABRERA, R.B.;** (2004) – El mundo funerario de época visigoda en la Comunidad de Madrid. El poblamiento y el problema del asentamiento de los visigodos en la Península Ibérica a través del estudio de las necrópolis madrileñas. *I Jornadas de Patrimonio Arqueológico en la Comunidad de Madrid*, p.199-236.
- PARALDI, Guill;** *La Pragmatique de la pluralite des pénégies*, Paris 1508.
- PEDRO, I. e MARQUES, J. A. de M.;** (1999) – *Património Arqueológico de Vouzela: Catálogo de Exposição*. Vouzela: Câmara Municipal.
- PEDRO, I;** (1999) – Sepulturas Escavadas na rocha do Distrito de Viseu, *II Colóquio Arqueológico de Viseu – Livro do Colóquio*. Viseu: Associação de Defesa do Património e Ambiente – Amigos da Beira, pp.22-27.
- PEREIRA, Ana Sofia Silva;** *Inventário e Georreferenciação do mundo funerário rupestre medieval no Centro de Portugal*, FCSH, Lisboa 2015.
- PESSOA, Fernando António Nogueira;** *Antologia Poética, Poemas Ortónimos*, Lisboa, 1935.
- PESSOA, Fernando António Nogueira;** *Antologia Poética, A Mensagem*, Lisboa, 1935.
- PESSOA, Fernando António Nogueira;** *Antologia Poética, O livro do Desassossego*, Lisboa, 1935.
- PINTO, A.** (1983) – Notas sobre a necrópole medieval da Igreja Matriz de Mangualde. *Mundo da Arte*. Nº 16. Coimbra: Câmara Municipal. Serviços de Cultura e Turismo, pp. 67-70.
- PINTO, E. J. de J.;** (1999) – Contributo para o inventário arqueológico do Concelho de Nelas. Freguesia de Canas de Senhorim. *Beira Alta*, 58:12. Viseu: Assembleia distrital, pp. 105-140.
- PINTO, E. J. de J.;** (2006) – *Roteiro do Museu Municipal de Carregal do Sal*. Carregal do Sal: Câmara Municipal de Carregal do Sal.
- PINTO, J.M.S.M.;** (1992) – *Património Arqueológico de Lousada*. Plano Director Municipal de Lousada. Lousada: Câmara Municipal. Policopiado.
- PINTO, E.J.J.;** (2001) – Roteiro Arqueológico do Concelho de Carregal do Sal. Carregal do Sal: Câmara Municipal de Carregal do Sal. 67 *OPPIDUM* número 1 – 2006
- PINTO, E.J.J.;** (2004) – Roteiro Arqueológico do Concelho de Carregal do Sal. 2ª Fase da Carta e Roteiro. Carregal do Sal: Câmara Municipal de Carregal do Sal.
- PRATA, S.** (2012) *As Necrópoles altomedievais da Serra de São Mamede (Concelhos de Castelo de Vide e Marvão)* Tese de mestrado defendida em Setembro de 2012 na FCSHUNL [policopiado].
- QUEIROGA, Francisco M.V. Reimão e Lemos, Cláudia Maria;** *A necrópole Medieval do Mosteiro de S. Miguel de Refoios, Cabeceiras de Basto, Cabeceiras de Basto*, 2013.
- RAMOS, Tiago Pinheiro,** *Estelas Medievais do Castro do Jarmelo, Guarda, Instituto de Estudos Medievais FCSH-UNL s.d.*
- RAMOS, Manuel;** *Sepulturas escavadas na rocha e repovoamento medieval. O caso do Concelho de Montalegre*. Montalegre, 2008.
- RAPOSO, J.;** (2001) – Sítios Arqueológicos Visitáveis em Portugal. *Al-madan*. Almada: Centro de Arqueologia de Almada, pp. 100-157.
- RIBEIRO, F. M.;** **SILVA, M. A.;**(1997) – Sepulturas escavadas na rocha do Concelho de Seia. In *Actas do II Colóquio Arqueológico de Viseu*. Viseu: Amigos da Beira, p. 127-142.
- RIBEIRO, J. C.;** (2006) – A estela funerária medieval: questões de origem e de terminologia, rotas de difusão, enquadramento histórico e função social, *O Arqueólogo Português*, Suplemento n.º 3, pp. 507-612, Lisboa. 137.

- RIBEIRO, J. C.;**(2006) – A estela funerária medieval: questões de origem e de terminologia, rotas de difusão, enquadramento histórico e função social, *O Arqueólogo Português*, Suplemento n.º 3, pp. 507-612, Lisboa. 137.
- RODRIGUES, A. V.;** (1979) – *Celorico da Beira e Linhares: Monografia histórica e artística*. Celorico da Beira: Câmara Municipal, pp. 35-38.
- RODRIGUES, M. C. M.;** (1975) *Carta Arqueológica do Concelho de Castelo de Vide*. Lisboa.
- SANTOS, A.C.C.F.;** (1993) – Contributo para o estudo das sepulturas rupestres do monte do Senhor da Boa Morte. *CIRA: Boletim Cultural*. Vila Franca de Xira: Câmara Municipal de Vila Franca de Xira. 5, p.13-48.
- SANTOS, M.J.F.;**(2005) – A Terra de Penafiel na Idade Média. Estratégias de ocupação do território (875-1308). *Cadernos do Museu*. Penafiel: Museu Municipal. 10, p. 5-100.
- SARAIVA, Anísio Miguel de Sousa e Morujão, Maria do Rosário Barbosa;** O Clero Secular Medieval e as suas catedrais, novas perspectivas e abordagens, CEHR, Universidade Católica, 2014.
- SARAIVA, António José;** *O crepúsculo da Idade Média em Portugal*. Lisboa: Gradiva, 1988.
- SERDON, V.;** (2005) – *Armes du Diable – Arcs et Arbalètes au Moyen Âge*, Presses Universitaires de Rennes, Rennes.
- SERRA, Miguel;** – *Intervenção de Salvaguarda na Necrópole de Época Moderna de São Salvador, Serpa. Trabalhos realizados em 2009*. Al-Madam II série tomo 1, Almada, 2012.
- SERRÃO, J.;** (1993) – *Pequeno Dicionário de História de Portugal*, Figueirinhas, Porto.
- SILVA, A.C.F.;** (1986) – *A cultura castreja no noroeste de Portugal*. Paços de Ferreira: Câmara Municipal de Paços de Ferreira/ Museu Arqueológico da Citânia de Sanfins.
- SILVA, J.B.P.;** (1990) – Marco de Canaveses – Sepulturas Medievais Concelhias: *Sepulturas cavadas na rocha*. Marco de Canaveses: Ed. Autor.
- SOARES, A. M.;** **BRAGA, J. R.;** (1986) – Balanço provisório da intervenção arqueológica já realizada no Castelo de Serpa, *Arquivo de Beja*, 2ª série, vol. III, pp. 167-198.
- SOARES, Nuno** (2005). Em busca das estelas perdidas, in blog sobre Algodres, de 17 de Agosto de 2005, <http://algodres.blogs.sapo.pt/48791.html>.
- SOUSA, J. M. C.** (1937) – *Apontamentos de Epigrafia Portuguesa*, Imprensa Nacional Casa da Moeda, Lisboa.
- SOUZA, Armindo de.;** “1325-1480 – Realizações”. In: MATTOSO, José (dir.). *História de Portugal – A Monarquia Guerreira (1096-1480)*. Lisboa: Editorial Estampa, vol. II, s/d.
- TAVARES, A.L.M.;** (1999) – Sepulturas escavadas na rocha no concelho de Mangualde. Mangualde: *Associação Cultural Azurara da Beira* (ACAB).
- TAVARES, A.;** (2006) – Sepulturas Escavadas na Rocha. Preservação ou abandono? *Al-Madam*, IIª Série (14). Almada: Centro de Arqueologia de Almada, p. 7.
- TAVARES, A. ;**(2007) – *Sepulturas escavadas na rocha das freguesias de Cunha Baixa e Espinho (Mangualde)*. *Contributos para a História da Alta Idade Média numa microrregião*. Mangualde: Grupo Cultural e Recreativo de Santo Amaro de Azurara.
- TAVARES, Jorge Campos;** *Dicionário dos Santos*, 3ª edição, Lello Editores, Lisboa, 2004
- TÁVORA, D. Luis Gonzaga de Lencastre e;** *O Estudo da Sigilografia Medieval Portuguesa*. 1ª edição, Minerva, Lisboa, 1983.
- TEIXEIRA, R.;** (1996) – *De Aquae Flaviae a Chaves*. Povoamento e organização do território entre a Antiguidade e a Idade Média. Porto. Dissertação de Mestrado apresentada na Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Porto: Policopiado.
- TENTE, C. e LOURENÇO, S.;**(1998) – Sepulturas medievais escavadas na rocha dos concelhos de Carregal do Sal e Gouveia: estudo comparativo. In *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Vol. 1. Nº 2. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia, p.191-218.
- TENTE, C. e LOURENÇO, S.;** (2002) – Sepulturas Medievais do Distrito de Évora. In *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Vol. 5. Nº. 1. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia, p.239-258.
- TENTE, C.;** (2007) – A ocupação alto-medieval da Encosta Noroeste da Serra da Estrela. *Trabalhos de Arqueologia*, 47. Lisboa: IPA.

- TENTE, C.;** (2009) – *Dos “Bárbaros” ao Reino de Portugal. O território de Celorico da Beira nos séculos V a XII.* Câmara Municipal de Celorico da Beira/Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.
- TENTE, C.;** (s.d.) – *Roteiro Arqueológico de Gouveia.* Gouveia: Câmara Municipal. 91.
- TENTE, C.;** (2010) – *Arqueologia medieval cristã no Alto Mondego. Ocupação e exploração do território nos séculos V a XI.* Dissertação de Doutoramento em História, especialidade de Arqueologia, apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.
- TENTE, C.;** (2011) *Arqueologia Medieval Cristã no Alto Mondego, Ocupação e exploração do território nos séculos v a xi.* Tese de doutoramento defendida em Dezembro de 2010 na FCSHUNL [policopiado].
- TENTE, C.;** (2011) – Habitats Camponeses no Alto Mondego nos séculos IX e X: um Ensaio de Etno-arqueologia. *Cristãos e Muçulmanos na Idade Média Peninsular – Encontros e Desencontros.* Lisboa: IAP, pp. 209-218.
- TENTE, C.;** (2012) Settlement and society in the Upper Mondego Basin (Centre of Portugal) between the 5th and the 11th centuries. *Archeologia Medievale* XXXIX.
- TENTE, C.;** (2013) – Soluções defensivas das comunidades rurais no Alto Mondego entre os séculos IX e X. Fortificações e Territórios na Península Ibérica e no Magreb (séculos VI a XVI) – *II Simpósio Internacional sobre castelos.* Lisboa: Edições Colibri, pp. 43-49.
- TORRES, C.; BOIÇA, J.; LOPES, V.; PALMA, M.;** (1991) – *Museu de Mértola, Núcleo do Castelo – Catálogo,* Campo Arqueológico de Mértola, Mértola.
- TORRES, C; CORREIA, F. B.;** (1993) – *Núcleo Visigótico. Museu Regional de Beja,* Museu Regional de Beja, Beja.
- TORRES, Cláudio (coord.).** 1993. *Núcleo Visigótico do Museu Regional de Beja.* Beja: Museu Regional de Beja.
- TORRES, Cláudio; Macias, Santiago (Coords.).** 1993. *Museu de Mértola, Basílica Paleocristã,* Mértola: Campo Arqueológico de Mértola.
- VACAS, M. N.;** (2000) – *Aspectos Antropogeográficos do Alentejo,* Edições Colibri, Lisboa.
- VALERA, A.C.;** (1990) – Sepulturas escavadas na rocha do concelho de Fornos de Algodres. Fornos de Algodres: GAFAL.
- VALERA, A. C.** (1993) – *Património Arqueológico do Concelho de Fornos de Algodres – 1ª fase da Carta e Roteiro.* Fornos de Algodres: Associação de Promoção Social Cultura e Desportiva de Fornos de Algodres.
- VALERA, A. C.;** (1994) – Levantamento arqueológico do concelho de Celorico da Beira. *Trabalhos de Arqueologia da EAM.* Lisboa: Associação para o Estudo Arqueológico da Bacia do Mondego – EAM, pp. 273-282.
- VALERA, A. C.;** (2000) – O Património arqueológico do Concelho de Fornos de Algodres: Investigação, Valorização e Divulgação (1987-1998). *Actas das I Jornadas de Património da Beira Interior: Beira Interior História e Património.* Guarda: M^a do Céu Ferreira, Manuel Sabino Perestrelo, Marcos Osório, António Augusto Marques, pp. 343-350.
- VASCONCELOS, J.** (1917) – Coisas Velhas. *O Archeologo Português,* 22: 1-12. Lisboa, pp. 107-168.
- VASCONCELLOS, J. L. de** (1895) – Cabeceiras de Sepulturas Christãs, *O Archeologo Português,* vol. 1, p. 280.
- VASCONCELLOS, J. L. de** (1895) –, *O Archeologo Português,* vol. 1, Imprensa Nacional, Lisboa, 1895.
- VASCONCELLOS, J. L. de** (1895) –, *O Archeologo Português,* vol. IX, Imprensa Nacional, Lisboa, 1904.
- VASCONCELLOS, J. L. de** (1895) –, *O Archeologo Português,* vol. X, Imprensa Nacional, janeiro e fevereiro, Lisboa, 1905.
- VAZ, J. L. I.** (1991) – *Para uma Carta Arqueológica do Concelho de Sátão.* Viseu.
- VAZ, J. L. I.** (1997a) – *A Civitas de Viseu: espaço e sociedade.* Coimbra: Comissão de Coordenação da Região Centro, pp. 174-175. 92.
- VAZ, J.I.** (2002) – Tipologia dos santuários rupestres de tradição paleohispânica em território português. In *Religiões da Lusitânia. Loquuntur Saxa.* Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia, p.39-44.
- VEIGA, Sebastião Philippes Martins Estácio da;** Memórias das antiguidades de Mértola observadas em 1877 e relatadas, Imprensa Nacional, Lisboa, 1880.

24 CADERNOS TERRAS QUENTES

VIANA, A. (1949) – Estelas discoides do Museu de Beja, *Arquivo de Beja*, vol. VI, pp. 37-85.

VIANA, A. (1955) – Notas Históricas, Arqueológicas e Etnográficas do Baixo Alentejo. *Arquivo de Beja*, vol. XII, pp. 3-53.

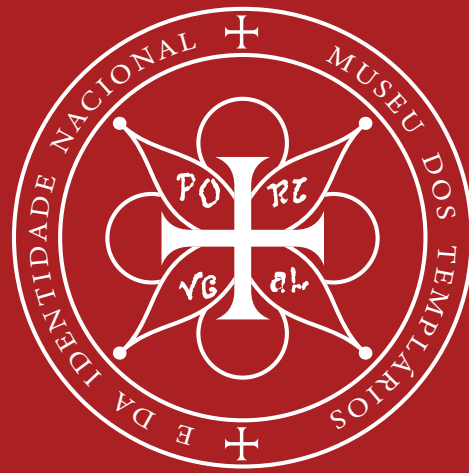
VIEIRA, M.A. (2004) – Alto Paiva. Povoamento nas épocas romana e alto-medieval. *Trabalhos de Arqueologia*, 36. Lisboa: IPA.

VIEIRA, M. (2006) – Alguns aspectos do povoamento tardo antigo e alto medieval, *Conimbriga*, vol. 45, Coimbra: Instituto de Arqueologia, pp. 313-336.

VISO, I., M. (2007) – Tumbas y sociedades locales en el centro de la península en la alta edad media: el caso de la comarca de Riba Côa (Portugal). *Arqueología y Territorio Medieval*, 14. Universidade de Jaén. Jaén, p. 21 – 47.

VISO, I., M. (2012) – Enterramientos, Memória Social y Paisaje en la Alta Edad Media: Propuestas para un Análisis de las Tumbas Excavadas en Roca en el Centro-Oeste de la Península Ibérica. *Zephyrus*, LXIX. Salamanca: Universidad de Salamanca, pp. 165-18.

τφ



Os Reis sabiam mandar?



Os Reis sabiam mandar?

*Luís Manuel Santos Mendes

Prefácio

Este opúsculo nasce de uma pergunta simples e provocatória:

- “Os reis sabiam mandar?”

A interrogação não pretende julgar o passado com critérios do presente, nem reduzir a complexidade histórica a uma fórmula moral. Pelo contrário, procura compreender o exercício do poder régio no seu tempo e confrontá-lo com os desafios da liderança nas sociedades democráticas contemporâneas.

Portugal é um dos países mais antigos da Europa¹ com fronteiras estáveis. A sua fundação e consolidação dependeram, em larga medida, da capacidade dos seus primeiros reis de governar num contexto de instabilidade militar, rivalidades internas e tensões religiosas. Mandar, nesses séculos, não significava apenas impor – significava negociar, simbolizar, proteger e construir legitimidade.

Hoje, em democracias plurais e complexas, a liderança assume formas distintas. A autoridade deriva do voto e da Constituição; a eficácia depende de redes institucionais densas; a narrativa coletiva disputa-se no espaço mediático e digital.

Entre a monarquia medieval e a democracia contemporânea decorre uma travessia histórica profunda – do poder sacralizado ao poder representativo, do medo como instrumento de ordem à razão como fundamento de legitimidade.

* Licenciado em Psicologia pelo ISPA (Instituto Superior de Psicologia Aplicada 1969-1975). Psicólogo Clínico (ISPA) / Psicossociólogo (Dinâmica de Grupos). Director Associado e Shareholder do CEGOC (Groupe francês de Consultoria e Formação de Executivos e Quadros Técnicos (1977-2014) e, *managing partner* da Cegoc Portugal, responsável pelo departamento de cursos abertos e consultor sénior em áreas como gestão de Recurso Humanos, formação, desenvolvimento pessoal e liderança.

1 Lembremos:

- Japão – Unificação dá-se em 660 a.C.
- China – Unificação dá-se em 221 a.C.
- França – Independente desde 843.
- Inglaterra – Independente desde 927.
- Dinamarca – Independente desde 958.
- Áustria – Independente desde 976.
- Hungria – Independente desde 1000.
- Portugal – Independente desde 1143.

Ao longo destas páginas, convidamos o leitor a refletir sobre aquilo que permanece constante: a necessidade humana de liderança, de orientação e de sentido em tempos de incerteza.

Porque os regimes mudam. Os instrumentos evoluem.

Mas a arte de governar continua a ser, em última análise, a arte de compreender pessoas, equilibrar forças e sustentar confiança.

Os Reis sabiam mandar?

O título é provocatório, Mas a pergunta é séria.

O que significa “mandar” num tempo em que não existiam ministérios, exércitos permanentes, serviços de informações, sondagens de opinião ou sistemas administrativos centralizados?

O que era governar num mundo em que o poder dependia da fidelidade de nobres armados, da legitimidade concedida pela Igreja e da capacidade pessoal de inspirar respeito – ou medo?

Este texto não pretende diminuir os reis fundadores de Portugal. Pelo contrário: procura compreender a natureza do poder régio nos séculos XII e XIII, e interrogar se “mandar” significava impor, negociar, convencer, delegar ou sobreviver.

Mandar é um verbo complexo.

Vem do latim mandare: confiar uma missão, entregar uma responsabilidade.

Quem manda recebe um encargo. Governa porque lhe foi confiado um destino coletivo.

Nos séculos medievais, o rei era simultaneamente chefe militar, juiz supremo, mediador político e símbolo sagrado da unidade do reino. Mas o seu poder não era absoluto: era relacional.

Um rei medieval não “mandava” sozinho. Na prática, dependia de juramentos, precisava das Cortes, tinha limitações materiais, e, frequentemente era frágil.

Governava num campo de forças – nobres, Igreja, ordens militares, povo – e sobrevivia se soubesse equilibrar autoridade, entendimento e negociação.

Entre a espada, a cruz e os juramentos feudais, governar era equilibrar forças.

O propósito deste texto é pois, o de compreender as qualidades humanas e intelectuais dos Reis, nomeadamente daqueles que há cerca de 9 séculos fundaram Portugal, um dos países mais antigos da Europa e do Mundo.

De facto, nos séculos XII-XIII na Europa, os regimes de governação eram fortemente hierarquizados e personalistas, onde os monarcas e os senhores feudais exerciam um amplo poder sobre as suas terras. O poder da Igreja Católica era também igualmente enorme, influenciando reis e imperadores.

Em Portugal, o primeiro rei, D. Afonso Henriques, legitimou esse poder pelo seu carisma, pela liderança pelo exemplo, posteriormente pela legalidade (tratado de Zamora, 1143), e sempre, pelo povo que reconhecia nele o guardião do seu destino.

Os reis sabiam mandar? Que tipo de decisões tomavam

Que tipo de decisões tomavam? que conflitos resolviam? Que problemas é que enfrentavam? Estudavam os problemas? definiam estratégias? Quando precisavam de reunir as Cortes preparavam a agenda e a estratégia de abordagem dos temas? Negociavam dotes quando magicavam alianças quando casavam as filhas e/ou filhos?

Que competências é que seriam precisas? Força bruta? Saberiam fazer face a interlocutores mais astuciosos?

Como eram preparados para assumir o poder (por vezes muito precocemente)?

Estas perguntas obrigam a uma reflexão sobre o exercício do poder régio e implica desde logo pensar o que é “mandar”: Governar? Decidir? Convencer? Impor? Delegar? Manter o poder? Estas nuances são a chave para delimitar o seu contexto real.

Organizámos este texto definindo:

No 1.º "**Contexto** macro e funcional", para depois deduzirmos as competências necessárias a um rei para saber mandar.

No 2.º "**Competências** modernas... em contexto medieval?"

O leque de competências requeridas por um bom desempenho régio constituiu, então a base para

No 3.º **Formar** e treinar um Rei.

Depois das considerações gerais, focamos o caso da formação régia em Portugal..

No 4.º "**Liderança** pelo exemplo", um caso extremo, é um estilo peculiar de liderança mais assente no carácter, na coragem e na apetência para comandar, do que na formação sistemática e organizada. Ilustramos com diversos exemplos.

No 5.º **Governar um reino medieval é diferente de governar um país do século XXI?**

Apreciamos sinteticamente as diferenças dos pontos de vista: cultural, tecnológico, económico-financeiro, social, educacionais e ainda sobre as tecnologias de guerra e dominação.

No 6.º **Estabelecer os critérios da avaliação da acção governativa no século XXI.**

Percebemos melhor a distância a que nos encontramos hoje dos séculos XII-XIII, o poder dos instrumentos desenvolvidos hoje, para aumentar as capacidades humanas (pesquisar e reter memórias, analisar causas multivariadas, antecipar problemas, idealizar e projectar o futuro).

Aqui enumeramos as **metodologias que permitem comparar** o que se passa nos diversos países e que medidas escolher para recuperar atrasos. Referimos ainda alguns indicadores multidimensionais de Bem-estar Nacional e Felicidade. Completamos este ponto com um quadro de Eficácia Organizacional de Portugal 2025.

No 7.º **Abordamos a dinâmica de funcionamento dos grupos** e a questão da liderança, comparando diferencialmente os dois contextos em análise: Idade Média e Século XXI.

No 8.º Apresentamos um **modelo de liderança** AEN – Autoridade, Entendimento, Negociação, inspirado na Psicossociologia e definimos o quadro sintético das competências do bom líder em diversos contextos. Apresentamos exemplos da época Medieval e outros actuais.

No 9.º "**O medo e a vergonha**", refletimos sobre dois travões emocionais/ sociais da acção autónoma, que geram ansiedade e violência, com repercussões individuais e na participação social.

No 10.º **Traçamos o panorama actual das Monarquias** contemporâneas e resumimos o contributo do modelo AEN de liderança.

Capítulo 1: Definir o contexto (macro e funcional)

a) Tipo de decisões que os Reis tomavam?

As suas decisões abrangiam múltiplos domínios:

- Militares – defesa do território, ofensivas, alianças bélicas.
- Políticas – sucessões, nomeações, concessão de privilégios.
- Económicas – impostos, moeda, concessões de terras.
- Judiciais – arbitragem de conflitos entre nobres, ordens e municípios.
- Diplomáticas – tratados, casamentos dinásticos, negociações com o Papado.

Cada decisão podia desencadear rebeliões, alianças inesperadas ou crises sucessórias.

b) Que problemas enfrentavam?

Os rei medievais viviam permanentemente em gestão de crise:

- Rivalidades entre casas nobres.
- Pretensões ao trono.
- Conflitos com o clero.
- Fomes e epidemias.
- Pressões externas de reinos vizinhos.

O trono não era um lugar confortável. Era um ponto de tensão.

c) Que instrumentos possuíam?

Ao contrário de um chefe de governo moderno, o rei não dispunha de uma máquina administrativa estruturada. Os seus instrumentos eram:

- As Cortes, onde negociava impostos e legitimidade.
- O Conselho Régio, núcleo de confiança política.
- A Igreja, simultaneamente parceira e limite.
- A Casa Real, centro doméstico e administrativo.
- A Chancelaria, que fixava decisões por escrito (registos, decretos, controlo do território).

O poder era exercido por proximidade, não por burocracia.

d) Estudavam os problemas? Definiam estratégias?

Em muitos casos... sim. Os reis eficazes consultavam conselheiros letrados (freires, monges, juristas).

Observavam modelos de outros reinos (casos de D. Dinis, D. João II).

Usavam correspondência e espiões para recolher informação.

Tinham formação em história sagrada, direito canónico e clássicos.

Algumas decisões eram tão ritualizadas que quase seguiam um protocolo político-religioso

e) Casamentos, dotes e alianças

Casamentos = tratados diplomáticos disfarçados.

exerciam poder através das alianças matrimoniais das suas filhas.

O dote era uma negociação complexa: poder, território, aliança militar, acesso a mercados ou clérigos influentes.

f) Força bruta vs. inteligência política

Muitos reis combinaram ambas.

Ex.: D. João II era astuto, maquiavélico e... eliminava opositores com eficácia.

D. Afonso Henriques era guerreiro, mas também estrategista político (tratado de Zamora, uso dos Templários).

Outros foram apenas marionetas ou brutamontes com coroa (e os nobres mandavam por eles...).

Em síntese, o rei que sabia mandar era aquele que dominava simultaneamente a estratégia, a comunicação e a gestão simbólica do poder.”

g) Competências necessárias a um rei que soubesse mandar

Competência	Porque é que era crucial?
Capacidade estratégica	Para prever cenários, evitar traições.
Leitura do território	Conhecer clãs, nobrezas locais, rotas.
Retórica / comunicação	Para persuadir Cortes, negociar alianças.
Resistência simbólica	Manter a aura de “rei por direito de divino”.
Gestão de crises	Fome, peste, guerras internas.
Prudência e dissimulação	Saber lidar com cortesãos astutos.

O rei que sabia mandar não era apenas o que impunha vontade. Era o que compreendia o campo de forças, antecipava riscos e sustentava legitimidade num equilíbrio sempre instável.

Capítulo 2: Competências modernas... em contexto medieval?

Se o rei medieval não governava sozinho, também não podia impor-se indefinidamente pela força. O seu poder dependia de equilíbrios delicados entre nobreza, clero, municípios e, progressivamente, burguesia urbana.

Mandar era governar um campo de forças.

1. Governar por negociação

D. João I consolidou o trono através da negociação constante com as Cortes e da construção paciente de alianças externas, nomeadamente com Inglaterra.

A diplomacia papal e os tratados ibéricos exigiam capacidade de compromisso, cálculo temporal e leitura das circunstâncias.

A autoridade não dispensava o entendimento

2. Empreender compromissos

Casamentos e tratados funcionavam como verdadeiros instrumentos executivos da época.”

O casamento de uma filha podia garantir paz com Castela, apoio inglês ou estabilidade militar.

D. Dinis e D. Afonso IV foram mestres do compromisso estável, e sabiam esperar o tempo certo.

3. Organizar recursos e estruturar o Estado

A eficácia régia dependia da capacidade de organizar rendas, tropas e redes administrativas.

D. João II reorganizou rendas e monopólios da Coroa com rigor calculado, reforçando a centralidade régia face à alta nobreza.

Aqui vislumbra-se já uma lógica proto-estatal: centralização, controlo fiscal e disciplina institucional.

4. Comunicação simbólica e encenação do poder

O poder medieval era performativo.

Vestes, cerimónias, juramentos públicos, procissões, arquitetura, emblemas, comunicavam autoridade.

D. Manuel I utilizou magistralmente o design do poder – do estilo manuelino até à projeção imperial – como forma de afirmação pan-europeia.

24 CADERNOS TERRAS QUENTES

A autoridade precisava de ser vista para ser reconhecida.

Eram líderes arcaicos ou estratégias sofisticados?

Os melhores reis souberam adaptar o “como mandar” às circunstâncias.

Força quando necessária. Negociação quando prudente.

Encenação quando simbólica.

Mandar era ajustar o instrumento à situação – e sobreviver às suas consequências.

Capítulo 3: Formar e treinar um Rei

A liderança, como prática concreta (e não apenas como ideal moral), exigia já na Idade Média um conjunto de competências surpreendentemente próximo daquilo que hoje chamamos de “soft skills de liderança”. Só que o contexto e os meios eram diferentes.

Havia “formação de líderes” na Idade Média?

Não no sentido formal como hoje (MBA's, coaching, mentoring), mas sim, havia formação e treino de competências políticas – em particular para príncipes, herdeiros e nobres de alto nível. E isso incluía:

Educação literária e retórica (com monges, tutores e teólogos).

Aprendizagem da arte de governar (através da observação do rei, da Corte, de missões diplomáticas).

Exercício de cargos menores (governo de regiões, tribunais, casamentos arranjados como estágios de diplomacia).

Formação em direito canónico, romano e consuetudinário, para saber negociar normas e exceções.

A preparação da realeza para o exercício do poder na Idade Média, com atenção à realidade europeia comparada e ênfase especial no caso português:

De facto, sem universidades como as conhecemos, governar era mais um ofício aprendido na prática e em contextos muito particulares de socialização e treino, que misturavam o sangue, a fé, o medo e a espada.

O contexto europeu: educação régia e nobreza governante

Formação aristocrática: o “currículo” do príncipe

Não existiam MBAs medievais, mas havia uma verdadeira “escola informal de elite”, que incluía:

1. Educação cortesã desde a infância

Crianças reais eram muitas vezes enviadas para outras cortes (alianças familiares e políticas) para aprender etiqueta, línguas, diplomacia e o funcionamento do poder.

Exemplo: Carlos Magno fez questão de dar aos filhos uma educação que combinava artes liberais, religião e treino militar.

2. Tutoria de elite

Os herdeiros eram confiados a tutores, geralmente eclesiásticos eruditos ou cavaleiros veteranos, que ensinavam:

Latim, a língua da diplomacia e da Igreja;

Doutrina cristã (essencial, pois o rei era “ungido por Deus”);

História (exemplos de reis sábios ou insensatos);

Artes militares e estratégia.

3. Treino militar e cavaleiresco

Do pajem ao escudeiro e depois ao cavaleiro – o príncipe passava por todas as etapas da formação guerreira.

A guerra era uma escola de autoridade, coragem e lealdade.

4. Exposição à governação e à justiça

Desde cedo, os príncipes acompanhavam o rei em audiências, concílios, campanhas militares e observavam como se resolviam conflitos.

Gradualmente, ganhavam cargos administrativos, de justiça e de comando territorial.

5. A Igreja como formadora dos reis

Muitos reis (ou futuros reis) eram educados por monges e bispos, os únicos com verdadeiro saber sistemático.

Os mosteiros beneditinos (como Cluny, ou mais tarde Cister) funcionavam como centros de cultura e gestão económica – verdadeiros MBAs medievais.

A realeza sacralizada precisava de conhecimento bíblico, noções de direito canónico e da arte de se apresentar como defensor da fé.

Exemplos:

Luís IX de França (São Luís) foi formado na fé e justiça como virtudes régias.

Eduardo, o Confessor, rei anglo-saxão, foi educado em ambiente monástico.

6. A formação pelo exercício: formava-se governando.

Na Idade Média, não se separava teoria e prática. O príncipe-aprendiz via, imitava, errava e corrigia. A experiência era acumulada por observação e responsabilidade progressiva. Concílios, Cortes, Parlamentos rudimentares (como os Estados Gerais ou Cortes) eram também locais de aprendizagem.

7. O caso português: especificidades da formação régia

A formação de Reis em Portugal tem características particulares:

8. A Corte como escola

Os infantes (filhos dos reis) recebiam formação em Latim e Teologia, muitas vezes com mestres religiosos escolhidos pelo rei.

Treino militar prático desde muito jovens (campanhas contra mouros, contenção da nobreza).

Educação jurídica rudimentar (via prática em Concelhos e Cortes).

9. A Igreja e os Templários

Os Templários e depois, a Ordem de Cristo funcionaram como centros de treino militar, administrativo e espiritual – sobretudo para a segunda linhagem de infantes (como o Infante D. Henrique).

Muitos infantes eram formados para governar territórios (ex: Beiras, Entre-Douro-e-Minho), com autonomia quase feudal – governavam para aprender a governar.

Casos notáveis:

D. Afonso Henriques: criado entre a nobreza e a Igreja, cedo lidera tropas e aprende a negociar com o papado e o imperador. Teve um preceptor excepcional, Egas Moniz que não foi apenas educador, ele cumpre a função paterna substitutiva, e transmite-lhe o valor do compromisso e da ética da palavra dada.

D. Dinis: educado por homens cultos da Igreja, com forte formação jurídica e poética – foi um dos primeiros reis legisladores da Europa.

D. Duarte: escreveu o Leal Conselheiro, manual de ética régia – exemplo de um rei intelectual, consciente do papel político do saber.

Epílogo: o saber de mandar

Mandar não é apenas mandar. É compreender, simbolizar, influenciar, construir consensos e exercer autoridade de forma duradoura. Os reis medievais, formados em ambientes duros, sacralizados e instáveis, aprenderam a mandar não só pela força, mas pela inteligência política, pela memória histórica e pela autoridade simbólica.

Mesmo sem MBA, sabiam muitas vezes mais sobre o seu mundo do que muitos líderes modernos sabem do seu.

Capítulo 4: A “liderança pelo exemplo”, quando o corpo do rei é o campo de batalha

Na Idade Média, o rei não comandava à distância.

Mandar podia significar, expor o próprio corpo.

Numa batalha, o Rei colocava-se na linha da frente.

"A Liderança pelo exemplo" é um estilo de liderança onde os líderes demonstram, através das suas acções, os comportamentos e valores que esperam dos seus seguidores. Em vez de simplesmente dar ordens, liderar pelo exemplo significa inspirar através do próprio comportamento, construindo confiança e respeito mútuo na equipa.

A sua coragem não era apenas virtude pessoal – era instrumento político.

A liderança pelo exemplo é o estilo mais extremo de “saber mandar”:

o líder demonstra, com o próprio comportamento, aquilo que exige dos seus homens.

1. Portugal – A Batalha de Aljubarrota (1385)

Na Batalha de Aljubarrota, D. João I esteve presente no campo de batalha, visível às tropas, num momento em que a superioridade castelhana parecia esmagadora.

A presença física do rei tornou-se âncora emocional.

Não era apenas comandante. Era espelho da coragem coletiva.

Fernão Lopes descreve-o “com lança em punho, o rosto sem pavor”.

D. João I mostrava-se como “o rei do povo”, jurado nas Cortes de Coimbra, e isso mobilizou a fidelidade dos combatentes portugueses.

A vitória consolidou a dinastia de Avis e transformou o gesto em mito fundacional.

Fernão Lopes – A Batalha de Aljubarrota (1385) (pequeno excerto):

Na sua Crónica de D. João I, Fernão Lopes descreve como o rei, embora não fosse o general principal, se fez ver como presença moral e militar no momento crítico:

“E como os castelhanos começaram de vir descendo pela serra com muito grão poder e assaz rijo vulto, o Infante Dom João, nosso senhor, saiu da tenda e, pondo-se a cavalo, se mostrou mui disposto, com lança em punho, e o rosto sem pavor, e os olhos lançando lume como quem estava certo na vitória. E os seus homens, vendo o rei sem temor, mais bravos ficaram. E diziam: ‘Nosso senhor não foge! Pois com ele morreremos ou venceremos!’”

Fernão Lopes compõe aqui um retrato ideal do rei como espelho da alma da nação. A presença física, o rosto impassível, os olhos brilhando como “quem estava certo na vitória” – tudo é símbolo. O rei não é apenas guerreiro, é ícone moral, âncora emocional do exército”.

2. Gália – Cerco de Alésia (52 a.C.)

Vercingetórix, rei dos Arvernos (época romana tardia), é um caso extremo de liderança sacrificial.

Vercingetórix organizou a resistência, manteve a moral e lutou pessoalmente, até ser forçado a render-se.

3. Terra Santa – Batalha de Arsuf (1191), durante a Terceira Cruzada

Ricardo I combateu pessoalmente contra os exércitos de Saladino, numa das batalhas mais violentas da Terceira Cruzada.

Ricardo liderou uma contra-ofensiva vitoriosa dos cruzados

Resultado: Vitória importante dos cruzados.

4. Norte de África – Batalha de Alcácer-Quibir (1578)

Séculos depois, D. Sebastião I de Portugal escolheu também liderar pessoalmente na frente de batalha.

Inspirado por um ideal de cruzada, recusou prudência e negociação.

O resultado foi catastrófico: morte do rei, crise dinástica, domínio filipino.

Aqui, a liderança pelo exemplo revela o seu lado trágico.

Coragem sem cálculo pode transformar-se em desastre.

Outros ecos europeus:

França – Batalha de Poitiers (1356)

Rei João II de França foi capturado em combate corpo a corpo pelos ingleses. Recusou fugir, lutou com bravura, mas foi capturado.

Inglaterra – Batalha de Azincourt (ou Agincourt) (1415)

Henrique V de Inglaterra combateu lado a lado com os seus arqueiros e cavaleiros, apesar de estar em número inferior aos franceses. Liderança exemplar e vitória inesperada.

Em todos estes casos, o corpo do rei tornou-se símbolo do destino coletivo.

O arquétipo

Quando o rei combate, não exerce apenas comando militar.

Encena autoridade.

O seu corpo torna-se palco onde se representa coragem, honra e sacrifício.

Quando funciona, cria mitos fundadores.

Quando falha, gera lendas trágicas.

A liderança pelo exemplo é poderosa porque mobiliza algo profundamente humano: seguimos mais facilmente quem arrisca connosco.

Mas também é perigosa.

A coragem que inspira pode, sem prudência, conduzir ao abismo.

Conclusão: quando o corpo do rei é o campo de batalha

Estes episódios mostram que, na Idade Média (e não só), o rei encarnava fisicamente o destino do reino. A liderança não se dava por comando à distância, mas por presença inspiradora. A coragem do rei mobilizava os seus homens – e o seu medo também os podia perder.

Quando funcionava, como em Aljubarrota ou Azincourt, criava mitos fundadores e consolidava dinastias.

Quando falhava, como em Alcácer-Quibir ou Alésia, dava origem a crises profundas... mas também a lendas duradouras.

Contributo da Sociologia – A autoridade carismática

A sociologia da liderança descreveu este fenómeno como autoridade carismática – a devoção a uma figura cuja presença provoca fé pessoal na sua missão.

A História mostra que o carisma, isolado da prudência e da negociação, pode gerar tanto fundações duradouras como crises irreversíveis.

Weber distingue três tipos de autoridade legítima: tradicional, legal-racional e carismática. O rei medieval em combate encarna a autoridade carismática: é seguido, não por causa da lei nem da tradição apenas, mas porque as suas acções provocam fé pessoal no seu carácter heroico e na sua missão.

Como diz Weber:

- “A autoridade carismática repousa na devoção extraordinária à santidade, heroísmo ou exemplaridade de uma pessoa.”

Aplicação:

- D. João I em Aljubarrota e João II de França em Poitiers não comandam “de cima” – lideram porque os seus soldados acreditam que o rei os salvará com a sua presença. A figura do rei torna-se espelho e amplificador da coragem coletiva.

Conclusão: o rei em batalha como modelo intemporal de liderança

O rei medieval, ao combater na frente de batalha, não exercia apenas comando militar, mas também liderança simbólica e emocional. Era um gesto performativo, destinado a inspirar confiança e coragem; legitimar a sua autoridade como protetor e guerreiro; unificar as emoções do grupo em torno de uma figura concreta e visível.



Hoje, em contextos diferentes, líderes eficazes continuam a inspirar não apenas com ordens, mas com presença, coerência, sacrifício e exemplo. A cena medieval do rei a cavalo, suando e sangrando entre os seus homens, continua a ser uma imagem poderosa – talvez arquetípica – daquilo que se espera de um verdadeiro líder em tempos de crise.



Capítulo 5: Governar um Reino Medieval é diferente de Governar um País no Século XXI?

A resposta imediata parece óbvia: sim.

Mas a diferença não reside apenas nas pessoas ou nos regimes políticos.

Reside sobretudo nos sistemas que sustentam a decisão.

O rei medieval governava num mundo de proximidade.

O governante contemporâneo governa num mundo de interdependência global.

1. Informação: da experiência direta ao excesso de dados

Na Idade Média, a informação circulava lentamente.

Mensageiros a cavalo, relatos orais, crônicas, conselheiros próximos.

O rei decidia com base em percepções fragmentárias, confiança pessoal e experiência acumulada.

Hoje, a informação é instantânea e massiva.

Sistemas estatísticos, inteligência artificial, relatórios técnicos, sondagens, redes sociais.

Se o rei medieval sofria por falta de informação, o líder contemporâneo sofre por excesso dela.

2. Escala económica: da economia agrária à finança global

O reino medieval assentava numa base agrícola, tributação local e fidelidades pessoais. A riqueza era territorial e tangível.

Hoje, a economia é financeira, digital, globalizada.

Capitais circulam em segundos. Decisões internas têm repercussões externas imediatas.

Governar deixou de ser apenas administrar território; passou a ser gerir interdependências.

3. Tecnologia de guerra e dominação

Na Idade Média, o poder militar dependia de homens, cavalos, muralhas e coragem física.

A guerra era próxima e corporal.

Hoje, a capacidade de dominação inclui drones, ciberataques, vigilância digital, manipulação informacional.

O campo de batalha expandiu-se – é físico, económico e simbólico.

4. Tempo político

O tempo medieval era lento.

Decisões amadureciam semanas ou meses.

Hoje, o ciclo mediático é diário.

Crises são julgadas em tempo real.

O governante contemporâneo vive sob escrutínio permanente.

5. Educação e literacia política

Na Idade Média, a literacia era restrita a elites religiosas e nobres.

A população aceitava o poder como ordem natural.

Hoje, sociedades massificadamente escolarizadas exigem participação, transparência e justificação constante.

A autoridade já não é presumida – é debatida.

6. Complexidade social

O reino medieval organizava-se em ordens relativamente estáveis: nobreza, clero, povo.

O Estado contemporâneo gere sociedades plurais, multiculturais, tecnologicamente conectadas e politicamente fragmentadas.

A diversidade de atores multiplica as variáveis da decisão.

Síntese

Se os desafios fundamentais – segurança, coesão, legitimidade – permanecem, os contextos mudaram radicalmente.

O rei medieval governava com poucos instrumentos, mas grande exposição pessoal.

O governante moderno dispõe de instrumentos sofisticados, mas enfrenta complexidade exponencial.

A diferença não está na necessidade de liderar.

Está no grau de sistema que sustenta essa liderança.

E é essa diferença que nos obriga, hoje, a medir, comparar e avaliar com ferramentas que o passado desconhecia.

Hoje é tudo melhor?" – A ilusão do progresso linear

Em termos técnicos e instrumentais, sim:

Vivemos mais tempo, sofremos menos violência física direta, temos acesso a medicina, ciência, tecnologia, governamos com instrumentos sofisticados.

Mas isso responde apenas à dimensão instrumental da vida.
Não responde à dimensão existencial.

O Olhar do Futuro Sobre Nós

Daqui a 500 anos, é altamente provável que nos considerem tecnologicamente rudimentares.
Nos julguem eticamente inconsistentes, se espantem com desigualdades que tolerávamos.
Achem primitiva a nossa dependência de combustíveis fósseis.
Considerem infantil a forma como discutíamos nas redes sociais.

Tal como nós olhamos para os julgamentos medievais, superstições, guerras dinásticas, medicina sangrenta, eles olharão para as nossas “certezas científicas” com alguma condescendência.

E na gastronomia?

Hoje temos técnicas de precisão, conservação avançada, globalização de sabores.
Mas os medievais tinham ritmo sazonal, intensidade simbólica do alimento, experiência comunitária forte. Talvez daqui a 500 anos nos achem excessivamente processados, artificialmente alimentados, desligados do ciclo natural.

E na poesia?

Temos liberdade formal, pluralismo, acesso universal, mas perderam-se ritmos partilhados, tradições orais comunitárias, centralidade cultural da poesia.
Talvez nos considerem dispersos, fragmentados, hiperprodutivos e pouco memoráveis.

E nas relações amorosas?

Temos maior liberdade individual, autonomia feminina, escolha ampliada.
Mas também fragilidade de vínculos, cultura de descartabilidade, ansiedade relacional permanente.

Daqui a séculos, talvez nos considerem excessivamente individualistas, emocionalmente instáveis, incapazes de sustentar compromisso longo.

O ponto central

O progresso é assimétrico.

Melhoramos: Instrumentos, Técnica, Sobrevivência

Não melhoramos automaticamente: Sabedoria, Maturidade emocional, Sentido coletivo

A verdadeira questão

A pergunta não é: “Somos melhores?”

A pergunta é: “Somos mais capazes – mas somos mais sábios?”

E essa pergunta não tem resposta linear.

Vinheta – “Daqui a 500 anos”

Imaginemos uma sala de aula no ano 2526.

Um professor holográfico explica aos alunos:

“No início do século XXI, as pessoas acreditavam que viviam no auge da civilização.”

Os alunos riem.

“Tinham carros movidos a combustíveis fósseis, discutiam ferozmente em redes sociais primitivas e preocupavam-se obsessivamente com likes.”

Mais risos.

“Comiam alimentos ultraprocessados, passavam horas diante de ecrãs e achavam que estavam profundamente conectados.”

Um estudante pergunta:

“Professor, eles sabiam que estavam a viver um período de transição?”

O professor responde:

“Como quase todas as gerações, acreditavam que eram modernos.”

Silêncio.

“Tal como os medievais acreditavam que viviam no centro do mundo.

Tal como os renascentistas acreditavam que tinham redescoberto tudo.

Tal como os iluministas acreditavam que a razão resolveria o destino humano.”

O holograma conclui: “Cada época julga-se avançada. Cada época será julgada ingénua.”

Talvez daqui a 500 anos nos estudem com o mesmo misto de admiração e condescendência com que hoje estudamos os reis medievais.

E talvez façam a mesma pergunta: “Eles sabiam mandar?”

Capítulo 6: Avaliar as competências requeridas para governar

Avaliar a Governança: Ontem e Hoje

Avaliar implica definir missão e critérios, mas também integrar passado, presente e futuro. É um gesto de síntese temporal: interpretar o que foi feito, compreender o que é e orientar o que deve ser.

Hoje, um país é medido por indicadores objetivos – produtividade, saúde, educação, justiça – e também por dimensões subjetivas – confiança, bem-estar, esperança, identidade.

Os reis medievais não possuíam estes instrumentos de medição.

Governavam com informação fragmentária e experiência direta.

Mas enfrentavam os mesmos desafios fundamentais:

- Sustentabilidade do poder,
- Coesão social,
- Segurança do território,
- Legitimidade simbólica.

A diferença está nos instrumentos. Não na natureza do processo.

Definir a Missão

Antes de medir, é preciso saber: qual é a finalidade do grupo?

A escala muda, mas a lógica mantém-se.

- Família: suporte emocional, educação, transmissão de valores.
- Empresa: gerar valor, inovar, sustentar trabalho.
- País: garantir bem-estar, justiça, segurança e desenvolvimento sustentável.

Sem missão, não há avaliação possível.

O caso de um País moderno

Um país é uma superorganização com funções complexas e interdependentes.

A sua avaliação exige uma abordagem multidimensional.

Podemos distinguir duas grandes dimensões:

Dimensão objetiva / estrutural

Mede a capacidade de gerar e distribuir recursos e garantir segurança institucional.

1 – Produtividade e riqueza:

- PIB per capita (PPP),
- Índice de Complexidade Económica,
- Investimento em I&D,
- Grau de dependência externa.

2 – Serviços públicos:

- Educação (PISA),
- Saúde (esperança de vida, mortalidade infantil),
- Infraestruturas físicas e digitais.

3 – Governance:

- Índice de Perceção da Corrupção,
- Eficiência judicial,
- Estabilidade institucional.

Estes são os “KPI’s nacionais”.

Dimensão subjetiva / simbólica

Nenhum país vive apenas de números.

Aqui medimos a qualidade da experiência coletiva.

1 – Bem-estar percebido:

- IDH,
- Índices de felicidade,
- Equilíbrio vida-trabalho.

2 – Segurança e confiança:

- Confiança nas instituições,
- Perceção de segurança,
- Coesão intergeracional.

3 – Esperança no futuro:

- Expectativa de melhoria para as próximas gerações,
- Desejo de emigrar ou permanecer,
- Participação cívica.

4 – Identidade e orgulho:

- Sentimento de pertença,
- Orgulho nacional,
- Narrativas públicas dominantes.

Sem esta dimensão simbólica, a análise fica incompleta.

No **anexo 1** apresentamos quadro de indicadores adequados à avaliação das actividades de um País.

A diferença estrutural face à Idade Média

Os reis medievais não dispunham de:

- estatísticas nacionais,
- indicadores compostos,
- estudos longitudinais,
- *dashboards* governamentais.

Governavam com informação fragmentária, baseada em mensageiros, conselhos restritos e observação direta.

A modernidade ampliou exponencialmente a capacidade de medir, prever e planear.

Mas duas questões permanecem:

- Ter mais dados significa governar melhor? Ou significa apenas dispor de mais instrumentos?
- E governar melhor? Como podemos determinar os progressos?

No **Anexo 2** apresentamos os indicadores multidimensionais de Bem-estar Nacional e Felicidade. Completamos este ponto com um quadro de Eficácia Organizacional de Portugal 2025.

Síntese

Avaliar a governação hoje implica integrar:

- Estrutura económica,
- Justiça institucional,
- Coesão social,
- Sentido coletivo.

Capítulo 7: A dinâmica e o funcionamento dos grupos: A questão da liderança

A liderança é uma dimensão estrutural da dinâmica dos grupos.

Os grupos formam-se, evoluem, estabilizam ou entram em conflito.

A liderança organiza papéis, define limites, gere tensões e constrói pertença.

É ela que transforma um conjunto de indivíduos numa comunidade com identidade.

Clima organizacional, stress, cultura interna e satisfação influenciam o desempenho – mas também são moldados pela qualidade da liderança.

A liderança não é apenas função de autoridade. É função de equilíbrio.

Quadro sintético das competências do bom líder nos diversos contextos

Contexto	A – Autoridade (Fundação)	E – Entendimento (Visão e Comunicação)	N – Negociação (Alianças e Compromissos)
Família	<ul style="list-style-type: none"> – Inspira respeito pelo exemplo – Estabelece limites com afecto – Assume a responsabilidade moral 	<ul style="list-style-type: none"> – Compreende as necessidades de cada membro – Pratica a escuta ativa e empatia emocional – Cria rituais e narrativas de pertença 	<ul style="list-style-type: none"> – Gere conflitos sem imposição – Promove decisões partilhadas – Transmite o valor do compromisso
Empresa moderna	<ul style="list-style-type: none"> – Legitima-se pela competência e visão – Assume a responsabilidade pelos resultados – Define metas claras e justas 	<ul style="list-style-type: none"> – Lê o clima organizacional – Comunica com clareza, propósito e coerência – Traduz complexidade em orientação 	<ul style="list-style-type: none"> – Constrói confiança com equipas e <i>stakeholders</i> – Gere interesses divergentes – Media alianças internas e externas
Empresa média/ /grande	<ul style="list-style-type: none"> – Reforça cultura e coesão simbólica – Legítima o poder institucional com ética – Reage com firmeza a crises 	<ul style="list-style-type: none"> – Harmoniza a visão estratégica com a diversidade interna – Garante canais de <i>feedback</i> contínuo – Promove sentido partilhado 	<ul style="list-style-type: none"> – Negocia políticas e incentivos – Concilia objetivos locais e globais – Cria alianças sustentáveis (parceiros, reguladores, sindicatos)
Nação	<ul style="list-style-type: none"> – Encarna um ideal ético e histórico – Constrói autoridade com base na justiça e integridade – Age como guardião do bem comum 	<ul style="list-style-type: none"> – Compreende os anseios do povo – Integra diversidade cultural e ideológica – Reforça identidade e esperança coletiva 	<ul style="list-style-type: none"> – Negocia interesses de grupos diversos (classes, regiões, setores) – Constrói compromissos institucionais – Faz diplomacia interna e externa

Traços transversais do bom líder (todos os contextos).

- Integridade ética: coerência entre discurso e acção.
- Escuta ativa e empatia: pilar do entendimento e da negociação.
- Visão e direcção: capacidade de projetar um futuro:
 - Gestão de conflitos: saber atravessá-los com inteligência e justiça.
 - Capacidade de simbolizar: criar mitos positivos, narrativas agregadoras.
 - Alinhamento de interesses dispersos: transformar dispersão em coesão.

Sem coerência entre discurso e acção, a autoridade deteriora-se.

Sem visão, a negociação torna-se mera administração.

Sem entendimento, o poder transforma-se em imposição.

Síntese

Na família, a liderança molda carácter e confiança.

Na empresa, orienta cultura e valor.

Na nação, articula técnica, política e destino coletivo.

Em todos os casos, liderar é equilibrar autoridade, entendimento e negociação.

É essa matriz que atravessa séculos – do rei medieval ao governante contemporâneo.

Capítulo 8: Os Reis sabiam liderar?

Vamos então cruzar os três vetores da liderança (Autoridade, Entendimento, Negociação – AEN) com exemplos históricos e contemporâneos, abordando casos de liderança bem-sucedida e falhada em cada dimensão.

A estrutura que se segue será útil tanto para reflexão estratégica como para uso pedagógico:

A – Autoridade

Fundação simbólica e ética da liderança. Dá legitimidade para agir e ser seguido.

Exemplos de **Liderança bem-sucedida:**

- **D. Afonso Henriques** (Portugal, séc. XII)
 - Autoridade nascida da conquista, mas consolidada pela fundação de instituições e símbolos de unidade (aliança com a Igreja, autonomia legal).
 - Capacidade de transformar poder militar em autoridade histórica e cultural duradoura.

- **Ângela Merkel** (Alemanha)
 - Construiu autoridade pela estabilidade, transparência e pela defesa do interesse comum europeu.
 - O seu estilo “low ego, high responsibility” tornou-se uma referência ética e funcional.

Exemplos de **Liderança falhada:**

- **Luís XVI** (França, séc. XVIII)
 - Incapaz de perceber o declínio da autoridade real e o aumento das tensões sociais. Perdeu o “direito moral” de liderar antes mesmo da decapitação.
- **Donald Trump** (EUA)
 - Exercício de autoridade fortemente polarizador, com impacto na coesão institucional. Enfraqueceu o tecido institucional ao invés de reforçá-lo.

1. Entendimento

Capacidade de perceber a realidade, escutar os outros e criar sentido partilhado.

Exemplos de **Liderança bem-sucedida:**

- **Salomão** (Rei de Israel, tradição bíblica)
 - Famoso pelo julgamento sensato (ex. as duas mães e o bebé). Compreensão profunda da natureza humana e da justiça.

- **Nelson Mandela** (África do Sul)
→ Escutou os adversários, uniu uma nação pós-apartheid através da empatia e da construção de uma narrativa de reconciliação. “Não se trata de ser vitorioso, mas de ser justo”.

Exemplos de **Liderança falhada:**

- **D. Sebastião** (Portugal, séc. XVI)
→ Incompreensão da realidade geopolítica do seu tempo, guiado por visões míticas. A falta de entendimento levou ao desastre de Alcácer-Quibir e ao fim da independência.
- **Boris Johnson** (Reino Unido)
→ Liderança marcada por forte retórica e dificuldades na gestão das consequências institucionais do Brexit.

2. Negociação

Capacidade de gerir conflitos, mediar interesses e construir compromissos sustentáveis.

Exemplos de **Lideranças bem-sucedidas:**

- **D. João I** (Portugal, séc. XIV–XV)
→ Construiu alianças internas (com burguesia e ordens militares) e externas (Tratado de Windsor com Inglaterra). Fundou a dinastia de Avis negociando estabilidade e futuro.
- **Jacinda Ardern** (Nova Zelândia)
→ Exemplo contemporâneo de negociação empática, com políticas integradoras e do cuidar das pessoas. Resposta exemplar ao atentado de Christchurch (2019), onde uniu o país.

Exemplos de **Lideranças falhadas:**

- **Carlos I de Inglaterra** (séc. XVII)
→ Incapaz de negociar com o parlamento. Preferiu o autoritarismo à conciliação. Resultado: guerra civil e decapitação.
- **Vladimir Putin** (Rússia, contemporâneo)
→ Opção por estratégia de afirmação imperial com reduzida abertura negocial, resultando em isolamento diplomático.

Conclusão

Autoridade sem entendimento aproxima-se do autoritarismo.

Entendimento sem autoridade fragiliza a ação.

Negociação sem ética transforma-se em oportunismo.

Os reis que “souberam mandar” foram aqueles que equilibraram os três vetores.

A liderança não é estática.

É equilíbrio dinâmico.

Conclusão – Liderança é AEN em equilíbrio

Autoridade sem entendimento gera autoritarismo ou messianismo.

Entendimento sem autoridade fragiliza a ação.

Negociação sem ética ou visão transforma-se em oportunismo ou colapso moral.

A liderança bem-sucedida em qualquer escala (família, empresa, país) é uma arte dinâmica de equilíbrio entre estes três eixos. Os reis que “souberam mandar” foram aqueles que equilibraram os três vetores.

Se não faz sentido comparar, através dos indicadores de performance e de satisfação, as eficácias dos poderes régios medievais e dos governos actuais, merece, contudo, atenção o impacto do "medo e da vergonha" na participação vs. alheamento dos assuntos colectivos.

No Anexo 3 desenvolvemos os conceitos de liderança AEN, Regimes e flexibilidade entre os vetores AEN.

Capítulo 9: O medo e a vergonha

O medo é uma resposta emocional primária perante ameaças reais ou percebidas.

A vergonha é um sentimento ligado ao julgamento social e à percepção de inadequação perante os outros ou perante um ideal de si.

Ambos desempenham papéis estruturantes no desenvolvimento psíquico e na formação da identidade.

Mas são também poderosos reguladores sociais.

Funcionam como travões da ação autónoma.

Podem gerar ansiedade – e, paradoxalmente, violência.

É preciso assinalar que persiste algo comum às duas épocas. Essa invariante é comum e subsiste.

Na base da dominação está o medo. As populações têm mais medo hoje ou naqueles tempos? Hoje os que perseguem têm medo de que eles (os dominados) não tenham medo?

O que muda não é a sua existência.

É a forma como são produzidos, visibilizados e administrados.

Vinheta – Da execução pública ao julgamento mediático

Num largo medieval, ao centro da vila, ergue-se o cadafalso.

A população reúne-se. O condenado é exposto, julgado e punido diante de todos.

A execução não é apenas punição.

É encenação do poder.

O castigo é visível, ritualizado e pedagógico.

Ensina-se o que acontece a quem desafia a ordem.

O medo é público. A vergonha é coletiva.

Séculos depois, já não existem cadafalsos nas praças.

Mas existe outro tipo de exposição.

No século XXI, um erro, uma suspeita ou uma acusação pode circular instantaneamente pelas redes sociais e pelos meios de comunicação. O julgamento ocorre perante milhões – muitas vezes antes da decisão judicial.

A praça foi substituída pelo ecrã, O cadafalso, pelo escrutínio permanente.

Já não é necessária a violência física para disciplinar.

A reputação pode ser destruída pela viralização.

Se na Idade Média o poder precisava de mostrar a punição, hoje a exposição pública pode funcionar como forma difusa de regulação social.

A diferença é evidente, mas a função pedagógica permanece: lembrar os limites do aceitável.

Uma invariante histórica

Entre a Idade Média e o século XXI existe uma diferença profunda nos regimes políticos.

Mas há uma constante:

Toda a ordem social mobiliza, de algum modo, o medo e a vergonha como instrumentos de regulação.

O que muda não é a existência dessas emoções.

É a forma como são produzidas, visibilizadas e administradas.

Idade Média: medo explícito

O medo era visível e ritualizado.

- Medo religioso,
- Medo da punição física,
- Medo do desconhecido.

A autoridade afirmava-se pela demonstração pública do poder.

O medo era visível e ritualizado.

A punição era pública.

A ordem social afirmava-se pela demonstração do poder.

Não se tratava apenas de violência.

Tratava-se de pedagogia pública da autoridade.

Século XXI: medo difuso

O medo tende a assumir forma difusa.

- Insegurança económica,
- Instabilidade geopolítica,
- Vigilância tecnológica,
- Exposição pública permanente,
- Medo da insegurança global (terrorismo, pandemias, IA fora de controlo).

Não exige espetáculo, basta incerteza prolongada.

A vergonha também se transforma em medo de falhar, de perder relevância, de ser excluído.

O paradoxo contemporâneo

As democracias baseiam-se na liberdade e na participação.

Mas a mobilização política recorre frequentemente à evocação de riscos e ameaças – instabilidade, insegurança, polarização.

O medo pode reduzir a participação ativa e transformar cidadãos em sujeitos reativos.

A vergonha, por sua vez, pode inibir o debate e bloquear a criatividade.

A questão não é se existe medo.

É como ele é integrado no funcionamento institucional.

Paradoxo moderno: O poder teme a ausência de medo.

Conclusão provisória

Hoje há mais medo? Não necessariamente mais – há medo mais sofisticado, mais silencioso e por isso mais eficaz.

Na Idade Média, o medo era imposto. Hoje, é gerado – e muitas vezes desejado, como um guia para “fazer o que é suposto”.

O medo e a vergonha são fortes travões sociais profundos da acção autónoma, geram ansiedade, mas também violência, com repercussões individuais e na participação social.

Dois exemplos: o medo nas democracias e o medo na educação.

O medo nas democracias

A contradição central:

As democracias baseiam-se, em teoria, na liberdade, mas muitas vezes governam pela produção de medo:

- medo da instabilidade económica,
- medo da imigração,
- medo do “outro lado” político,
- medo do crime ou da desinformação (*fake news*).

Mecanismos usados:

- Mídia sensacionalista que amplifica ameaças e reforça a polarização.
- Tecnologias de vigilância que controlam comportamentos sob o pretexto da segurança.
- Retórica política baseada em “proteger-nos de” algo (terrorismo, caos, o outro partido).

Efeitos sociais:

- Ansiedade crónica coletiva: o cidadão deixa de agir politicamente e torna-se reativo.
- Desmobilização cívica: as pessoas votam com medo, não com esperança.
- Aceitação passiva de restrições: em nome da segurança, aceitam-se limites à liberdade.

Exemplo actual: A lógica do “voto útil” é movida mais pelo medo do adversário do que pela crença num projeto.

Medo e vergonha na educação

A escola é um espaço privilegiado de socialização.

Quando o erro é vivido como vergonha, a aprendizagem bloqueia.

Quando a avaliação é percebida como ameaça permanente, instala-se ansiedade de desempenho.

O medo pode disciplinar, mas também pode silenciar a criatividade.

A maturidade educativa exige equilíbrio: autoridade pedagógica sem humilhação.

Medo, liderança e maturidade coletiva

Nenhuma sociedade elimina o medo, mas pode escolher como o integrar.

Na Idade Média, o medo era fundamento explícito da ordem.

Na modernidade democrática, a legitimidade deve assentar cada vez mais na razão, na confiança e na participação.

A transição não está concluída.

O medo continua a ser recurso político possível – mas a maturidade democrática exige que não seja o seu princípio estruturante.

Síntese

A escola é um espaço privilegiado de socialização.

Quando o erro é vivido como vergonha, a aprendizagem bloqueia.

Quando a avaliação é percebida como ameaça permanente, instala-se ansiedade de desempenho.

O medo pode disciplinar, mas também pode silenciar a criatividade.

A maturidade educativa exige equilíbrio: autoridade pedagógica sem humilhação.

Capítulo 10: Liderança nas democracias modernas

1. Autoridade sem sacralização

Nas democracias contemporâneas, a autoridade já não é herdada nem sacralizada.

Deriva do voto e da Constituição.

Mas essa legitimidade é formal e periódica – e por isso frágil.

A autoridade, ontem, era legitimada pelo divino e pela linhagem.

Hoje, deve ser conquistada e mantida sob escrutínio constante.

O líder democrático possui autoridade formal, mas a autoridade moral e emocional é cada vez mais difícil de sustentar.

O desafio moderno não é mandar, é manter confiança.

2. Monarquias Contemporâneas como símbolo

Em países como Reino Unido, Noruega ou Suécia, o monarca exerce sobretudo uma função simbólica. Não governa. Representa.

A sua autoridade não reside na decisão política, mas na continuidade histórica e na coesão identitária.

Quando separado do poder executivo, o símbolo pode tornar-se fonte de estabilidade, mas não substitui a legitimidade democrática.

3. Travessia histórica: do mando à representação

Uma travessia entre o medo e a razão

Na Idade Média, o rei mandava porque o seu poder era temido e sacralizado.

Na modernidade democrática, o líder governa porque convence, representa e negocia – mas enfrenta erosão constante da autoridade.

A transição do medo para a razão está incompleta.

O medo continua a ser instrumento político.

A razão exige maturidade coletiva.

Se na Idade Média mandar significava vencer guerras e conter rebeliões, hoje significa gerir redes complexas: instituições, partidos, mercados, media, opinião pública.

O líder democrático governa num sistema fragmentado.

O paradoxo é evidente: as transformações estruturais exigem tempo;

os ciclos eleitorais exigem resultados imediatos.

Vinheta – Felipe VI: magistratura da moderação

Durante o século XX, a monarquia espanhola conheceu rutura, exílio e instrumentalização política. Após a ditadura franquista, a transição democrática (1975–1978) redefiniu radicalmente o seu papel: de poder dinástico para função constitucional.

A Constituição de 1978 consagrou o Rei como Chefe de Estado e símbolo da unidade e permanência da nação. Não governa. Não legisla. Não dirige o executivo. Representa.

No século XXI, após a abdicação de Juan Carlos I em 2014, Felipe VI assumiu o trono num contexto marcado por escândalos, polarização política e tensões territoriais – particularmente na Catalunha.

A sua função não é decidir políticas públicas.

É exercer uma magistratura de moderação.

Num país frequentemente descrito como “nação de nações”, a autoridade régia é sobretudo simbólica. A sua eficácia depende da capacidade de:

- manter equidistância institucional,
- preservar legitimidade constitucional,
- sustentar uma narrativa de continuidade num quadro de forte pluralismo identitário.

Se aplicarmos o modelo AEN, a posição do monarca situa-se num ponto delicado:

- Autoridade – institucional e representativa, não executiva.
- Negociação / Eficácia – indireta, através da influência moral e do apelo à estabilidade.
- Entendimento / Narrativa – central, ao reafirmar a Constituição como espaço comum.

O desafio é complexo: multiplicidade de atores políticos, precedentes históricos sensíveis e um espaço público altamente mediatizado.

Neste contexto, o ponto intermédio entre os vetores – o **compromisso** – torna-se decisivo. Poder-se-ia designar esta função como **concertação**: não impor, não governar, mas contribuir para condições de entendimento duradouro.

A relevância contemporânea da monarquia espanhola mede-se menos pela capacidade de mando e mais pela capacidade de permanecer como referência estável num sistema político fragmentado.

Não é poder direto, é poder de enquadramento.

E essa diferença ajuda a compreender a longa travessia histórica entre o rei que governa e o rei que modera.

A transição do medo para a razão está incompleta.

O medo continua a ser instrumento político.

A razão exige maturidade coletiva.

4. O Modelo AEN como síntese histórica

Ao longo dos séculos, encontramos três vetores constantes da liderança:

- **Autoridade:** Capacidade de decidir e proteger.
- **Negociação:** Capacidade de articular interesses e produzir resultados.
- **Entendimento:** Capacidade de criar sentido e mobilizar.

O erro não está em exercer um destes vetores. Está em ficar prisioneiro de apenas um.

Autoridade sem entendimento gera medo.

Negociação sem autoridade gera indecisão.

Narrativa sem eficácia gera ilusão.

A maturidade da liderança reside na plasticidade entre os três.

Síntese Final

Os regimes mudam.

Os instrumentos sofisticam-se.

Os indicadores multiplicam-se.

Mas a necessidade humana de orientação permanece.

No século XII como no século XXI, liderar é gerir relações humanas sob incerteza.

Talvez os reis medievais não dispusessem de estatísticas nem de sondagens.

Mas sabiam que governar não era apenas mandar.

Era equilibrar força, entendimento e compromisso.

E essa continua a ser a arte da liderança.

ANEXO 1: Quadro de indicadores adequados à avaliação das actividades de um País

Olhemos agora para um enorme grupo institucional, uma nação, de média dimensão, posicionada nos rankings de desenvolvimento na mediana.

Como poderíamos medir a sua eficácia organizacional quer do ponto de vista da sua produtividade e riqueza acumulada quer do ponto de vista da qualidade de vida, segurança, esperança, confiança e motivação, atitude e orgulho no seu País?

Medir a eficácia organizacional de um País – enquanto “superorganização” com funções complexas – exige uma abordagem multidimensional que articule economia, política, coesão social e subjetividade coletiva.

Visão geral: Duas grandes dimensões a integrar

Dimensão	O que mede	Exemplo de Indicadores
Eficácia objetiva/ /estrutural	Capacidade do país de gerar e distribuir recursos, segurança, serviços.	PIB, produtividade, saúde pública, segurança, acesso à educação, inovação.
Eficácia subjetiva/ / simbólica	Qualidade da experiência de vida e relação dos cidadãos com o seu país.	Bem-estar percebido, confiança nas instituições, coesão social, orgulho nacional, esperança.

Eficácia Objectiva: Indicadores estruturais

Estes são os “KPI’s nacionais”, facilmente mensuráveis, mas devem ser interpretados em contexto.

a. Produtividade e Riqueza

- PIB per capita ajustado à paridade do poder de compra (PPP).
- Índice de Complexidade Económica (ECI): mede a sofisticação produtiva.
- Taxa de inovação / investimento em I&D.
- Grau de dependência externa / resiliência económica.

b. Serviços Públicos e Infraestrutura

- Acesso à educação de qualidade (PISA scores, investimento % PIB).
- Qualidade do sistema de saúde (esperança de vida, mortalidade infantil, acesso).
- Infraestrutura física e digital (transportes, internet, água, energia).

c. Governance e Justiça

- Índice de Perceção da Corrupção (*Transparency International*).
- Eficiência judicial e acesso à justiça.
- Estabilidade política e institucional.

Eficácia subjetiva: Bem-estar psicossocial e cultural

Aqui entramos na dimensão sensível da cidadania vivida. Países como a Noruega, Butão ou Nova Zelândia já integram estes indicadores em dashboards governamentais.

a. Qualidade de Vida Sentida

- Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) – já incorpora educação, saúde, rendimento.
- Índice de Bem-Estar Subjetivo (Gallup): inclui felicidade, stress, raiva, preocupação.
- Tempo de lazer e cultura / equilíbrio vida-trabalho.
- Acesso à natureza / espaço urbano de qualidade.

b. Segurança e Confiança

- Percepção de segurança (Eurobarómetro, Latinobarómetro),
- Confiança nas instituições (parlamento, justiça, polícias, media),
- Indicadores de coesão social e solidariedade intergeracional.

c. Motivação e Esperança no Futuro

- Índice de Esperança Nacional (Hope Index) – usado em alguns estudos longitudinais.
- Desejo de emigração vs. permanência.
- Mobilização cívica / participação em causas públicas.

d. Orgulho Nacional e Sentido de Pertença

- Avaliado por escalas de identidade nacional e orgulho simbólico:
- “Tenho orgulho em ser [nacionalidade]”, “Sinto que posso contribuir para o país.”
- Estudos de semiótica e narrativa pública: quais os heróis, os traumas e os mitos ativos.

Ferramentas modernas de medição

Painéis Multidimensionais de Bem-Estar Nacional: Ex: Living Standards Framework (Nova Zelândia), Gross National Happiness Index (Butão), Wellbeing Budget (Reino Unido, Islândia).

Censos e Inquéritos Longitudinais (Eurostat, Gallup World Poll, World Values Survey)

Análise de sentimento em redes sociais, associada a tópicos políticos e sociais.

Mapas de Confiança e Vulnerabilidade (usados por think tanks como o OECD ou The Brookings Institution).

ANEXO 2: Índice de estrutura e Sentido Nacional de Portugal

Exemplo prático – Índice de estrutura e Sentido Nacional de Portugal

Dimensão	Subdimensão	Exemplo de Métrica
Riqueza e estrutura	PIB per capita (PPP)	USD ajustado
Complexidade económica	ECI index	
Sistema de saúde	Índice OCDE de qualidade	
Segurança e confiança	Sentimento de segurança	% de resposta “Sinto-me seguro”
Confiança nas instituições	% confiança em parlamento/ /justiça	
Bem-estar e esperança	Felicidade geral	Escala de 0 a 10
Esperança no futuro	% “os meus filhos terão vida melhor”	
Cultura e identidade	Orgulho nacional	% “Tenho orgulho no meu país”
Participação cívica	% de envolvimento em ações sociais	

Se aplicarmos retrospectivamente esta grelha aos reis medievais, percebemos que muitos dos critérios já estavam presentes – ainda que não formalizados:

- Eficiência fiscal.
- Sustentabilidade dinástica.
- Coesão do reino.
- Capacidade de adaptação perante crises.

A diferença não está nos princípios. Está na sofisticação dos instrumentos.

E é aqui que regressamos à pergunta central:

Saber mandar depende apenas da força?

Ou depende da capacidade de integrar autoridade, entendimento e negociação?

Uma governação eficaz não produz apenas riqueza; produz sentido.

Avaliação da Eficácia Organizacional de Portugal (2025)

1. Eficácia Estrutural: Produtividade e Riqueza

- PIB per capita (PPC): Portugal alcançou aproximadamente 50.037 dólares internacionais em 2025, posicionando-se na 45.^a posição mundial em termos de paridade de poder de compra.
- Índice de Desenvolvimento Humano (IDH): Com uma pontuação de 0,890, Portugal mantém-se na categoria de “Muito Alto Desenvolvimento Humano”, ocupando a 40.^a posição global.
- Dívida Pública: Em 2024, a dívida pública representava 94,9% do PIB, totalizando cerca de 270,7 mil milhões de euros.
- Crescimento Económico: O Banco de Portugal prevê um crescimento de 2,2% para 2025, refletindo uma ligeira melhoria face às previsões anteriores.

2. Governação e Confiança Institucional

- Índice de Perceção da Corrupção: Portugal obteve 57 pontos em 2024, caindo para a 43.^a posição entre 180 países, o pior resultado desde o início do índice.
- Confiança nas Instituições Nacionais: A confiança dos cidadãos nas instituições nacionais diminuiu, com apenas 37% confiando no Governo e 38,3% na Assembleia da República.

3. Bem-Estar Subjetivo e Coesão Social

- Índice de Felicidade Mundial: Portugal caiu cinco posições em 2025, ocupando agora a 60.^a posição com uma pontuação de 6,013 indicando uma tendência de declínio no bem-estar percebido.
- Confiança na Participação Política: Cerca de 83% dos portugueses sentem que não têm capacidade de influenciar decisões políticas, refletindo uma perceção de distanciamento entre cidadãos e instituições.

4. Identidade Nacional e Orgulho Cívico

- Orgulho Nacional: Apesar dos desafios, Portugal foi classificado como o segundo melhor país do mundo para viver em 2024, segundo os leitores da Condé Nast Traveler, destacando-se pela sua beleza natural, cultura rica e hospitalidade.

Síntese Avaliativa

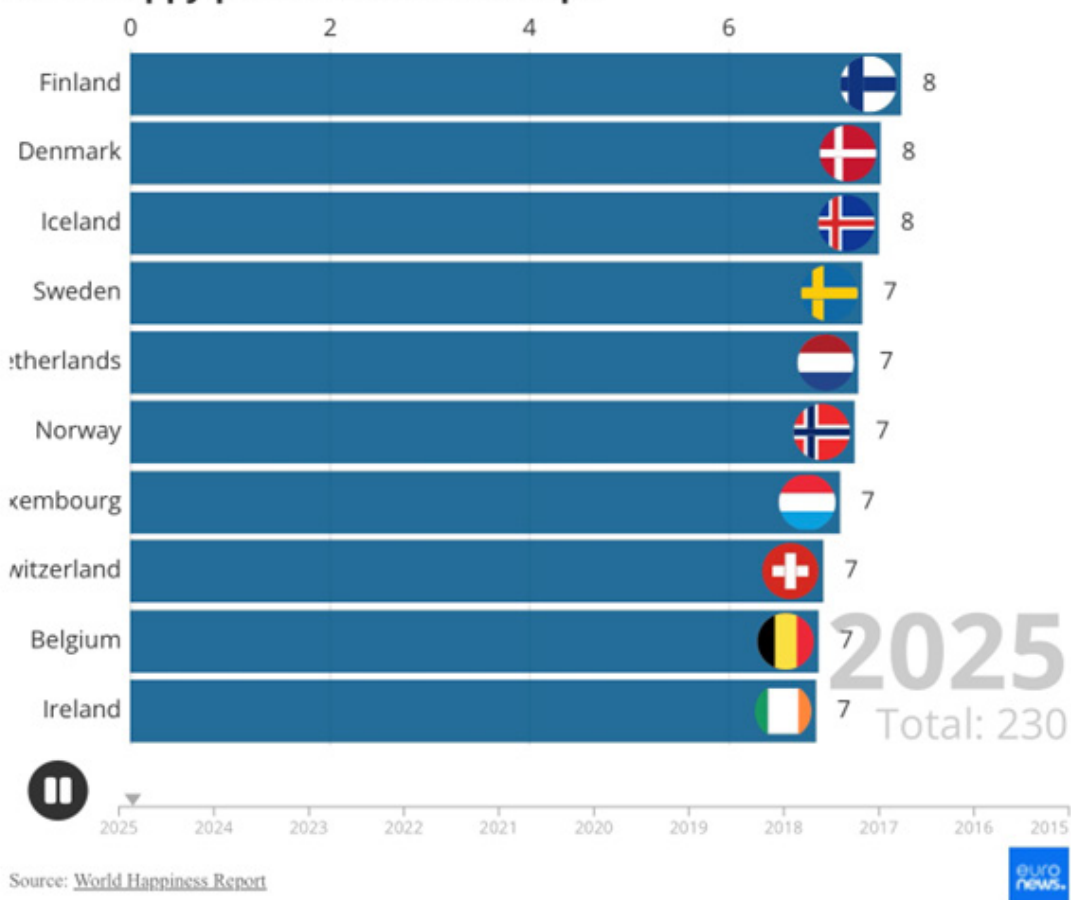
Dimensão	Indicador	Situação Atual (2025)
Produtividade e Riqueza	PIB per capita (PPC)	\$50.037 (45º mundial)
Desenvolvimento Humano	IDH	0,890 (40º mundial)
Dívida Pública	Percentagem do PIB	94,9%
Crescimento Económico	Previsão para 2025	2,2%
Perceção de Corrupção	Índice de Perceção da Corrupção	57 pontos (43º mundial)
Confiança nas Instituições	Governo / Parlamento	37% / 38,3%
Bem-Estar Subjetivo	Índice de Felicidade Mundial	6,013 (60º mundial)
Participação Política	Sentimento de influência política	83% sentem-se incapazes de influenciar decisões
Orgulho Nacional	Classificação em qualidade de vida	2º melhor país para viver (2024)

Esta análise destaca os avanços significativos de Portugal nas áreas da saúde digital e na qualificação da população jovem. No entanto, evidencia também desafios persistentes, como as desigualdades no acesso e na perceção dos serviços de saúde, bem como a necessidade de políticas educativas que promovam a equidade e respondam às mudanças demográficas do corpo docente.

Nota sobre:

- A Felicidade Interna Bruta (FIB) é um indicador composto que visa medir o bem-estar e a qualidade de vida de uma população, indo além do PIB e do rendimento.
- A FIB considera aspectos como saúde, educação, bem-estar social, cultura e meio ambiente.
- A FIB é frequentemente utilizada como uma alternativa ou complemento ao IDH para avaliar o desenvolvimento de um país.

Most happy places to live in Europe



"A felicidade na Finlândia não tem a ver com alegria constante, mas com uma sensação de segurança, confiança e equilíbrio na vida quotidiana. Resulta do facto de sabermos que existe apoio quando necessário, seja através das nossas fortes políticas sociais, de uma educação de alta qualidade ou do acesso à natureza", afirmou Miika Mäkitalo, CEO da HappyOrNot uma empresa finlandesa que ajuda as empresas a medir a satisfação dos clientes.

Portugal em 2025 ocupa (com 6013 pontos), o 60º lugar entre 147 países.

5. Dimensão Ética e cumprimentos dos fins

Nem toda eficácia é boa em si. Um cartel ou uma ditadura podem ser “eficazes” no sentido técnico.

Por isso, a ética dos fins precisa ser integrada na avaliação.

A pergunta passa de “Estamos a funcionar bem?” para “Estamos a funcionar bem, para quê e para quem?”.

6. Participação dos Avaliados

A avaliação mais rica envolve os próprios membros – método usado, por exemplo, na pesquisa-ação ou nas análises institucionais.

Numa organização os critérios de eficácia tendem a ser expressos pelos standard KPI's (Key Performance Indicators), uma bateria de indicadores que quantifica o grau de sucesso/insucesso dos objectivos de produtividade conseguidos.

Já no que respeita aos objectivos da satisfação de quem lá trabalha a medição tende a ser algo subjectiva: diagnósticos do clima social, escalas de felicidade de quem lá trabalha, turn-over...

Contudo, nas empresas mais evoluídas – especialmente nas que integram práticas de gestão humanizada, responsabilidade social ou modelos regenerativos – essa segunda dimensão tem vindo a ser profundamente refinada. O bem-estar, a motivação e o alinhamento interno já não são tratados apenas como “soft indicators”, mas como ativos estratégicos, acompanhados com rigor.

Práticas mais atuais:

1. Medidas Avançadas de Bem-Estar e Satisfação do trabalho na empresa

As empresas mais evoluídas adotam instrumentos que ultrapassam a mera “escala de satisfação”.

a. Índice de Employee Experience (EX)

Avalia a experiência integral do colaborador em várias dimensões:

- Relação com a liderança,
- Propósito no trabalho,
- Qualidade das relações humanas,
- Liberdade/autonomia,
- Reconhecimento,
- Equilíbrio vida-trabalho,
- Ambiente físico/digital.

Usam-se questionários periódicos com scoring padronizado, mas cruzados com dados qualitativos (entrevistas, *focus groups*).

b. People Analytics Integrado

Vai além dos inquéritos. Cruzam-se dados como:

- Taxas de absenteísmo por unidade/departamento,
- Horas extra médias,
- Rotatividade por perfil/cargo,
- Utilização de benefícios (psicólogos, academias, apoio parental),
- Métricas de rede interna: quem colabora com quem, frequência e qualidade da interação.

Com isso, empresas como a Google, SAP ou Microsoft conseguem prever *burnout*, zonas de conflito ou fraco compromisso antes de os sintomas surgirem claramente.

2. Medidas de Saúde Mental e Psicossocial

Cada vez mais empresas integram:

- Escalas de exaustão emocional, como o Maslach Burnout Inventory (MBI)
- Medições de stress crónico, como o Copenhagen Psychosocial Questionnaire (COPSOQ)
- Autoavaliação de sentido de propósito, flow, energia vital
- Uso de wearables (com permissão) para monitorizar padrões de sono, stress fisiológico, etc.

3. Medição da Qualidade Relacional e da Cultura

Empresas evoluídas têm aplicado abordagens qualitativas e semi-quantitativas com base em:

- Análise de redes organizacionais (Organizational Network Analysis – ONA): mapeia padrões de confiança, dependência e influência.
- Sociometria (Moreno revisitado): mede preferências, exclusões e círculos de influência.
- Cultura organizacional por narrativas: storytelling, oficinas de sentido, análise de símbolos e rituais internos.

4. Modelos de Avaliação Inspirados em Abordagens Humanistas ou Sociodinâmicas

Empresas que integram visões como a psicodinâmica do trabalho (Dejours) ou abordagens socioclínicas adotam modelos mais profundos, como:

- Avaliação dos “custos psíquicos” do trabalho (conflito de valores, sofrimento ético, perda de sentido).
- Oficinas de reinterpretação do trabalho real vs. prescrito.
- Dispositivos de escuta organizacional contínua (semelhança com “grupos Balint” adaptados ao mundo do trabalho).

5. Indicadores Compostos de Capital Humano e Organizacional

Algumas organizações criaram dashboards compostos, com métricas ponderadas, como:

- Satisfação com o trabalho (*survey*),
- Taxa de evolução interna (promoções, formações),
- Tempo médio de permanência nas equipas,
- Compromisso com projetos voluntários internos,
- Perceção de justiça/ética (instrumentos como o “Justice Climate Index”).

Exemplos de Boas Práticas

- Patagonia (roupa, textil outdoor): mede não só satisfação, mas o grau de alinhamento entre valores pessoais e missão organizacional.
- Salesforce (*software*): usa “Employee Pulse” com algoritmos preditivos de desmotivação e *burnout*.
- Spotify (*music streaming*): adotou squads autónomos que se autoavaliam em bem-estar relacional e sentido de propósito.

Nota sobre a tipologia das Democracias e classificação de todos os Países

- **Democracias plenas** são nações onde as liberdades civis e as liberdades políticas fundamentais não são apenas respeitadas, mas também reforçadas por uma política conducente ao florescimento dos princípios democráticos. Essas nações têm um sistema válido de freios e contrapesos governamentais, um poder judiciário independente cujas decisões são aplicadas, governos que funcionam adequadamente e uma mídia diversa e independente. Essas nações têm apenas problemas limitados no funcionamento democrático.
- **Democracias imperfeitas** são nações onde as eleições são justas e livres e as liberdades civis básicas são respeitadas, mas podem ter problemas (por exemplo, violação da liberdade de imprensa e supressão menor de oposição e críticos políticos). Essas nações têm falhas significativas em outros aspectos democráticos, incluindo cultura política subdesenvolvida, baixos níveis de participação política e problemas no funcionamento da governação.
- **Anocracias ou Regimes híbridos**, são regimes instáveis: nações com fraudes eleitorais regulares, impedindo-as de serem democracias justas e livres. Essas nações geralmente têm governos que pressionam a oposição política, judiciários que não são independentes, corrupção política generalizada, assédio e pressão contra a imprensa, Estado de direito anémico e falhas mais pronunciadas do que democracias imperfeitas nos domínios da cultura política subdesenvolvida, níveis baixos de participação na política e questões de funcionamento da governança.

- **Regimes autoritários** são nações onde o pluralismo político é inexistente ou severamente limitado. Essas nações são muitas vezes monarquias absolutas ou ditaduras, podem ter algumas instituições convencionais de democracia, mas com pouco significado, violações e abusos das liberdades civis são comuns, eleições (se ocorrerem) não são justas ou livres (incluindo eleições simuladas), a mídia muitas vezes é estatal ou controlada por grupos associados ao regime governante, o judiciário não é independente e a censura e supressão de críticas governamentais são comuns.

Lista por país

A tabela a seguir mostra os cinco parâmetros que compuseram a pontuação de cada nação em 2024 e as mudanças ocorridas desde 2023.[5][6]

Ano 2024

Posição	Δ Posição	País	Tipo de regime	Pontuação geral	Δ Pontuação	Processo eleitoral e pluralismo	Funcionamento do governo	Participação política	Cultura política	Liberdades civis
Democracias plenas										
1		Noruega	Democracia plena	9,81		10,00	9,64	10,00	10,00	9,41
2		Nova Zelândia	Democracia plena	9,61		10,00	9,29	10,00	8,75	10,00
3	1	Suécia	Democracia plena	9,39		9,58	9,64	8,33	10,00	9,41
4	1	Islândia	Democracia plena	9,38	0,07	10,00	8,93	8,89	9,38	9,71
5	3	Suíça	Democracia plena	9,32	0,18	9,58	9,29	8,33	10,00	9,41
6	1	Finlândia	Democracia plena	9,30		10,00	9,64	7,78	9,38	9,71
7	1	Dinamarca	Democracia plena	9,28		10,00	9,29	8,33	9,38	9,41
8	1	Irlanda	Democracia plena	9,19		10,00	8,21	8,33	10,00	9,41
9		Países Baixos	Democracia plena	9,00		9,58	8,93	8,33	8,75	9,41
10	1	Luxemburgo	Democracia plena	8,88	0,07	10,00	9,29	6,67	8,75	9,71
11	3	Austrália	Democracia plena	8,85	0,19	10,00	8,57	7,22	8,75	9,71
12	2	Taiwan	Democracia plena	8,78	0,14	10,00	8,57	7,78	8,13	9,41
13	1	Alemanha	Democracia plena	8,73	0,07	9,58	8,21	8,33	8,13	9,41
14	1	Canadá	Democracia plena	8,69		10,00	8,21	8,89	7,50	8,82
15	1	Uruguai	Democracia plena	8,67	0,01	10,00	9,29	7,78	6,88	9,41
16		Japão	Democracia plena	8,48	0,08	9,58	8,93	6,67	8,13	9,12
17	1	Reino Unido	Democracia plena	8,34	0,06	9,58	7,50	8,33	6,88	9,41
18	1	Costa Rica	Democracia plena	8,29		9,58	7,50	7,78	6,88	9,71
19	1	Áustria	Democracia plena	8,28		9,58	7,50	8,89	6,88	8,53

20		Ilhas Maurícias	Democracia plena	8,23	0,09	9,58	7,86	6,11	8,75	8,82
21	6	Estónia	Democracia plena	8,13	0,17	10,00	8,57	6,67	6,88	8,53
21	2	Espanha	Democracia plena	8,13	0,06	9,58	7,50	7,22	7,50	8,82
23	3	Chéquia	Democracia plena	8,08	0,11	9,58	6,43	7,78	7,50	9,12
23	8	Portugal	Democracia plena	8,08	0,33	9,58	7,14	6,11	8,75	8,82
25	5	Grécia	Democracia plena	8,07	0,07	10,00	6,79	7,22	7,50	8,82
Democracias imperfeitas										
26	3	França	Democracia imperfeita	7,99	0,08	9,58	7,50	7,78	6,88	8,24
27	1	Malta	Democracia imperfeita	7,93		9,17	7,14	6,67	8,13	8,53
28	1	Estados Unidos	Democracia imperfeita	7,85		9,17	6,43	8,89	6,25	8,53
29	4	Chile	Democracia imperfeita	7,83	0,15	9,58	7,86	6,67	5,63	9,41
30	1	Eslovênia	Democracia imperfeita	7,82	0,07	9,58	7,50	7,22	6,25	8,53
31	1	Israel	Democracia imperfeita	7,80		9,58	7,50	9,44	6,88	5,59
32	10	Coreia do Sul	Democracia imperfeita	7,75	0,34	9,58	7,50	7,22	5,63	8,82
33	4	Letónia	Democracia imperfeita	7,66	0,28	10,00	7,14	6,67	6,25	8,24
34	2	Bélgica	Democracia imperfeita	7,64		9,58	8,21	5,00	6,88	8,53
35	2	Botswana	Democracia imperfeita	7,63	0,10	9,58	6,43	6,11	7,50	8,53
36	3	Lituânia	Democracia imperfeita	7,59	0,28	10,00	7,14	6,67	5,63	8,53
37	2	Cabo Verde	Democracia imperfeita	7,58	0,07	9,17	6,64	6,67	6,88	8,53
37	3	Itália	Democracia imperfeita	7,58	0,11	9,58	7,14	7,22	6,88	7,06
39	2	Polónia	Democracia imperfeita	7,40	0,22	10,00	6,43	6,67	6,25	7,65
40	3	Chipre	Democracia imperfeita	7,38		9,17	5,36	6,67	6,88	8,82
41		Índia	Democracia imperfeita	7,29	0,11	8,67	7,50	7,22	6,88	6,18
42	2	Eslováquia	Democracia imperfeita	7,21	0,14	10,00	6,07	6,11	5,63	8,24
43	4	África do Sul	Democracia imperfeita	7,16	0,11	9,17	6,79	7,78	5,00	7,06
44	4	Malásia	Democracia imperfeita	7,11	0,18	9,58	7,14	6,67	6,25	5,88
45	2	Trinidad e Tobago	Democracia imperfeita	7,09	0,07	9,58	6,79	6,11	5,63	7,35
46	1	Timor-Leste	Democracia imperfeita	7,03	0,03	9,58	6,07	5,56	6,88	7,06
47	1	Panamá	Democracia imperfeita	6,84	0,07	9,58	5,71	7,22	3,75	7,94
48	1	Suriname	Democracia imperfeita	6,79	0,09	9,58	5,36	6,67	5,00	7,35
49	4	Jamaica	Democracia imperfeita	6,74	0,32	8,75	6,43	5,00	5,00	8,53
50	2	Montenegro	Democracia imperfeita	6,73	0,06	8,75	7,14	6,67	3,75	7,35
51	2	Filipinas	Democracia imperfeita	6,63	0,03	8,75	4,64	8,33	4,38	7,06

24 CADERNOS TERRAS QUENTES

52	9	República Dominicana	Democracia imperfeita	6,62	0,18	9,17	5,00	7,22	4,38	7,35
53	6	Mongólia	Democracia imperfeita	6,53	0,05	8,75	5,71	6,67	5,63	5,88
54		Argentina	Democracia imperfeita	6,51	0,11	9,17	5,00	6,11	3,75	8,53
54	4	Hungria	Democracia imperfeita	6,51	0,21	8,75	5,71	4,44	6,88	6,76
56	2	Croácia	Democracia imperfeita	6,50		9,17	6,07	6,11	4,38	6,76
57	6	Brasil	Democracia imperfeita	6,49	0,19	9,58	5,00	6,11	5,00	6,76
58	1	Namíbia	Democracia imperfeita	6,48	0,04	7,42	5,36	6,67	5,00	7,94
59	3	Indonésia	Democracia imperfeita	6,44	0,09	7,92	6,79	7,22	5,00	5,29
60	5	Colômbia	Democracia imperfeita	6,35	0,20	9,17	5,71	6,11	3,13	7,65
61	1	Bulgária	Democracia imperfeita	6,34	0,07	8,75	5,36	5,56	4,38	7,65
62	10	Macedônia do Norte	Democracia imperfeita	6,28	0,25	8,75	6,07	6,11	3,13	7,35
63		Tailândia	Democracia imperfeita	6,27	0,08	6,50	5,00	8,33	5,63	5,88
64		Sérvia	Democracia imperfeita	6,26	0,07	7,83	5,71	6,67	3,75	7,35
65		Gana	Democracia imperfeita	6,24	0,06	8,33	4,64	6,11	6,25	5,88
66		Albânia	Democracia imperfeita	6,20	0,08	7,00	5,71	5,00	6,25	7,06
67	3	Sri Lanka	Democracia imperfeita	6,19	0,02	7,00	4,29	7,22	6,25	6,18
68	1	Singapura	Democracia imperfeita	6,18		5,33	7,14	4,44	7,50	6,47
69	2	Guiana	Democracia imperfeita	6,11	0,15	6,92	6,07	6,11	5,00	6,47
70	1	Lesoto	Democracia imperfeita	6,06		9,17	3,79	5,56	5,63	6,18
71	3	Moldávia	Democracia imperfeita	6,04	0,19	6,50	5,36	7,22	4,38	6,76
Regimes híbridos										
72	12	Roménia	Regime híbrido	5,99	0,46	9,17	6,43	5,56	3,75	7,35
73	1	Papua-Nova Guiné	Regime híbrido	5,97	0,06	6,92	6,07	3,89	5,63	7,35
74	9	Senegal	Regime híbrido	5,93	0,45	7,42	5,36	4,44	6,25	6,18
75	1	Paraguai	Regime híbrido	5,92	0,08	8,33	5,36	6,67	1,88	7,35
76		Malawi	Regime híbrido	5,85		7,00	4,29	5,56	6,25	6,18
77	1	Zâmbia	Regime híbrido	5,73	0,07	7,92	3,29	5,00	6,88	5,59
78	1	Peru	Regime híbrido	5,69	0,12	8,75	5,71	5,00	2,50	6,47
79	2	Butão	Regime híbrido	5,65	0,11	8,75	5,93	3,89	5,00	4,71
80	1	Libéria	Regime híbrido	5,57		7,83	2,71	6,11	5,63	5,59
81	1	Fiji	Regime híbrido	5,39	0,16	6,58	5,00	4,44	5,63	5,29
82	2	Armênia	Regime híbrido	5,35	0,07	7,92	4,29	6,11	3,13	5,29
83	4	Madagáscar	Regime híbrido	5,33	0,07	6,58	3,93	6,11	5,63	4,41

84	6	México	Regime híbrido	5,32	0,18	6,92	5,00	7,22	1,88	5,59
85		Equador	Regime híbrido	5,24	0,17	8,75	5,00	5,56	1,88	5,00
86		Tanzânia	Regime híbrido	5,20	0,15	4,42	5,00	5,00	6,88	4,71
87	1	Hong Kong	Regime híbrido	5,09	0,15	2,75	4,00	3,89	6,88	7,94
88	6	Bósnia e Herzegovina	Regime híbrido	5,06	0,06	7,00	3,64	5,00	3,75	5,88
89	3	Quênia	Regime híbrido	5,05		3,50	5,36	6,67	5,63	4,12
90	5	Honduras	Regime híbrido	4,98		8,75	3,93	4,44	2,50	5,29
91	2	Marrocos	Regime híbrido	4,97	0,07	5,25	4,29	5,56	5,63	4,12
92	1	Ucrânia	Regime híbrido	4,90	0,16	5,17	2,71	7,22	5,00	4,41
93	11	Tunísia	Regime híbrido	4,71	0,80	3,42	3,93	5,56	5,63	5,00
94	5	Geórgia	Regime híbrido	4,70	0,50	5,67	3,21	5,56	3,75	5,29
95	1	El Salvador	Regime híbrido	4,61	0,10	6,17	3,21	5,56	3,13	5,00
96	2	Nepal	Regime híbrido	4,60		4,83	5,36	5,00	2,50	5,29
97	3	Guatemala	Regime híbrido	4,55	0,08	6,08	3,93	5,00	1,88	5,88
98	1	Uganda	Regime híbrido	4,49		3,42	3,57	3,89	6,88	4,71
99	1	Gâmbia	Regime híbrido	4,47		4,42	4,29	3,89	5,63	4,12
100	25	Bangladesh	Regime híbrido	4,44	1,43	6,08	2,57	5,00	5,00	3,53
100	3	Benim	Regime híbrido	4,44	0,24	1,75	5,36	4,44	6,25	4,41
102	1	Serra Leoa	Regime híbrido	4,32		4,83	2,86	3,89	5,00	5,00
103	3	Bolívia	Regime híbrido	4,26	0,06	4,33	3,93	5,56	1,88	5,59
103	1	Turquia	Regime híbrido	4,26	0,07	3,50	4,64	6,11	5,00	2,06
105		Costa do Marfim	Regime híbrido	4,22		4,33	2,86	4,44	5,63	3,82
106	2	Nigéria	Regime híbrido	4,16	0,07	5,17	3,57	3,89	3,75	4,41
107		Angola	Regime híbrido	4,05	0,13	4,50	2,86	5,56	5,00	2,35
Regimes autoritários										
108		Mauritânia	Regime autoritário	3,96	0,18	3,50	3,21	5,56	3,13	4,41
109	3	Líbano	Regime autoritário	3,56		3,08	0,79	6,67	3,13	4,12
110		Argélia	Regime autoritário	3,55	0,11	3,08	2,50	3,33	5,00	3,82
111	2	Quirguistão	Regime autoritário	3,52	0,18	3,42	1,86	3,89	3,13	5,29
112	3	Palestina	Regime autoritário	3,44	0,03	1,58	0,00	8,33	3,75	3,53
113		Moçambique	Regime autoritário	3,38	0,13	1,67	1,43	5,56	5,00	3,24
114	3	Ruanda	Regime autoritário	3,34	0,04	1,42	4,29	3,33	5,00	2,65
115	7	Jordânia	Regime autoritário	3,28	0,24	3,08	2,86	4,44	2,50	3,53

24 CADERNOS TERRAS QUENTES

116		Etiópia	Regime autoritário	3,24	0,13	0,42	2,86	6,11	5,63	1,18
117	6	Catar	Regime autoritário	3,17	0,48	0,00	3,93	2,78	5,63	3,53
118	2	Cazaquistão	Regime autoritário	3,08		0,50	3,21	5,00	3,75	2,94
119	6	Emirados Árabes Unidos	Regime autoritário	3,07	0,06	0,00	4,29	2,78	5,63	2,65
120	1	Omã	Regime autoritário	3,05	0,07	0,08	3,57	2,78	5,00	3,82
121	5	Togo	Regime autoritário	2,99		0,92	2,14	3,33	5,63	2,94
122		Zimbabwe	Regime autoritário	2,98	0,06	0,00	2,50	4,44	5,00	2,94
123	2	Camboja	Regime autoritário	2,94	0,11	0,00	2,36	5,00	5,00	2,35
124	2	Comores	Regime autoritário	2,84	0,20	0,83	2,21	3,89	3,75	3,53
124	6	Paquistão	Regime autoritário	2,84	0,41	0,83	4,29	2,78	2,50	3,82
126	4	Azerbaijão	Regime autoritário	2,80		0,50	2,50	3,33	5,00	2,65
126	2	Iraque	Regime autoritário	2,80	0,08	4,83	0,00	6,11	1,88	1,18
128	3	República do Congo	Regime autoritário	2,79		0,00	2,50	4,44	3,75	3,24
128	1	Egito	Regime autoritário	2,79	0,14	0,42	2,86	3,89	5,00	1,76
130	16	Kuwait	Regime autoritário	2,78	0,72	0,92	3,21	2,78	3,75	3,24
131	2	Haiti	Regime autoritário	2,74	0,07	0,00	0,29	2,78	5,63	5,00
132	2	Djibuti	Regime autoritário	2,70		0,00	1,64	3,89	5,63	2,35
133	3	Vietname	Regime autoritário	2,62		0,00	3,93	2,78	3,75	2,65
134	2	Essuatíni	Regime autoritário	2,60	0,18	0,00	1,64	2,78	5,63	2,94
135		Cuba	Regime autoritário	2,58	0,07	0,00	2,86	3,33	3,75	2,94
136	2	Camarões	Regime autoritário	2,56		0,33	2,14	3,89	4,38	2,06
137	4	Burquina Fasso	Regime autoritário	2,55	0,18	0,00	2,14	3,33	3,75	3,53
138	1	Bahrein	Regime autoritário	2,45	0,07	0,42	2,36	3,33	4,38	1,76
139	2	Mali	Regime autoritário	2,40	0,18	0,00	0,00	5,00	4,38	2,65
140	17	Líbia	Regime autoritário	2,31	0,53	1,25	0,00	3,89	3,75	2,65
141		Níger	Regime autoritário	2,26	0,11	0,33	1,14	1,67	3,75	4,41
142		Venezuela	Regime autoritário	2,25	0,06	0,00	1,07	5,00	3,13	2,06
143	3	Gabão	Regime autoritário	2,18		0,83	1,14	2,22	3,75	2,94
144	3	Burundi	Regime autoritário	2,13		0,00	0,00	3,89	5,00	1,76
145	3	China	Regime autoritário	2,11	0,01	0,00	3,21	3,33	3,13	0,88
146	2	Uzbequistão	Regime autoritário	2,10	0,02	0,00	1,86	2,78	5,00	0,88
147	4	Nicarágua	Regime autoritário	2,09	0,17	0,00	2,14	2,78	3,75	1,76
148	2	Arábia Saudita	Regime autoritário	2,08		0,00	3,57	2,22	3,13	1,47

149	4	Guiné	Regime autoritário	2,04	0,17	0,00	0,43	3,33	4,38	2,06
150	10	Guiné-Bissau	Regime autoritário	2,03	0,42	2,17	0,00	2,78	3,13	2,06
150	6	Rússia	Regime autoritário	2,03	0,19	0,00	2,14	2,22	3,75	2,06
152	1	Bielorrússia	Regime autoritário	1,99		0,00	0,79	3,33	4,38	1,47
153	1	Eritreia	Regime autoritário	1,97		0,00	2,14	0,56	6,88	0,29
154	1	Irão	Regime autoritário	1,96		0,00	2,50	3,33	2,50	1,47
155	1	Iêmen	Regime autoritário	1,95		0,00	0,00	3,89	5,00	0,88
156	4	República Democrática do Congo	Regime autoritário	1,92	0,24	2,08	0,43	2,78	3,13	1,18
156		Guiné Equatorial	Regime autoritário	1,92		0,00	0,43	3,33	4,38	1,47
158	3	Chade	Regime autoritário	1,89	0,22	0,00	0,00	3,33	3,75	2,35
159	4	Tajiquistão	Regime autoritário	1,83	0,11	0,00	2,21	1,67	4,38	0,88
160	1	Laos	Regime autoritário	1,71		0,00	2,86	1,67	3,75	0,29
161	1	Turquemenistão	Regime autoritário	1,66		0,00	0,79	2,22	5,00	0,29
162	4	Sudão	Regime autoritário	1,46	0,30	0,00	0,00	1,11	5,63	0,59
163		Síria	Regime autoritário	1,32	0,11	0,00	0,00	2,22	4,38	0,00
164		República Centro-Africana	Regime autoritário	1,18		0,00	0,00	1,67	1,88	2,35
165		Coreia do Norte	Regime autoritário	1,08		0,00	2,50	1,67	1,25	0,00
166		Myanmar	Regime autoritário	0,96	0,11	0,00	0,00	1,67	3,13	0,00
167		Afeganistão	Regime autoritário	0,25	0,0					

ANEXO 3: Sobre o conceito de liderança AEN, (Autoridade, Estratégia e Negociação) Regimes e flexibilidade entre vetores

Ideia central

Na Idade Média, o rei mandava porque o seu poder era sacralizado, temido e incontestável. Na modernidade democrática, o líder governa porque convence, persuade e representa, mas enfrenta a constante erosão da autoridade, a complexidade dos sistemas e a fragilidade das narrativas partilhadas.

1. Autoridade

- Ontem: era imposta e legitimada pelo divino e pela linhagem.
- Hoje: deve ser conquistada no campo simbólico e institucional, sob vigilância constante do povo e dos media.
- Tensão moderna: o líder tem autoridade formal, mas a autoridade emocional e moral é cada vez mais difícil de manter.

2. Negociação/ Eficácia

- Ontem: significava mandar, vencer guerras, punir, manter a ordem.
- Hoje: é gerir redes complexas, antecipar crises, articular interesses divergentes – e manter a confiança sem recorrer à coerção.
- Paradoxo atual: líderes democráticos são julgados por métricas de curto prazo, muitas vezes irreconciliáveis com mudanças estruturais.

3. Entendimento/ Narrativa

- Ontem: o rei era a encarnação da ordem cósmica e da história do povo.
- Hoje: o líder precisa de narrativas mobilizadoras que deem sentido à acção coletiva – mas compete com o ruído das redes e a fragmentação social.
- Fragilidade actual: quando a narrativa democrática perde força, emergem discursos simplistas e autoritários.

Lições de continuidade e de ruptura

- A necessidade humana de liderança é constante – mas a forma como a exercemos deve acompanhar a maturidade política e ética das sociedades.
- A transição do medo para a razão está incompleta: o medo continua a ser usado como ferramenta política e educativa.
- As monarquias modernas (quando funcionam) lembram-nos que o poder simbólico, quando separado do mando direto, pode ser fonte de coesão – mas não substitui a legitimidade democrática.

1. A Liderança é independente do regime político?

Em termos estruturais e funcionais, sim.

A liderança diz respeito à influência exercida num grupo, em qualquer escala – seja numa equipa de trabalho, numa aldeia, num partido, num exército, numa comunidade religiosa, ou num país inteiro. Não depende do regime político, embora o modo como se exerce e se legitima varie profundamente conforme o contexto institucional e cultural.

2. O que distingue então o regime do exercício da liderança?

O regime político define:

- Quem tem o direito formal de liderar (por herança, por eleição, por imposição militar...).
- Os limites institucionais da liderança (constituições, censura, mediação judicial...).
- O grau de participação ou repressão das vozes concorrentes.

A liderança, por outro lado, manifesta-se em qualquer contexto humano organizado (até numa prisão, numa seita ou num pátio escolar).

Com base na autoridade percebida, na negociação/ eficácia prática e no entendimento/ / narrativa mobilizadora (voltamos aqui ao modelo AEN).

Muitas vezes, até fora da estrutura formal de poder – pensemos em lideranças carismáticas emergentes, paralelas ou clandestinas.

Exemplo ilustrativo por tipo de regime

Tipo de Regime	Exemplo de Liderança
Autoritário	Fidel Castro em Cuba – liderança carismática e centralizada, com controlo total.
Anocrático (instável)	Iraque pós-Saddam – surgimento de múltiplas lideranças locais ou armadas concorrentes.
Democracia imperfeita	Brasil em várias fases – liderança eleita, mas sob tensão entre instituições e povo.
Democracia plena	Noruega, Islândia – liderança política sujeita a forte escrutínio, mas com alta confiança.
Fora do Estado formal	Líderes em comunidades, ONGs, movimentos sociais – lideranças informais, mas eficazes.

A liderança é uma função humana universal, transversal a qualquer regime político. O que muda é a forma de acesso, os limites à sua expressão e os riscos ou oportunidades que cada sistema oferece.

Os pontos-chave da Liderança como arte de transitar entre os vectores AEN

1. Autoridade – “Saber mandar”

Não se trata de autoritarismo, mas da capacidade de assumir decisões, inspirar confiança e sustentar a legitimidade da ação.

O líder deve saber quando assumir a voz firme, estabelecer limites, ou proteger o grupo de ameaças internas e externas.

Perigo: quem fica preso neste registo, transforma-se num gestor de obediência e perde adesão emocional e inteligência coletiva.

2. Negociação/ Eficácia – “Saber fazer acontecer”

Saber articular interesses, negociar compromissos, mediar conflitos, e adaptar-se às circunstâncias.

Implica competências de escuta ativa, pensamento estratégico, e leitura do campo social.

Perigo: líderes presos aqui tornam-se meros gestores de equilíbrio, sem visão nem capacidade de mobilização.

3. Entendimento/ Narrativa – “Saber inspirar”

Criar sentido, mobilizar através de valores, símbolos e visão de futuro.

É onde a liderança se torna mais inteligente emocional e culturalmente.

Perigo: se usada isoladamente, sem eficácia ou autoridade, transforma-se em retórica vazia ou populismo emocional.

Ponto-Chave: Flexibilidade e plasticidade entre vectores

Um verdadeiro líder não habita apenas um vetor – ele circula fluentemente entre os três, conforme a situação, o momento e os interlocutores.

Isso exige:

- Autoformação contínua: não basta ter talento natural, é preciso trabalhar cada dimensão.
- Reflexão estratégica: quando determinar? quando negociar? quando inspirar?
- Consciência contextual: o mesmo estilo não serve em todas as culturas, equipas ou momentos históricos.

Consequência prática:

- A liderança é uma prática polifónica.

O líder completo é, ao mesmo tempo, capaz de exercer a autoridade justa, ser competente a negociar, ser criador de significado.

Essa é, aliás, a diferença entre um chefe técnico (que resolve problemas), um negociador político (que resolve conflitos), e um líder social ou histórico (que transforma realidades e gera futuro).

Porém, a escolha desse design apropriado não fica à vontade e gosto do líder. É aqui que se joga a fase crucial:

- Tem de saber diagnosticar o grau de complexidade da situação... do mais simples ao mais bicudo.
Por vezes leva o seu tempo. Mas ainda não basta...
- Deve aperceber-se rapidamente do grau de maturidade do interlocutor (educacional, profissional, social). Depois de praticar alguma escuta activa está em condições de sincronizar com o seu interlocutor respondendo às necessidades dele no quadro de referência AEN.

Tratam-se de operações cognitivas e relacionais que caracterizam a liderança contemporânea bem-sucedida: a diagnose situacional aliada à leitura humana do interlocutor, com aplicação flexível e estratégica do modelo AEN:

1. O design de comunicação não é escolha livre – é escolha ajustada

Um líder maduro não escolhe o registo AEN “porque lhe apetece” ou “porque é o seu estilo” – escolhe com base no que o contexto exige e no que o outro é capaz de receber ou corresponder.

Esta consciência rompe com os estilos “naturais” ou “intuitivos” mal calibrados. O bom líder não impõe autoridade a quem precisa de escuta; não lança consensos a quem precisa de decisão firme; não entrega visão a quem ainda não compreende o problema imediato.

2. Diagnóstico de complexidade como primeiro passo: antes de agir, diagnosticar.

O líder deve avaliar qual a estrutura do problema (simples, ambíguo, volátil, sistémico)? Há conflito de interesses? De valores? De objetivos?
É necessária decisão, mediação ou mobilização de sentido?

3. Leitura da maturidade do(s) interlocutor(es)

Este ponto é crucial e nem sempre abordado com a profundidade que merece:

O mesmo conteúdo, emitido com a mesma intenção, pode ser interpretado de forma radicalmente diferente dependendo da maturidade emocional, cognitiva, social e relacional do interlocutor.

Assim, o líder precisa de praticar escuta ativa real, não decorativa;

Decifrar sinais subtis (nível de vocabulário, forma de argumentar, expressões de insegurança ou resistência);

Ajustar o tom, ritmo e profundidade da resposta ao nível de compreensão e abertura do outro.

Só então estará em condições de “sincronizar” e usar o modelo AEN como ferramenta adaptativa, não como molde fixo..

Conclusão sintética

A liderança eficaz não está em “fazer valer um estilo”, mas em “responder com inteligência relacional e estratégica ao que o momento e a pessoa pedem”.

A arte da liderança, assim entendida, é um jogo de afinação constante entre a leitura do contexto (complexidade), a leitura do outro (maturidade), e o uso calibrado do modelo AEN.

A liderança é uma função humana universal, transversal a qualquer regime político. O que muda é a forma de acesso, os limites à sua expressão e os riscos ou oportunidades que cada sistema oferece.

A liderança sempre existiu, mas o seu “teatro de operações” mudou profundamente ao longo do tempo.

Liderança: uma constante humana entre regimes variáveis

Tese de base:

- A liderança é uma função humana universal, presente em todas as sociedades e contextos históricos.

Mas os regimes políticos moldam, como se acede ao poder (herança, eleição, revolta), como se pode exercê-lo (liberdade vs censura, diálogo vs coerção), e que riscos ou oportunidades surgem para quem lidera – e para quem segue.

ANEXO 4: Monarquias contemporâneas – Lista completa

Europa

Democracias Plenas – Reinos: **Bélgica, Dinamarca, Espanha, Noruega, Holanda, Reino Unido, Suécia.**

Restantes: pequenos Principados, Grão-Ducado e uma Monarquia absoluta teocrática.

Médio Oriente (Ásia Oriental)

A maioria são monarquias hereditárias de base islâmica, com forte poder centralizado. Monarquias Absolutas: **Arábia Saudita, Brunei** (Sultanato), **Omã** (Sultanato), **Catar** (Mista – Emirado), **Bahreim** (Mista/Constitucional), **Kuwait** (Mista/Constitucional – Emirado), **Emirados Árabes Unidos** (Monarquia Federal – União de 7 Emirados), **Jordânia** (Monarquia Constitucional – Reino Hachemita), **Iémen** (Historicamente, embora atualmente em conflito, os Houthis operam estruturas de poder locais)

Ásia (Sul, Sudeste e Leste)

A maioria são Monarquias Constitucionais

Malásia (Monarquia Constitucional Eletiva/Federal), **Tailândia** (Monarquia Constitucional), **Camboja** (Monarquia Constitucional), **Butão** (Monarquia Constitucional), **Japão** (Monarquia Constitucional – Império)

África

Existem atualmente três monarquias soberanas reconhecidas no continente africano. Estas nações mantiveram as suas estruturas reais, variando entre monarquias constitucionais e absolutistas.

Reino de Marrocos (Monarquia constitucional, Dinastia Alaouite), **Reino do Lesoto** (Monarquia constitucional parlamentarista), **Reino de Essuatíni** (Monarquia absoluta).

América (Norte, Centro e Sul)

8 países soberanos que são monarquias constitucionais parlamentares na América Central: **Antígua e Barbuda, Bahamas (Caribe), Belize, Granada, Jamaica, São Cristóvão e Neves, Santa Lúcia, São Vicente e Granadinas.** Não faz parte desta lista o Canadá (*Commonwealth*).

Oceânia

Tonga (Monarquia constitucional nativa)

Não fazem parte desta lista os Reinos da Commonwealth:

- Monarquias soberanas: Austrália (Monarquia constitucional), Nova Zelândia (Monarquia constitucional), Papua-Nova Guiné, Ilhas Salomão, Tonga (Monarquia constitucional nativa) e Tuvalu

Rei Carlos III: É o monarca de 5 dos 6 países (Austrália, Nova Zelândia, Papua-Nova Guiné, Ilhas Salomão e Tuvalu).

Tonga: É a única monarquia soberana no Pacífico com a sua própria família real nativa (dinastia Tupou).

Wallis e Futuna: É um território ultramarino francês (não é um estado soberano) que, no entanto, mantém três monarquias tradicionais reconhecidas (Uvea, Sigave e Alo).

Monarquia Māori (Nova Zelândia): Existe uma monarquia.

Índice

Os Reis sabiam mandar?	171
Prefácio	171
Os reis sabiam mandar? Que tipo de decisões tomavam	172
Organizámos este texto definindo:.....	173
Capítulo 1: Definir o contexto (macro e funcional).....	175
Capítulo 2: Competências modernas... em contexto medieval?	177
Capítulo 3: Formar e treinar um Rei	179
Capítulo 4: A “liderança pelo exemplo”, quando o corpo do rei é o campo de batalha.....	182
Capítulo 5: Governar um Reino Medieval é Diferente de Governar um País no Século XXI?.....	186
Vinheta – “Daqui a 500 anos”	189
Capítulo 6: Avaliar as competências requeridas para governar.....	190
Capítulo 7: A dinâmica e o funcionamento dos grupos: A questão da liderança. ..	193
Capítulo 8: Os Reis sabiam liderar?.....	195
Capítulo 9: O medo e a vergonha	198
Vinheta – Da execução pública ao julgamento mediático.....	198
Capítulo 10: Liderança nas democracias modernas	202
Vinheta – Felipe VI: magistratura da moderação.....	203
ANEXO 1: Quadro de indicadores adequados à avaliação das actividades de um País.	205
ANEXO 2: Índice de estrutura e Sentido Nacional de Portugal.....	207
ANEXO 3: Sobre o conceito de liderança AEN, (Autoridade, Estratégia e Negociação) Regimes e flexibilidade entre vetores.....	220
ANEXO 4: Monarquias contemporâneas – Lista completa.....	225



24 CADERNOS TERRAS QUENTES





τφ



Marianismo, Portugal e a Ordem dos Templários





Marianismo, Portugal e a Ordem dos Templários

*Carlos Alberto Santos Mendes

Era uma vez...

É sempre assim que começa uma “estória” ou melhor, neste caso, uma história. Perguntar-se-á; Qual a ligação entre o Marianismo (culto à Virgem Maria), Portugal e a Ordem dos Templários? Vamos tentar fazer a ligação.

Já muito se escreveu sobre este tema nos cadernos Terras Quentes, com citações sobre artigos já publicados, novas ideias, novas informações. tentaremos juntar novos conhecimentos ao tema: Com a finalidade de comprovar que a Padroeira da Ordem dos Templários era a “Virgem Maria”.

* ORCID –0000-0002-1248-6461 – Mestre em História Regional e Local pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, com a classificação de Muito Bom – Licenciado em História variante de Arqueologia pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Membro da Uniarq (Unidade de Arqueologia da Universidade de Lisboa; – Responsável pela arquitetura, montagem e gestão da sala-museu de arqueologia de Macedo de Cavaleiros. (Centro Cultural de Macedo de Cavaleiros, (2003-2006 – Responsável pela arquitetura, montagem e gestão da sala-museu de arqueologia de Macedo de Cavaleiros Núcleo Central da PPAA. (2006-2011) – Responsável perante a tutela de todo o espólio arqueológico proveniente das campanhas arqueológicas do PNTA – Evolução crono-cultural do Concelho de Macedo de Cavaleiros “Terras Quentes” – Responsável pela arquitetura, e montagem do Museu Municipal de Arte Sacra de Macedo de Cavaleiros. – Responsável pela conceção da gestão dos fundos museológicos do Museu de Arte Sacra de Macedo de Cavaleiros. – Responsável pela equipa que realizou os pré-estudos museológicos para a implantação do museu Municipal de Arqueologia. Responsável pela equipa que realizou os pré-estudos museológicos para a implantação do Museu Martim Gonçalves de Macedo em Macedo de Cavaleiros. – Responsável pelo Museu Martim Gonçalves de Macedo inaugurado em 12 de dezembro de 2015. – Responsável pela Concepção e Montagem do Museu Municipal de Arqueologia “Coronel Albino Pereira Lopo” inaugurado no dia 3 de setembro 2016. – Responsável pela exposição de armamento medieval na sede da Associação Shotokai de Portugal, (Lisboa) visita do embaixador do Japão em 11 de maio de 2019. Corresponsável pela Exposição “Cardiga” Ordem do Templo na Galeria João Pedro Vergas, edifício Equuspolis em 13 outubro de 2023. Responsável e coordenador Científico da Instalação do Museu dos Templários e da Identidade Nacional, inaugurado em 31 de Maio de 2025 em Macedo de Cavaleiros. Intervenção em 114 arqueossítios com direcção de escavação e/ou prospeção, em vários concelhos do País, mormente em Macedo de Cavaleiros. Retirado da base de dados do então IPA. Director dos Cadernos Terras Quentes, sócio nº 1 e fundador e presidente da Direcção da Associação Terras Quentes.

Comecemos com os termos do juramento de um novo “Mestre” Cavaleiro da Ordem do Templo, Português – segundo [Bordonove,1989]:

Sob o título – JURAMENTO DE LOS MAESTRES DE LA PROVINCIA DE PORTUGAL

(siglos XII y XIII), [Bordonove na página 143] diz:

O caballero de la orden del Temple y elegido una vez, maestre de los caballeros que estan en Portugal; prometo a Jesu cristo mi senory a su vicário...

El Soberano Pontifice y a sus sucesores, obediencia y fidelidad perpetua; y juro que no solo defendere de palabra sino tambien con la fuerza de las armas y la vida, los Misterios de la Fe, los Siete Sacramentos, los catorce articulos de la Fe, el Simbolo de la Fe y el de San Atanasio, los Libros tanto del Antiguo como del Nuevo Testamento con los comentarios de los santos Padres que fueron recibidos por la Iglesia, la Unidad de Dios y la pluralidad de personas de la Santisima Trinidad: que Maria, hija de Joaquin y de Ana, de la tribu de Juda y de la estirpe de David siempre permanecio Virgen, antes del parto, en el parto y despues del parto. Prometo ser sumiso y obediente al Maestre general de la Orden, de acuerdo con los estatutos que nos fueron prescritos por nuestro padre San Bernardo. Que todas las veces que haga falta atravesare los mares para ir a combatir, que prestare mi socorro contra los reyes y principes infieles, que jamas permanecer sin armas ni caballo; *que no huiré ante tres enemigos* y que les hare frente si tambien ellos son infieles, que no vendere los bienes de la Orden ni consentire que sean vendidos o alienados y que guardare perpetua castidad. *Que seré fiel al rey de Portugal.* Que no entregare a los enemigos las ciudades y plazas que pertenecen a la orden y que no negare a las personas religiosas, principalmente a los religiosos del Cister y a sus abades –ya que son nuestros hermanos y companeros– ningun socorro, ya sea de palabra, ya sea con obras pias e incluso con las armas.

Y para que conste por mi propia voluntad, juro que observare todas estas cosas. Que Dios y sus Santos Evangelios me ayuden.

Tradução livre:

Sob o título – JURAMENTO DOS MESTRES DA PROVÍNCIA DE PORTUGAL (séculos XII e XIII), [Bordonove na página 143], pode ler-se:

Sendo Cavaleiro da Ordem do Templo e eleito, mestre dos Cavaleiros Templários que estão em Portugal, prometo a Jesus Cristo meu senhor e ao seu vigário... o Sumo Pontífice e aos seus sucessores, obediência e fidelidade perpétua; E juro que defenderei não só por palavras, mas também com a força das armas e a minha vida, os Mistérios da Fé, os Sete Sacramentos, os Catorze Artigos de Fé, o Credo e o Credo Atanasiano, os Livros do Antigo e do Novo Testamento com os comentários dos Santos Padres recebidos pela Igreja, a Unidade de Deus e a pluralidade de pessoas da Santíssima Trindade: **e também a Maria, filha de Joaquim e Ana, da tribo de Judá e da linhagem de David, que permaneceu sempre Virgem, antes, durante e depois do parto.** Prometo ser submisso e obediente ao Mestre Geral da Ordem, de acordo com os estatutos que nos foram prescritos pelo nosso pai São Bernardo. Que sempre que necessário atravessarei os mares para ir combater, que prestarei auxílio contra reis e príncipes, que jamais ficarei sem armas nem cavalo; que não fugirei diante de três inimigos e que os enfrentarei se também eles forem infiéis; que não venderei os bens da Ordem nem permitirei que sejam vendidos ou alienados, e que observarei a castidade perpétua. Que serei leal ao Rei de Portugal. Que não entregarei ao inimigo as cidades e fortalezas pertencentes à Ordem, e que não negarei aos religiosos, **especialmente aos monges cistercienses e seus abades – pois são nossos irmãos e companheiros** – qualquer auxílio, seja em palavras, em obras piedosas ou **mesmo em armas**. E para que se saiba por minha livre e espontânea vontade, juro que observarei todas estas coisas. Que Deus e os Seus Santos Evangelhos me ajudem.

Síntese histórica sobre o culto a Virgem Maria

Foi no concílio de Éfeso em 431 d.C que se deu o impulso decisivo ao culto de Maria, Mãe de Jesus. Depressa apareceu na liturgia Romana a primeira festa Mariana que agora se celebra a 1 de janeiro (maternidade divina), para além desta data celebra-se, entre nós no dia 8 de Dezembro dia da Imaculada Conceição, foi nesta data que o Rei D. João IV, após a restauração de Portugal no ano de 1640, a faz coroar como Rainha de Portugal. A 25 de Março comemora-se o dia da Anunciação (Nossa Senhora do Campo na freguesia de Lamas, Macedo de Cavaleiros, celebra-se ainda a Virgem Maria no dia 15 de Agosto dia da “Assunção”. Mas, a Virgem Maria é celebrada provavelmente em milhares de locais sagrados. Exemplos; Nossa Senhora de Fátima, Nossa Senhora dos Remédios, Nossa Senhora de Balsamão, em Balsamão (Chacim, Macedo de Cavaleiros) etc. [Mendes;2024 p145] Isto é, as invocações Marianas variam, segundo os locais, a piedade popular ou os dogmas que nos revelam o Seu mistério e, por isso, assumem uma importância de máximo valor, mas a “Senhora” é sempre a mesma. A imagem abaixo apresentada que se encontrava no Castelo Templário “Di Pavone” localizado em Pavone, Canavese, na região Italiana de Piemonte, imagem que, mais tarde, foi doada a um dos proprietários do Castelo da Cardiga, no concelho da Golegã, único castelo Templário privado em Portugal, com a curiosidade ou a normalidade, de ali não se encontrarem vestígios da existência, nesse espaço sagrado Templário, nenhuma cruz com o desenho normal da cruz cristã, ou seja, com a haste vertical maior do que a haste horizontal (cruz latina), tendo somente aparecido cruzeiros templários e da Ordem de Cristo.



Nossa Senhora a Branca proveniente do castelo Templário de “Di Pavone” que já esteve em exposições realizadas pela Associação Terras Quentes em Macedo de Cavaleiros e na Golegã

A Imagem era conhecida no castelo Templário “Di Pavone”, como a “Virgem Maria, Branca”, mais tarde tomaria o nome de Virgem Maria “a Branca” por fim, ficou também conhecida por “Virgem Maria das Neves”, local bem conhecido no concelho de Alfândega da Fé – “*Nossa Senhora das Neves*”. De outro modo, podemos verificar, que os “*Cavaleiros Templários também juravam obediência e fidelidade perpétua à Virgem Maria no juramento que prestavam para ascenderem à categoria de cavaleiro*”. In, [https:// www.vatican .va/ content/](https://www.vatican.va/content/) como atrás citámos, nos termos do juramento.

No museu “*Dos Templários e da Identidade Nacional*” de Macedo de Cavaleiros, está em exposição um fragmento de imaginária, fabricado em pedra calcária “a cabeça de Virgem Maria”, a chorar, tem o número de inventário 418 e é-lhe atribuída, a cronologia entre os séculos XII/XIV, sendo proveniente de um castelo templário do centro do País.



Virgem Maria a Chorar
Em exposição no museu dos
Templários e da Identidade Nacional

O dia a dia, religioso, de um Cavaleiro Templário

[Cruzon,1886] relata-nos na sua obra “La Règle du Temple” as obrigações do dia a dia, religioso, de um Cavaleiro Templário quando não estava em missão de combate, dizendo na introdução da sua obra na pág XXVJ: “*Les frères chevaliers étaient illettrés pour la plupart; leurs devoirs religieux se réduisaient à l’assistance régulière aux offices célébrés par les chapelains ou les prêtres et à la récitation, pendant les heures canoniales et à divers moments de la journée, d’un nombre fixe de Pater*” traduzindo: “Os irmãos cavaleiros Templários eram na sua maioria analfabetos; os seus deveres religiosos limitavam-se à presença regular nas celebrações litúrgicas realizadas pelos capelães ou padres e à recitação, durante as horas canónicas e em várias horas do dia, de um número fixo de Pai-Nossos”. – Todo o convento era obrigado a participar nas Matinas, Prima, Missa, Terça-feira, e Meio-dia antes da primeira refeição. A presença em várias missas consecutivas era recomendada. À noite, antes do jantar, rezavam-se as Nonas e as Vésperas, e Completas antes de dormir. Quanto aos Pai-Nossos, variavam entre os catorze a vinte e seis, por cada hora canónica, metade dos quais, de cada vez, devia ser recitada de pé, em honra da Santíssima Virgem, e a outra metade para a festa do dia. Aqueles dias dedicados à Virgem, deviam ser rezados primeiro, exceto nas Completas, onde concluíam o serviço. Porque Nossa Senhora foi o princípio da nossa religião, e nela e em sua honra será, se Deus quiser, o fim das nossas vidas e o fim da nossa religião, quando Deus quiser”.

– S. Bernardo, ou melhor Bernardo de Claraval, foi o fundador da Ordem de Cister e foi quem redigiu no concílio de Troyes em 1129, as regras para a criação da Ordem dos Templários. Bernardo era um grande devoto da Virgem Maria, como vemos na tela de Giovanni de Milão do século XIV.



Giovanni de Milão, político, século XIV. Particular com a Virgem que dita a São Bernardo de Clairvaux, Prato. Galleria Comunale. O grande místico do século XII cunhou a ética religiosa sobre a qual a Ordem do Templo pôde se inspirar, e, segundo algumas recentes reconstituições, seria também o autor da regra aprovada no Concílio de Troves em 1129.

[Frale, 2005] in pergaminho de Chinon, p132

Mas, sigamos as informações de Beatriz Frale, historiadora e investigadora dos arquivos secretos do Vaticano:

[Frale, p48] *“A finalidade de quem se faz Templário é aquela de expiar os seus próprios pecados, colocando a vida em risco para proteger Jerusalém e a Terra Santa. É uma espécie de cruzado em vida, mas que depois da morte terá sua alma como a de um homem dedicado, a serviço da Igreja e da fé. A morte dos sarracenos significa assassinato aos assassinos; é a eliminação de todos que se fazem instrumentos do mal: “não é homicídio, mas malicídio, ou seja, a morte do mal”.*

E continua Frale, p50; *“Também sobre o plano espiritual, Bernardo batiza o Templo imprimindo seu sinal, talvez em respeito à sua marca agostiniana: os frades teriam um estilo de vida conventual muito parecido àquele cisterciense, mas pela liturgia continuariam a seguir ao Ordinário usado pelos cânones do Sepulcro, além disso, **observando um culto especial para a Virgem, a quem a Ordem do Templo é dedicada**”.* Na página 207 Frale, referindo várias fontes coevas afirma o grande heroísmo de Jacques de Molay que como *“acto supremo pela própria Ordem dos Templários, pediu aos carrascos que afrouxassem a corda que lhe cerravam os pulsos para que pudesse dirigir seus olhares à Catedral de Notre-Dame de Paris – (que iniciou sua construção no ano de 1163, e dedicada à Virgem Maria) , e que por mais de uma vez já havia visto testemunhar a sua inocência e rezou à Virgem Maria a quem São Bernardo havia dedicado à *Ordem*. **Os Templários diziam que em nome da Virgem tudo havia tido início e que, em nome dela, tudo terminaria. Assim, com essa prece, o Grão-Mestre pretendia encerrar gloriosamente o fim do Templo proclamando sua perfeita fé cristã**”.*

O Pergaminho do Castelo de Chinon e o seu enigma

A partir da (sua) descoberta do pergaminho de Chinon, [Frale,2005], começa por nos descrever em pormenor o castelo de Chinon: situado nas margens do rio Vienne, que iniciou e terminou a sua construção no século XI.



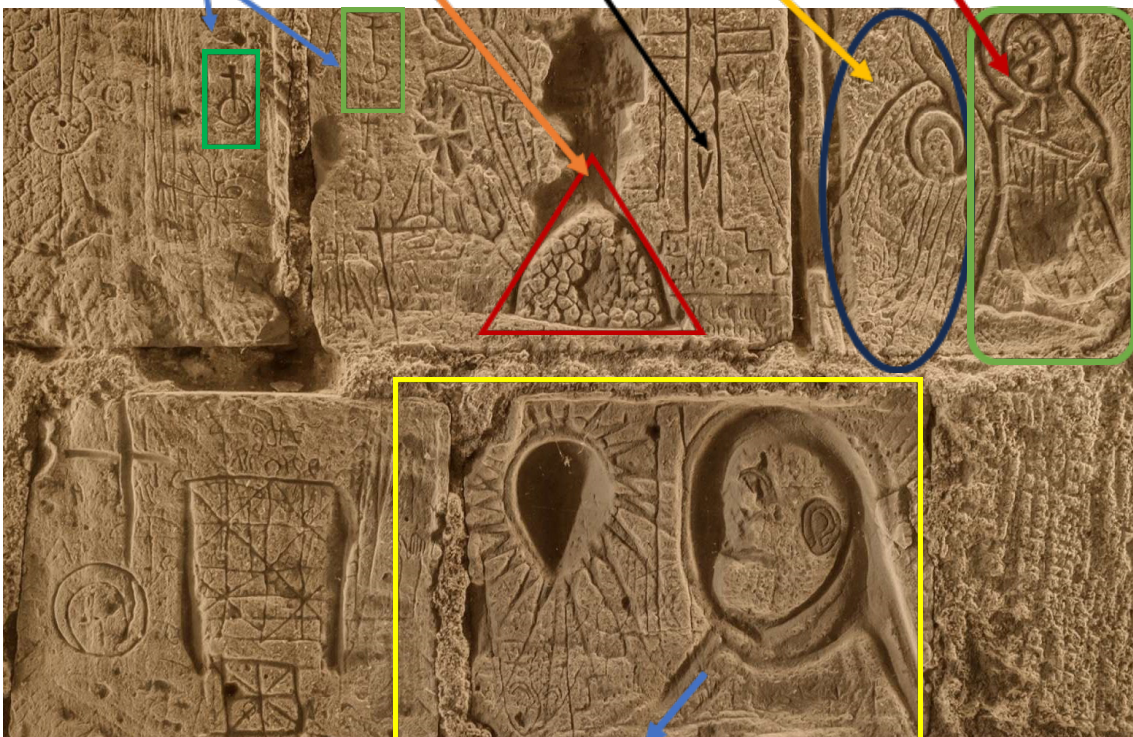
<https://pt.wikipedia.org/wiki/CastelodeChinon>

A Torre Coudray (que se vê à direita da imagem) é das poucas masmorras que ainda não foi destruída. Diz; Frale, ao passar pela porta de “Tour du Coudray”, à sua esquerda, pode ver os muitos grafites que dizem ter sido deixados pelos dignitários da Ordem dos Cavaleiros Templários (Jacques de Molay, Hugues de Pairaud, Raimbaud de Caron, Geoffroy de Charnay) que foram detidos lá, em 1308.

Estas inscrições, em pedra, encontram-se no Castelo de Chinon, em França, publicada, como diz Bárbara Frale, na sua obra na página 222, mas, Frale, não nos ajuda a fazer a sua interpretação integral, somente se refere a uma parte do grafite. Segundo Bárbara Frale, um dos mais belos que se encontra perto da Porta da Tour du Coudray, no Château de Chinon. Em sua opinião evoca um monge encapuzado cujo rosto, visto de perfil, tem um olhar fixo em um coração extravagante (em relevo), afirmando Frale que acha esta inscrição muito semelhante à que viu do monge beneditino Dom Bernardo de Montfaucon (1655-1741), “que foi um dos estudiosos mais ilustre produzidos pela congregação de Saint-Maur. Seria esta figura uma evocação de suas descobertas arqueológicas. De forma alguma o prisioneiro Templário se curva diante do cálice; ele segura um escudo no qual está representada as Enéadas ou o Crisma. À direita estão os instrumentos da Paixão.

IN HOC SIGNO VINCES – le CHRISME XP (khi ro)” – Neste Sinal ganha – o crisma XP (quando)” Porventura é a este exemplar que Barbara Frale se refere.

C2 cruces Monogramáticas = Presépio, gruta = Cruz latina c/3 degraus = Anjo da guarda = Virgem e menino



As imagens da cercadura amarela, é a interpretação de “FRALE” em que fala num monge com olhar fixo num coração extravagante

Este Painel com inscrições que, (Bárbara Frale, classifica-o como sendo o mais bonito e, dizemos nós, o mais simbólico), foi, segundo Frale, deixados pelos dignitários da Ordem dos Cavaleiros Templários (Jacques de Molay, Hugues de Pairaud, Raimbaud de Caron, Geoffroy de Charnay) – que foram detidos no castelo de Chinon em 1308, como já referimos, antes de serem queimados na fogueira em Paris – é de leitura enigmática, todavia ousámos fazer a nossa interpretação. A cinco imagens da parte cimeira da imagem – 1) Duas cruzes em que na parte de baixo da haste vertical é rodeado por uma circunferência. 2) O Presépio, 3) A cruz latina com três degraus, 4) Anjo da Guarda e por fim 5) a Virgem Maria com o menino.

Explicação teológica da simbólica nas inscrições do Castelo de Chinon identificadas?

- **Cruz latina** com a haste vertical envolta num círculo na base é conhecida como cruz **Monogramática** e simboliza. 1) **Eternidade**: Representa a natureza eterna de Deus e a vida eterna. 2) **Perfeição**: O círculo é o símbolo da perfeição e unidade. 3) **Glória**: Pode representar a glória de Cristo ou a auréola da santidade – símbolo da arte cristã medieval que pretende indicar a vitória de Cristo sobre a morte.
- **Presépio**; É a simbólica do nascimento de Jesus Cristo. 1) **Encarnação de Jesus**; Deus se torna Homem, aproximando-se da humanidade. 2) **Humildade e Simplicidade**, Jesus nasce num estábulo, mostrando que a salvação é para todos. 3) **Luz no Mundo**; Jesus é a “luz do mundo” Jesus nasce num estábulo, mostrando que a salvação é para todos.
O versículo **João 8:12** diz: **“Eu sou a luz do mundo; quem me segue não andarás nas trevas, mas terá a luz da vida.”** iluminando a escuridão. 4) **União céu-terra**: Anjos e humanos encontram-se no nascimento de Cristo.
- **Cruz latina** sobre três degraus representa a cruz de Jesus Cristo enfatizando a crucificação e redenção. – Os três degraus simbolizam as três virtudes teológicas; Fé, Esperança, Caridade – juntos representam a vitória da cruz sobre a morte e o caminho para a salvação.
- **Anjo da guarda**; É um anjo, que designado por Deus simboliza. 1) **Proteção divina**; O anjo cuida e defende a pessoa. 2) **Guia espiritual**; Ajuda nas decisões e caminhos da vida. 3) **Presença de Deus**; Representa a proximidade de Deus com cada pessoa.
- **Virgem com o menino**. 1) **Encarnação de Jesus**; Deus se torna homem, unindo divindade e humanidade. 2) **Maria, Mães de Deus**; Reconhecida como Theotokos (Mãe de Deus) no concílio de Éfeso em 431 d.C. 3) **Pureza e obediência**: Maria aceita a vontade de Deus (“Eis a serva do Senhor” Lucas 1:38. 4) **Salvação**: O Menino Jesus é o Salvador, prometido desde o antigo testamento. É um dos símbolos centrais da fé cristã onde apresenta a maternidade divina de Maria e a missão redentora de Jesus.

O pergaminho de Chinon, encontrado nos arquivos secretos do Vaticano por Bárbara Frale vem, pela pena do Papa Clemente V, resgatar e pedir perdão à Ordem dos Templários pelas falsas acusações de heresia feita por este Papa, impulsado pelo Rei Francês Filipe IV; Filipe I de Navarra (por casamento), cognominado “o Belo” e que os condenou à fogueira.

De facto, a figura feminina (virgem Maria) em representação de todas as mulheres e por demais evidente não ser reconhecida a sua importância no seio e na contribuição que pode dar à Igreja Católica Apostólica Romana, com um cerca de um bilião, quatrocentos e seis milhões de seguidores “Batizados”, onde talvez (nos últimos dados estatística disponíveis da “Gallup International” no ano de 2012, 59% eram mulheres e no segundo e último senso disponível da *Pew Research Center* (PRC) no ano de 2020, 51,6% eram mulheres cristãs, (dados disponíveis em Wikipédia em 21-12-25).

Henrique Ferreira, in, MdB p,33, de 18 dez 2025] diz-nos o seguinte:

“O Papa Leão XIV aceitou as conclusões do estudo/trabalho de uma Comissão nomeada pelo Papa Francisco I no sentido de saber se as mulheres poderiam ascender, numa primeira fase, ao diaconado, e, numa segunda, ao sacerdócio.

A conclusão foi que, não podem porque, entre outras razões, os sacerdotes são homens porque Cristo foi homem e não mulher. No entanto, redime-se, em parte: o assunto continua aberto ao estudo e ao diálogo...”

Porque é que os Marianos estão relacionados com Portugal

(Parte deste subtítulo já foi narrado pelo signatário no Caderno Terras Quentes nº 16)

D. Filipa de Lencastre, filha de John of Gaunt, – filho de Eduardo III, Duque de Lencastre, deu, por casamento, oito filhos ao nosso Rei D. João I, sendo o sétimo o “João” 3º Condestável. O seu casamento com Isabel de Barcelos, teve uma menina a quem deram o nome de **Isabel**, fazendo dela, claro, neta de D. João I.

Mas D. João I entendeu, antes de se casar com a D. Filipa de Lencastre, enamorar-se pela filha do “Barbadão” sapateiro de Veiros, Inês Pires Esteves de quem teve uma filha e um filho. Esse filho bastardo “**Afonso**” veio a casar-se com a filha única de Nuno Álvares Pereira, **Beatriz** Pereira de Alvim. Aconteceu que da união do Afonso e da Beatriz nasceu uma menina a quem lhe deram o nome de **Isabel**. (Até aqui entendemos. A partir daqui é que o assunto se vai complicar).

Do casamento do “João, 3º Condestável”, com a Isabel, filha da Beatriz Pereira Alvim filha de Nuno Alvares Pereira **nasce uma filha** que também vai ter o nome de **Isabel**. Logo

esta menina era neta e bisneta (ao mesmo tempo) de D. João I, neta por via paterna e bisneta por via materna. Vamos ficar por aqui porque estas coisas da genealogia fazem dores de cabeça...

Mas dirão, o que é que isto tem a ver com a congregação da Imaculada Conceição (Virgem Maria)?

D. João I morre e sobe ao trono D. Duarte e com ele a renovação da corte, entre as novas caras aparece um seu escudeiro de nome Rui Gomes da Silva, com as suas duas filhas, uma delas a **Beatriz Gomes da Silva**, fez-se amiga e inseparável da **infanta Isabel** (a tal, neta e bisneta ao mesmo tempo de D. João I). Beatriz da Silva era linda (segundo consta), a beleza em pessoa, mas... era simplesmente, aia, e particularmente empenhada nas orações a São Francisco de Assis e a Nossa Senhora da Conceição.

Novamente, quis o destino, que, Afonso V (já tinha morrido o D. Duarte), arranjasse o casamento da Isabel (a tal neta e bisneta de D. João I) com o rei de Castela, D. Juan II. Não nos vamos quedar pelos enredos políticos destas questões, mas dizemos que D. Juan II, já tinha o dobro da idade da nossa Isabel e era segundo dizem, um rei fraco, manietado nas suas funções reais por um tal Álvaro de Luna. Assim, em 17 de Agosto de 1447 com a bênção do Papa Eugénio IV, dá-se a união entre D. Juan II e a Isabel de Portugal (a tal neta e bisneta de D. João I, para evitar confusões).

Encurtando distâncias dizemos que a Isabel (a neta e bisneta de D. João I) teve uma filha a quem deu o seu nome (Isabel) que viria a ser (**Isabel a “Católica”**) aconteceu que após o parto, a Isabel (a neta e bisneta de D. João I) entrou em profunda depressão. Mas, novo parto se segue e, desta vez, ao recém-chegado dá-lhe o nome de “Afonso”. E, a Isabel (a neta e bisneta) descompensa-se de vez. Beatriz da Silva (a filha do escudeiro de D. Duarte, como estão recordados) a aia que a tinha acompanhado desde sempre, mas... a sua beleza não era suportada pela Isabel e vendo-a a conversar com o seu marido (Juan II), lá surgem os ciúmes. Assim, Isabel tranca a pobre da Beatriz da Silva numa arca. “Diz-se” que três dias passados, aparece na corte de Castela, um tio da Beatriz da Silva encontrando a sobrinha fechada na tal arca. Mas, qual não é o espanto geral que, ao abrirem a arca, a Beatriz encontrava-se viva e sorridente, dizendo que durante aquele cativeiro lhe tinha aparecido a Virgem Maria, (isso não podemos certificar com rigor científico) prometendo-lhe que não morreria, pois tinha uma missão a realizar; fundar uma ordem religiosa dedicada à Imaculada Conceição. A verdade é que não morreu sem fazer a obra.

Beatriz da Silva, entretanto refugia-se no mosteiro de São Domingos, o Real, em Toledo.



Mosteiro de São Domingos o real em Toledo

In: <https://elorigendelvino.com/turismo/monasterio-de-santo-domingo-el-antiguo-toledo>

Mas, o tempo não pára e, a Isabel, filha da Isabel, mulher do D. Juan II, cresce, e torna-se na “**Isabel a Católica**” rainha de Castela, casada com o Fernando II de Aragão. Estranho é que Isabel a “Católica” nunca visitou a mãe, que tinha ensandecido, e que se encontrava em proscricção em Arévalo. Mas, visitava regularmente a aia da sua mãe Beatriz da Silva e será a Isabel a “Católica” que doará em 1484 à Beatriz da Silva os Palácios de Galiana, onde esta funda, o seu próprio Mosteiro.

Durante doze anos dirige uma dúzia de jovens nesta nova comunidade religiosa, mas, a qual, vive sem uma regra específica e será novamente com a ajuda da Isabel a “Católica” que em 1489 consegue pela bula do papa Inocêncio VIII “Inter Universa” criar formalmente o Mosteiro da Conceição.

Será um pouco mais tarde que o Papa Júlio III aprovará a “Regra Concepcionista – nascia assim a Ordem da Imaculada Conceição de Maria” a única ordem religiosa do mundo fundada por um português, neste caso uma Portuguesa. Será somente a 3 de outubro de 1976 na Praça de S. Pedro que o papa Paulo VI anuncia oficialmente a canonização da Campomaiorense Santa Beatriz da Silva e Meneses.

Os Marianos de Balsamão

“O Pe. Frei Casimiro de S. José Wyszynski da Ordem dos Marianos da Imaculada Conceição, nasceu a 19 de Agosto de 1700, em Jeziora Wielka, diocese de Poznan na

Polónia. O Frei Casimiro esteve em Portugal apenas dois anos de 16 de outubro de 1753 a 28 de Agosto de 1754 e em Balsamão de 6 de Setembro de 1754 a 21 de outubro de 1755, data em que faleceu. Depois de agruras passadas em Lisboa, um amigo, Frei João de Deus indicou-lhe o caminho de um Ermitério existentes em Balsamão; adquiridas as autorizações Bispais, Frei Casimiro chega a Balsemão a 6 de Setembro de 1754, onde foi muito bem recebido pelos Ermitas “Barbadinhos” pelas autoridades de Chacim e pelos representantes da Ordem de Cristo e ali funda o Convento da congregação e, será já, em 13 de Abril de 1755 que Frei Casimiro dá hábito e admite ao noviciado a cinco portugueses.

O nosso dever e em respeito pelo que pretendemos dizer com este artigo era ficar por aqui no respeitante aos Marianos de Balsemão, contudo o afecto, carinho e amizade de há longa data que nos liga a dois dos responsáveis por esta congregação; O Sr. Padre Basileu Pires e o Sr. Padre Eduardo Novo queremos deixar-lhes aqui este pequeno registo sobre a origem da sua congregação da Imaculada Conceição de Maria que por certo conhecem (mas, talvez, os nosso leitores, não) e que são os actuais guardiões do monte do Carrascal onde se situa(va) em 1212 o “notável” (história de Portugal de 1852 s/n) castelo de Balsamão.

Conclusão

Tentar encontrar pontos de convergência entre estas três instituições, uma bimilenária, outra com mais de 880 anos com fronteiras definidas e quase intocadas, e por fim uma outra desaparecida há mais de 700 anos, não é tarefa fácil. À partida o que tinham em comum? A mesma religião.

Por **Inopinado** que pareça, pois já abordámos todos estes temas, mas de forma não objectiva no sentido de levar ao entendimento que a **Ordem dos Templários tinha como Padroeira a “Virgem Maria”**.

Bordonove é claro no texto em que nos leva ao conhecimento do juramento que prestava um “novo” mestre Português da Ordem dos Templários: Juro... *“a Unidade de Deus e a pluralidade de pessoas da Santíssima Trindade: e também a Maria, filha de Joaquim e Ana, da tribo de Judá e da linhagem de David, permaneceu sempre Virgem, antes, durante e depois do parto”*.

O culto à virgem Maria, como dissemos, nasce no concílio de Éfeso em 431 (cerca de 400 anos depois do seu filho ter sido crucificado) dando-lhe um impulso decisivo. Como sabeis em 8 de Dezembro de 1640, D. João IV coroou a Virgem Maria (Imaculada Conceição) Rainha e Padroeira de Portugal.



A medalhística do final do século XIX e XX, registou assim a ocorrência (medalha em prata de colecção particular)

Não deixa, de não ser significativo, ter-se encontrado, duas imagéticas (originais) em castelos que foram ocupados um em Portugal e outro em Itália, durante quase toda a existência temporal da Ordem dos Templários, dedicadas à Virgem Maria.

No dia a dia religioso do Cavaleiro Templário ele era ocupado com algumas primazia com orações à Virgem Maria.

Também no plano espiritual, S. Bernardo de Claraval, (quem exarou as regras da Ordem dos Templários). Sintomático são as afirmações declaradas por Jacques de Molay, último grão-Mestre da Ordem, antes de ser colocado na fogueira já em Paris e olhando para a igreja de Notre-Dame, orou, dizendo que em nome da Virgem tudo tinha tido início e em nome dela terminaria a sua vida, pretendia assim o Grão-Mestre *encerrar gloriosamente o fim do Templo proclamando sua perfeita fé cristã*.

Terminamos o artigo com a ligação dos Marianos a Portugal e ao trabalho de Beatriz da Silva, linda Alentejana, a quem se deve a única congregação dedicada a Virgem Maria Portuguesa (Congregação da Imaculada Conceição).

Paulo VI em 2 de fevereiro publicou a exortação apostólica à Imaculada Conceição pela exortação Apostólica “*Marialis Cultus*”, renovada mais recentemente pelo Papa João Paulo II com a exortação a Virgem “*Redemptoris Mater*” dizendo; celebra-se a memória da Virgem Maria ao longo do ano litúrgico porque Ela esteve sempre unida a seu Filho, na obra da Redenção que ocupa o lugar central de toda a celebração cristã. in, [Aldazábal,1974, p174].

Terminando: Por vezes coloca-se a dúvida; a Virgem Maria era Patrona espiritual ou era a Protetora espiritual da Ordem dos Templários?

Em nosso entender o “Patrocínio Espiritual” refere-se ao apoio, amparo ou intercessão que uma santidade oferece a uma (neste caso) instituição. É como a santidade estivesse apoiando a instituição na sua jornada espiritual.

“Proteção Espiritual”, refere-se à defesa ou salvaguardá-la contra influências negativas ou malevolentes que possam afetar a Instituição ou seja é como estivesse protegendo a instituição de perigos ou ameaças espirituais.

Como se vê, esta dualidade completa-se e, quase se confundem, podemos então dizer que a “Virgem Maria” era “Patrona” e “Protetora” da Ordem dos Templários.

Aliás, quando D. João IV, em 1646, nomeou e coroou a “Virgem Maria” foi no sentido de ser intercessora e representante do país perante Deus e protetora de Portugal na defesa e salvaguarda do país contra os perigos e ameaças espirituais.

Bibliografia consultada e/ou utilizada.

Aldazábal, José; Dicionário Elementar de Liturgia, prefácio de D. António Taipa, Bispo Auxiliar do Porto, Instituto Missionário das filhas de São Paulo, Porto, 1996.

Alves, Francisco Manuel; Abade de Baçal – Memórias Arqueológicas-Históricas do Distrito de Bragança, Tomo I, II, III, IV, V, VI, VII, VIII, IX, X, XI e XII. Edição Câmara Municipal de Bragança, 2000, Bragança.

Andrade, Amélia Aguiar; Luís Krus e as inquirições régias medievais: percurso através de uma reflexão inovadora. Comunicação apresentada em 2007 no coloquio internacional “Inquirir na Idade Média”, espaços e protagonistas e poderes, séculos XII-XIV – Faculdade de Ciências sociais e humanas da Universidade Nova de Lisboa, 14 e 15 de Dezembro, 2007, Lisboa.

Argote, D. Jerónimo Contador de; – Memórias para a história eclesiástica do arcebispado de Braga. Tomo segundo, Officina de Joseph António da Sylva, 1734, Lisboa.

Balsemão, Convento; Centro Cultural de Balsemão dos Marianos da Imaculada Conceição – Actas, Frei Casimiro: Memória de Profecia, Celebração do 250º aniversário – VII Jornadas Culturais; Balsemão 16 a 18 de Agosto 2005.

Bordonove, George; La vida cotidiana de los templários en el siglo XIII, Coleccion História 2 a edicion, Librerie Hachette, Madrid, 1989.

Borges, Alexandre; Histórias secretas de reis portugueses, casa das letras, 2012, Lisboa.

Branco, Maria João Violante; Poder Real e Eclesiásticos. A Evolução do conceito de soberania régia e a sua relação com a praxis política de Sancho I e Afonso II, Volume I Tese de doutoramento em História Medieval, Universidade Aberta, 1999, Lisboa.

Brandão, Doutor Frei António; (cronista mor de Portugal) – Quarta Parte Monarchia Lvsitana, que contem a história de Portugal desde o tempo d’el-rei d. sancho I até todo o reinado de D. Afonso III; impressa no Mosteiro de S. Bernardo, 1632, Lisboa.

Brandão, Doutor Fr. Francisco; Quinta parte da Monarchia Lusitana; Primeiros 23 anos del Rei D. Dinis, Officina de Paulo Crasesbeeck, 1650, Lisboa.

Capêlo, José Manuel; Portugal Templário, a presença templária em Portugal. Edições Zéfiro, Sintra, 2008 Portugal.

Cardoso, Manuel de Sousa; Subsídios para a História da região de Macedo de Cavaleiros, Lapaças e Ledra, Edição do Autor, 1992, Macedo de Cavaleiros.

Cardoso, Manuel de Sousa; Macedo de Cavaleiros, Rua a Rua, Editora Câmara Municipal de Macedo de Cavaleiros, Impressora Minerva Transmontana, Tipo. Ldª, Setembro de 2005, Macedo de Cavaleiros.

Costa, Paula Pinto; Templários no Condado Portucalense antes do reconhecimento formal da ordem; O caso de Braga no início do século XII, Revista da Faculdade de Letras, Ciências e Técnicas do Património, Volume XII, pp231-243, Porto, 2013.

Cristo, Ordem; Deffiniçoens & Estatutos dos Cavalleyros, e Freires da Ordem de Nosso Senhor Jesus Christo, com a História da Origem & Princípio della – Oferecidos ao muy alto e poderoso Rey D. João V. Impresso Officina Pascoal da Silva, 1717, Lisboa.

Curzon, Henri de; La Régle du Temple, Ed Societé de la Histoire de France, Librairie Renouard, Paris, 1886

Fernandes, Maria Cristina Ribeiro de Sousa; A Ordem do Templo em Portugal (das origens à extinção) Edição Policopiada da tese de doutoramento apresentada à FLUP, Porto, 2009.

Ferreira, Henrique da Costa; Lucidez precisa-se, Mensageiro de Bragança, p33, Bragança dezembro 2025.

Guzmán, Delia Steinberg; El Ideal Secreto de los Templários, Editora N.A. 2015, Pizarro, 19 Madrid.

Herculano, Alexandre; História de Portugal, Tomo I, História de Portugal, Casa da Viúva Bertrand & Filhos, Imprensa Nacional, Lisboa, 1853.

Herculano, Alexandre; História de Portugal, Tomo II, História de Portugal, Casa da Viúva Bertrand & Filhos, Imprensa Nacional, Lisboa, 1854.

Herculano, Alexandre; História de Portugal, Tomo III, História de Portugal, Casa da Viúva Bertrand & Filhos, Imprensa Nacional, Lisboa, 1858.

Lopes, Fernão; Crónica de D. Pedro, emissão Imprensa Nacional Casa da Moeda, s/d Lisboa.

Mendes, Carlos Alberto Santos; Macedo de Cavaleiros, cultura património e Turismo, contributos para um programa integrado, edição Câmara Municipal de Macedo de Cavaleiros, 2005, Macedo de Cavaleiros.

Mendes, Carlos Alberto Santos; Carta arqueológica do Concelho de Macedo de Cavaleiros, Caderno Terras Quentes, nº 2, pp 5 a 52 Associação Terras Quentes, 2005, Macedo de Cavaleiros.

Moraes, Fr. Fernando de (Prior Geral); Deffiniçoens, & Estatutos dos Cavalleyros, e Freyres da Ordem de Nosso Senhor Jesu Christo, com a história da origem & princípios della oferecidos ao muyto alto, e poderoso rey D. João V, nosso senhor-Officina de Pascoal da Sylva, impressor de sua Magestade 1717.

Mattoso, José; Identificação de um País, ensaio sobre as origens de Portugal – 1096-1325 – I-Oposição, 5ª edição Editorial Estampa, 1995, Lisboa.

Plotino; Enéadas (tradução de Juvino A. Maia), Editora Ideia, UFPB, 1940.

Pires, Pd Basileu MIC; Venerável Frei Casimiro, Testemunhos daqueles que o conheceram. 2ª edição, Edições Marianos da Imaculada Conceição, Rua de S. Paulo, 2, 2005, Fátima.

Saraiva, Anísio Miguel de Sousa e Morujão, Maria do Rosário Barbosa (Coord); O Clero Secular Medieval e as suas Catedrais, novas perspectivas e abordagens, Centro de Estudos de História Religiosa, Universidade Católica Portuguesa, 2014, Lisboa.

Sousa, Manuel Faria Y; Epitome de las histórias portuguesas, dividida em quatro partes, Impressor y Mercador de Libros, Brusselas, 1677.

Sousa, Manuel Faria Y; Europa Portuguesa, 2ª Edição, Tomo II, Impressor real, António Craesbeeck de Melo, 1679, Lisboa.

Sanches, Francisco Franco; Espiritualidad y defensa al serviço de la comunidade muçulmana de al-Andaluz. Lás rábitas en Portugal, monografia, Hesperia, Culturas del Mediterráneo, Alicante, Maio 2012.

Santalha, José-Martinho Montero; Alfonso X, El Sabio. Cantigas de Santa Maria (5) (PDF) 189 cantigas de Santa Maria (edição digital) [2004] Academia.edu.

Viterbo, Fr. Joaquim de Santa Rosa de; Elucidário, Livraria Civilização, impresso editora do Minho, Barcelos, 1993, Porto.

Edições electrónicas

E-book; Matoso, José. Livro de Linhagens do Dião, LL37B2, edições Wook, s/d Porto

Santos da Arquidiocese de Évora (santosdaarquidiocesedeavora.blogspot.com)

Bernardo de Claraval – Wikipédia, a enciclopédia livre (wikipedia.org)

Livro das Aves – Arquivo Nacional da Torre do Tombo – DigitArq (arquivos.pt)

Índice

Era uma vez...	231
Juramento de los Maestres de la Provincia de Portugal.....	232
Síntese histórica sobre o culto a Virgem Maria.....	234
O dia a dia, religioso, de um cavaleiro Templário.....	236
O pergaminho do Castelo de Chinon e o seu enigma	238
Explicação teológica da simbólica nas inscrições do Castelo de Chinon identificadas?	240
Porque é que os Marianos estão relacionados com Portugal.....	241
Os Marianos de Balsamão	244
Conclusão	244
Bibliografia.....	246